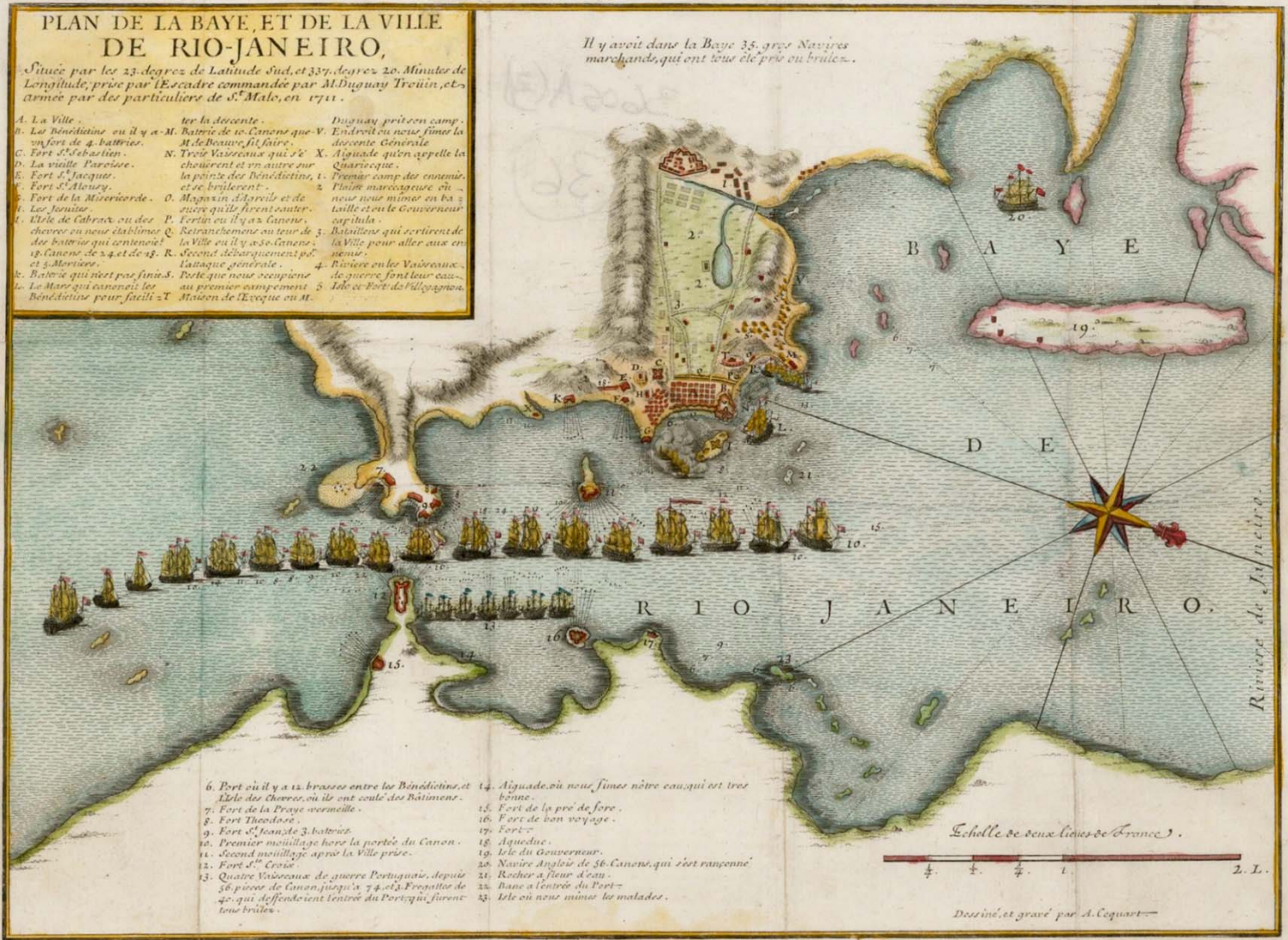


Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do RioGaleão, Cidade do Rio de Janeiro

Levantamento Histórico



Mapa de Duguay Trouin, 1740

Coordenação:
 Madu Gaspar
 Iramar Venturini

Levantamento Histórico:
 Cilcair Andrade
 Gabriela Saba
 Hérica Mello

Realização



Consórcio RioGaleão

Coordenação Científica

Maria Dulce Gaspar

Coordenação Executiva

Iramar Venturini

Levantamento Histórico

Cilcair Andrade

Gabriela Saba

Hérica Mello

Rio de Janeiro

Março de 2016

SUMÁRIO

Apresentação	4
Objetivo	5
Justificativa	5
Metodologia	8
Capítulo 1	
Síntese dos Levantamentos Arqueológicos e Históricos Realizados para o Rio de Janeiro	11
Capítulo 2	
Breve Caracterização da Baía de Guanabara	19
Capítulo 3	
O período Pré-Colonial	26
Sambaqueiros	27
Ceramistas	34
A Invasão Europeia: os primeiros contatos	36
Capítulo 4	
O período Colonial	38
A Conquista	39
As Fortificações	57
As singularidades da Bahia de Guanabara	66
A ocupação colonial do entorno da Baía de Guanabara	71
Capítulo 5	
O Rio de Janeiro, os bairros da margem Oeste da Baía de Guanabara e a Ilha de Paquetá	79
O Rio de Janeiro	80
Saúde, Gamboa e Santo Cristo	95
São Cristóvão	105
Caju	116
Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Olaria e Penha	120
Complexo da Maré	126
Ilha de Paquetá	127
Capítulo 6	
Duque de Caxias	133
Capítulo 7	
Magé	149
Capítulo 8	
Guapimirim	166
Capítulo 9	
Itaboraí	173
O Convento de São Boaventura	187
Porto das Caixas	188
As Febres do Macacu	189
A Vocação Oleira	191
Capítulo 10	
São Gonçalo	193
Capítulo 11	
Niterói	203
Capítulo 12	
Ilha do Governador	219
Breve Caracterização Ambiental	220
Ocupação Pré-Colonial	224
Ocupação Colonial da Ilha do Governador	232
Presença Africana na Ilha do Governador	245
A Origem do Nome	247
Dos Beneditinos ao Galeão	251
Bibliografia	261
Anexos	

Apresentação

O Levantamento Arqueológico e Histórico para o PROGRAMA DE RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL DO RIOGALEÃO, CIDADE DO RIO DE JANEIRO foi realizado em atenção à Resolução CONAMA Nº 001/1986, artigo 6º, inciso I, alínea 'c', onde está determinado que o estudo de impacto ambiental desenvolva atividades técnicas relativas ao uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

Em primeiro lugar, foram identificadas a área diretamente afetada (ADA) e a área de influência direta (AID) do empreendimento. Entende-se por área diretamente afetada (ADA) aquela que será alvo direto das intervenções necessárias à implantação ou expansão de qualquer empreendimento. A área de influência direta (AID) é compreendida como a área de captação de recursos para os assentamentos dos grupos que ocuparam uma determinada região (BASTOS e SOUZA, 2008:199). Tendo em vista esta divisão, a área da Ilha do Governador, onde ocorrem as obras de ampliação do Aeroporto Internacional Tom Jobim, passou a ser considerada como ADA e o entorno da Baía de Guanabara, região definida pela linha de maré dos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói como a AID do empreendimento. Dessa forma, esta pesquisa foi elaborada levando em consideração as seguintes regiões: a Baía de Guanabara, a Ilha do Governador e a Faixa Litorânea das cidades citadas e que contornam o recôncavo, com a finalidade de apresentar a interação dessas diferentes regiões durante o período pré-colonial, de contato, colonial e pós-colonial.

O período pré-colonial, anterior à conquista portuguesa, descreve as ocupações sambaquieira e ceramista, por volta de 8.500 anos AC até 1500 DC. A fase de contato é formada pelo período em que se estabelecem as primeiras relações sociais entre os europeus e os ceramistas. O texto apresenta, ainda, o período colonial que abrange desde a conquista portuguesa até o império, no início do século XIX, seguido pelo período após a independência até o início do século XX.

O levantamento está apresentado em doze Capítulos, de forma a contribuir para a construção do conhecimento da arqueologia e da história do entorno e do interior da Baía de Guanabara, seguindo a ordenação espacial iniciada pelo Rio de Janeiro, contornando as margens do recôncavo até chegar a Niterói, sempre com os dados apresentados em ordem cronológica. O Capítulo 1 foi elaborado por meio de uma síntese dos levantamentos arqueológicos e históricos para o estado do Rio de Janeiro. O Capítulo 2 apresenta uma breve caracterização ambiental da Baía de Guanabara. O Capítulo 3 discorre sobre o período pré-colonial, dividido em três partes: os sambaquieiros, os ceramistas e os primeiros contatos entre os europeus e os nativos. O Capítulo 4 aborda o período colonial e a ocupação histórica do recôncavo guanabarino. No Capítulo 5 é composto por informações direcionadas à cidade do Rio de Janeiro e aos bairros que margeiam a baía. Os Capítulos 6 ao 11 tratam os municípios de Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói, respectivamente. Fechando o levantamento, o Capítulo 12 traz a área diretamente afetada pelas obras do empreendimento: a Ilha do Governador.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa é fornecer subsídios históricos para melhor compreensão do processo de ocupação do entorno da Baía de Guanabara, desde os primeiros habitantes da costa brasileira, ainda no período pré-colonial, passando pela colonização portuguesa até chegar ao início do século XX.

Justificativa

No âmbito deste levantamento, que se insere necessariamente numa linha interdisciplinar, pensar a História dessa região implica vários desafios, dentre eles o de estabelecer uma articulação contínua entre os processos históricos e a organização sociocultural, política e econômica de vários grupos, valorizando as evidências empíricas que lançam novas luzes sobre a dinâmica das complexas relações de contato interétnico e diferentes culturas: os grupos nativos e europeus, os aldeamentos no

período de cerca de três séculos, os europeus e os africanos e o seu papel junto à sociedade. A pesquisa objetiva, inclusive, preencher lacunas documentais entre os séculos XVI e XIX, quando se verificam diversos movimentos de ocupação na área em questão.

É importante considerar as peculiaridades espaciais que interferem na ocupação do entorno do Recôncavo da Guanabara. A configuração topográfica da área é marcada pela imponência da Baía, suas ilhas e os rios que nela deságuam, identificados como vias de acesso estratégico para o interior da colônia. Fatores como a fartura de víveres e pescado, a abundância de madeiras e a facilidade de escoamento e transporte, inclusive com o posterior estabelecimento de portos fluviais, foram elementos fundamentais para a instalação de lavouras e engenhos, dando origem às cidades que hoje a contornam.

Se em termos geográficos o estudo abrange uma ampla área, cujo centro é a Ilha do Governador, a pesquisa transcende em muito esses limites. O tema exige um recorte espacial que ultrapassa as fronteiras do estado e suas áreas adjacentes, destacando-se que a Baía de Guanabara serviu como ponto de partida para as investidas rumo ao interior da colônia, estabelecendo suas relações com a metrópole. Valem ressaltar, ainda, as mudanças que a região passou ao longo do tempo como resultado do crescimento e transformações políticas e econômicas do Rio de Janeiro – não só a sua natural influência sobre esse espaço como, também, a dinâmica das relações entre os diferentes grupos sociais em contato durante a colônia e o Império: nativos, franceses, portugueses, espanhóis, africanos, colonos, missionários, viajantes e autoridades civis e eclesiásticas.

A necessidade de se trabalhar uma longa temporalidade conduz obrigatoriamente a uma extensa pesquisa abrangendo 8.500 anos. Essa longa temporalidade implica uma diversidade de fontes e informações indispensáveis a um melhor entendimento e delineamento da história da região. E a articulação com as estruturas do seu cotidiano proporciona instrumentos para iluminar o estudo da cultura material produzida pelos nativos, em aldeamentos indígenas, nos engenhos, nos portos fluviais alcançados pelos barcos e faluas, nos rituais religiosos, nas festividades das vilas ou das irmandades, na labuta diária e no preparo das refeições nas cozinhas das fazendas ou no interior das senzalas.

Encontrar nos documentos indícios dos detalhes, a informação do fazer cotidiano – o modo e o meio de roçar, os utensílios de cozinha, o preparo dos alimentos, as drogas e as ervas das boticas, as alfaias e paramentos das igrejas – exige uma busca minuciosa e atenta, uma pesquisa mais ampla da documentação que, embora fascinante, é por vezes demorada ou infrutífera, sobretudo no início do período colonial, que se caracteriza pela escassez de material iconográfico. Relatos de viajantes e cronistas trazem importantes e copiosas informações sobre os nativos do Rio de Janeiro, a descrição dos seus arredores, e representações iconográficas por vezes muito simples, mas elucidativas. A cartografia, em que com frequência faltam os topônimos por ausência de conhecimento do litoral ou do interior do país, é preenchida, inicialmente, com imagens que informam, por vezes, sobre o trabalho dos índios na retirada do pau-brasil, ou em hábitos de antropofagia, formas de habitação, prática de escambo com a troca de instrumentos e armas por artefatos ou víveres.

Correspondências ou mesmo documentos oficiais contêm informações relevantes, como, por exemplo, o Regimento relativo à viagem da Nau Bretoa, ocorrida em 1511. Esse documento proporciona preciosos conhecimentos, dada a carência dos documentos referentes a essa época, sobre a derrota dos navios que iam de Lisboa ao Brasil: as mercadorias de troca com os indígenas; os antecedentes da exploração e as disposições da Coroa quanto às relações entre portugueses e aborígenes. E, graças a um roubo havido nessa nau cujo auto foi lavrado, temos informações sobre as normas que deveriam ser observadas com relação à mercadoria usada no escambo com os indígenas: machados, machadinhas, cunhas, facas pequenas ferramentas...¹. Diversos documentos sobre as frotas de galeões e naus pormenorizam o conteúdo que elas traziam: instrumentos de pesca (arpões, anzóis, redes) utensílios de cozinhas

¹ *...e logo depois foi feita essa diligência que se segue... Foi encontrada parte da mercadoria roubada entre os tripulantes que, naturalmente, a queriam para uma troca individual com os indígenas. O incidente demonstra que esse pequeno tráfico da marinhagem já era um costume, como fica implícito no próprio texto do Regimento, cuja intenção era coibi-lo: e não consentireis que nenhuma pessoa que nela (na nau) vá, **possa comprar ferramenta**, que para isso levem, somente o possam fazer da dita nau. Regimento da Nau Bretoa in Malheiro Dias, Carlos (Dir.) *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Porto: Litografia Nacional, v. II, passim.*

(assadores, colheres, caldeirões, paletas, funis, baldes), de boticas e bodegas². Muitos dos quais ficariam para o uso cotidiano daqueles que aqui se instalavam.

É necessário saber, por exemplo, sobre as regras e as determinadas penas que incorriam aqueles que usassem trajes, joias, adereços ou tentassem importar objetos de luxo, tais como carruagens, mobiliário, alcatifas³. Assim, é quase natural que o material encontrado seja, muitas vezes, modesto, pois a maior parte da população utilizaria no seu cotidiano louça grosseira de barro, utensílios simples de madeira, palha e ferro. Ou ainda, lembrar que grande parte do material para construção de igrejas, engenhos, casas, em específico a cantaria, como os arcos, portadas, mós, marcos vinham lavrados do reino, por lá haver muitos oficiais que pudessem fazer isso com rapidez (BAUMANN, 2013).

Metodologia

As pesquisas foram realizadas no Museu Nacional/UFRJ, Arquivo do Exército, Arquivo do Mosteiro São Bento, Arquivo do Itamaraty, Arquivo e Biblioteca do Museu Histórico Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Biblioteca do Gragoatá UFF - Centro de Memória de História Fluminense, Biblioteca Nacional, Biblioteca/Mapoteca da Marinha, Biblioteca Municipal de Niterói, Câmara Municipal de Niterói, Centro Cultural de São Gonçalo, IHGB – Niterói, IPHAN, Museu da Imagem e do Som (MIS), UERJ/FFP - Centro de Memória de São Gonçalo, Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC) e Museu Vivo de São Bento. O levantamento foi organizado, para ser mais facilmente compulsado, obedecendo formalmente a um recorte cronológico por séculos, mas sem prejuízo da contextualização histórica, e com a inclusão de cópias de documentos digitalizados, divididos entre os séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX.

² Manuscrito del Marqués de La Victoria: *Diccionario Demonstrativo 1718-1756* (Museo Naval, Madrid) In: Mena Garcia, M. Del Carmem. **Sevilla y las flotas de Indias**. Sevilla: Universidad de Sevilla/ Fundación El Monte, 1998, p. 418 e segs.

³ CARVALHO, Augusto. **Apontamentos para a História da Capitania de São Thomé**. Campos: Typ. E Lith. De Silva, Carneiro & Comp. 1888. 285p.

Para atender a uma temporalidade tão ampla foram utilizadas diferentes fontes bibliográficas e documentais, iniciando-se com um levantamento dos sítios arqueológicos no entorno da Baía de Guanabara e da produção bibliográfica sobre este tema para a região. Assim, partiu-se da ocupação sambaqueira, a mais antiga, identificando-se uma série de sítios arqueológicos do tipo sambaqui na faixa litorânea do recôncavo. Entretanto, a distribuição desta ocupação ainda apresenta restrições, pois os estudos sistemáticos que foram realizados em áreas como Magé e Guapimirim, por exemplo, não ocorreram da mesma forma nos outros municípios e, com isso, apresentam informações muito escassas relativas às ocupações pré-coloniais.

A busca por informações este período, dos sambaqueiros aos nativos tupi, teve início nos arquivos do Museu Nacional/UFRJ e no IPHAN para que fosse feita a identificação dos sítios pré-coloniais identificados e/ou pesquisados. Para os primeiros decênios após a descoberta, foram utilizadas as notícias das expedições exploradoras e colonizadoras. E, para os primórdios da colonização, a pesquisa abordou inúmeros relatos produzidos por cronistas, viajantes, corsários e missionários, como Pigafetta, Hans Staden, André Thevet, José de Anchieta, Gabriel Soares de Souza, Jean de Léry e Anthony Knivet entre outros, que trazem importantes e copiosas informações sobre os índios do litoral. Informam, principalmente, sobre as enseadas e os seus arredores, locais propícios para ancoragem dos portugueses ou estrangeiros (sobretudo franceses) e incluem, por vezes, representações iconográficas muito simples, mas elucidativas.

A cartografia foi intensamente pesquisada por oferecer alternativas com importantes respostas. Ainda que, em alguns casos, faltem os topônimos pelo não conhecimento do litoral ou do interior do país, a associação entre mapas e gravuras proporcionou excelentes conclusões. Um bom exemplo desta prática está na observação dos mapas que informam sobre o trabalho dos indígenas na retirada do pau-brasil ou hábitos de antropofagia, representações de aldeias, práticas de escambo por troca de instrumentos, armas ou contas por artefatos, víveres ou animais considerados exóticos, costumes que são amplamente representados na cartografia, principalmente, nos séculos XVI e XVII.

Além disso, foi indispensável a busca em documentos oficiais produzidos pelas autoridades da colônia e da metrópole, incluindo Regimentos de Governadores,

Instrumentos Legais de Doação, Forais, Alvarás, Cartas Régias, Provisões, Requerimentos, correspondência entre autoridades, fontes conventuais, mapas estatísticos sobre a população e informação sobre as capitanias (BAUMMAN, 2013).

Pesquisas arqueológicas realizadas recentemente em áreas de antigas freguesias, vilas e povoados localizados às margens dos rios Macacu, Caceribu, Inhomirim, Estrela, Suruí e Guapiaçu evidenciaram diferentes momentos das ocupações dessas localidades. Seus resultados integram este levantamento e estão apresentados de acordo com os relatórios finais e parciais encaminhados ao IPHAN. Nas imediações dos rios Macacu e Caceribu foram desenvolvidas as seguintes pesquisas: Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico das Áreas A1 e A2 do COMPERJ – Fase I; Caracterização, Preservação e Resgate do Patrimônio Arqueológico das Áreas Industrial e A3 do COMPERJ – Fase II; Prospecção da Área Recentemente Anexada à AID da Estrada Principal de Acesso do COMPERJ e Projeto de Salvamento do Patrimônio Arqueológico dos Sítios Colono I, Colono II, Pedra Bonita e Visconde. Na região que abrange as bacias dos rios Inhomirim, Suruí e Estrela vem sendo realizado o Programa de Salvamento e Monitoramento Arqueológico do Emissário Terrestre e da Faixa de Dutos do COMPERJ, que tem como área diretamente afetada uma faixa de que parte de Maricá em direção à Duque de Caxias, passando por São Gonçalo e Itaboraí. Com relação ao Rio Guapiaçu, seu entorno tem sido estudado através das pesquisas desenvolvidas pelo Projeto de Elaboração e Execução do Plano de Prospecção, Preservação e Salvamento do Patrimônio Histórico e Arqueológico ao Longo da Linha de Transmissão em 345 Kv do COMPERJ.

Durante a realização deste Levantamento Arqueológico e Histórico para o Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do RioGaleão, Cidade do Rio de Janeiro, o monitoramento arqueológico na área do empreendimento identificou o Sambaqui do Galeão. Ainda que em baixo estado de conservação, apresentou resultados relevantes, incrementados pela identificação de outro sambaqui, totalmente destruído, mas que foi localizado através da análise das imagens cedidas pelo CENDOC. Estes dados nos levaram a investir na busca pelo relato de viajantes e de proprietários de terras ali estabelecidos para a exploração da agricultura e para a implantação das caieiras que parecem ter apagado os registros dos sambaquis em diversas áreas.



Capítulo 1

Síntese dos Levantamentos Arqueológicos e Históricos Realizados no Rio de Janeiro

A história cultural do Rio de Janeiro tem início com grupos de pescadores-coletores, cujos testemunhos arqueológicos são denominados de sambaqui. *Sambaqui* é uma palavra de etimologia Tupi, língua falada pelos ceramistas que ocupavam parte significativa da costa brasileira quando os europeus iniciaram a colonização. *Tamba* significa conchas e *ki* amontoado, que são as características mais marcantes desse tipo de sítio. Trata-se de denominação amplamente utilizada pelos pesquisadores e que denota a capacidade de observação e síntese dos falantes Tupi.

No Rio de Janeiro, os sítios construídos pelos sambaquieiros caracterizam-se por terem uma elevação de forma elíptica que chega a ter mais de 6m de altura. São construídos basicamente com conchas, ossos de peixe e de mamíferos. Já estão identificados muitos sambaquis na faixa litorânea fluminense, alguns poucos datados de mais de 9.000 anos AP⁴, outros em torno de 6.500 anos AP e, a partir de 4.500 anos AP são bastante abundantes, o que sugere que esse sistema sociocultural estava em expansão neste período. Os sambaquis contam com inúmeros artefatos de pedra e de osso, marcas de estacas e registros de fogueiras que compõem uma complexa estratigrafia. Os artefatos que mais se destacam na composição dos sambaquis são as conchas de berbigão, cujo nome científico é *Anomalocardia brasiliana*, diferentes espécies de ostras, a almejoa ou *Lucina pectinata* e os mariscos. Em decorrência da alta visibilidade das carapaças de moluscos na estratigrafia, acreditou-se, durante muito tempo, que a base da dieta alimentar dos sambaquieiros era o consumo intensivo de moluscos. Hoje, sabe-se que a pesca era a principal atividade de subsistência e que a coleta de vegetais também era importante.

Os sambaquieiros inauguraram a colonização da costa, a manutenção dos espaços ocupados, a expansão territorial, sendo que o aumento do número de sambaquis ao longo do tempo indica que a sociedade dos pescadores-coletores estava em processo de replicação. A expansão parece ter ocorrido de maneira pacífica sem que a guerra ou a disputa corporal fizessem parte da estrutura social, apoiando-se em relativa estabilidade ambiental, territorial e baixa interação com outros grupos

⁴ O termo AP, em Arqueologia, significa "Antes do Presente" que, por convenção, é 1950. Trata-se de uma menção à descoberta da técnica de datação através do carbono 14, que se deu em 1952. As referências cronológicas obtidas através de métodos físicos são sempre acompanhadas de suas respectivas margens de erro, que são expressas com o sinal positivo e o negativo (\pm).

(SCHEEL-YBERT, 1998; GASPAR, 2004). Dessa maneira, quando se intensificou o contato com os ceramistas, a sociedade sambaqueira não foi capaz ou não teve tempo para criar uma resposta social que garantisse a manutenção de seu território e de seus costumes e entrou em colapso.

No que se refere aos grupos ceramistas, estão identificados para o Rio de Janeiro duas tradições arqueológicas: a tradição Una e a Tupiguarani. Segundo Prous (1992), a cerâmica característica da tradição Una encontra-se distribuída por um vasto território que inclui os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás. A duração parece abranger dois milênios, sendo a mais antiga manifestação datada de 5.450 anos AC, na região Central do Brasil. No Rio de Janeiro, esta cerâmica foi encontrada nos últimos níveis de ocupação de sambaquis e a datação obtida na aldeia Grande do Una sugere que o litoral já estava ocupado por volta de 1.060 ± 90 AP (890 DC). Na região serrana, as referências cronológicas informam que entre 1.453 ± 65 anos AP (497 DC) e 720 ± 95 anos AP. (1.230 DC) havia grupos que manufacturavam e usavam tal tipo de cerâmica (DIAS JÚNIOR 1976/1977, DIAS e CARVALHO 1980).

A cerâmica é encontrada em diferentes tipos de sítios, cavernas, abrigos cerimoniais e a céu aberto. Os sítios em campo aberto parecem ter sido as aldeias propriamente ditas, apresentam camada arqueológica que varia entre 10 e 170 cm de profundidade, com material arqueológico disperso numa área que varia de 1.000m^2 a 3.500m^2 . Ainda não se dispõe de informações suficientes para saber como se articulavam os diferentes tipos de sítio e não se pode desenhar o sistema de assentamento, porém, alguns hábitos foram percebidos. No interior, por exemplo, os sítios cobertos foram usados como cemitério, apresentando material cerâmico e ósseo, bem como sepultamentos em urnas e acompanhamento funerário (DIAS JÚNIOR 1976/1977, DIAS e CARVALHO 1980).

Muita coisa ainda precisa ser descoberta sobre o modo de vida dos fabricantes de cerâmica conhecida como Una, é preciso saber até mesmo se ela estava restrita a um único grupo social ou se era utilizada por distintos grupos tribais. Os relatos dos cronistas e as informações etnográficas sugerem uma associação com os grupos falantes da língua Jê. A tradição Una parece reunir os vestígios de um complexo cultural antigo dos grupos tribais históricos Guaitacá, Coropó e Puri, que estavam presentes à época da chegada dos europeus (DIAS JÚNIOR, 1976/1977; DIAS e

CARVALHO, 1980). Algumas características, especialmente as particularidades do material cerâmico, levam a aceitar tal associação.

Outro conjunto de testemunhos arqueológicos recorrentes no Rio de Janeiro é a tradição arqueológica Tupiguarani cuja característica marcante é a cerâmica policrômica com decoração geométrica e que está associada aos grupos falantes da língua tupi-guarani, especialmente o Tupinambá. Segundo Prous (1992), são encontrados sítios arqueológicos relacionados com essa tradição a curta distância dos rios navegáveis, em zonas de mata. A ocupação corresponde à rede hidrográfica principal, como se fosse uma teia de aranha entre os fios da qual persistiram os tradicionais habitantes da região que permaneceram nos relevos mais elevados, onde esse grupo canoeiro não se aventurava. Os Tupinambá teriam chegado ao Rio de Janeiro através da costa e/ou seguindo o vale do Rio Paraíba do Sul. Segundo datação radiocarbônica obtida para a aldeia de Morro Grande (em Araruama), por volta de 1740± 90 anos AP a região estava ocupada (BUARQUE, 1999) e por volta de 1600 anos AP o mesmo ocorria na região de Guaratiba (DIAS, 1994/95).

A expansão Tupinambá ocorreu em um território fortemente ocupado por outros grupos. Pouco se sabe sobre a relação entre os grupos identificados com as tradições Una e Tupiguarani, é possível supor que as relações tenham sido bastante intensas já que foram encontrados testemunhos das duas tradições ceramistas no médio e na foz do Rio Paraíba do Sul e há indícios que isto também tenha ocorrido no médio Itabapoana. Os Tupinambá, apesar da presença de outros grupos, devem ter continuado o seu processo de expansão, avançado, provavelmente valendo-se da guerra, instituição estruturadora desta sociedade. Conforme Buarque (1999), no Rio de Janeiro, à época do descobrimento, os Tupinambá reinavam absolutos em quase toda a extensão, estavam presentes desde o Cabo São Tomé até Angra dos Reis, passando pelo vale do Rio Paraíba do Sul.

A chegada do europeu teve consequências drásticas para os nativos brasileiros, uma vez que a exposição a agentes patogênicos e a dominação europeia transformaram, rapidamente, a rotina dos grupos nativos (CROSBY, 1993:175-192). A exploração do pau-brasil, através da prática do escambo, modificou hábitos e costumes dos nativos, tendência ampliada com o início de práticas agrícolas e pastoris. O povoamento da região se fez pela penetração através de rios que nascem nas serras,

aproveitando a existência de terras “pacificadas” o que corresponde a dizer que no final do século XVI os nativos já haviam sido exterminados e/ou expulsos.

Os colonos europeus ocuparam as terras das antigas aldeias, sendo o seu objetivo principal fundar engenhos de açúcar, valendo-se inicialmente de indígenas escravizados e mais tarde de escravos procedentes da África (DIAS, 2003:48-49)⁵. A cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil no século XVI, em São Vicente, estendendo-se em direção ao Nordeste e ali experimentando um excelente desenvolvimento. Nos dois primeiros séculos da colonização, foi o produto básico da economia brasileira, escolhida devido ao seu alto preço no mercado europeu e à experiência portuguesa com sua produção nas ilhas do Atlântico, bem como no comércio açucareiro que dominava desde o século XV (MOTA & BRAICK, 1998:211). Mostrou-se amplamente justificável como solução para ocupar a América portuguesa e também para contornar a crise do comércio oriental, pois, na época, o monopólio português das especiarias fora rompido pelos muçulmanos, holandeses e ingleses.

Por todo o período colonial brasileiro a produção do açúcar modificou-se algumas vezes, mantendo, porém, intactos seus três traços característicos: cultivada em latifúndios, essencialmente monocultora e uso de força de trabalho compulsório para o seu desenvolvimento, a bem dizer, o trabalho escravo. De acordo com Caio Prado Júnior (1945), estes três elementos se conjugam num sistema típico, a grande exploração rural, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos, constituindo a célula fundamental da economia agrária brasileira.

O Brasil em meados do século XVI já detinha o monopólio do açúcar no mercado europeu. Cronistas do século XVI, como Gandavo (1980), Cardim (1980) e Sousa (1971) informam sobre o aumento do número dos engenhos de açúcar e, conseqüentemente, da produção brasileira desde meados do século XVI, mostrando como se deu o desenvolvimento da lavoura e da indústria açucareira. Os dados abrangem, principalmente, Pernambuco e Bahia, onde se concentrava a maior quantidade de engenhos, seguidos do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Frei Vicente Salvador (1982), em sua História do Brasil entre 1500 e 1627, fornece dados sobre a existência de 230 engenhos, sendo 100 em Pernambuco, 50 na Bahia, 40 no Rio de

⁵ Ondemar Dias (2003:52-52), em estudo de documentos históricos, recuperou informações sobre as seguintes aldeias: a primeira inominada, a de Guajajuba (em Tambi), Jaracaypo (dos Temiminó), Tapacorá, Morobassi, Araçatiba. Papocaya, também, se originou de mais uma aldeia destruída.

Janeiro, onde sensível aumento teria acontecido, se comparado aos dados dos cronistas mencionados acima que falavam na existência de apenas 3 em território fluminense.

A introdução do cultivo da cana-de-açúcar em território fluminense parece ter se dado com a chegada das primeiras mudas na capitania de São Tomé⁶. Ainda que exista farta documentação, há uma série de controvérsias quanto à época e as condições em que se deu. De acordo com as pesquisas, as primeiras mudas de cana-de-açúcar foram plantadas em fins do ano de 1538, por Pero de Góis, em região primitivamente habitada por populações Goitacá e Puri, “numa pequena povoação a que deu o nome de Vila da Rainha, situada a pouca distância da foz do rio Itabapoana, no atual município de São João da Barra” (OSCAR 1985: 39), seguindo a praxe de se levantar engenhos em regiões de abundantes recursos hídricos e próximos a matas para o fornecimento de lenha (PARANHOS, 2006).

A história do Ciclo do Café, também, se confunde com a própria História do Brasil, especialmente na segunda metade do século XIX, um momento de transformações conjunturais decisivas para os períodos posteriores da vida do país. Ela reúne, no espaço de pouco mais de um século, o apogeu e a ruína de um importante ciclo econômico do Brasil ocorrido em meio à transição política para a República, o fim do modo de produção escravocrata e a crise de desenvolvimento que se configurou nas primeiras décadas do século XX. Promoveu a riqueza do país através da derrubada da Mata Atlântica.

Durante o século XIX, grandes fazendas foram construídas, com posição geográfica e arquitetura elaborada especificamente para ocultar os escravos que seriam comercializados entre os diferentes municípios da região. Em muitos casos, o tráfico escravo interprovincial foi, sem dúvida, a mola propulsora para o enriquecimento dos proprietários, uma vez que a produção agrícola nem sempre justificava tal enriquecimento.

A partir das últimas décadas do século XIX, com o fim da escravatura, que era a base de sustentação da sociedade cafeeira fluminense, a aristocracia se empobrece, já

⁶ A capitania de São Tomé era também conhecida como Capitania do Paraíba do Sul, doada a Pero de Góis em 1536. Este foi o último lote, e o menor dentre todos, doado pela coroa; tinha 30 léguas de largura e iniciava ao sul da foz do Rio Itapemirim e se prolongava até a foz do Rio Macaé.

que não tem mais sua mão-de-obra e ainda vê a exaustão do solo e a redução das safras colhidas ano após ano. É o início da decadência gradual das fazendas produtivas.

A partir da segunda metade do século XX, diferindo da estrutura latifundiária extensiva do período colonial, a ocupação econômica caracterizou-se por processo acelerado de fracionamento da propriedade, com o conseqüente aumento do número de pequenos proprietários. Ganhou expressão o cultivo da laranja, que veio substituir as culturas existentes, trazendo consigo pessoas de outras localidades, que passaram a adquirir chácaras.

O Rio de Janeiro era uma importante porta de entrada de populações provenientes da África que atendiam à cidade, às fazendas e que formaram quilombos. Para se ter uma noção da importância dos africanos e seus descendentes na composição da população, pode-se considerar a região integrada pelas freguesias de Nossa Senhora do Marapicu, Santo Antonio de Jacutinga, São João de Meriti, Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu e a de Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu – cujos registros populacionais, entre 1779 e 1789, informam que contava com 13.054 habitantes, dos quais 7.122 escravos (GOMES 2006:27).

Outro município que merece destaque é o de Araruama, com a presença de várias fazendas vinculadas ao período escravocrata, sobressaindo-se a Fazenda Aurora, atualmente sede de um museu arqueológico. Foi construída em 1862, por Francisco Pereira da Costa Vieira. Sua posição geográfica, com uma arquitetura elaborada especificamente para ocultar os escravos que seriam comercializados entre os diferentes municípios da região, tais como Rio Bonito, Silva Jardim e outros, aponta para questões que marcaram fundamentalmente o século XIX. A construção deste prédio se deu por interesses financeiros vinculados puramente à questão do tráfico escravo interprovincial, também associado diretamente a outros fazendeiros da região. A casa grande com características arquitetônicas únicas, sendo acoplada à senzala, permitia ao senhor uma vigilância constante sobre suas propriedades, ou seja, a terra e as almas.

A rota comercial regional de escravos abrangia desde a Ponta Negra, Maricá, local de descida dos escravos, alcançando até o Rio São João, em Silva Jardim. Nesse trajeto passava por diferentes fazendas da região, dentre elas a Fazenda Aurora.

Embora a produção de açúcar, algodão, fumo e sal já estivessem em declínio a partir da segunda metade do século XIX, os censos de 1850, 1856 e 1872 mostram que a população escrava representava 92,85% em relação à população livre de Araruama no ano de 1850. Em 1856, esse índice subiu para 105,91%, ou seja, a população escrava era mais do que o dobro da população livre em Araruama nesse período. Tal índice populacional era mais alto do que o apresentado pela província do Rio de Janeiro que era de 81,9%. Essa situação indica que esse contingente populacional não era utilizado como mão-de-obra em Araruama, mas sim como mercadoria do comércio de escravos.

The background is a detailed line drawing of a map of Guanabara Bay. It features several traditional wooden sailing ships (caravelas) on the water, with people on deck. The bay is surrounded by hills and various types of trees, including palm trees. There are also depictions of indigenous people and structures. Text in Portuguese is visible on the map, such as 'RIO DE JANEIRO' and 'BAY DE GUANABARA'.

Capítulo 2

Breve Caracterização Ambiental da Baía de Guanabara

Por sua localização geográfica em área de clima tropical úmido, a região da Baía da Guanabara apresenta uma cobertura de Mata Atlântica, bioma composto por diversos ecossistemas situados, principalmente, nos alinhamentos montanhosos que se encontram próximos ao litoral, sendo típicos da Serra do Mar, serras litorâneas, maciços isolados e ilhas da Guanabara. Ocorrem ainda os Campos de Altitude com vegetação campestre, apenas no Parque Nacional da Serra dos Orgãos, cuja altitude é superior a 1900m, com diversidade de classes de solo associadas a afloramentos rochosos (AMADOR, 1997; 2013).

A Mata Atlântica, ou Floresta Ombrófila Densa, se apresenta de maneira diferenciada em toda sua área, com variações de acordo com o tipo de solo, de clima, com a topografia, além da relação entre a disposição do relevo e a trajetória das chuvas e dos ventos do Oceano Atlântico. É subdividida, principalmente, com base na distribuição por altitude: na área da Baía da Guanabara foram reconhecidas as florestas das Terras Baixas, Submontana, Montana e Alto Montana ou Mata de Altitude, que se caracterizam de maneira diferenciada (*op cit.*, 1997; 2013).

Exemplares da Mata Atlântica podem ser encontrados no Parque Nacional da Tijuca, a 1.022m de altitude, reflorestado com espécies nativas no século XIX. O maciço da Pedra Branca, de formação rochosa de calcário, com 1.025m de altitude, destaca-se por apresentar uma cobertura vegetal de Mata Atlântica com cedros, jequitibás e ipês e com uma variedade de espécies faunísticas, como jaguatiricas, preguiças-de-coleira, tamanduás-mirins, pacas, tatus e cotias, além da presença de bens culturais, tais como as ruínas de antigas sedes e o aqueduto, entre outros.

Os manguezais são ecossistemas de transição entre ambiente terrestre e marinho, regulada pela ação das marés. Considerado como berçário da vida, sendo responsável pela manutenção da cadeia biológica. A fauna dos manguezais é constituída por espécies residentes, semi-residentes e visitantes. Como residentes, destacam-se os crustáceos e moluscos e, como semi-residentes, peixes e camarões. Os vegetais mais conhecidos são *Rhizophora mangle* (mangue vermelho), *Laguncularia racemosa* (mangue branco) e *Avicennia spp*, entre outras (*op cit.*, 1997; 2013).

Nas feições geomorfológicas costeiras ocorrem restingas, terraços marinhos e dunas. As restingas, cordão arenoso próximo ao mar acima do nível da maré alta, apresentam uma cobertura de plantas herbáceas e fauna característica. Os

terraços marinhos, acúmulos arenosos, apresentam a mesma fauna e flora típicas das restingas, presentes na Ilha do Governador. As dunas, elevações formadas por areias finas depositadas sobre as restingas, transportadas pelo vento, ocorrem na faixa oceânica. As lagoas também estão presentes no litoral da Baía de Guanabara (*op cit.*, 1997; 2013).

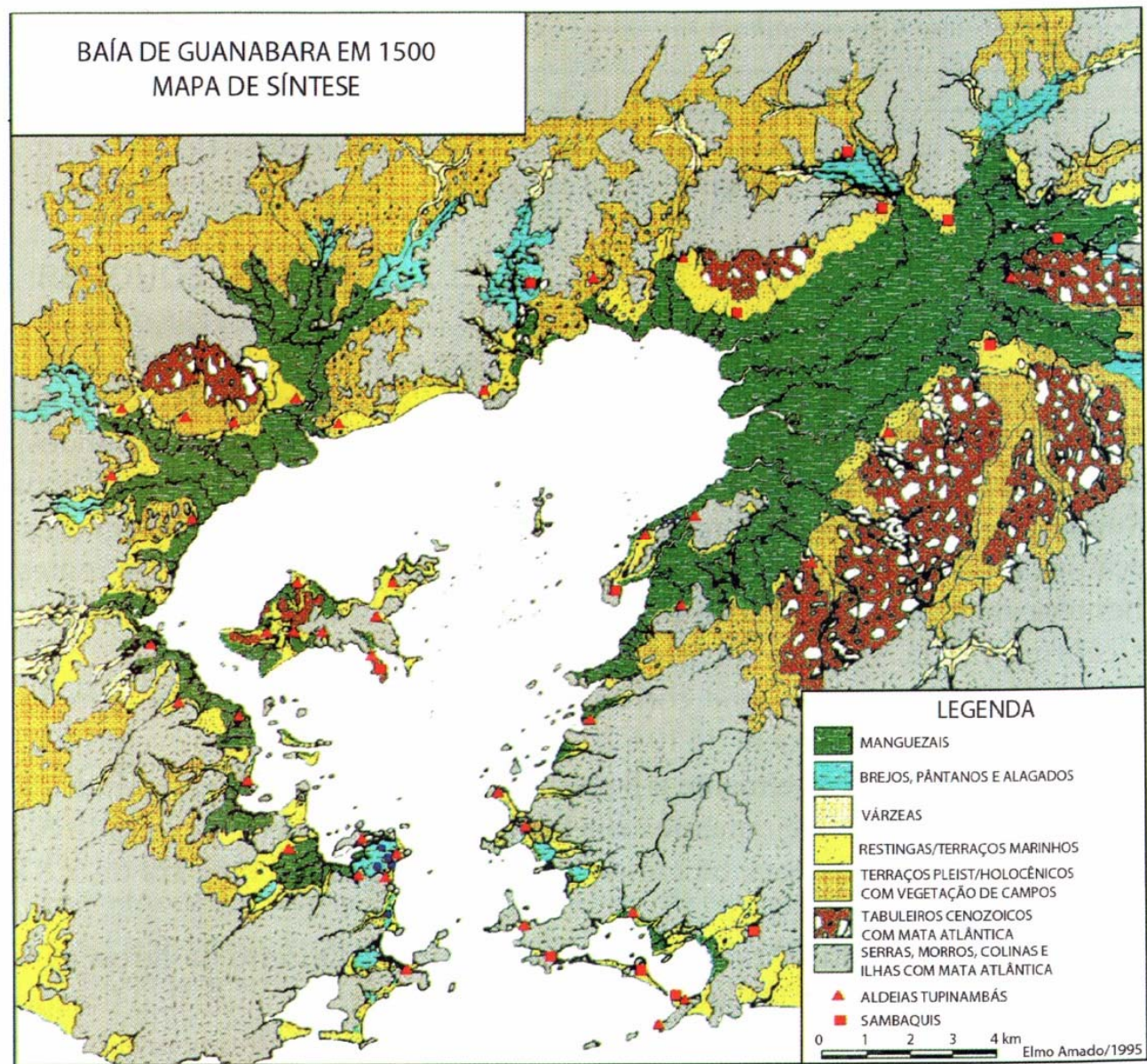
Ocorrem, ainda, as praias com suas características próprias e as ilhas. Os brejos são ecossistemas de águas rasas e semiparadas, cobertos com ervas de diversos tipos e tamanhos, podendo ser permanentes, temporários ou terem um núcleo permanente com uma zona que se altera de acordo com a época do ano. A vegetação de brejo é formada por uma variedade de vegetais fixos no fundo, flutuantes livres ou presos no fundo, dentre outros. Estão presentes, ainda, árvores e arbustos. No período colonial, os brejos e alagados da Baía da Guanabara ocupavam uma superfície de aproximadamente de 235 km². O clima é quente e úmido, apresentando uma média de 23°C e umidade relativa do ar de 75%.

“... é tão capaz que terá 20 léguas em roda, cheia pelo menos de muitas ilhas frescas de grandes arvoredos, e não impedem a vista umas às outras que é o que lhe dá graça.”⁷

No interior da baía concentra-se uma grande quantidade de ilhas e ilhotas, entre as quais estão:

Ilha d'Água	Ilha do Fundão
Ilha da Boa Viagem	Ilha do Governador
Ilha do Bom Jesus da Coluna	Ilha de Jurubaíba
Ilha do Boqueirão	Ilha da Laje
Ilha do Brocoió	Ilha de Mocanguê
Ilha do Caju	Ilha de Paquetá
Ilha da Conceição	Ilha do Pinheiro
Ilha das Cobras	Ilha de Pombeba
Ilha das Enxadas	Ilha do Rijo
Ilha Fiscal	Ilha de Santa Bárbara
Ilha das Flores (ilhas do Engenho, Ananases, Mexingira e Carvalho)	Ilha do Sol
	Ilha de Villegagnon

⁷ Pe. Fernão Cardim. *In*: LAMEGO, 2007:109.



Mapa síntese da Baía de Guanabara em 1500. Fonte: AMADOR, 2013:2

Milliet de Saint Adolphe (1845) assim descreve algumas destas ilhas:

Ilha d'agua

Ilha na baía de Niterói, ou do Rio de Janeiro, ao norte da ilha do Governador. Deram-lhe este nome por isso que tem muito boa água.

Ilha da Boa Viagem

Boa Viagem significa ilha alta, redonda, formada de um só rochedo alcantilado, na baía de Niterói ou Rio de Janeiro, que fecha a entrada de Saco de São Francisco, ou baía de Jurujuba. Neste ponto se estabelece uma bateria dobrada na rocha que corresponde com o forte Gravata. Uma caserna, várias casas, e uma linda igreja que passa por ser a mais antiga da província, e que é dedicada a N. S. da Boa Viagem, coroaram a sumidade desta ilha. Os homens do mar partindo do Rio de Janeiro para qualquer outro porto não se descuidam de encomendar-se à proteção da Senhora.

Ilha do Bom Jesus

Ilha da baía de Niterói, ao norte da cidade do Rio de Janeiro, e ao sul da ilha do Governador. Os capuchos, a quem a ilha pertence, tem nela uma soberba casa, com uma igreja da invocação do Bom Jesus. Esta ilha poderá ter uma légua de comprimento.

Ilha do Boqueirão

Pequena ilha circular aprazível, povoada de palmeiras, ao pé da Ilha do Governador na parte que respeita ao norte, na baía de Niterói.

Ilha da Conceição

Um dos bairros da cidade do Rio de Janeiro numa eminencia cujo há um forte e o palácio episcopal da Diocese. Em 1659 os capuchos franceses se estabeleceram nesta montanha onde catequizaram muitos índios e edificaram uma capela da invocação da Virgem Maria. Em 1707 o primeiro bispo do Rio de Janeiro escolheu aquele lugar para fazer a sua residência, e o edifício para esse feito foi sucessivamente aumentado por seus sucessores. Ajuntou-lhe o governador Freire d'Andrade um forte para defender a parte da cidade exposta ao oeste, e o vice-rei onde da Cunha o aumentou com uma oficina de armeiros onde se concertão atualmente as armas por conta do governo.

Ilha da Laje

Laje é uma ilha que reparte em duas partes desiguais a entrada da baía de Niterói, ocupado com um forte do mesmo nome construído em 1713, cujo fogo cruza com os dois fortes

de Santa Cruz e de São João. Tem este forte covas cavadas em rocha, onde as ondas se despedaçam furiosas, que servem de prisão para os presos de Estado.

Ilha de Paquetá

Paquetá Ilha fértil e aprazível da baía do Rio de Janeiro. Em 1565 Ignácio de Bulhões obteve uma sesmaria nesta ilha, e no ano seguinte Fernão Valdez alcançou o restante dela. Em 24 de Novembro de 1698 sagrou-se nela uma igreja que tinha por padroeiro São Roque. Como os moradores se achassem no meio da baía, e a 3 léguas da matriz de Magé, serviu-lhes aquela igreja de paróquia desde o ano de 1728, mas edificando-se na mesma ilha outra igreja de pedra e cal da invocação do Bom Jesus do Monte, teve esta as honras de paróquia por decisão episcopal de 21 de junho de 1769. Por esta nova criação, o vigário de São Gonçalo perdia menos terras que o de Magé, o que não obstante não deixou de protestar contra ela, por isso que desanexavam do termo de sua freguesia as ilhas d'Itaoca e de Jerobaiuba, vizinhas da de Paquetá, obteve por sentença a supressão da nova freguesia, e ficou a igreja do Bom Jesus do Monte sendo uma das filiais de Magé até o ano de 1816, em que o Príncipe regente depois D. João VI a reintegrou no título e prerrogativas de paróquia. Além desta igreja subsiste sempre a de São Roque, cuja festa é celebrada todos os anos com grande magnificência. A ilha de Paquetá tem obra de meia légua de comprimento com 600 braças em sua maior largura, é em parte rasa, em parte montanhosa, e tem vários portos, para receber os gêneros que vão para cidade do Rio de Janeiro. A parte rasa acha-se ocupada por lindas chácaras, e a parte montanhosa que jaz ao sudoeste plantada de cafezais e canaviais. Os riachos cristalinos de que é regada são suficientes. Esta ilha andou sempre anexa ao distrito da vila de Magé, mas por decreto de 23 de março de 1833 se acha dele desmembrada, e faz atualmente parte do da cidade do Rio de Janeiro.

Ilha Pombeba

Ilha Pombeba da baía de Niterói ou de Rio de Janeiro, defronte da Igreja de São Cristóvão. Acha-se atualmente no termo da nova freguesia do nome da sobredita povoação.

Ilha do Rijo

Ilha do Rijo é uma pequena ilha muito alga da baía de Niterói, perto da do Governador, na província do Rio de Janeiro.

Ilha Santa Barbara

Ilha da baía Niterói, ao noroeste e a pequena distância da cidade do Rio de Janeiro. Chamou-se em princípios ilha das Pombas, nome que trocou no de Santa Barbara, depois que o vice-rei conde da Cunha mandou fazer nela um forte com uma

casa para a pólvora. O forte passou a ser hospital, e depois a ser cadeia.

A Região Hidrográfica da Baía de Guanabara é formada pela captação de água das bacias hidrográficas dos inúmeros rios. As maiores bacias são as dos rios Guapi/Macacu, Caceribu, Iguaçu/Sarapuí, Estrela/Inhomirim/Saracuruna, Meriti/Acari, Guaxindiba/Alcântara, Canais da Cunha e do Mangue, Bomba, Imboáçu, Suruí, Roncador, Magé e Iriri. Os rios que deságuam na Baía são:

- | | |
|--------------------|----------------------|
| 1. Canal do Cunha | 18. Rio Marimbondo |
| 2. Canal do Mangue | 19. Rio Méier |
| 3. Rio Acari | 20. Rio Meriti |
| 4. Rio Alcântara | 21. Rio Pavuna |
| 5. Rio Bomba | 22. Rio Piraquê |
| 6. Rio Caceribu | 23. Rio Quitungo |
| 7. Rio Carioca | 24. Rio Roncador |
| 8. Rio Estrela | 25. Rio Saracuruna |
| 9. Rio Guapi | 26. Rio Sarapuí |
| 10. Rio Guaxindiba | 27. Rio Suruí |
| 11. Rio Iguaçu | 28. Rio Timbó |
| 12. Rio Imboáçu | 29. Rio Trapicheiros |
| 13. Rio Inhomirim | 30. Rio Iriri |
| 14. Rio Irajá | 31. Rio Guaraí |
| 15. Rio Macacu | 32. Rio Guapimirim |
| 16. Rio Magé | 33. Rio Joana |
| 17. Rio Maracanã | 34. Rio Jequiá |



Capítulo 3

O Período Pré-Colonial

Sambaquieiros

Ceramistas

A Invasão Europeia: Primeiros Contatos

Sambaquieiros

Embora identificados no Brasil desde o século XVI, pela sua importância econômica, e tidos por alguns como remanescentes de grupos humanos antigos desde o século XVIII (LIMA, 2000), os sambaquis foram temas de longas discussões até que sua origem antrópica fosse definitivamente aceita e, desde então, a importância arqueológica destes testemunhos é reconhecida (GASPAR *et al.*, 2013).

Não sabemos quando chegaram a este trecho da Guanabara, mas provavelmente já vagavam por aqui desde o final do período geológico anterior ao atual, em uma época em que não existia sequer a Baía da Guanabara. O clima frio e seco de todo o Mundo, mesmo que mais cálido do que fora alguns milênios antes (durante o período glacial), ainda conservava o nível do mar muito abaixo do atual. Quem quisesse ir à praia teria de caminhar muitos quilômetros pela planície e pelos vales enxutos, hoje inundados pelo mar. No lugar da baía, existia um vale que reunia as águas dos rios que hoje bordejam o litoral guanabario e formavam um único curso d'água que penetrava quilômetros por onde hoje reina o oceano, desaguando em um velho, frio e diferente Atlântico⁸.

Sobre os sambaquis, Gaspar (2007) escreve:

São sítios arqueológicos monticulares distribuídos por toda a costa brasileira, ocupando principalmente zonas de tons ecológicos cambiantes, como regiões lagunares e áreas recortadas de baías e ilhas. Estes sítios (também chamados de concheiros) variam bastante de tamanho e, especialmente no litoral sul catarinense, podem atingir dimensões impressionantes, alcançando até 70 metros de altura e 500 metros de comprimento. Em geral exibem uma sucessão estratigráfica de composição diferenciada: camadas de conchas mais ou menos espessas intercaladas por numerosos estratos finos e escuros, ricos em materiais orgânicos, com muitas estruturas distribuídas em áreas específicas.

Os sambaquis são as evidências mais antigas de sítios arqueológicos no Rio de Janeiro e, segundo Dias (2011), a ocupação foi favorecida pela proliferação de bancos de mariscos, embora esses não fossem a alimentação exclusiva desses povos. É

⁸ DIAS & NETO, 2011:67.

fundamental ressaltar, ainda que se tenha adotado a denominação tupi para as estruturas erguidas pelos sambaquieiros como “amontoados de conchas”, as pesquisas mostram que, na realidade, são estruturas propositadamente construídas para receber os mortos, com técnicas indicativas de posicionamento estratégico, assim como a forma de deposição das camadas e dos artefatos ali depositados. São sítios que se caracterizam como uma elevação de forma arredondada que podem chegar a mais de 30m de altura, com material composto basicamente por conchas, ossos de peixe e de mamíferos.

Como citado no Capítulo 1, muitos foram os sambaquis identificados na faixa litorânea fluminense, datados desde 9.000 anos AC⁹, sendo que os datados a partir de 4.500 anos AC são bastante abundantes, sugerindo que, neste período, esse sistema sociocultural estivesse em expansão. Determinadas áreas dos sítios foram espaços dedicados ao ritual funerário e lá foram sepultados homens, mulheres e crianças de diferentes idades, o que resulta na interpretação predominante nas pesquisas arqueológicas de que eram cemitérios (GASPAR *et al.*, 2013). Os sambaquis contam com inúmeros artefatos de pedra e de osso, marcas de estacas e manchas de fogueira, que compõem uma intrincada estratigrafia. O material que mais se sobressai na composição dos sambaquis são as conchas de berbigão, cujo nome científico é *Anomalocardia brasiliana*, diferentes espécies de ostras, a almeijão ou *Lucina pectinata* e os mariscos.

Estudos recentes, beneficiados pelo desenvolvimento da Bioarqueologia e da Paleoetnobotânica, por exemplo, demonstram que a pesca e consumo de vegetais eram de grande relevância para a dieta dos sambaquieiros, tendo os moluscos importância central para as construções (BIANCHINI, 2008). A incrível complexidade deste tipo de testemunho pré-colonial é determinada pela diversidade cultural e biológica de seu conteúdo e pelas diferentes condições de preservação nos tempos e espaços em que foram construídos, o que parece ser reflexo da própria organização social dos sambaquieiros (LIMA e MAZZ, 2001)

Estes grupos apresentam um complexo sistema de crenças que pode ser percebido pelas análises de estruturas funerárias encontradas, onde os enterramentos obedeciam a uma ordem cerimonial e, normalmente, com evidências de fogueiras e

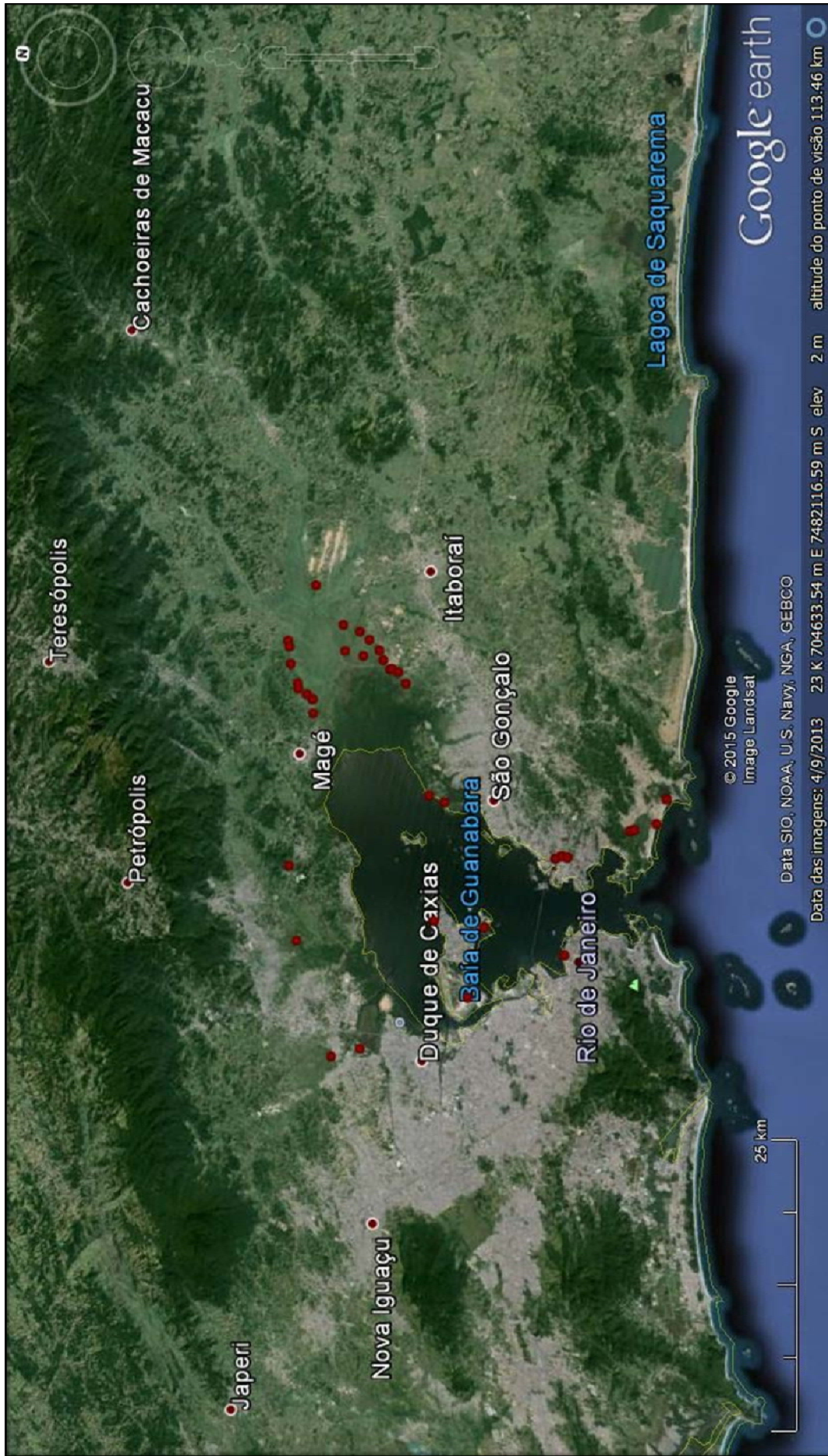
⁹ Datação realizada para o Sambaqui de Camboinhas, em Niterói – RJ (MELLO; COELHO, 1989)

ocorrência de artefatos indicativos de rituais. Para Gaspar (2004), a significativa recorrência de material ósseo humano em sambaquis subsidia a tese que estes sítios possuem função mortuária e a ocorrência de artefatos, como esculturas de pedra, evidenciam o caráter religioso dos povos caçadores-coletores do litoral brasileiro no período pré-colonial. Para Klokler (2001, 2008) os vestígios de alimentos encontrados junto aos esqueletos são oferendas fúnebres depositadas para os mortos. Neste contexto, Bianchini (2008) aponta para o uso ritualístico de fogueiras de forma sistemática e regular, verificado através das análises antracológicas.

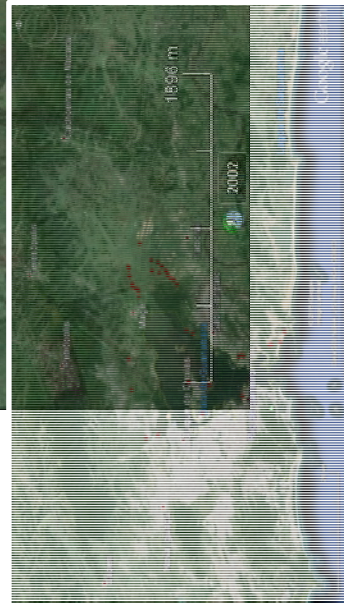
As datações indicam que os sambaquis estiveram ativos durante grande intervalo de tempo. Parte significativa funcionou por mais de 100 anos e alguns estiveram ativos por vários séculos. Trata-se de um amplo intervalo de tempo que aponta para um sistema sociocultural muito bem estruturado e estável. Porém, é evidente que ocorreram mudanças regionais e temporais, que estão sendo observadas por estudos arqueológicos. Mudanças sociais resultam do próprio funcionamento do sistema sociocultural e da sua constante adaptação aos diferentes e dinâmicos ambientes e são, também, decorrentes da interação social com outros grupos culturais contemporâneos. É este contato que explica, ainda, a desestruturação da sociedade sambaquieira e sobre os quais as pesquisas sugerem que, inicialmente, os sambaquieiros estabeleceram relações de troca com ceramistas do interior, intercâmbio que explica a presença de cacos de cerâmica nos últimos níveis de ocupação de muitos sítios sem que tenham ocorrido mudanças significativas em outros aspectos da cultura material. Em um segundo momento, por volta de 1.950 anos AP, os ceramistas, superiores tecnologicamente e em processo de expansão territorial, passaram a colonizar o litoral e, dessa forma, desestruturaram o sistema social que durante longo tempo havia sido soberano (BARBOSA, 2007).

Considerando as características dos grupos que estavam na costa do Rio de Janeiro quando os europeus chegaram, os sambaquieiros devem ter sido incorporados ou eliminados. Embora ainda não se saiba em detalhes como se deu a desestruturação do modo de vida dos sambaquieiros, quando os europeus chegaram, a costa era dominada pelos Tupinambá, povo guerreiro e que tinha o canibalismo entre seus costumes, não mais se construíam sambaquis. Cabe lembrar que no período que os europeus começaram a construir suas edificações, muitas vezes utilizaram as conchas

que compõem os sambaquis como material construtivo. A exploração dos sambaquis associada à expansão urbana acabou por impactar a grande maioria desse tipo de sítio arqueológico. As áreas preservadas, como Guapi e Magé, podem ser tomadas como um parâmetro sobre a quantidade de sambaquis que existiam no entorno da Baía de Guanabara.



Em vermelho, a localização aproximada de Sambaquis no entorno da Baía de Guanabara
Autor: Marcela Andrade, 2015



Sambaquis localizados no município de Guapimirim, em destaque, ao Norte da Baía de Guanabara (Autor: Marcela Andrade, 2015)

Os sambaqueiros inauguraram a colonização do litoral e foram durante muito tempo os soberanos da costa. A manutenção dos espaços ocupados, a expansão territorial e o aumento do número de sambaquis ao longo do tempo indicam que a sociedade dos pescadores-coletores estava em processo de desenvolvimento e replicação do seu modo de vida na região sudeste. A expansão parece ter se dado de maneira pacífica sem que a guerra ou a disputa corporal entre os próprios sambaqueiros fizessem parte da estrutura social, apoiando-se em relativa estabilidade ambiental, territorial e baixa interação com outros grupos. Dessa maneira, quando se intensificou o contato com os ceramistas, a sociedade sambaqueira não foi capaz ou não teve tempo para criar uma resposta social que garantisse a manutenção de seu território e de seus costumes, tornando-se inviável a continuidade da construção de sambaquis (SCHEEL-YBERT, 1998; GASPAR, 2004).

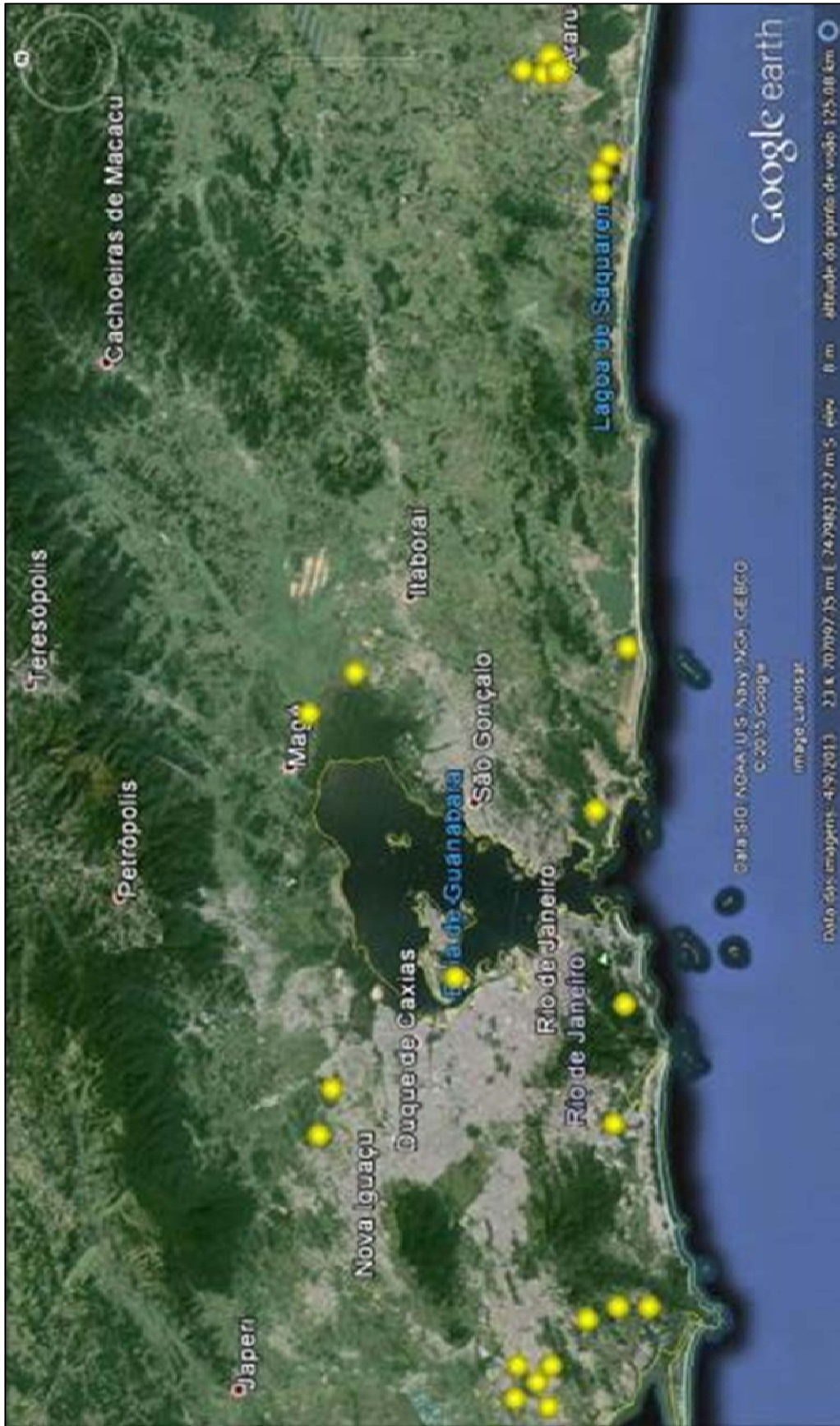
Na faixa litorânea da Baía de Guanabara, desde a primeira metade do século XX, diversos pesquisadores identificaram um grande número de sambaquis. Entre estas localidades, as regiões litorâneas de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Magé e Guapimirim, além de uma pequena parte do Rio de Janeiro foram alvo de estudos sistemáticos realizados por pesquisadores, como Lina Kneip, Maria da Conceição Beltrão, Oswaldo Heredia, Alfredo Mendonça de Souza, Sheila Mendonça de Souza, Maria Dulce Gaspar e Ondemar Dias. Entretanto, Duque de Caxias, assim como a faixa Oeste da Baía de Guanabara não foram contemplados por pesquisas que se voltaram para a identificação de sambaquis o que não permite avaliar o quantitativo deste tipo de sítio para estas áreas.

Ceramistas

As referências cronológicas para a mudança no hábito de construir os sambaquis remetem a um período em torno do início de 1950 anos AP. As mudanças observadas coincidem, em termos cronológicos, com uma reordenação espacial dos grupos sociais que ocupavam o leste da América do Sul. Há 7.000 anos AP, mudanças sociais começaram a ser gestadas na região Amazônica e, nos últimos 4.000 anos AP, uma ebulição cultural ocorreu na região, envolvendo crescimento demográfico, mudanças profundas na economia e na organização social das populações. Dentre esses eventos, há o surgimento de grandes aldeias na Amazônia, Brasil Central e Pantanal que indica crescimento populacional e adoção de um estilo de vida mais sedentário e mais dependente da agricultura do milho e da mandioca. Inaugura-se, assim, uma nova maneira de manejar o ambiente e transformar a paisagem (Silva *et al.* 2004). Com os deslocamentos populacionais que ocorreram na Amazônia e no Brasil Central se dá todo um rearranjo dos grupos sociais que habitavam o território que veio a ser o Brasil. Houve deslocamentos de populações e intensificação dos contatos entre diferentes grupos culturais, com significativa interação social que acabou por ter forte impacto na vida dos sambaquieiros e que teve como desfecho a invasão do território dos pescadores-coletores.

Os Tupinambá teriam chegado ao Rio de Janeiro através da costa e/ou seguindo o vale do Rio Paraíba do Sul. Segundo datação radiocarbônica obtida para a aldeia de Morro Grande, por volta de 1740± 90 anos AP, a região de Araruama já estava ocupada (BUARQUE, 1999) e por volta de 1600 anos passados o mesmo ocorria na região de Guaratiba (DIAS, 1994/95). A expansão Tupinambá ocorreu em um território fortemente ocupado por outros grupos. Conforme Buarque (1999), no Rio de Janeiro, à época do descobrimento, os Tupinambá reinavam absolutos em quase toda a extensão, estavam presentes desde o Cabo São Tomé até Angra dos Reis, passando pelo vale do Rio Paraíba do Sul.

Diferente dos sambaquis, que se destacam na paisagem, os testemunhos dos Tupinambá, em decorrência de suas características, são de difícil identificação em centros urbanos, mas os documentos históricos referem-se a uma intensa ocupação do entorno da Baía de Guanabara e suas ilhas.



Localização aproximada de aldeias Tupinambá em amarelo (Gaspar, 2009)

A Invasão Europeia: os Primeiros Contatos

“Salienta Pigafetta o dom de longevidade dos índios, que chegavam a atingir a idade bíblica de 140 anos de vida, discorrendo ainda sobre a alimentação, os processos rudimentares de vida, a ocupação dos homens, as armas de guerra, as formas de convivência humana e ideal monoândrico das mulheres casadas. Pertenciam os índios do Rio de Janeiro à grande família dos Tupis-guaraní, sendo diferentes, nas formas de vida social, dos grupos nativos que vieram encontrar depois na região vizinha do Rio da Prata.”¹⁰

Conforme descrito por Almeida (2013), astecas, incas, iroqueses, sioux, tupinambá, aimorés e vários outros grupos, com sociedades extremamente distintas em nível de complexidade, tornaram-se todos *índios* no final do século XV e início do XVI. Os europeus distinguiam os nativos em dois grandes grupos: os aliados, integrados à colônia ou que permaneciam em suas aldeias colaborando com os portugueses, e os inimigos, geralmente chamados de gentios ou índios bravos.

No século XVI, os Tupi predominavam na costa brasileira e tiveram contato mais próximo com os portugueses, tornando-se os mais conhecidos e descritos. Os tamoios e temiminós, ambos do tronco tupi e instalados nos arredores da Baía de Guanabara, foram os principais personagens na guerra de conquista do Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2013).

Nas três primeiras décadas do século XVI predominaram as relações de escambo e os franceses frequentavam a costa tanto quanto os portugueses. As trocas incluíam produtos variados, com os nativos em busca de armas de fogo, instrumentos de ferro e outros produtos, enquanto os europeus queriam pau-brasil, alimentos, escravos e mulheres, entre outros. Os franceses tinham práticas diferentes dos portugueses. Em vez de fundarem feitorias, deixavam na região um intérprete que se encarregava de organizar o trabalho e abastecer os navios, o que permitiu relações mais amistosas e tornou mais fácil a fundação da França Antártica. De acordo com relatos de viajantes, a relação dos franceses com os índios diferia da dos portugueses principalmente quanto à tolerância com os costumes (ALMEIDA, 2013).

¹⁰ SERRÃO, J.V. **O Rio de Janeiro do século XVI**. 1965.

Ainda no primeiro terço dos quinhentos, a Coroa portuguesa preparava o caminho para sua grande investida contra o maior reduto antilusitano da colônia, a Guanabara, cobiçada pelos franceses, além de ser ponto estratégico da região sul, ameaçava as capitanias de São Vicente e Espírito Santo. A guerra contra os franceses e os tamoios no Rio de Janeiro colocava-se como uma necessidade territorial e religiosa. Desde 1557 havia a proposta da fundação de uma cidade no Rio de Janeiro como única forma de defender a região e impedir os franceses de amotinar os nativos. Em defesa de sua terra, os portugueses contariam com ajuda de aliados muito especiais: “os índios do Gato”, fiéis temiminós de Arariboia e principais protagonistas dos acontecimentos posteriores na Guanabara. Os índios do Gato, também chamados maracajá, liderados por Maracajaguaçu – Grande Gato – eram os habitantes da ilha que, mais tarde, veio a ser chamada Ilha do Governador (ALMEIDA, 2013).

A chegada dos europeus teve consequências drásticas para os nativos brasileiros, uma vez que a exposição a agentes patogênicos e a dominação europeia transformaram, rapidamente, a rotina dos grupos nativos (CROSBY, 1993). A exploração do pau-brasil, através da prática do escambo, modificou hábitos e costumes dos nativos, tendência ampliada com o início de práticas agrícolas e pastoris. O povoamento da região se fez pela penetração através de rios que nascem nas serras, aproveitando a existência de terras “pacificadas” o que corresponde a dizer que no final do século XVI os nativos já haviam sido praticamente exterminados ou expulsos. Os colonos europeus ocuparam as terras das antigas aldeias, sendo o seu objetivo principal fundar engenhos de açúcar, valendo-se inicialmente de indígenas escravizados e mais tarde de escravos procedentes da África (DIAS, 2003).

The background is a detailed line drawing in a light grey tone. It depicts a colonial scene. In the foreground, there are several tall, conical structures, possibly fortifications or storage towers, with a grid-like pattern on their sides. To the left, a large sailing ship with multiple masts is visible. In the upper left, a circular emblem or seal is partially visible, containing various symbols and text. The overall style is that of a historical woodcut or engraving.

Capítulo 4

O Período Colonial

A Conquista
As Fortificações
As Singularidades
A Ocupação Colonial

A Conquista

“A Guanabara é um palpitante mostruário permanente dos mais afastados povos e das mais diferentes culturas de todos os cantos da terra. Nessa moldura, larga e profunda, enumerai as velas, as bandeiras, os mastros. Fazei a chamada dos homens e encontrareis todas as raças, cores e linguagens. Há os que vêm da China e das Índias, olhos rasgados, tez bistrada, cabelo liso, gente exaurida, gente do Oriente que definha entre o sabre e o pagode. Há os louros do Norte, os que vêm da Noruega, da Suécia e das Rússias, espécie ativa e robusta, cujo olhar velado esconde todas as energias e os grandes sonhos. Eis aqui as carapinhas d’África, os galos barulhentos da França, os taciturnos da Inglaterra e da Holanda. Há os também que não dormem nunca, os americanos do Norte e os crioulos que dormem toda a vida. É a terra”. “A população do Rio de Janeiro, fixa ou flutuante, excede quatrocentas mil almas. Muito menos que Nova Iorque. Sendo que o Rio é mais rico em espécies, em tipos, e encerra em seus muros vinte povos diversos. Salvo o samoiedo e o lapônio, companheiros de rena, habitantes do gelo, lá encontrareis todas as raças, todas as cores, todos os perfis”. (LAMEGO, 2007:14)

Desde o início do século XVI o litoral do Brasil já era frequentado pelos navegadores europeus em busca de novas terras no Novo Mundo, cujas extensão e riqueza eram contadas aos quatro cantos do Velho Continente. Assim que os navios chegavam à costa, os conquistadores tratavam logo de descrever as maravilhas existentes na imensidão das terras do outro lado do Atlântico: fantásticas notícias sobre os nativos de hábitos estranhos, as imensas florestas habitadas por fabulosos animais, os rios caudalosos, as montanhas que atingiam as nuvens, as inesgotáveis reservas de pau-brasil e especiarias e, sobretudo, os tesouros incalculáveis que o solo, muito rico, deveria conter (TEIXEIRA FILHO, 1975:14).

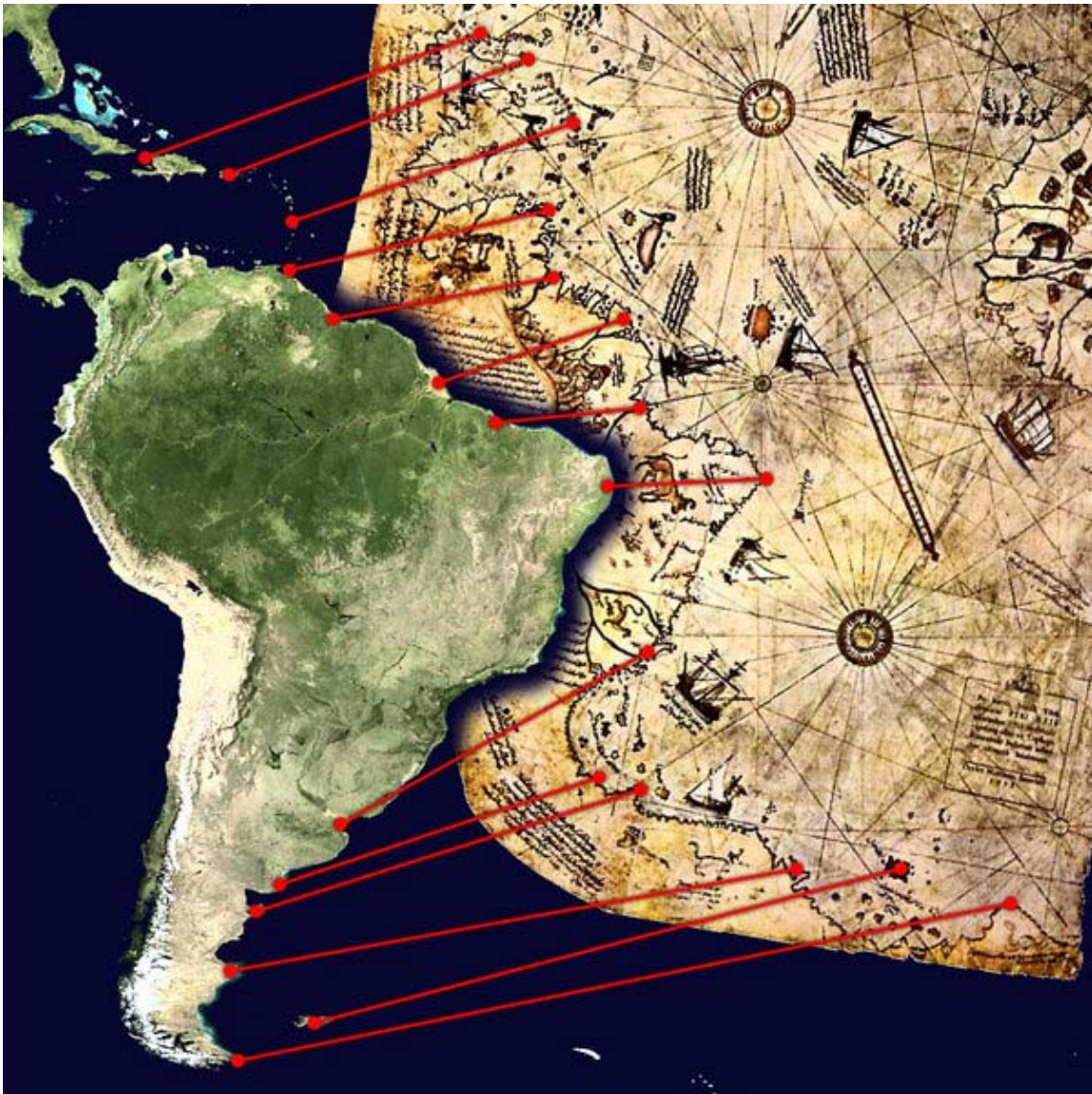
Durante os primeiros séculos, essas foram as descrições que formavam o ideário europeu sobre o Brasil, desde a carta de Pero Vaz de Caminha, dirigida a D. Manuel, o soberano português, datada de 1 de maio de 1500. Os navegadores, cronistas, cartógrafos e artistas do século XVI deram à terra brasileira, através de suas narrativas e seus desenhos, os contornos e acidentes das terras recém-descobertas. Dessa forma, a colônia passou a figurar no conjunto de mapas-*mundi* com uma sucessão de nomes, desde Vera Cruz, passando por Terra dos Papagaios até que se chegasse a Brasil.

O mapa-*mundi* de Piri Reis, de 1513, foi o primeiro a fazer referências à Baía da Guanabara, descrita como um rio descoberto em janeiro, identificado com o nome de *Sano Saneyro*. Mas, foi a carta de Pedro Reinel, do *Atlas Muller*, de 1519, o primeiro mapa a identificar a Guanabara com o nome de Rio de Janeiro e a representá-la corretamente como uma baía na qual deságuam rios e não como a foz de um grande rio conforme aparece em grande parte dos mapas dos séculos XVI e XVII (TEIXEIRA FILHO, 1975:15).

“Descoberta” nos primeiros anos dos quinhentos, era chamada pelos nativos de Niterói, que significa água escondida, o que tão bem define o braço de mar oculto pelos paredões da barra e pelas ilhas. Segundo Nelson Costa (LAMEGO, 2007:143), os nativos deram esse nome à porção oriental, designando à parte sul o nome de Guanabara, que significa braço de mar.



Mapa mundi de Piri Reis. No prefácio de seu livro *Bahrye*, Piri Reis descreve como se baseou e preparou este mapa, na cidade de Galipóli, entre 9 de março e 7 de abril de 1513.
Disponível em: <<http://thoth3126.com.br/brasil-e-o-mapa-de-piri-reis>>



As distorções que aparecem nas ilustrações existem apenas em uma interpretação linear, sobre uma mesa de superfície plana, mas, ajustando os mapas ao globo terrestre desaparecem as incorreções e tudo, mares, ilhas, ficam em seu lugar. Como se o *mapa mundi* tivesse sido feito em nossos dias, baseando-se em uma só fotografia a grande altitude.

Disponível em: <<http://thoth3126.com.br/brasil-e-o-mapa-de-piri-reis/>>



Carta de Pedro Reinel, do *Atlas Muller*, de 1519, o primeiro mapa a identificar a Guanabara com o nome de Rio de Janeiro e a representa-la corretamente como uma baía na qual deságuam rios e não como a foz de um grande rio. Disponível em: <http://www.ribatejo.com/hp/base/cgi-bin/ficha_imagem.asp?cod_imagem=129>

Quando do descobrimento do Brasil pelos europeus, em 1500, Portugal tinha sua atenção concentrada no Oriente, e pouco fez em relação às terras recém-descobertas. Inicialmente Portugal adotou uma estratégia similar à que realizava na costa da África: feitorias através das quais poderiam ser comercializados os produtos da terra (pau-de-tinta e animais exóticos), e que foram, a princípio, exploradas por particulares, tal como aconteceu no Brasil. A Coroa Portuguesa optou por um arrendamento a um grupo de comerciantes de Lisboa, entre os quais o principal era Fernando de Loronha¹¹ (Noronha), já experiente no comércio com a África e com as Índias. Não se tem notícia do lucro obtido, mas sabe-se que em 1505 a Coroa retomou o controle direto do comércio no Brasil e seguiu o método adotado na África de criar feitorias reais em pontos estratégicos no litoral, embora permitindo, sob certas condições, que particulares comerciassem com os indígenas. A documentação disponível sobre esse comércio se resume praticamente a uma expedição cujo *Regimento*¹² revela a essência desse sistema: a viagem¹³ da *Nau Bretoa*, em 1511. O capitão da expedição foi Cristóvão Pires, e o piloto João Lopes de Carvalho¹⁴, o mesmo que teria vindo na expedição de 1503 e, ao que tudo indica, teria sido um dos primeiros moradores da Baía de Guanabara. A *Nau Bretoa* partiu de Lisboa em 22 de fevereiro de 1511, tendo um destino definido, o de Cabo Frio, local que foi alcançado em 26 de maio. A expedição ali permaneceu cerca de dois meses, o que demonstra claramente o objetivo comercial da viagem, que ainda tinha como incumbência avaliar as possibilidades econômicas dessa região e das vizinhas. Entre as instruções entregues ao capitão havia *uma recomendação do Rei para que não se fizesse mal à gente da terra*, bem como a informação de que iam a bordo os novos funcionários que deveriam assumir a feitoria de Cabo Frio: o feitor João de Braga e o escrivão, Jerônimo. De onde se conclui que uma das funções da nau *Bretoa* era a de render os oficiais dos estabelecimentos que ali já estavam, o que estabelece a continuidade dessa prática. O

¹¹ A Coroa concedeu um monopólio comercial de três anos, sem qualquer pagamento no primeiro ano, um sexto dos lucros no segundo e um quarto no terceiro. Em troca, o arrendatário comprometia-se a enviar seis navios a cada ano para explorar as trezentas léguas de costa e construir feitorias, ou seja, um posto comercial fortificado. CORTESÃO, Jayme. **A História do Brasil nos Velhos Mapas**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco, 1965. p. 265-266.

¹² Publicado por Varnhagen e por Mello de Moraes e Antonio Baião.

¹³ Serrão acredita que outras expedições teriam tido lugar anteriormente a essa data.

¹⁴ Viveria 4 anos entre os índios e viria a ser piloto da nau *Concepción*.

Regimento¹⁵ determinava, ainda, que fossem entregues ao feitor que se achava no dito cabo as mercadorias levadas na nau, o que prova a existência anterior de uma feitoria e de seu respectivo feitor, que teria, naturalmente, o encargo de preparar os carregamentos de madeira para as naus portuguesas, e confirma a existência de um ou mais portugueses nesse entreposto, deslocando-se o feitor por terras vizinhas, o que está de acordo com o texto do livro da *Nau Bretoa: tanto que em boa hora chegardes ao cabo frio onde estiver ho feitor, lhe entregareis todas as mercadorias que levardes...*

Há no livro a notícia de um roubo: *aos cinco dias do mês de maio se furtou certa mercadoria da armação, a saber: machados, machadinhas e cunhas...e logo depois foi feita essa diligência que se segue...* Foi encontrada parte da mercadoria roubada entre os tripulantes, que, naturalmente, queriam-na para uma troca individual com os indígenas. O incidente demonstra que esse pequeno tráfico da marinhagem já era um costume, como fica implícito no próprio texto do Regimento, cuja intenção era coibi-lo: *e não consentireis que nenhuma pessoa que nela (na nau) vá, possa comprar ferramenta, que para isso levem, somente o possam fazer da dita nau.* E adiante, após proibir a venda de armas: *poderão levar facas e tesouras como sempre levaram.* Era, portanto, permitido levar apenas **pequenas ferramentas**, porque o comércio das grandes era monopólio dos arrendatários, armadores das naus. Fica, então, muito clara, a explicitação da continuidade do comércio, que, como observa Jaime Cortesão, dificilmente poderia ser inferior a dez anos. E a menção à feitoria e a um feitor, que deveria ser procurado onde estivesse, atesta não só a sua preexistência como também a preparação para a coleta do pau-brasil, tarefa penosa que incluía deslocamentos na mata, o corte e o carregamento para a feitoria. Um documento da época, uma carta de Duarte Coelho ao rei, D. João III¹⁶, testemunha as dificuldades: *... porque o brasil (referência ao pau-brasil) está muito longe, não se acha*

¹⁵ Cortesão ressalta a importância desse documento: O regimento da Nau Bretoa *fornece alguns preciosos conhecimentos, dada a carência dos documentos referentes a essa época sobre a derrota dos navios que iam de Lisboa ao Brasil: as mercadorias de troca com os indígenas; os antecedentes da exploração; e as disposições da Coroa quanto às relações entre portugueses e aborígenes.* Inclusive, diz ele, graças a um roubo havido na nau cujo auto foi lavrado, temos informações sobre as normas que deveriam ser observadas com relação à mercadoria usada no escambo com os indígenas v. I, p. 280. Regimento da Nau Bretoa in *História da Colonização Portuguesa*, op. cit. v. II, Cortesão, op.cit.,.

¹⁶ Carta de 1546 In **Cartas de Duarte Coelho a El Rei, D. João III** (Reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada) por José Antônio Gonsalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque), Recife: Imprensa Universitária, 1967, p. 13-14, 87 e 106.

na praia, mas sertão a dentro e é muito trabalhoso e perigoso de se obter, e muito custoso, e os índios fazem-no de má vontade... Sobre o tempo necessário para se conseguir a madeira, ele observa: faz-se muito devagar, conforme a condição dos índios, em dez, doze meses e em ano e meio a carga de um navio...

Entende-se, portanto, a manutenção e a fixação de funcionários nas regiões de exploração do pau-brasil para a orientação do trabalho e preparação de um carregamento, como, por exemplo, o da nau *Bretoa*, que de acordo com as informações teria levado **cinco mil toras de pau-brasil¹⁷, além de 35 índios tupi e animais exóticos.**

As informações de que se dispõem, graças ao regimento da nau *Bretoa*, permitem perceber a intensidade do comércio e o interesse despertado pelos lucros que poderiam advir do pau-brasil e dos animais exóticos, fatores que justificavam a presença de outros frequentadores que não os portugueses no litoral brasileiro. A proximidade em que se achava a Baía de Guanabara e a necessidade de deslocamentos para coletar o pau-brasil permite supor que já existiam relações com o Rio de Janeiro e seus naturais. A região de Cabo Frio e a Baía de Guanabara já eram então pontos assinalados como ricos no pau-de-tinta. A cartografia da época pode nos revelar aspectos muito instigantes. Embora em mapas como o de Waldseemulle, abaixo de Cabo Frio somente estejam assinaladas a baía dos reis' e 'angra dos reis', identificadas pelos historiadores como a atual Angra dos Reis, fica demonstrado, sem dúvida, um conhecimento desse litoral, cujo grande atrativo era a riqueza das matas de **pau-brasil**. A importância desse comércio é traduzida na cartografia que demonstra a continuidade de viagens de caráter comercial entre Lisboa e o litoral do Brasil, o que ocasionou, sem dúvida, a troca da designação religiosa por, inicialmente *Terra do Brasil* e, depois, apenas *Brasil*. E as ilustrações que os acompanham demonstram essa importância na substituição das **imagens de antropofagia**, tão marcantes nos primeiros mapas, como o de Sebastião Münster, por cenas de **índios cortando ou carregando o pau-brasil**. Aliás, a presença das **ferramentas, machados e facas é facilmente atestada na iconografia**: os mapas dos séculos XVI e XVII trazem inúmeras

¹⁷ Segundo cálculos, essa quantidade levada pela nau *Bretoa* correspondia a cerca de 125 toneladas. (MARCHANT, 1943:48, 94)

ilustrações sobre o escambo realizado entre índios e europeus, o trabalho indígena na retirada do pau-brasil e na execução de outros afazeres.



Tabula Terre Nove, de Martin Waldseemüller, 1513. Destacada em verde, a Baía da Guanabara ainda com o nome de Rio de Reféns.

Disponível em: <<http://www.bl.uk/reshelp/images/americasoes/large14908.html>>



Novae Insulae XVII - Nova Tabula. Sebastian Münster, 1542.
 Disponível em: <<http://www.swaen.com/antique-map-of.php?id=24453>>



Trecho da Carta de Pedro Reinel, de 1519, onde os nativos são apresentados em cenas cortando ou carregando o pau-brasil.

Disponível em: <http://www.ribatejo.com/hp/base/cgi-bin/ficha_imagem.asp?cod_imagem=129>

A partir de 1516, houve uma mudança na orientação da política praticada em relação ao Brasil. Em parte, como reação direta pela incursão de Juan de Solis em 1515, em parte como reflexo causado pelos métodos de defesa adotados pelo

monarca espanhol e, mais provavelmente, pelo aparecimento dos primeiros navios franceses nas costas brasileiras. O comércio ilegal do pau-brasil explorado pelos franceses desde os primeiros anos do século XVI¹⁸ seria provavelmente mais relevante que as possíveis e temidas tentativas espanholas ao longo do litoral brasileiro. Os sinais disso são, muitas vezes, incidentais, como notícias de naus encontradas aqui e ali; o fato, entretanto, é que o comércio cresceu conduzido pelos franceses da Normandia e da Bretanha. Uma nau francesa, *L'Espoir*, comandada por Binot Paulmier Gonneville, tentara penetrar no comércio das Índias e casualmente se desviara do curso, vindo aportar em 1504 no litoral brasileiro. A origem da viagem devia-se ao entusiasmo derivado de uma visita que se fizera a Lisboa. Gonneville e dois normandos de Honfleur tinham visto *les belles richesses d'épiceries et autres raretés venant en icelle cité par les navires portugallois*¹⁹. Gonneville e mais alguns companheiros armaram uma única nau às próprias expensas e tomaram o destino às Índias Orientais, mas perderam a rota e aportaram no Brasil, sucessivamente na região da Cananeia e depois Porto Seguro, passando o Trópico de Capricórnio. Em lugar das especiarias, sedas e marfins do Oriente, Gonneville voltou para Honfleur carregando, além de pau-brasil, pelo menos dois indígenas de língua Tupi²⁰. O interesse foi despertado, e os comerciantes franceses vieram de diversos portos buscar o pau-de-tinta: Dieppe, Rouen, Fécamp. Inicialmente, como observa Johnson, os franceses não fizeram qualquer tentativa de estabelecer feitorias segundo o padrão português, contentando-se em comerciar diretamente de suas naus, colocando, no entanto, agentes para viver entre os índios e estabelecer relações amistosas. A competição francesa nesse setor teria prejudicado os lucros dos portugueses e levado à redução dos preços do pau-de-tinta, como consequência do crescimento de oferta nos mercados europeus,

¹⁸ JOHNSON, 1998:251. Sobre o assunto, ver os textos de Michel Mollat: "As Primeiras Relações entre a França e o Brasil: Dos Verrazano a Villegaignon" *Revista de História*, São Paulo, 1967, n. 24: 343-358; *Le Commerce Maritime Normand à la fin du Moyen Age*, Paris: 1952; *Les explorateurs du XIII au XVIe siècle. Premiers regards sur les mondes nouveaux*; Paul Gaffarel, *Histoire de Brésil français au XVIe siècle*. Paris, 1878; Lery, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil nouvelle édition avec une introduction & des notes par Paul Gaffarel*, Paris: Alphonse Lemerre, 1880.

¹⁹ Michel Mollat. *Les explorateurs du XIII au XVIe siècle. Premiers regards sur les mondes nouveaux*. Paris: Jean-Claude Lattès, 1984, p. 75-77.

²⁰Um desses indígenas, Essomericq, sobreviveu e acabou por casar-se com uma parenta de Gonneville. In: *Relação Autêntica de Binot de Gonneville registrada no Tribunal de Rouen*, em 1505. RIHGB, Rio de Janeiro: 49, 2, 1886.

sobretudo em Antuérpia. Além disso, o constante embate e captura de navios portugueses pelos franceses concorreu para tornar o comércio caro e perigoso.

A Coroa Portuguesa viu-se obrigada a reagir e inicialmente começou a aplicar estratégias que já empregara no oceano Índico: enviar uma armada para patrulhar os mares e capturar ou afundar navios estrangeiros não autorizados. D. Manuel e o seu Conselho inauguraram o que foi denominado de *capitanias do mar*²¹. Os objetivos eram claros: viagens ao longo da costa brasileira para defendê-las das incursões dos franceses e dos castelhanos ou de alguma tentativa de fixação no território pertencente à Coroa Portuguesa; garantia do monopólio de navegação (*mare clausum*²²); e continuidade na exploração descobridora. Durante esse período, a que se denominou das *capitanias do mar*, quatro armadas teriam cruzado o oceano, cada qual por um período de dois anos, controlando as costas brasileiras mediante curtas permanências em pontos estratégicos do litoral.

A expedição de Cristóvão Jacques teria sido a primeira e sua armada patrulhou a costa entre 1516-1519. Data desse período a primeira tentativa de colonização metódica, de fixação na terra e do seu aproveitamento com plantio de cana-de-açúcar. Iniciativa significativa de uma ocupação organizada à qual se relaciona, como observou Jaime Cortesão, a existência de algumas incipientes capitanias da terra²³. D. Manoel ordenou, em 1516, por um alvará aos feitores e oficiais da Casa das Índias, que também elessem um homem capaz de ir ao Brasil para dar princípio a um engenho de açúcar, e que se dessem machados, enxadas e todas as ferramentas necessárias às pessoas que fossem capazes de povoar o Brasil. As capitanias da terra implicavam um começo de colonização de relativa importância, cuja segurança era uma condição fundamental ao seu estabelecimento. E as próprias capitanias do mar e as armadas em cruzeiros no período de dois anos supunham pontos de apoio no litoral que defendiam. Dessa forma, capitanias do mar e capitanias da terra forçosamente se complementariam. Alguns pontos do litoral considerados

²¹ Peres, Damião (org.) in *História de Portugal*, t. IV, apud Cortesão, op. cit. p. 318, v. I.

²² *Mare clausum*. Aos sucessos no ultramar africano conjugar-se-ia a centralização política do Estado português na direção das navegações. Foi sobretudo durante o reinado de D. João II, o Príncipe Perfeito (1481-1495), que se instituiu o *mare clausum*, limitando o domínio dos mares. Domínio que seria reforçado com o Tratado de Tordesilhas em 1493. VAINFAS, R. (org) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 559-560.

²³ Cortesão, op. cit., v. I, p. 319.

estratégicos, tais como Pernambuco, Porto Seguro, Rio de Janeiro e São Vicente, foram objetos dessas primeiras tentativas de uma colonização precoce.

Não obstante os esforços portugueses, ocorreu, depois de 1520, um notável aumento da pirataria francesa. Os corsários se concentravam, à espreita, em pontos estratégicos para capturar navios portugueses e espanhóis. Um cálculo mais recente estima uma média anual de 20 navios capturados aos portugueses entre 1520 e 1530. A Coroa tentou coibir essa ameaça com patrulhas costeiras. Em 1526-1527, Cristóvão Jacques voltaria com uma armada de seis navios e com ordens expressas para capturar e eliminar a qualquer custo aqueles que conseguisse capturar.

Segundo o autor anônimo de *Histoire des Choses Admirables* (1561), os franceses eram visitantes assíduos do Rio de Janeiro (Cabo Frio e Guanabara), pelo menos desde 1525, onde teriam, certamente, um número razoável de agentes e intérpretes vivendo junto às comunidades indígenas (MOREIRA NETO, 2009:21-23). Fatos ainda não provados documentalmente, mas muito prováveis em função da assiduidade comprovada em todo o litoral e pela escolha, pelos franceses, do Rio de Janeiro como entreposto para o intenso comércio de pau-brasil.

A ameaça que se fazia mais constante com a presença de estrangeiros durante a década de 1520 e o conhecimento da enorme extensão do litoral levou a Coroa a atitudes mais efetivas para assegurar a defesa do território. D. João III decidiu implantar colônias permanentes no Brasil. A expedição de Martim Afonso de Souza, enviada em 1530, teve esse objetivo, além, naturalmente, da incumbência de patrulhar o litoral. Foi, então, organizada uma frota de cinco navios levando quatrocentos colonos²⁴ com objetivo de estabelecer uma colônia real por meio de concessões revogáveis de terras a colonizadores.

Essa viagem foi a mais importante de todas até então organizadas. A expedição e a missão de Martim Afonso de Souza, que se destinavam às terras brasileiras, não obedeciam às mesmas condições das outras tantas expedições enviadas ao norte da África e ao Oriente. Para organizar esse empreendimento em “*terras tão vastas e habitadas por indígenas canibais*” – uma iniciativa sem precedentes, até

²⁴ Há referência, no *Diário de Bordo*, a esse número de pessoas.

então, nas conquistas portuguesas –, D. João III foi buscar informações na tradição de conquista e de colonização espanhola das Antilhas e das terras americanas.²⁵

Vinha Martim Afonso munido de poderes extraordinários, tanto para o mar quanto para terra:²⁶ explorar o litoral do Amazonas ao Prata; construir fortalezas nos portos (trazia artilharia pesada para tal); combater as incursões ou tentativas de estabelecimentos de estrangeiros, sobretudo na costa do pau-brasil, caracterizada nesse tempo entre o rio São Francisco e o Rio de Janeiro; firmar soberania sobre uma “costa de ouro e prata” compreendida entre São Vicente e o Rio de Santa Maria, base para alcançar as minas do Peru; e estabelecer os fundamentos para uma colonização mais efetiva, criando, para tanto, povoações em pontos estratégicos do litoral até o rio da Prata.

As três cartas de regimentos que D. João III conferiu a Martim Afonso de Souza constituem, de certa forma, o primeiro estatuto de colonização do Brasil. Não eram semelhantes às conferidas, usualmente, aos capitães das esquadras que iam descobrir terras. Martim Afonso recebeu *Cartas de Grandes Poderes* que lhe permitiam tomar posse de todo o território situado até a linha demarcatória e lhe concediam o **direito de dar terras de sesmarias**, “*terras que ele descobrisse na terra do brasy*” às pessoas que merecessem por seus *servissos e qualidades* e às *peessoas que na dita terra quizessem viver e povoar... para aproveitar*. As Cartas conferiam-lhe jurisdição sobre todos os tripulantes da armada bem como todas as pessoas que vivessem na colônia, podendo, inclusive, passar sentença no cível e no crime “*até a morte natural, sem apelação nem agravo*”²⁷. Incumbia ainda a Martim Afonso deixar nas ditas terras, e em nome do rei, quem melhor lhe parecesse.

Na segunda metade do século XVI ocorreu a fundação da França Antártica. Nicolau Durand de Villegaignon, à frente de uma expedição francesa, aportou na Guanabara em 10 de novembro de 1555, com a missão de construir nessas terras as bases da Cidade de Henriville, capital da França Antártica, nome dado pelos franceses à colônia que constituíram no Rio de Janeiro. Essa invasão fez com que o governo português percebesse a necessidade de estabelecer uma povoação fortificada nas

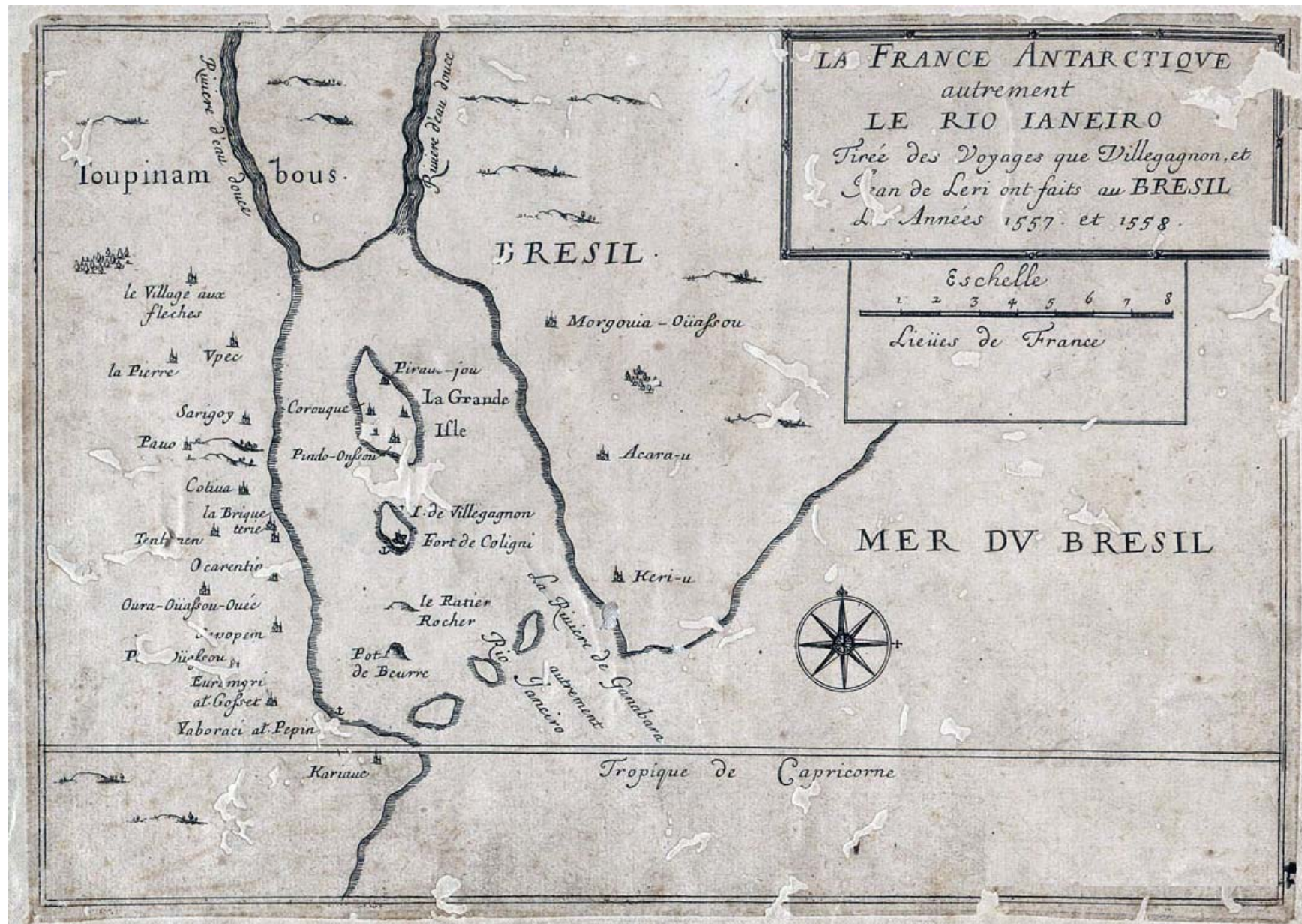
²⁵ In: **História da Colonização Portuguesa no Brasil**. op. cit., v. III, p.167-174.

²⁶ CORTESÃO, op. cit., pp. 324-325.

²⁷ RIBEIRO; MOREIRA, 1992: 136-138.

margens da Guanabara com vistas a assegurar o domínio da Coroa Portuguesa no Rio de Janeiro. Cumprindo as determinações reais, chega à Guanabara uma expedição portuguesa colonizadora sob o comando de Estácio de Sá, sobrinho do Governador Geral Mem de Sá, trazendo ordens para fortificar o Rio de Janeiro e estabelecer povoações onde considerasse conveniente. Assim que chegou, Estácio de Sá ocupou a Ilha de Villegaignon, abandonada pelos franceses desde a destruição do Forte Coligny, em 1560, e tentou desembarcar na antiga Ilha da Carioca, entre a Glória e o Flamengo. Foi repellido pelos franceses e pelos tamoios, depois de sofrer pesadas baixas. Retornou para São Vicente e, em 1565, voltou ao Rio de Janeiro e ocupou a várzea entre os Morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, proclamando em 1º de março os fundamentos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (TEIXEIRA FILHO, 1975:16).

Porém, franceses e tamoios, muito bem estabelecidos na antiga Ilha da Carioca e na *Ilha de Paranapuã*, atual Ilha do Governador, constituíam uma ameaça constante para os moradores da cidade. Em 20 de janeiro de 1567, apoiado pelo Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, e com o auxílio dos Temiminós chefiados por Martim Afonso de Souza – o Araribóia, Estácio de Sá atacou e destruiu a fortificação de *Uruçumirim*, na Ilha da Carioca. A luta continuou e, em fins de janeiro do mesmo ano, as poderosas fortificações de *Paranapecu*, na Ilha de *Paranapuã*, foram tomadas, decidindo a luta pela posse da terra carioca (TEIXEIRA FILHO, 1975:16).



La France Antarctique autrement Le Rio de Janeiro, Tirée des voyages que Villegagnon et Jean de Leri ont faits au Bresil les années 1557 et 1558.

Fonte: BN Digital cart309974

Lamego (2007:147) aponta que foi o próprio Mem de Sá quem se lançou contra Paranapuã com o peso da frota, enquanto Estácio de Sá investiu por terra contra Uruçu-Mirim. Ao seu lado e de cruz em punho Anchieta arrastava os soldados. O colapso franco-tamoio foi total, só na ilha de Paranapuã mais de 3000 guerreiros são aprisionados. Em Uruçu-Mirim, porém, a tomada das fortificações custou a vida de Estácio de Sá que, ferido por uma flecha, falece um mês após a luta.

Relacionadas às disputas entre franceses e portugueses – fundação da França Antártica e da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – surgiram as primeiras cartas especializadas da Guanabara feitas por André Thevet e Jacques de Vaulx de Claye, documentando os acontecimentos e mostrando a cidade na época de seu nascimento (TEIXEIRA FILHO, 1975:16).

Mesmo derrotados na Guanabara, os franceses não declinaram da ideia de conquista e colonização do Rio de Janeiro. O mapa de 1579, do cartógrafo francês Vaulx de Clay indica as áreas exploradas pelos franceses, desde Cabo Frio até a Baía de Guanabara. Este mapa, reconhecido por Serrão (2008) como um valioso depoimento sobre a geografia e economia da região, mostra as aldeias, olarias e engenhos, bem como as vias de comunicação e os recursos naturais.



Le Vrai Pourtraict de Geneure et du Cap de Frie, de Jacques Vaulx de Clay, 1579.
Fonte: SERRÃO, 2008:358

As Fortificações

A Baía da Guanabara, reduto que deveria ser muito bem protegido pelos portugueses devido, principalmente, à posição estratégica de acesso ao interior da colônia e, por consequência, às tão esperadas riquezas do Novo Mundo, recebeu diversas fortificações ao longo dos séculos que se sucederam à descoberta. A cena de 1554 retratada por Hans Staden demonstra um dos momentos de luta entre os europeus na Baía de Guanabara: trata-se do combate ao navio francês Catherie de Vetterville, apoiado por canoas de aliados tupinambá contra o barco do negociante Pedro Roesel, que havia ido comerciar pau-brasil na baía com os maracajás, aliados aos portugueses, e foi surpreendido pela presença francesa.



Gravura de Hans Staden do combate de 1554 na baía de Guanabara.

Fonte: CASTRO, 2009: 129.

A gravura de Reys-Boeck, feita em 1624, mostra um panorama da Baía de Guanbara, onde figuram (A) o Pão de Açúcar, além de fortalezas e fortes: (B) a Fortaleza de Santa Cruz, (C) o Forte de São João, (D) o Forte São Tiago e (E) o Forte Coligny. Nela é possível perceber a preocupação dos colonizadores em manter a entrada da baía protegida das investidas francesas.



Gravura de Reys-Boeck, 1624: A – Pão de Açúcar; B – Fortaleza de Santa Cruz; C – Forte de São João; D – Forte São Tiago; E – Forte Coligny. Fonte: CASTRO, 2009: 158.

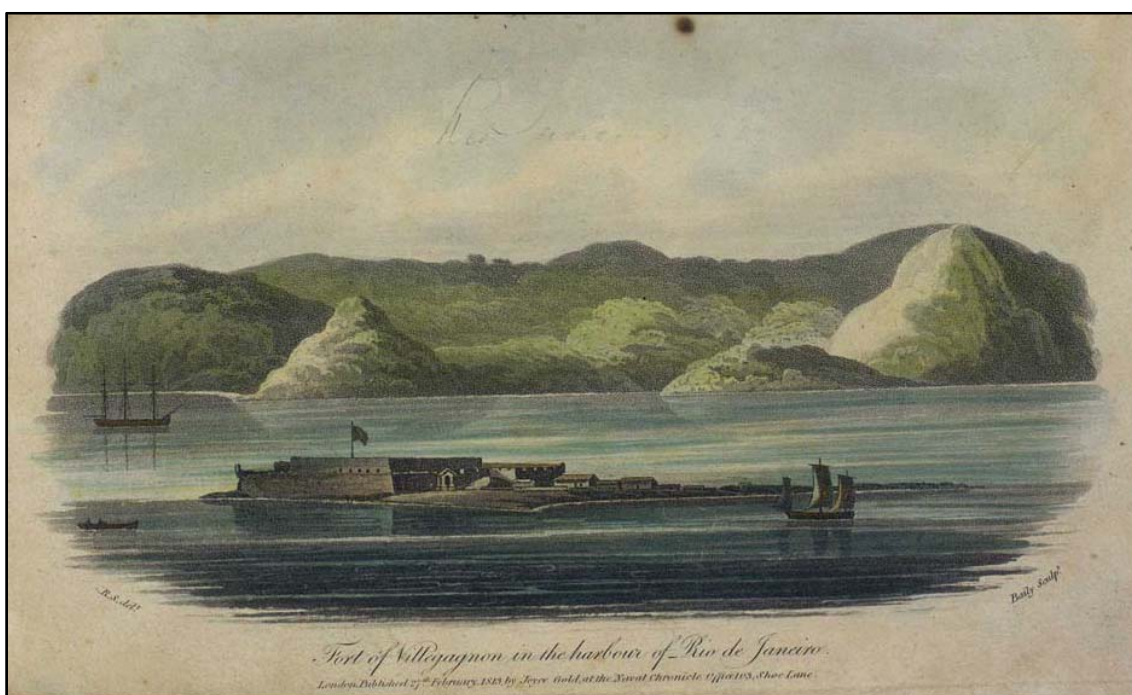
No manuscrito aquarelado de João Teixeira Albernaz, “o Moço”, intitulado Aparência do Rio de Janeiro, de 1666, a Baía de Guanabara é representada de forma pouco fiel, porém com as indicações das povoações de seu entorno, com destaque para os engenhos, morros, igrejas e fortalezas, entre as quais figuram o Forte São João, a Fortaleza da *Lage*, a de Villegaignon (Coligny), o Forte São Tiago, o Forte de São Bento e a Fortaleza de Santa Cruz.

APRENCIA DO RIO DE JANEIRO

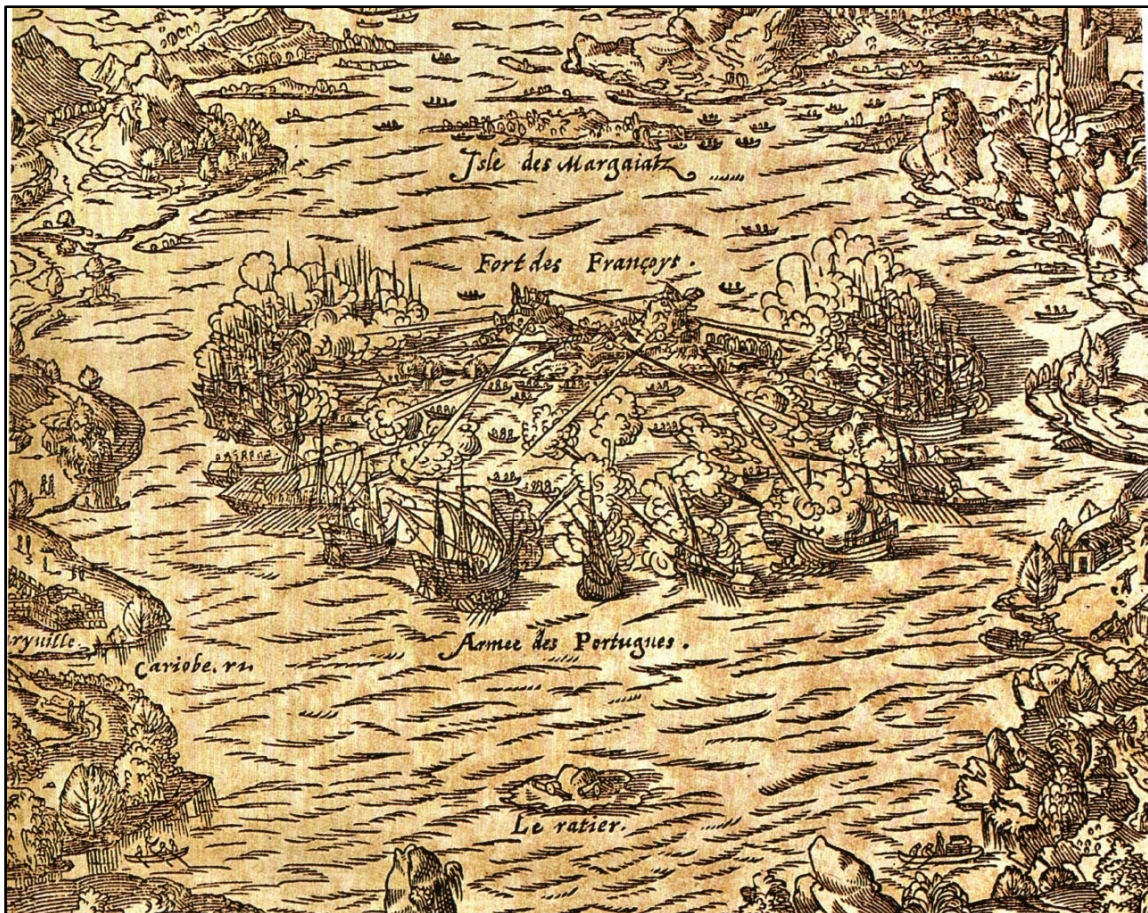


João Teixeira Albarnaz, "o Moço": Aparência do Rio de Janeiro, de 1666. Disponível em: < https://jbrasseul.files.wordpress.com/2013/07/mar_rio_albarnaz_le_jeune_1666.jpg >

Em 1555, Nicolau Durand de Villegaignon ergueu o **Forte Coligny** na ilha que recebeu o nome de Ilha de Villegaignon em homenagem ao almirante francês. Em 1567, quando da expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, a fortaleza foi arrasada pelos portugueses, sendo reconstruída em 1695. Em 1711, além dos ataques sofridos pela invasão de Duguay-Trouin, uma explosão a destruiu. Em 1761, teve início a construção de uma nova fortaleza, então denominada **São Francisco Xavier**. Após ampliações e demolições, o espaço passou a abrigar a Escola Naval, a partir de 1938 (CASTRO, 2009; BARRETO, 2011).



Forte de Villegaignon. *Fort of Villegaignon in the harbour of Rio de Janeiro.* London: Joyce Gold; Naval Chronicle Office, 27 fev 1813. Fonte: BN digital icon64882



Isle et Fort des François, de André Thévet, 1575. Retrata a batalha pelo Forte Coligny travada em 15 de março de 1560. Fonte: Serrão, 2008:353

O **Forte de São Sebastião** foi erguido em 1567 por Mem de Sá, depois de derrotar os franceses, no lado norte do Morro do Descanso, depois chamado de Morro do Castelo. Sua finalidade era defender os padres da Companhia de Jesus, no Largo do Paço. O Governador Geral ordenou a construção de uma muralha, ligando o Forte São Sebastião ao Forte São Tiago, com as portas da cidade localizadas junto à Rua da Misericórdia. Até o começo do século XIX havia um arco de pedra nesse local, vestígios ainda das antigas portas. Em 1922, com a demolição do Morro do Castelo, nada restou dessa construção (CASTRO, 2009; BARRETO, 2010). Para Castro (2009), com apoio em Moreno (1969), é possível datar o início da construção da **Fortaleza de Santa Cruz** em 1578. O *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil*²⁸, de 1612, aponta: “Fortaleza nova, a melhor que há em todo o estado do Brasil...” fazendo referência à Santa Cruz, erguida no lado direito da entrada da barra da Baía de Guanabara.

²⁸ MORENO, 1969. Edição Fac-similar de manuscrito de 1612, fl. 5.

No começo do século XVII, ao nordeste da Ponta de São Teodósio, antigo Morro Cara de Cão, a esquerda da entrada da Baía de Guanabara, foi erguida por Salvador Corrêa de Sá a **Fortaleza de São João**. No final do século XVIII foi construída uma linha abaluartada na praia entre o Pão de Açúcar e a Fortaleza. Encontrou-se guarnecida até 1920, porém, atualmente, abriga diversos setores do Exército (CASTRO, 2009; BARRETO, 2011).

Em 1696, na ponta de São Tiago, na base do Morro do Castelo, Martins Correia de Sá construiu uma bateria, com invocação a **São Tiago**, cuja missão era impedir qualquer desembarque na Praia de Santa Luzia. Foi abandonado em fins do século XIX e em sua área foi construído o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, funcionando atualmente o Museu Histórico Nacional. Destaca-se que, em suas proximidades, funcionou o Calabouço, local oficial de castigos corporais aos escravos, daí o forte também ser conhecido como **Forte do Calabouço**. Além do Forte de São Sebastião e de São Tiago, o Morro do Castelo também abrigou um pequeno forte, denominado **São Januário** (CASTRO, 2009; BARRETO, 2011).

A **Fortaleza de São José** foi construída na Ilha das Cobras, em 1711, por Duguay-Trouin, artilhada com 12 peças e um antigo e pequeno forte. Atualmente, suas instalações são utilizadas por departamentos da Marinha. A capela e o portão foram tombados como Patrimônio Histórico em 1955.

Em 1711, os beneditinos ergueram o **Forte do Morro de São Bento**, bombardeado pelos franceses sob o comando de Duguay-Trouin nesse mesmo ano. O Relatório do Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o Governo a Luiz de Vasconcellos e Souza, datado de 19 de Junho de 1779, informava: "*Deste mesmo modo [de campanha, com risco que mandou fazer] fortifiquei a altura de S. Bento (...).*"²⁹

Em 1714, na Ilha da Laje, entrada da Baía de Guanabara, foi construída a **Fortaleza da Laje**, denominada de **Forte Tamandaré** a partir de 1953. A primeira proposta para a construção dessa fortaleza foi feita ainda por Villegaignon, no século XVI, por meio da colocação de canhões que foram lançados ao mar devido às ressacas.

²⁹ (RIHGB, Tomo IV, 1842. p. 409-486).

Entre 1584 e 1690 houve diversas tentativas de concluir a construção, sendo realizada somente em 1714 (CASTRO, 2009; BARRETO, 2011).

Em 1715 foi erguida a **Fortaleza da Conceição**, no Morro da Conceição, no mesmo local onde o francês Duguay-Trouin instalou uma bateria em 1711, durante uma das invasões francesas. Foi tombada como Patrimônio Histórico em 1938 e hoje abriga o Serviço Geográfico do Exército (BARRETO, 2011).

As singularidades da Baía de Guanabara

A obra *A Bahia do Rio de Janeiro: sua história e descrição de suas riquezas*, de Augusto Fausto de Souza (1882), apresenta a Baía de Guanabara e suas singularidades, com destaque para o trecho de um poema:

*Guanabara gentil, formosa e bela,
Remanso côr de anil, de alvas espumas,
Lago das fadas, leito perfumado,
Onde o meu patrio Rio se espreguiça.
Os fados lhe abençôa; abre-lhe a entrada
A' sciencia, ao commercio, á indústria, ás artes;
Seja o meu Rio o empório de Universo.
(Dr. J.M. Velho da Silva, Dircêo, canto 3º, in Souza, 1822:5)*

E, ao falar das singularidades, Souza (1822:60-122), descreve:

A sua forma geral, que é a de um triangulo de lados irregulares, representa também em menor escala a configuração de todo o Império. (...)

Com efeito, quem quizer certificar-se de tão curiosa circunstância, não tem mais do que tomar uma carta da Baía do Rio de Janeiro e um mapa geral do Brasil e aplicar aquela sobre este, de maneira que a linha da margem ocidental, isto é, a que vai do Pão de Açúcar a foz do rio Merity, fique sobre o mapa na direção da fronteira norte do Império. Alinha que a boca do Magé, tomará a direção ou será paralela a costa brasileira de leste, do cabo de S. Roque ao Chuy; e o terceiro lado do triângulo, que vai de Magé a fortaleza de Santa Cruz, corresponderá as fronteiras sul e oeste do Império.

A sua mesma posição geográfica é tal, que o seu eixo maior, isto é, a linha tirada do canal da barra ao fundo da Baía, segue o rumo do meridiano; circunstância também digna de nota, pois que dela resulta, que a sua colocação sobre o globo terrestre está orientada da mesma forma que em uma carta topográfica, a saber: tendo o norte para a parte superior ou fundo da Baía e o sul para o inferior que corresponde a sua barra, de modo que o navegante ao entrar a barra avista a Baía como veria um gigantesco mapa que a representasse, rebatido sobre o plano horizontal.

Desta disposição resulta ainda, que o observador verá sempre o sol em seu giro diurno descrever arcos em planos perpendiculares ao eixo maior da Baía, circunstância que, reunida a habitual diafaneidade e pureza da atmosfera, influi para que a formosa combinação de luz que se manifesta nas horas do nascimento, e mormente do ocaso do sol, quando se admira o grandioso espetáculo, que apresenta uma imensa

gradação de cores, desde o dourado ofuscante até o azul ferrete, passando pelo mais vivo carmim, e refletindo-se tudo isto nas águas, de uma a outra margem da Baía, no sentido de sua largura.

Acha-se esta Baía situada na latitude 22°,54', 24'', e o Pão de Açúcar, que lhe fica no extremo sul, está colocado a pequena distância do tropico austral, (...)

Em consequência dessa latitude especial, da configuração e da posição em relação a barra, alguns astrônomos têm pensado na conveniência que haveria em ser o meridiano, que passa pelo Pão de Açúcar, o escolhido para determinar as longitudes brasileiras,

Desde a entrada da barra até chegar as duas cidades assentadas nas margens da Baía, nota-se uma sucessão de acidentes naturais, tão felizmente dispostos para a defesa, que dir-se-ia ter querido o Criador dotar de antemão a futura cidade com um sistema completo de defesa contra inimigos exteriores.

Desde muitas milhas de extensão para o norte e para o sul, a costa é como que resguardada por uma muralha ou cortina de serras, deixando apenas ver uma estreita interrupção, que, a semelhança de um pórtico, tem de cada lado como ombreira um elevadíssimo monte de formas especiais, o Pico de Santa Cruz ao norte e o Pão de Açúcar ao sul.

O navegante que, chegando em frente a barra, em noite clara, ou a hora em que afrouxa luz do dia, que se despede ou se aproxima, torna indecisa a forma dos objetos, estender a vista pelo espaço que se desenvolve a esquerda, ficará absorto e experimentará uma sensação de assombro, notando a extraordinária disposição que apresentam as montanhas, dando a forma exata e muito distinta de um colossal vulto humano deitado de costas, e que um efeito de ótica parece suspende-lo acima das águas, aumentando-lhe as já enormes dimensões. Nesta imensa figura, conhecida geralmente pelo Gigante que dorme ou Gigante de pedra, as elevadas montanhas da Gávea e da Tijuca formam o rosto, dotado de um pronunciado nariz aquilino, a serra do Corcovado representa o tronco e as pernas, e o Pão de Açúcar o termina, formando lhe o pé.

A baía do Rio de Janeiro é circundada, a distâncias variáveis, por montanhas e serras que dão lhe o aspecto de um imenso anfiteatro, (...).

Como é natural prever, de todas essas alturas descem muitos riachos e ribeiros impropriamente denominados rios, que conduzem a baía o tributo de suas águas; deles, 17 são de alguma importância, quer pela fertilidade dos terrenos que banham; outros, menos consideráveis por seu volume, são também dignos de menção, pela pureza e bondade de suas águas.

(...)

Os 17 mais notáveis são os seguintes, começando da margem oriental da Baía: Imbuassú, Guaxindiba, Macacu, Guarahy, Guapi, Magé-mirim, Magé, Iriri, Suruí-mirim, Suruí, Inhomirim ou rio Estrela, Boca-larga, Iguaçu, Sarapuí, Meriti, Irajá e Inhaúma.

Dos pequenos ribeiros e arroios, que, em número avultado, correm de diversas direções a desaguar na baía do Rio de Janeiro, apenas citaremos os seguintes: Icarai, São Lourenço, Mauá, Maracanã, e o Carioca.

Entre os acidentes topográficos que mais realce dão a beleza da nossa Baía, e um dos que mais justamente

tem ocupado a atenção dos diferentes escritores, é a multidão de ilhas que se acham disseminadas nela, umas isoladas, outras dispostas em graciosos arquipélagos; umas habitadas, outras desertas; umas cobertas de vegetação, outras constituídas por pedras grandes e escalvadas, mas todas concorrendo para a formosura do conjunto.

Seu número excede de oitenta, e quase todas estão situadas na parte mais ampla da Baía, onde as águas são mais sossegadas. Algumas são conhecidas por mais de uma denominação, e é por isso que não combinam muitos nomes designados nas cartas de De Lamare, Elisiario, Freyeinet, Barral, Debret e Candido Mendes, bem como que, nas obras de Balthazar Lisbôa e Pizarro, se encontram outros que não se sabe hoje a que ilhas pertencem.

(...)

a relação delas em ordem alfabética é a que segue: Ahoa, Ajudante, Ambrósio ou Ferros, Ananaz, Aroeira, Baiacú, Bica, Boa Viagem, Bom Jesus (Caqueirada ou ilha dos Frades), Bom-nome, Boqueirão ou dos Coqueiros, Braço-forte, Brocoió, Cabras, Cachorros ou Manoel João, Cães (ou Moças, ou do Costume), Caju ou Cajueiro, Cambambis, Canhanhas, Cardos, Casa de pedra, Caximbáo, Cobras, Côcos, Comprida, Conceição, Damasceno (ou do Macena ou do Melão), D. Manuel, Enchadas, Engenho, Ferreiros, Flores (ou Santo Antônio), Folhas, Forra Semanas (ou Sete semanas, ou Santa Rosa), Fundão, Gestás ou do Conde de Gestas, Governador, Guaxindibas, Guayana, Honorio, Inhaúma, Itabacy, Jurubaibas, Lage, Leonidia, Limão, Magé, Mãe-Maria, Manguinho, Manuel Luiz ou Pinheiro, Manoel Rodrigues, Marçal de Lima ou Meriti, Maruí, Milho, Mocanguê, Nhanquetá, Padre Lemos, Palmas, Pancaraíba, Paquetá, Passagem, Pedras brancas, Pedra do bom nome, Pindahys, Pinheiro (em alguns mapas Inhaúma), Pombeba, Raza, Rachada, Ratos, Raimundo, Redonda, Rijo, Riquesaba (em alguns mapas Tavares), Roás, Santa Bárbara, Santa Rosa, Saravatá, Seca, Taibacys, Tapuamas, Taputeia, Tavares, Tipitys, Ubús, Villegaignon, Viraponga e Vital.

Em consequência da diversidade de nomes que têm algumas destas ilhas, pode acontecer que se encontrem denominações que não se achem nesta relação.

Governador – é a Paranapuam dos indígenas, a ilha do Maracajá ou do Gato bravo dos primeiros portugueses, a isle grande de Laet; posteriormente dos Sete Engenhos, e finalmente do Governador, por ter sido propriedade de Salvador Correia de Sá, o Velho, que comprou a D. Barbara de Castilho, viúva de Miguel Ayres Maldonado por 200\$, segundo diz a tradição. Tem 13km de comprimento sobre 5 a 6 de largura, mais de 40de circunferência e a forma de um grande animal voltado para leste. Nela deu-se o combate de 20 de janeiro de 1567, em que foi mortalmente ferido Estácio de Sá, e pouco tempo depois foi nela assentado o primeiro engenho movido por bois, sendo tal a fertilidade do seu solo que chegou a possuir 7 engenhos de cana; mas há cerca de 60 anos nenhum mais existe. Em 1710 foi edificada a igreja de Nossa Senhora da Ajuda, depois elevada a freguesia, e posteriormente a dos religiosos beneditinos, a de Nossa Senhora do Carmo da Ribeira e a capela de Nossa Senhora da Conceição, sendo a primeira (de Nossa Senhora da Ajuda) reedificada há poucos anos, por ter sido destruída por um violento incêndio, em 9 de agosto de 1871.

Os beneditinos têm parte da Ilha, que lhes foi doada em 1695 pelo capitão Manoel Fernandes Franco; por ocasião da vinda da Família Real, em 1808, o abade D. Fr. João da Madre de Deus mandou preparar uma casa para hospedar o príncipe D. João e uma tapada para o mesmo divertir-se na caça: e esse príncipe tinha prazer em ir assistir as solenidades religiosas do convento, pelo que Porto-Alegre, referindo-se nas Brasilianas a essa ilha, diz:

*Alveja-lhe no centro o grão mosteiro
Dos filhos de S. Bento hospitaleiros;
De seus claustros na terra Americana
Mafra illusória o Rei João fazia.*

O mesmo D. João estabeleceu aí uma plantação de chá, e a nossa primeira imperatriz mandou, em 1826, formar um deposito dos animais raros que recebera de diversos países, segundo informa Debret.

O Sr. D. Pedro I visitou por vezes a ilha, mas a coutada d'El-Rei caiu em abandono; e, conforme disse um autor, aquelas estradas, que foram percorridas pelos coches reais e personagens de brilhantes uniformes, acham-se hoje desertas e a perguntar saudosas pelos tempos em que repercutiam por aí os ecos das esplendidas festas, mandadas celebrar por D. João VI em honra e louvor da Santíssima Virgem.

Na praia e terreno da Ponta do Galeão para o campo de S. Bento foi que em 1810 a comissão de oficiais de marinha mediu uma reta de 7.200 pés ingleses (2k,2), que servia de base a planta hidrográfica da Baía.

No último recenseamento a população da ilha orçava em 2.856 habitantes. A lavoura, que outrora floresceu, está quase aniquilada pelo flagelo das formigas; a

principal indústria atualmente é o fabrico de cal, telhas e tijolos, e extração de madeira e lenha de seus matos; é também aí que está montada uma das fabricas de formicida do Dr. Capanema.

Em 1871 o governo comprou por 40 contos a fazenda de S. Sebastião, junto ao Juquiá, e aí estabeleceu o Asilo de Inválidos da Marinha. Em todo o contorno da ilha encontram-se lindíssimos passeios, entre outros as praias do Galeão, das Pitangueiras, da Tapera, a Brava e a da Ribeira, algumas delas excelentes para banhos; para a das Pitangueiras houve outrora um projeto, creio que do ministro marquês de Caxias, para ser aí estabelecido o nosso arsenal de guerra.

Ainda em Souza (1882:62-63), verifica-se a obra de Conselheiro Miguel Maria Lisbôa em um de seus *Cantos Brasileiros*, onde descreve a Baía de Guanabara da seguinte forma:

*Existe um lago formoso
Que abrigando cem caudaes,
Para encanto dos mortaes
Nitherohy guarda orgulhoso,*

*Em seu fundo as serras vêm-se
Que erguem picos eriçados,
Quaes os tubos afamados
Do sacro instrumento haarlense.*

*Entre ella c'ó dedo aponta
Mão gigante para o céo,
Qual a que outr'ora escreveu
Do Rei Babylonio a afronta.*

*Esta mão, solemne, irada,
Com ademan mysterioso,
Lembra ao homem orgulhoso
Que da terra espere nada!*

A ocupação colonial do entorno da Baía de Guanabara

É tamanha coisa o Rio de Janeiro da boca para dentro, que nos obriga a gastar o tempo em o declarar neste lugar, para que se veja como é capaz de se fazer mais conta dele do que se faz³⁰.

Segundo Matoso Maia Forte (1935), a conquista das terras do entorno da Baía da Guanabara começou com a chegada de Estácio de Sá. Em 1565 foram concedidas as primeiras sesmarias nas margens da Baía para Cristóvão Monteiro e José Adorno, em Peratinim – Piratininga, a Pedro Martins Namorado e José Adorno na Baía de Cabo Frio, uma “ágoa” que se chama Quarií, ao mesmo Cristóvão Monteiro no Rio Iguaçu. A Diogo Braga no caminho de Peratinim, pela enseada de Cabo Frio, a Simão Mota no Rio Magé, a Luiz de Góis no Rio Iguaçu, a Jácome Lopes e Jácome Dória no Rio Corumiri, da banda de Cabo Frio, a Alexandre Dias no sertão do Rio Suruí. Em 1566, a Jacome Pinheiro no sertão da Piaçava, da aldeia de Itambi, e a Duarte Martins Mourão em Magé. No ano seguinte, 1567, Cristóvão de Barros e Miguel de Moura recebem terras no sertão do Rio Macacu. Em 1568, Antônio Fonseca obtém sesmaria no Rio Inhomirim, Tomé Rodrigues na mesma sesmaria junto ao Rio das Velhas e Brás Cubas, no Rio Meriti, pela ‘piaçava’ da aldeia de Jacutinga e a Pero Cubas em Jacutinga (LAMEGO, 2007: 192-193).

Após a derrota dos franceses e a implantação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no Morro do Castelo, ativa-se a penetração para o interior com as sesmarias de Clemente Pires Ferreira, no Rio Iguaçu. Em 1570, de Alexandre Dias, de Antônio de Mariz – primeiro sesmeiro das barreiras vermelhas cedidas ao nativo Arariboia – no Rio Macacu. Em 1571, de Francisco Miranda Beltrão, no Rio Magé. Em 1572, de André Lopes, no Rio Suruí, em 1573, de Duarte Leão, no Rio Iriri. Em 1574, do mesmo Antônio Vaz – a que fora dada a Brás Cubas. Em 1578, de diversos nos Rios Suruí, Meriti, Saracuruna, Caceribu, Mutuapira e Tapacorá.

Em 1587, Gabriel Soares de Souza ressalta:

³⁰ Capítulo LI: *Em que particularmente se explica a baía do Rio de Janeiro da ponta do Pão de Açúcar para dentro* (Souza, 1971:100)

“Neste Rio de Janeiro se podem fazer muitos engenhos por ter terras e águas para isso, em o qual se dão as vacas muito bem e todos o gado da Espanha; onde já se dá trigo, cevada, vinho, marmelos, romãs, figos e todas as frutas de espinho, e é muito farto o pescado e marisco, e de todos os mantimentos que se dão na costa do Brasil: onde há muito pau do Brasil e muito bom”.³¹

Em 1584, Anchieta relata muitas fazendas pela Baía adentro e, continuando seu relato, em 1585, diz ser *uma terra rica, abastada de dados e farinhas e outros mantimentos, tem três engenhos...*³². E da cidade pouco a pouco se irradiam todas aquelas plantas para as fazendas do Recôncavo, onde os rebanhos se multiplicavam e os engenhos eram ainda raros. Porém, no século XVII, o número de engenhos cresceu rapidamente e o açúcar absorveu quase toda a iniciativa dos fazendeiros da Guanabara. Cerca de 120 engenhos foram levantados em torno da Baía e o açúcar passou a ser o produto responsável pelo desenvolvimento econômico e demográfico da cidade, trazendo a crescente entrada de africanos para as lavouras (LAMEGO, 2007:194).

Segundo Amador (2013:62), a ocupação do recôncavo guanabarino se deu, fundamentalmente, em torno da monocultura da cana-de-açúcar, produto que se expandiu por sobre terrenos baixos e colinosos promissores às grandes propriedades. Ainda no século XVII, além da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a Baía da Guanabara já era rodeada por povoados (AMADOR, 2013:60-62):

Meriti: Em 1568, Braz Cuba recebeu uma sesmaria, dando início a uma povoação junto ao Rio Meriti. Em 1612, foi erguida no local uma ermida em louvor de Nossa Senhora do Pilar e, em 1637, foi criada a freguesia de mesmo nome, tendo como matriz a Capela de Nossa Senhora das Neves, construída em terreno doado por Manoel Pires e sua mulher. A nova Matriz foi construída na margem do Rio Pilar. Na mesma época, um novo povoado surgiu numa elevação em frente à orla da Guanabara, pouco além da foz do Rio Meriti, sendo chamado de São João Batista do Trairaponga e elevado à freguesia em 1647, dando origem ao atual município de São João do Meriti.

Sarapuí: A partir de 1566 várias sesmarias foram concedidas nesta região, dando origem a núcleos de população que, com o correr do tempo foram aumentando e transformando-se em freguesias absorvidas pelos atuais municípios de São João do Meriti e de Duque de Caxias.

³¹ LAMEGO, 2007:194

³² Idem 30

Aguassú: Em 1567, Simão da Mota cria em sua sesmaria a povoação de Magé, no Morro da Piedade, próximo à foz do Rio Magé. Este povoado tem grande importância no desenvolvimento da região, graças ao porto construído para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias destinadas às povoações vizinhas. No século XIX, o Porto da Piedade foi relevante para a ligação entre metrópole e interior da colônia.

Macacu: Em 1571, Miguel de Moura recebe de Mem de Sá a doação de uma sesmaria atravessada pelo Rio Macacu. Pouco depois, cedeu parte das terras aos jesuítas que venderam uma porção a Manuel Fernandes Ozouro que mandou erguer nessas terras uma capela em louvor a Santo Antônio, nas imediações da qual se estabeleceram os primeiros colonos. Este núcleo foi elevado a categoria de freguesia com a denominação de Santo Antônio de Sá, dando origem, posteriormente, a Santana de Macacu e Santana de Japuíba, bem como ao atual município de Cachoeiras de Macacu.

Guaxindiba: Pouco depois de iniciada povoação junto ao Rio Macacu, surgiu um curato referente à Vila de Santo Antônio de Sá, tendo como matriz uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Após alguns anos, João Vaz Pereira edificou outra capela, essa em invocação a São João Batista, que recebeu as honras de curato e foi elevada à paróquia em 1696, dando origem ao atual município de Itaboraí.

São Gonçalo: Após a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565, e a expulsão dos franceses e dos tamoios da Guanabara, foi dada uma sesmaria a Gonçalo Coelho, que se estabeleceu na margem esquerda do Rio Guaxindiba, mandando construir uma capela em louvor a São Gonçalo, elevada à paróquia em 1646. Este núcleo de população deu origem ao atual município de São Gonçalo.

Niterói: a região hoje denominada de Niterói, cujo significado da palavra é água escondida, já recebia este nome desde antes da chegada dos europeus. Os tamoios, que ocupavam a região, passaram a negociar com os franceses nos primeiros anos do século XVI. Após 1567, quando os franceses e tamoios foram derrotados e houve a transferência da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o Morro do Castelo, Mem de Sá distribuiu ao fidalgo Antônio Martins Coutinho uma sesmaria que ia de São Lourenço a Icaraí, cujo núcleo de população iria dar origem ao atual município de Niterói. Em 1568, o fidalgo desiste dessas terras em favor dos temiminós, chefiados por Araribóia. A aldeia de Araribóia, anteriormente estabelecida nas terras dos Jesuítas em São Cristóvão, foi transferida para São Lourenço, onde junto à povoação foi construída uma capela em louvor ao Padroeiro São Lourenço.

Para Lamego (2007:135), devido à peculiar formação geológica da Baía de Guanabara, sua moldura se define por uma topografia de contrastes, na qual os altos relevos de cordões serranos sobem de vales de fraturas e de planícies aluviônicas abertas pelos fundos da baía. Como principal característica dessas planícies está o alagamento permanente, visto desde os antigos mapas que indicam as regiões pantanosas do Rio de Janeiro e de Niterói. A importância desses vales encharcados aparece através da história da ocupação humana e sua crescente adaptação à terra, desde os lamaçais a serem domados na Baixada Fluminense até os pântanos que circundavam a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Em determinadas regiões da Baía da Guanabara os morros destacaram-se como base para a fixação do europeu à terra. Porém, nas baixadas, a água não se interpôs à expansividade da ocupação: a água foi justamente o que a instigou. Retida em vastas bacias abrigadas, foi identificada como dádiva da natureza para a implantação de comércios e centros de intercâmbio entre o litoral e as vias terrestres que se embrenhavam pelo continente. Cidades e vilas se ergueram à beira dos alagados, às margens da Guanabara, o homem desce do morro para o pântano, enxugando as planícies e cobrindo-as com cultura à medida que as secava (LAMEGO, 2007:136).

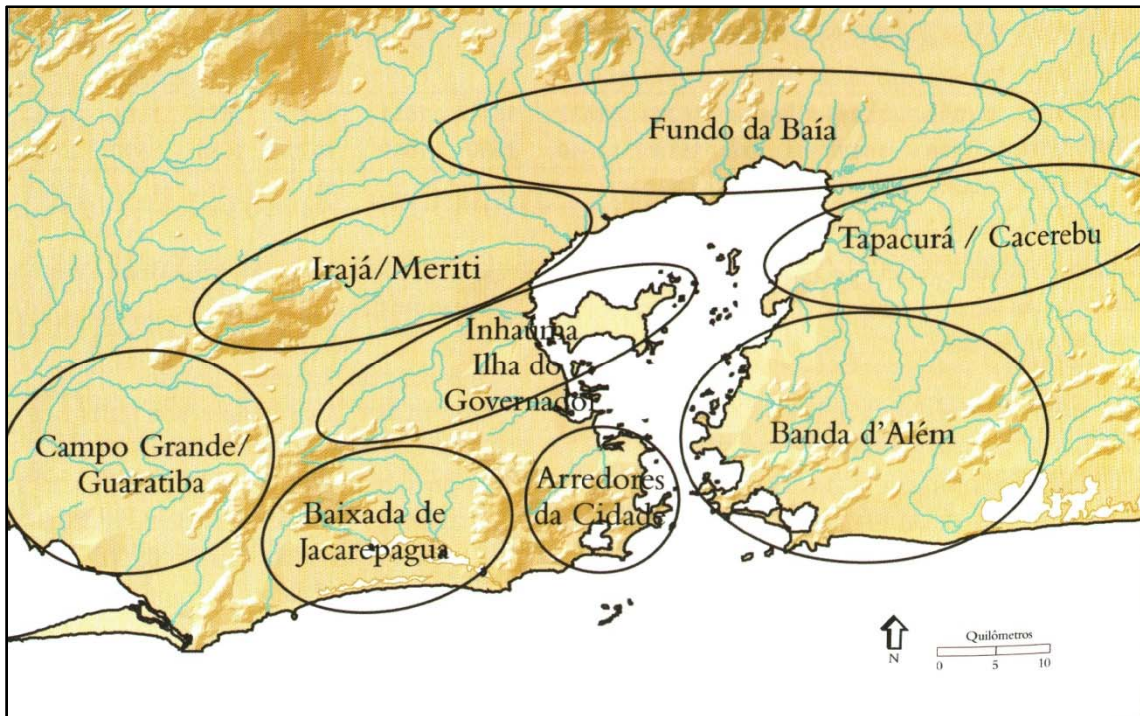
O difícil caminhar pelos bordos da Baía devido aos brejos, era superado por estradas naturais. Os rios que nela desaguavam, vindo das regiões montanhosas, influíram decisivamente para a entrada em direção ao interior. Os desbravadores subiam pelas águas do Meriti, Sarapuí, Iguaçú, Pilar, Saracuruna, Inhomirim, Suruí, Magé, Guapimirim, Macacu e Guaxindiba. Ao longo das margens desses rios foram se alinhando engenhos e fazendas e, também, por onde desciam a produção agrícola para a cidade do Rio de Janeiro (LAMEGO, 2007: 193).

Abreu (2010:91-92) segmenta o termo do Rio de Janeiro em oito zonas produtoras, identificadas por critérios de configuração geomorfológica e, principalmente, pela constância de sua designação toponímica em documentos. As zonas são:

1. **Arredores da Cidade:** compreendem todo a área imediatamente adjacente ao núcleo urbano, ou seja, a estreita faixa de terra situada entre o Maciço da Tijuca e

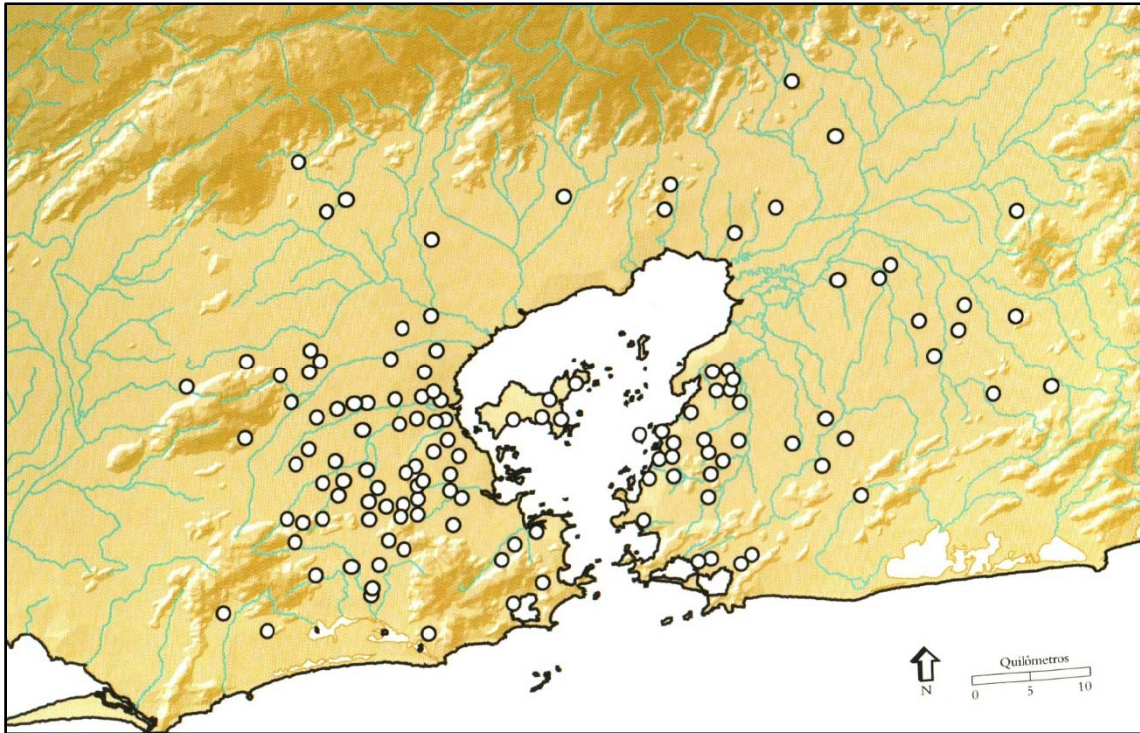
a Baía, do Rio Faria, limite setentrional das terras jesuíticas do Iguaçu, até a Lagoa Rodrigo de Freitas;

2. **Baixada de Jacarepaguá:** toda a área compreendida entre Os Maciços da Tijuca e Pedra Branca;
3. **Inhaúma/Ilha do Governador:** todas as terras que se estendem do litoral da Baía ao divisor de águas do Maciço da Tijuca, desde o Rio Faria aos atuais bairros da Penha, Vila da Penha e Cascadura, assim como a Ilha do Governador;
4. **Irajá/Meriti:** terrenos banhados pelos rios Pavuna, Meriti e Sarapuí, estendendo-se pelo litoral da baía, desde o atual bairro de Brás de Pina até Duque de Caxias, englobando terras que hoje pertencem aos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu e Mesquita;
5. **Campo Grande Guaratiba:** situada entre os maciços da Pedra Branca e Gericinó/Mendanha;
6. **Banda D'Além:** topônimo que se referia, nos séculos XVI e XVII a todas as terras localizadas à frente da cidade, do outro lado da Baía.
7. **Tapacurá/Caceribu:** terras da margem esquerda do baixo Macacu, excluído o Vale do Guaxindiba, parte dos atuais municípios de Itaboraí e Tanguá;
8. **Fundo da Baía:** corresponde, integral ou em parte, às bacias dos rios Iguaçu, Inhomirim, Suruí, Guapimirim e Guapiaçu, estendendo-se da linha de costa até o divisor de águas da Serra Mar.



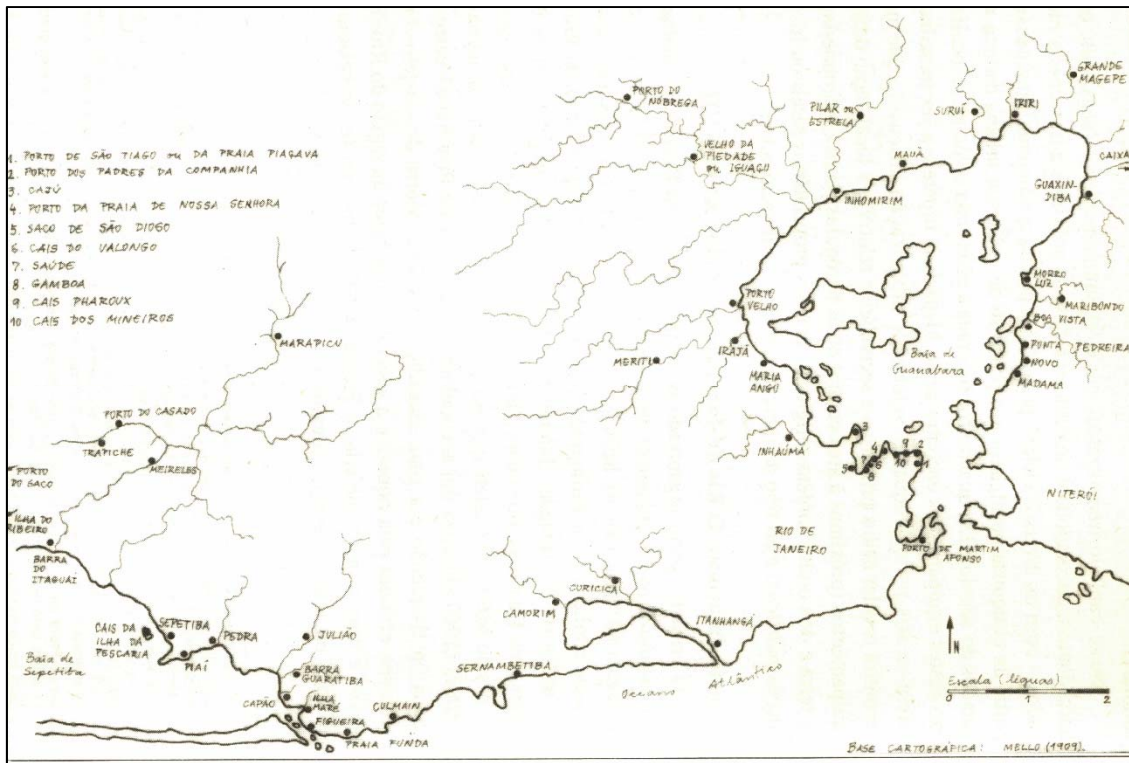
Zonas Produtoras da Capitania do Rio de Janeiro. Fonte: ABREU, 2010:92.

Abreu (2010:97) percebeu uma relação direta entre a marcha do povoamento e o aparecimento dos engenhos. Assim, até a segunda metade do século XVII, estes engenhos se concentraram nos arredores da cidade ou em zonas produtoras bastante acessíveis pela Baía de Guanabara (Inhaúma/Ilha do Governador e Banda d'Além). Porém com a progressão do povoamento e a melhoria das comunicações por terra, as moendas não apenas crescem em número, como se interiorizam cada vez mais. O autor também observa que o crescimento do número de engenhos da capitania não foi acompanhado por todas as zonas produtoras, que tiveram seus próprios ritmos de crescimento.



Engenhos fluminenses entre 1691-1700. Fonte: ABREU, 2010:100.

No final do século XIX, o interior do Rio de Janeiro, definido pelas localidades às margens dos rios que deságuam na Baía de Guanabara, e por outras localidades implantadas nas zonas rurais, estava dedicado à produção açucareira e à extração da madeira. Nesse panorama, os rios traduziram-se em vias fundamentais para o escoamento de mercadorias e para a ocupação. Pelo curso dos rios Magé, Pilar, Inhomirim, Meriti, Suruí, Sarapuí, Saracuruna, Guapimirim, Macacu, Guaxindiba e Guasunhão (São Gonçalo) ocorreu a penetração para o interior fluminense e formaram-se portos como o Grande Magepe, Velho da Piedade ou de Iguaçu, Pilar, Inhomirim, Suruí, Sarapuí, e dos Saveiros (também no Rio Sarapuí), Iriri e das Caixas (FRIDMAN, 1999:87-88).



Portos no Rio de Janeiro colonial. Fonte: FRIDMAN, 1999:86

Ao serem construídas as primeiras estradas de ferro, em finais do século XIX, ainda se percebia a importância de alguns desses rios. Através do Rio Iguaçu, do Inhomirim e do Rio d'Aldeia é que se chegava aos portos do Pilar, da Estrela e do Porto das Caixas, pontos terminais das grandes estradas sertanejas que cruzavam as cordilheiras movimentadas por milhares de burros em contínuo transporte de mercadorias (LAMEGO, 2007:194). Porém, apesar do intenso movimento de portos como o das Caixas, Suruí e Pilar, estes perderam importância com a construção das ferrovias (FRIDMAN, 1999:88).



Capítulo 5

O Rio de Janeiro, os Bairros da Margem Oeste da Baía de Guanabara e a Ilha de Paquetá

O Rio de Janeiro

Desde 1504 os franceses visitavam a costa da Bahia e de Pernambuco. Porém, após serem abatidos pelos portugueses naquelas regiões, passaram a frequentar o litoral do Rio de Janeiro, tornando-se conhecedores de todo o contorno do Recôncavo da Guanabara. No interior da baía, os corsários franceses tinham pontos certos de atracação e de abrigo, tais como na Aguada dos Marinheiros, entre os braços da Ilha da Carioca e o do rio de mesmo nome, bem como nas proximidades da Ilha de *Paranapeçú*, atual Ilha do Governador, onde contrabandeavam com os nativos, tamoios e maracajás, que conheciam toda a enseada pelo nome selvagem de *Guanãbará*, palavra tupi que significa *o seio semelhante ao mar*. O contato que avisava sobre a chegada destes corsários era feito por meio de disparos das peças de bordo quando se aproximavam da praia, trazendo produtos como guizos, carapuças vermelhas, cruces de chumbo e contas de vidro para serem trocados por pau-brasil, algodão, pimentas, cocos, papagaios, araras, saguis e outros produtos da terra. Aliados aos tamoios, foram senhores absolutos da costa e da baía do Rio de Janeiro até serem expulsos por Estácio de Sá, em 1567 (FLEIUSS, 1928:23-24).

Devido às constantes incursões francesas ao litoral e às queixas dos armadores portugueses, o rei de Portugal mandou que os capitães-mores da costa do Atlântico procedessem ao patrulhamento e à regularização dos serviços de exploração e enviou a primeira expedição em caráter colonizador, em 1530, comandada por Martim Affonso de Souza (FLEIUSS, 1928:25).

Em 1555, a esquadra francesa comandada por Nicolas Durand de Villegaignon fundou a França Antártica nas terras da Baía de Guanabara, estabelecendo-se na chamada Ilha de Serigipe dos Índios, que passou a ser chamada de Coligny. Nos combates contra os portugueses, os franceses aliados aos tamoios fortificaram a ilha para resistir aos ataques que viriam a ocorrer por sua posse. Passados três meses, Villegaignon pediu reforços e só foi atendido, em 1557, graças ao almirante Coligny. Mem de Sá, alertado pelos jesuítas sobre o que se passava no Rio de Janeiro e do perigo que isso representava para as capitanias do Sul, pediu reforços à Lisboa. Ao chegar o apoio solicitado pelo governador geral, encontravam-se os

franceses enfraquecidos por discórdias internas e abandonados por Villegaignon (FERREZ, 2015).

Mem de Sá, com a ajuda recebida, chegou ao Rio de Janeiro em 21 de fevereiro de 1560 e, pressentido pelos franceses, aguardou reforços de São Vicente para atacar a ilha em 15 de março do mesmo ano. O governador, na ocasião, mencionou: *Porque suposto que vi muito e li menos a mim parece que se não viu outra fortaleza tão forte no mundo*. O combate foi violento, durando dois dias e duas noites, encerrando com a fuga dos franceses. Mem de Sá, então, determinou que o forte erguido de pedras cavadas a picão fosse destruído. O governador ia abandonar a baía, mas não sem prever o que aconteceria. Ao relatar os acontecimentos ao rei, aconselhou:

Pelo que parece muito serviço a V. A. mandar povoar este Rio de Janeiro para a segurança de todo o Brasil e dos outros maus pensamentos, porque se os franceses o voltam a povoar hei medo que seja verdade o que Villegaignon dizia, que todo poder de Espanha e nem do Grão Turco o poderá tomar (FERREZ, 2015:12).

Com a partida de Mem de Sá, os franceses voltaram e, com a ajuda dos tamoios, entrincheiraram-se em dois lugares: na Praia de Uruçumirim, atual do Flamengo, e na Ilha do Gato (ou Paranapuã) hoje, Ilha do Governador. Desta feita, a Corte compreendeu o perigo ao qual estava exposta. Segundo Fleiuss (1928), data de 1564 a primeira tentativa formal de povoamento do Rio de Janeiro. Com este objetivo, parte de Portugal, pela regência de D. Catharina D'Áustria, uma esquadra sob o comando de Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, governador geral do Brasil. Entre as instruções que Estácio de Sá recebera de seu tio, estava a conveniência de reatar a amizade com os tamoios.

Mem de Sá encaminhou a armada para o Rio com o ouvidor Brás Fragoso, com ordens de nada empreender sem ouvir a Nóbrega e de aportar no Espírito Santo, onde obteve reforços dos temiminós e seu chefe, Arariboia, que se incorporaram à armada. Chegando ao Rio de Janeiro, em 6 de fevereiro de 1564, Estácio de Sá encontrou-se com Nóbrega. Cientes da necessidade de melhor preparação para o enfrentamento, dirigiram-se a São Vicente para organizá-la. Com o apoio dos jesuítas,

Estácio de Sá obteve todo o reforço que a capitania dispunha, além de mantimentos suficientes para mais de 300 homens, por três meses.

Voltando à Guanabara, não se estabeleceu no interior, mas, em 1º de março de 1565, desembarcou no sopé do Morro do Pão de Açúcar e do Morro Cara de Cão, local onde fundou a cidade. Descrevendo as providências tomadas, o padre José de Anchieta dizia:

Já a minha partida (ao derradeiro dia de março parti do Rio de Janeiro) tinham feito muitas roças em derredor da cerca, plantado alguns legumes e inhames, e determinavam de ir a algumas roças dos tamoios a buscar alguma mandioca para comer, e a rama dela para plantar; tinham já feito um baluarte mui forte de taipa de pilão com muita artilharia dentro, com quatro ou cinco guaritas de madeira e taipa de mão, todas cobertas de telha que trouxe de São Vicente, e faziam-se outras e outros baluartes, e os índios e mamelucos faziam já suas casas de madeira e barro, cobertas com umas palmas feitas e cavadas como calhas e telhas, que é grande defesa contra o fogo. Os tamoios andavam se ajuntando para dar grande combate na cerca (FERREZ, 2015:13).

Como descreve Ferrez (2015:13), Estácio de Sá chamou este embrião de Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em homenagem ao jovem rei de Portugal. Ao mesmo tempo, nomeou as primeiras autoridades da cidade *à qual deu para pastos e rocio o termo de uma légua e meia de terra começando da casa de pedra ao longo da baía até onde se acabar, e para o sertão o mesmo*, em julho de 1565.

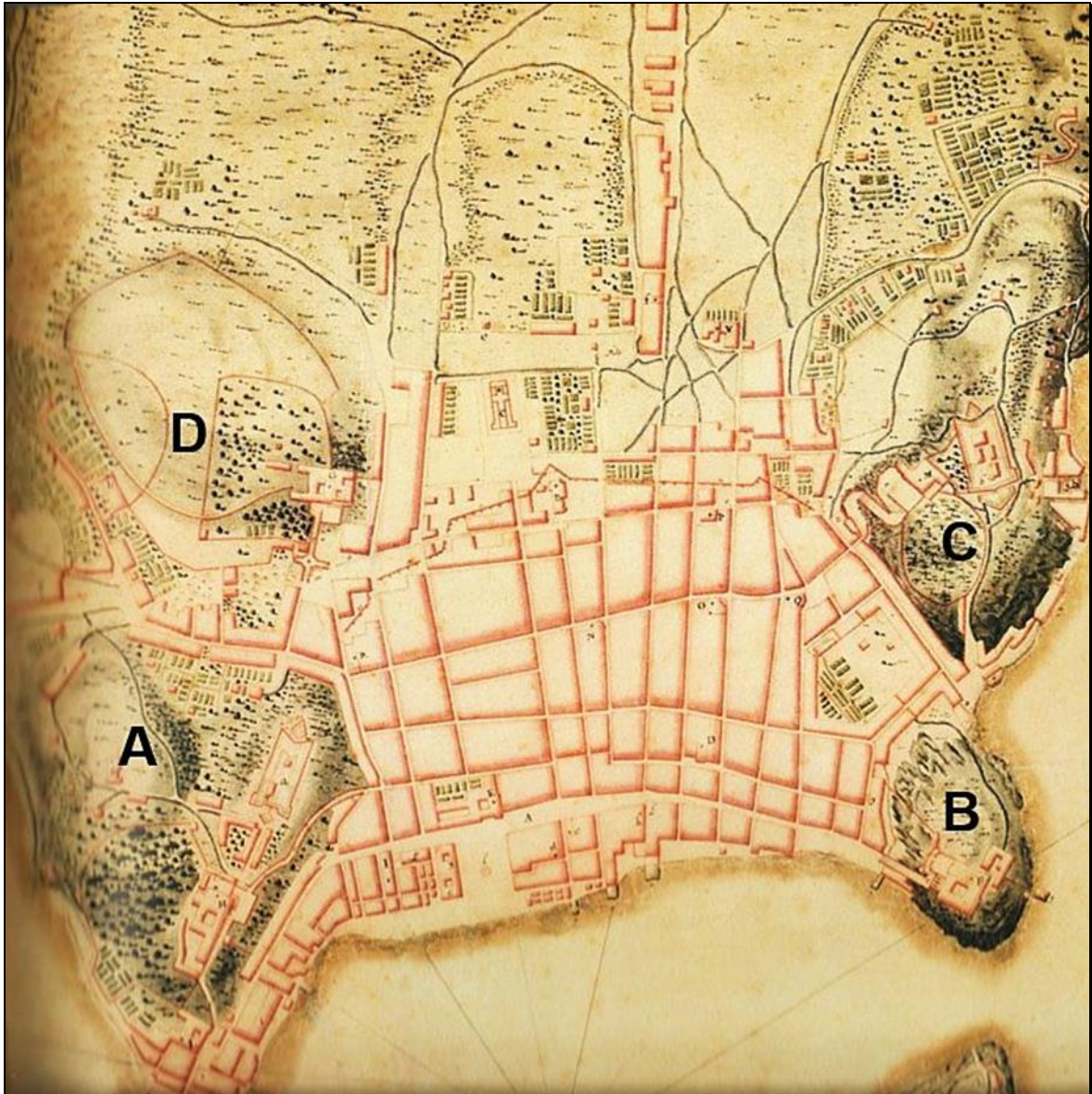
Vale destacar que, em 1505, Gonçalo Coelho já havia estabelecido uma feitoria junto a Baía de Guanabara, construindo uma casa de pedra na foz do Rio Carioca e, em 1531, Martim Afonso de Souza estabeleceu-se nas terras da capitania de São Vicente. Em 1565, Estácio de Sá fundou a Cidade do Rio de Janeiro entre os Morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, na Urca, local onde foi erguida a Fortaleza de São João, constituída por quatro Redutos (pequenos fortins também chamados de baterias): São Martinho (1565), São Teodósio (1572), São José (1578) e São Diogo (1618).

No ano de 1567, Mem de Sá voltou para o Rio de Janeiro para combater os franceses e, após vencê-los, decidiu transferir a cidade para o Morro do Castelo. No

local foram erguidas edificações para defesa e administração da nova cidade, situada em posição estratégica para vigiar a entrada da Baía de Guanabara e as áreas internas mais distantes. O núcleo urbano, situado no alto da colina, incluía o Colégio Jesuíta, a igreja dedicada a São Sebastião, uma fortaleza, alguns prédios públicos, três ladeiras e algumas ruas tortuosas.

No final do século XVI, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro inicia o processo de descida dos morros para os terrenos da planície que, em sua maioria, eram formados por áreas alagadas e pantanosas, exigindo que fossem feitos drenagens e aterros para abertura de ruas (RODRIGUES, 2010). O historiador Vivaldo Coaracy (1965), ao escrever sobre essas áreas, afirma que eram *um vasto descampado, planura semeada de charcos, brejos e alagados*, e o campo propriamente dito era um contínuo, como em Portugal, denominado de Rocio, isto é, um bem comum onde os moradores podiam soltar seu gado para pasto.

No início, a expansão da cidade estava concentrada em locais secos, próximos à base do Morro do Castelo, hoje, Rua Primeiro de Março. Porém, a expansão da produção açucareira no Recôncavo da Guanabara ocasionou modificações para o Rio de Janeiro, que se tornou um centro comercial levando à construção de instalações portuárias. Por consequência, houve um aumento populacional e a necessidade de ocupação da planície e das ladeiras que contornavam o Morro do Castelo e a restinga, principalmente entre os Morros do Castelo, São Bento e Conceição. A cidade, então, estendeu-se em um quadrilátero formado pelos morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e Conceição (AMADOR, 2013).



Carta Topographica da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro de André Vaz Figueira, 1750 (A-Morro do Castelo, B-Morro de São Bento, C- Morro da Conceição, D- Morro de Santo Antônio).
Fonte: CZAJKOWSKI, 2000: 53

Na várzea, entre os Morros da Conceição, Castelo e de São Bento, havia problemas com inundações das águas da Baía de Guanabara. Com isso, foram providenciados vários aterros e drenagens nas áreas de pântano e lagoas, expandindo o núcleo central da cidade. Essas obras contavam com apoio da população e das entidades religiosas, assim como dos proprietários de fazendas e engenhos de açúcar que abriram caminhos em direção ao Centro, incluindo alguns que chegavam ao Cosme Velho e à Guaratiba. Em 1642 foi realizada a construção de uma vala para escoar as águas do Campo de Santo Antônio (atual Largo da Carioca) e a cidade se

concentrou em suas proximidades pela facilidade de se obter água transportada por escravos do Rio Carioca e de pequenos mananciais.

No final do século XVII, época em que as exportações do açúcar diminuíram devido à produção dos holandeses em suas colônias da América Central, os colonos portugueses precisavam obter riquezas para a Coroa Portuguesa e, nesse momento, foram descobertas as primeiras minas de ouro no Brasil. O Rio de Janeiro se tornou uma localidade estratégica durante o período de exploração do ouro nos séculos XVII e XVIII, devido à sua posição geográfica para o escoamento portuário da produção das Minas para Portugal. A cidade era o porto de entrada dos produtos importados do Reino, do comércio negreiro e escoadouro da riqueza produzida em seu território, além de ser a sede militar protetora desse mesmo território.

A cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII, também era alvo de ocupações irregulares nas áreas mais distantes, onde se encontravam as praias e mangues dos atuais bairros da Praça da Bandeira, Gamboa e Saúde. Algumas dessas áreas eram ocupadas por chácaras que sustentavam a cidade com seus produtos de cultivo e pasto, onde existiam locais como matadouro e de produção de cal (chácara da Gamboa). Até o século XVIII, a parte urbana do Rio de Janeiro permanecia no quadrilátero entre os Morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e da Conceição.



Trecho do mapa de Manuel Leão Vieira, Plano da Cidade do Rio de Janeiro (1770) que mostra, destacadas nos círculos pretos, diversas construções que se estendem desde o centro da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro passando por toda a margem Oeste da Baía de Guanabara. Fonte: BN Digital cart309970



Mapa de Manuel Leão Vieira, Plano da Cidade do Rio de Janeiro (1770).
Em destaque, o trecho do mapa da figura anterior.

Com o crescimento da cidade para além da muralha, essa se transformou em um obstáculo ao desenvolvimento. Demolido o muro e coberta a vala, o Rio de Janeiro viu seu crescimento seguir para o campo, atravessando lagoas, alagadiços e mangues. Destaca-se que o mapa denominado Planta do Rio de Janeiro, datado de 1767 e de autoria do sargento-mor Manuel Vieira Leão, não apresentava mais a muralha, concluindo-se que, neste período, já estivesse descaracterizada, absorvida pela expansão urbana ou mesmo demolida.

A povoação da cidade do Rio de Janeiro, até 1808, época da chegada do Príncipe Regente, era muito limitada em meio a ruas, travessas e becos, ainda com algumas destas com grandes distâncias entre uma e outra edificação. A seguir, uma listagem destes logradouros levantada por Moraes (1872:258):

Rua Direita
Rua da Candelária
Rua Detrás do Carmo
Rua da Quitanda
Rua Ourives
Rua dos Latoeiros
Rua da Vala
Rua Detrás de São Francisco de Paula
Rua do Fogo
Rua do Valongo
Rua da Ajuda
Rua da Misericórdia
Rua dos Madeireiros
Rua da Fidalga
Rua do Cotovelo
Rua da Batalha
Rua dos Barbonos
Rua da Glória
Rua dos Desterro
Rua das Mangueiras
Rua das Marrecas
Rua dos Arcos
Rua de Mata-Cavalos
Rua do Lavradio
Rua dos Inválidos
Rua da Lagoa da Sentinela
Rua do Piolho
Rua dos Ciganos
Rua da Lampadosa

Rua de São José
Rua da Guarda-Velha
Rua da Cadeia
Rua do Ouvidor
Rua do Rosário
Rua do Alecrim
Rua do Senhor dos Passos
Rua da Alfândega
Rua do Sabão
Rua de São Pedro
Rua das Violas
Rua dos Pescadores
Rua de São Joaquim
Rua Detrás do Ajube
Rua Detrás de São Joaquim
Rua Detrás dos Quartéis
Rua Nova de São Bento
Travessa da Pedreira ou das Vacas
Rua do Oratório
Rua dos Ciganos
Beco do Guindaste
Beco dos Tambores ou Calabouço
Beco dos Ferreiros
Beco de São José
Beco da Boa-Morte
Beco dos Cachorros
Ladeira do Castelo
Ladeira do Colégio

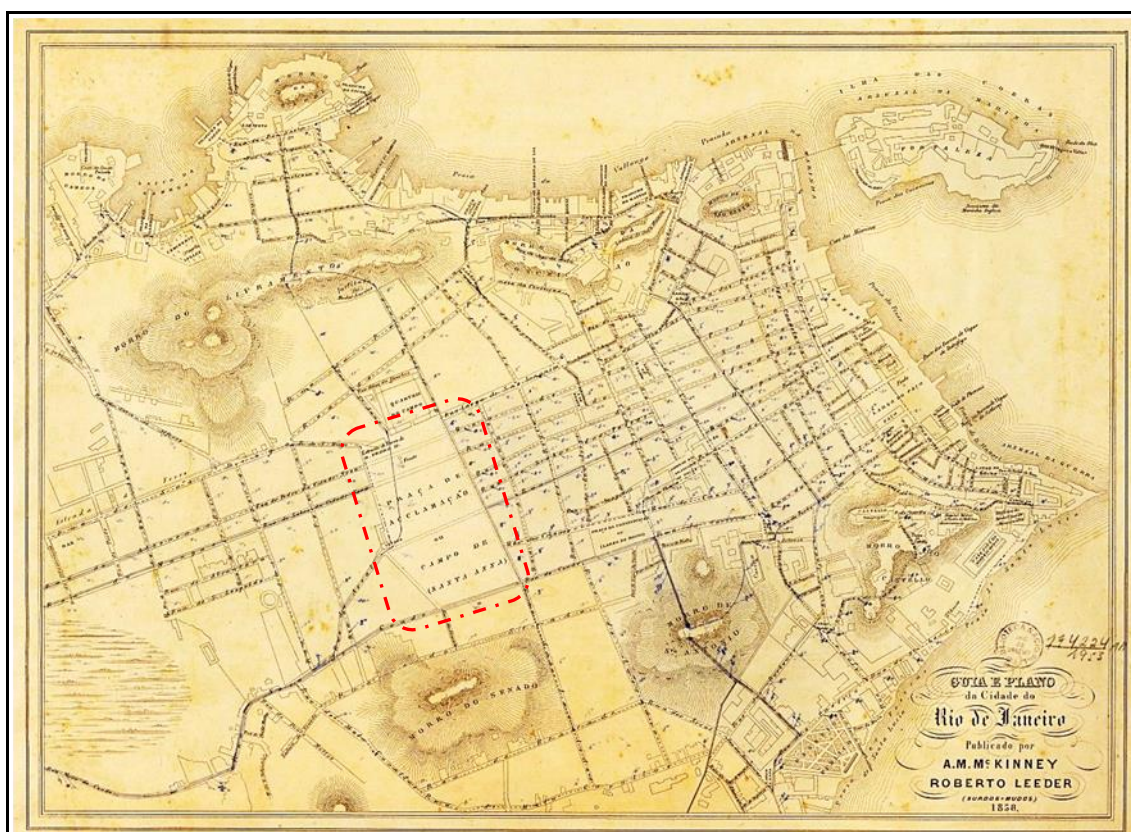


Nova Planta da Cidade do Rio de Janeiro, 1864. Ampliação do detalhe para visualização do quadrilátero de morros entre os quais a cidade se formou. Fonte: BN Digital cart309989

A cidade do Rio de Janeiro, no início do século XVIII, já possuía uma razoável zona urbana delimitada basicamente pelos quatro morros anteriormente citados e a Vala, atual Rua Uruguaiana. O espaço localizado atrás da Rua da Vala foi inicialmente chamado de Campo da Cidade, formado por uma série de terrenos desocupados, localizados entre o Caminho de Mata-Cavalos (atual Rua Riachuelo) e o Morro da Conceição, pelas laterais, e ao fundo limitado pelo Mangal de São Diogo aproximadamente. O espaço geográfico em sua origem, constituído de montanhas, pântanos, lagoas, mangues e um litoral caracterizado por enseadas curvilíneas, foi paulatinamente sendo alterado pelo morador da cidade ao longo dos tempos, através do dessecamento de lagoas, aterros, desmanches, inicialmente, parciais de morros, dentre outros.

Com o ciclo do café (século XIX) a cidade do Rio de Janeiro se tornou o ponto central do país. Os lucros provenientes desse produto promoveram o desenvolvimento da capital e, conseqüentemente, o aparecimento da aristocracia rural com as elegantes mansões dos barões do café, grandes construções urbanas e a importação da cultura europeia.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, acarretou um grande impacto demográfico na cidade, gerando a expansão do espaço urbano com a construção de sobrados e, nas cercanias, o estabelecimento de chácaras onde foi instalada parte da população. As áreas pantanosas foram sucessivamente aterradas como, por exemplo, o Saco de São Diogo, expansão que deu início à Cidade Nova, que se separava da Cidade Velha pelo Campo de Santana. Nesse contexto, a localidade de São Cristóvão se desenvolveu devido à proximidade com a Quinta da Boa Vista, residência da família Real. Também houve a abertura de várias ruas e a urbanização da zona portuária do Valongo, do Santo Cristo e Gamboa. O centro da cidade ampliou-se com construções nas ruas Lavradio, Resende, Senado e Inválidos, entre outras.



Guia e Plano da Cidade do Rio de Janeiro (R. Leeder, 1858).
Em vermelho está destacado o Campo de Santana. Fonte: BN Digital cart309960

O século XX já começou com a cidade passando pela reforma urbana de Pereira Passos, localizada principalmente no centro, entre os anos de 1903 e 1906. Foram alargadas as ruas Estácio de Sá, Frei Caneca, Assembleia, Uruguaiana, Carioca, Visconde do Rio Branco,

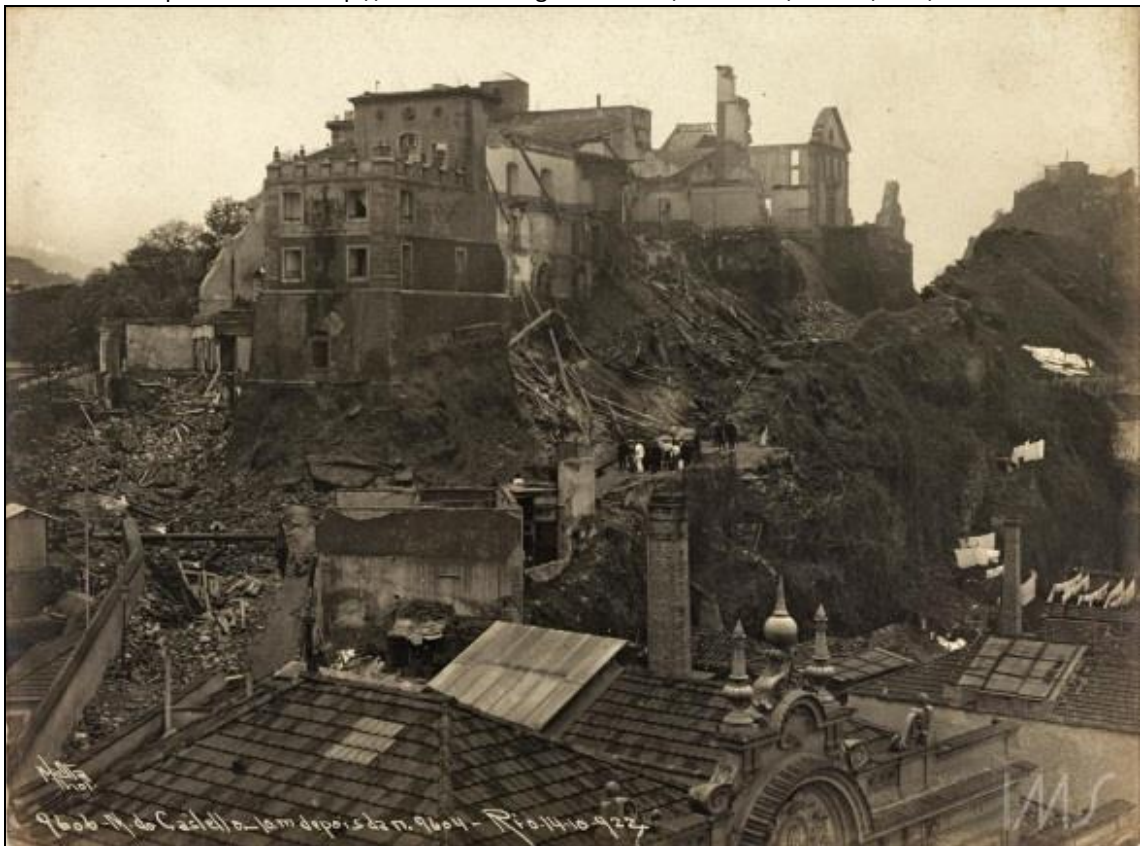
realização do Aterro do Flamengo, sendo também demolidos o Palácio Monroe, antiga sede do Ministério da Agricultura, sobrados e edifícios da Cinelândia (PCRJ, 2008).



Vista do Morro do Castelo, por Victor Meirelles, 1885. Destruído em 1920.
Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Morro_do_Castelo>



Imagem de Augusto Malta (1921) feita durante a derrubada do Morro do Castelo.
Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/2732>>



Imagens de Augusto Malta (1922) feita durante a derrubada do Morro do Castelo.
Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/2735>>



Imagens de Augusto Malta (1923) feita durante a derrubada do Morro do Castelo.
Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/2734>>



Imagens de Augusto Malta (1928) feita durante a derrubada do Morro do Castelo.
Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/2733>>

Em 1960, a capital federal foi transferida para Brasília. Para conjugar o desenvolvimento urbano com a preservação do patrimônio edificado no Rio de Janeiro, foram criadas as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e, para proteção dos conjuntos urbanos, as Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) que insere os bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo. Já na área central, a APAC é aplicada em três áreas: a do Corredor Cultural no Centro, a da Cruz Vermelha, e a Teófilo Otoni. Posteriormente, foi incorporado à APAC, o Mosteiro de São Bento.

Saúde, Gamboa e Santo Cristo

O bairro da Saúde, localizado entre a Gamboa e o Centro, está às margens da Baía de Guanabara, sendo um dos cinco bairros que abrigam o porto da cidade do Rio de Janeiro. A origem de seu nome vem da Igreja Nossa Senhora da Saúde que, também, deu nome à principal rua do bairro. Posteriormente, esta rua mudou de nome e, hoje, chama-se Rua Sacadura Cabral. Tanto o bairro como a rua iniciam-se na Praça Mauá, no antigo Largo da Prainha, aterrada devido as obras de urbanização da cidade do Rio de Janeiro.

A Gamboa¹ é um bairro da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. A palavra *gamboa*² tem dois significados, podendo ser o *fruto do gamboeiro*, assim como um *remanso no leito dos rios que dá a impressão de um lago*. Este segundo sentido do termo se assemelha ao aspecto físico do bairro, que se localiza numa zona de águas mais calmas da Baía de Guanabara.

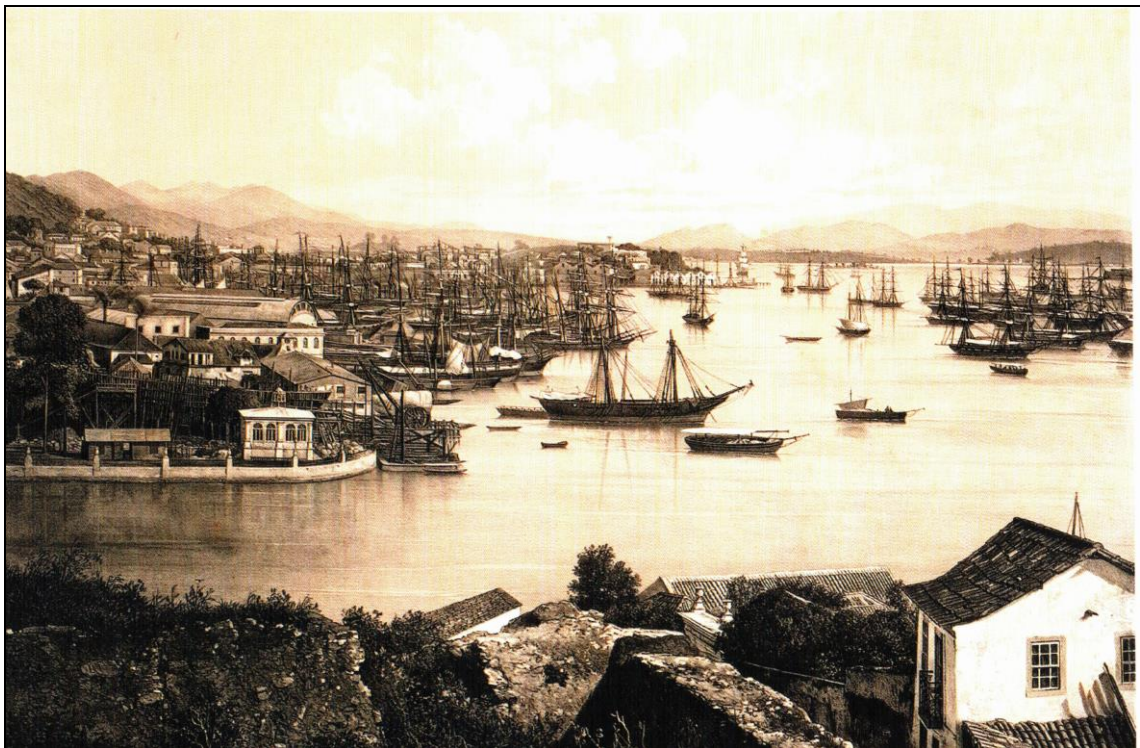
Santo Cristo, também um bairro da Zona Portuária do Rio de Janeiro, recebeu este nome devido à Igreja do Santo Cristo dos Milagres, construída em frente ao Cais do Porto. Tem como vizinhos o Caju, São Cristóvão, Cidade Nova, Praça da Bandeira, a Gamboa e o Centro. O comércio e a tortura de escravos marcaram muito a história do bairro. O grande número de escravos pobres e doentes, por exemplo, contribuiu para a inauguração do primeiro hospital da cidade, chamado de Nossa Senhora da Saúde.

¹ A Saúde abrangia uma parte do atual bairro da Gamboa, que foi separado e transformado em bairro, oficialmente, somente na década de 1980.

² Segundo o Dicionário Michaelis (<http://michaelis.uol.com.br/>, acessado em 02/12/2015), a palavra Gamboa significa: Fruto do gamboeiro; o gamboeiro; trecho de rio em que as águas remansam, dando a aparência de lago tranquilo; camboa, igarapé; cercado para pesca, espécie de curral.



Praia do Bairro da Saúde, por Rosalbino Santoro, em 1906
Disponível em: www.riodejaneiroaqui.com



Panorama do Rio de Janeiro – Porto da Saúde (Victor Frond, 1860). Disponível em:
<<http://robertoormond.blogspot.com.br/2010/12/praca-maua-impressoes-e-historias.html>>

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais a cidade do Rio de Janeiro transformou-se em porto de escoamento da produção aurífera e de pedras preciosas para Portugal. A mudança no eixo econômico foi muito importante para o melhoramento da cidade e com isso o Rio de Janeiro se tornou a capital do país, em 1763. Outra transformação da cidade fez-se necessária como a transferência do mercado de escravos para área mais afastada do centro, ficando proibido a comercialização desses nas principais ruas (RODRIGUES, 2010:43). Foi uma estratégia utilizada como uma maneira de transferir de forma definitiva o comércio negreiro para o Valongo e, com isso, evitar a circulação de negros nus pelas

principais ruas. Assim os escravos eram registrados na rua da Alfândega (atual Casa França – Brasil) e transportados para os mercados do Valongo, em torno do qual se desenvolveria outra área portuária do Rio de Janeiro.

Antes viviam disseminados pelas ruas centrais, depois de desembarcados na Alfândega, nos fundos da Rua Direita – e conta-nos o vice-rei que eram como “animais selvagens, nus, cheios de moléstias” e, de tal maneira que “as pessoas honestas não se atreviam a chegar às janelas, e os inocentes, vendo-os, aprendiam o que ignoravam” ... motivo de sobra para que depois de conferidos pelas autoridades aduaneiras fossem para o Valongo para ser nos seus depósitos oferecidos à venda (GERSON, 2013:172).

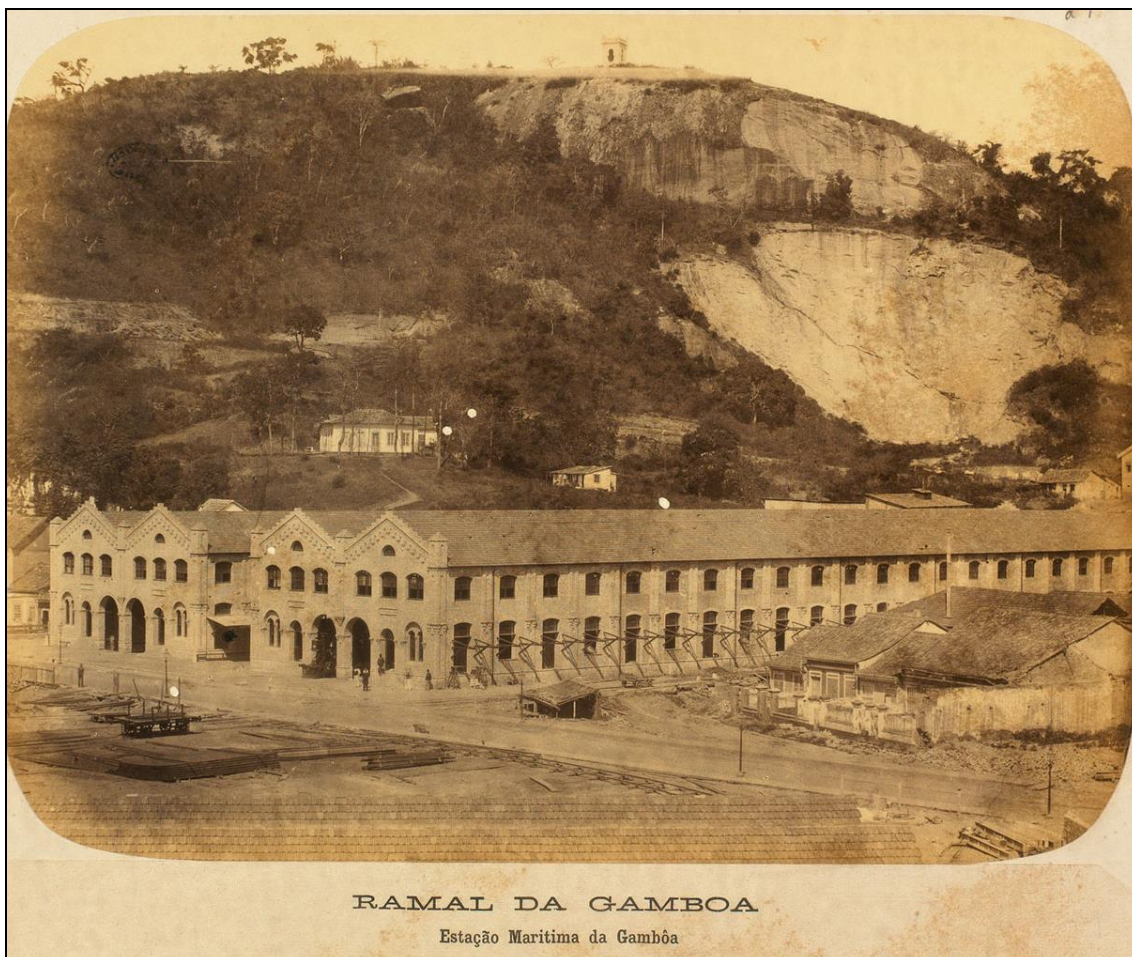
Segundo Gerson (2013:173), Victor Jacquemont, naturalista francês, em 1826, escreveu que os escravos se acotovelavam nos trapiches do Valongo. Ao desembarcarem, eram reunidos em casas próximas, sendo homens, mulheres e crianças separados por completo. Viviam sentados e acorrentados, usando unguentos para amenizar suas feridas. O autor cita, ainda, que entre os seus mais hábeis vendedores destacavam-se os ciganos que moravam entre o Rocio e Campo de Santana – *todos de botas, chicotes e vistosos brincos nas orelhas.*

A mudança do mercado de escravos para a região do Valongo acarretou a transferência do cemitério da Paróquia de Santa Rita para o antigo Caminho da Gamboa. Na maioria das vezes os africanos eram enterrados em covas rasas, e com as chuvas os corpos ficavam expostos gerando insalubridade e mau cheiro. Muitas vezes os corpos eram acumulados e aguardavam dias para o sepultamento. As atividades econômicas portuárias se intensificaram ao longo do século XVIII, com isso alguns bairros da região detinham a maior concentração demográfica: Morro da Conceição e Saúde, a Prainha e o Valongo. Em contrapartida, na Gamboa, Saco de Alferes e Praia Formosa encontravam-se apenas algumas chácaras e canaviais (RODRIGUES,2010).

Apesar de todas as mudanças e diversas propostas urbanística na cidade do Rio de Janeiro, a urbanização ocorre de fato o século XIX. A chegada da Família real e abertura dos portos em 1808, influenciou o crescimento das atividades portuárias.

Assim, embarcações maiores traziam uma diversidade de produtos que atracavam na Baía e, à medida em que aumentava a circulação de mercadorias, defendia-se a necessidade de realização de obras de modernização. No final de 1870 diversos projetos foram propostos, mas apenas dois melhoramentos portuários de fato: a doca da Alfândega e as Docas de D. Pedro II, sendo está última projetada para potencializar o processo de escoamento

da produção do café. A necessidade de se ligar o mar à estrada de ferro vinha sendo discutida desde a criação da linha férrea em 1855. No entanto, as obras do terminal da Gamboa só tiveram início em 1877 e o ramal foi inaugurado em 1879 (RODRIGUES, 2010:55).

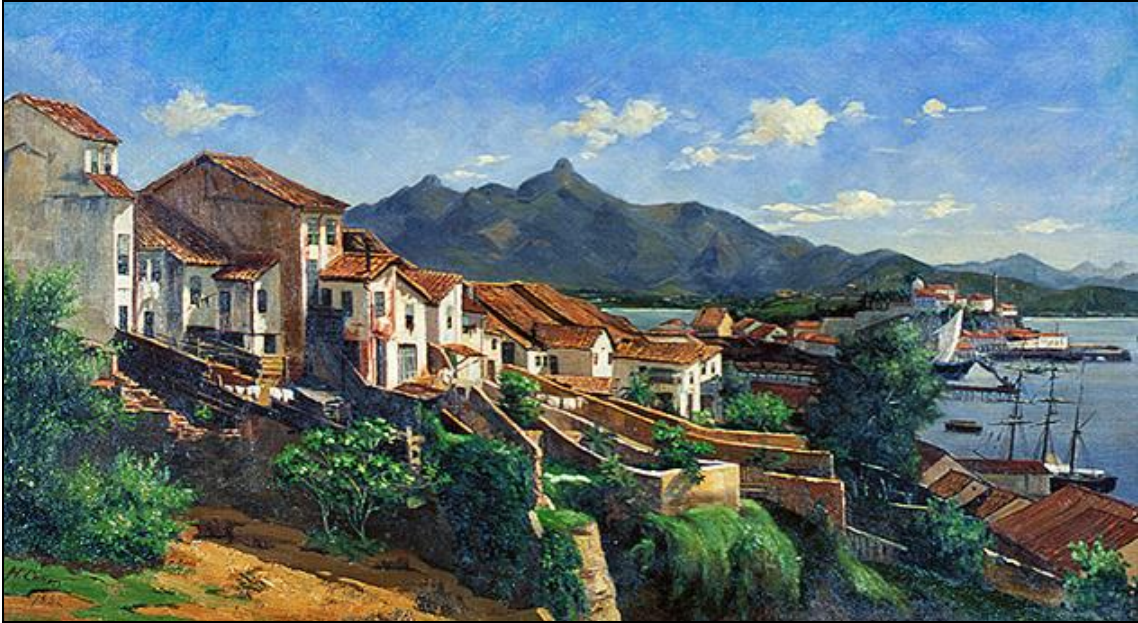


Estrada de Ferro D. Pedro II, Estação Marítima da Gamboa, 1881.
Fonte: BN Digital icon381909

No caminho para a Gamboa, depois da Rua do Cemitério ou Rua da Harmonia, atual Pedro Ernesto³, foi inaugurado em 1863 o Teatro Amador Santa Carolina e, em 1877, a primeira escola primária do bairro, uma das três grandes escolas construídas a pedido de D. Pedro II. No Largo da Harmonia, em 1855, foi aberto o segundo mercado da cidade⁴, perto dos trapiches e onde, à beira mar, foi erguido o Moinho Fluminense.

³ Destaca-se que, no final da década de 1990, na casa de número 36 da Rua Pedro Ernesto, e durante uma obra para reforma do piso, foi localizada uma grande quantidade de ossos humanos. Após pesquisas, verificou-se que a casa fora erguida sobre o Cemitério dos Pretos Novos, que ocupava uma área muito grande e que deu o nome antigo à rua, quando era chamada de Rua do Cemitério. Atualmente, a casa abriga um Centro Cultural (GERSON, 2013:173).

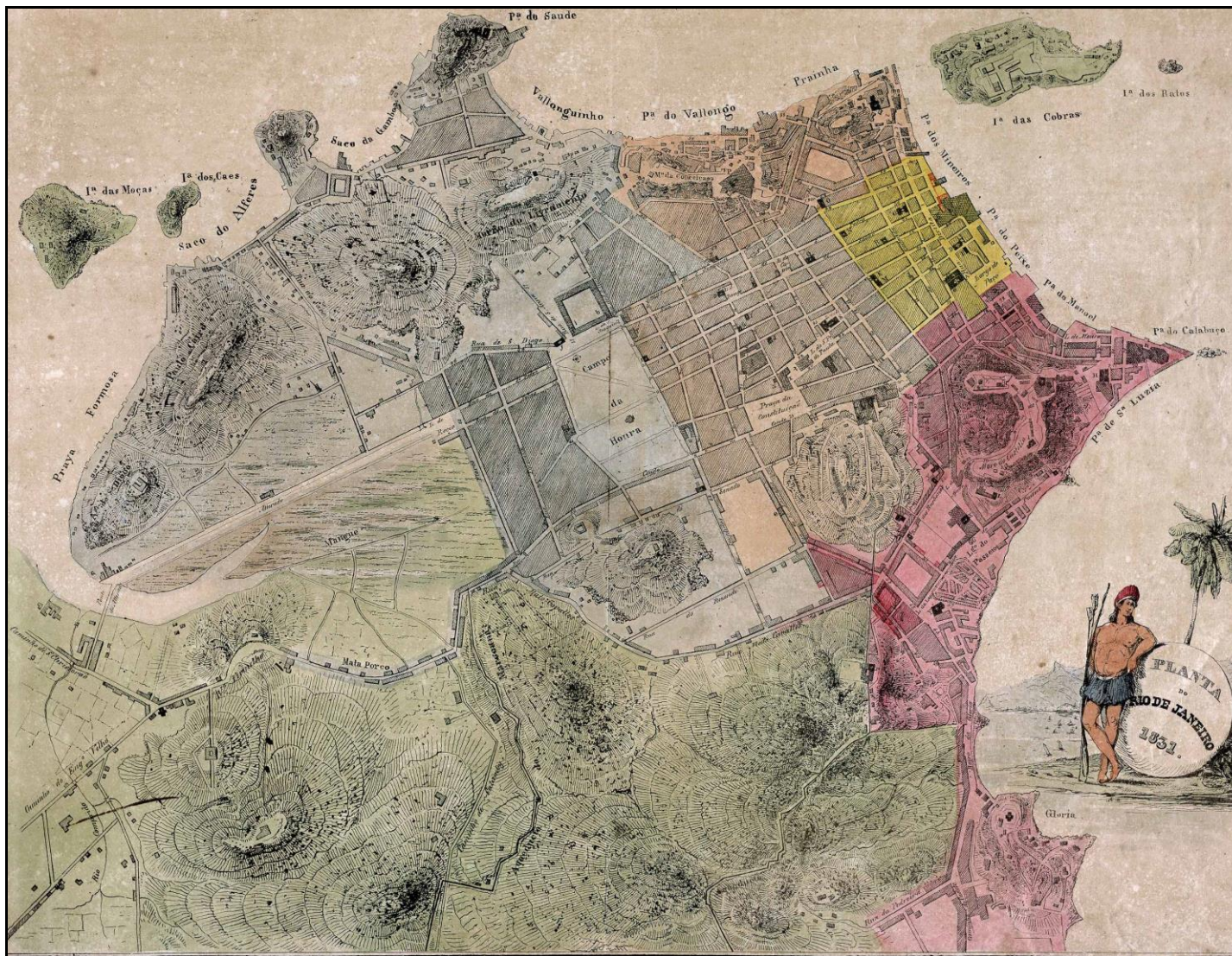
⁴ O primeiro foi construído no Largo do Paço, a mando de D. João VI (GERSON, 2013:173).



Vista da Gamboa, por Hipólito Boaventura Carón (1882).

Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Hip%C3%B3lito_Boaventura_Caron>

No século XIX, tanto da Saúde como da Gamboa, era possível observar a Baía de Guanabara, paisagem que se estendia até as imediações do Saco do Alferes, um acidente geográfico caracterizado por um braço de mar que entrava pela praia até alcançar charcos, lamaçais e algumas pequenas lagoas. Posteriormente, este local foi aterrado ficando um canal no lugar, conhecido como Canal do Mangue, ainda existente nos dias de hoje.



Mapa *Planta do Rio de Janeiro*, do cartógrafo Michellerie (1831), onde é possível observar, da esquerda para a direita, a Praia Formosa, o Saco do Alferes, o Saco da Gamboa, o Valongunho, a Praia do Valongo e a Prainha. Fonte: BN Digital cart326112

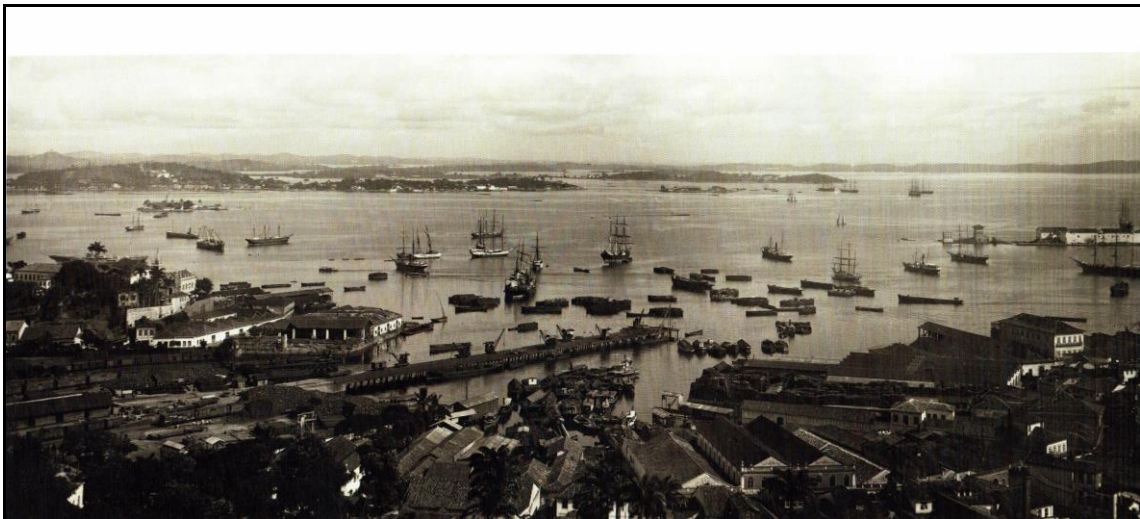
No século XX, na gestão do Prefeito Pereira Passos, em intervenções de maior grau de modificação da paisagem, algumas praias foram aterradas e a linha do litoral retificada com o objetivo de capacitar a zona portuária do Rio de Janeiro ao fluxo de navios de grande porte. Isto conduziu ao aumento substancial do território da cidade e, por via de consequência, impactou a população e a configuração urbanística.



Imagem do Google Earth com sobreposição do mapa *Planta do Rio de Janeiro*, do cartógrafo Michellierie (1831). Em destaque e numeradas, as áreas de aterro: 1 – Praia Formosa; 2 – Saco do Alferes; 3 – Saco da Gamboa; 4 – Valonguinho; 5 – Praia do Valongo; 6 – Prainha. Fonte: BN Digital cart326112

Extensos aterros foram realizados, retificando o desenho sinuoso da orla. Para esse fim, foram aproveitados entulhos do desmonte do Morro Senado e de pequeno trecho do Morro do Castelo. O principal foco das reformas foi o sistema viário que permitiu a melhor circulação de mercadorias da área portuária para o centro comercial. As obras também proporcionaram a construção de novos cais, o aterro do litoral da Prainha e do Valongo e dos sacos da Gamboa e do Alferes, da Praia Formosa e o prolongamento do canal do Mangue. Com isso, novos logradouros, como a Avenida Rodrigues Alves e a Francisco Bicalho, foram abertos em áreas aterradas e antigas ruas, como a da Prainha e a Camerino, foram alargadas entre 1904 e 1911 e passaram por uma série de melhoramentos para propiciar a ligação do cais com o Centro e constituindo os bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo (RODRIGUES, 2010:58-60).

Entre o final do século XVIII e boa parte do século XIX, a Gamboa foi um lugar agradável e pitoresco, escolhido pela aristocracia e pela elite do Rio de Janeiro como local para suas chácaras e palacetes. Localizado próximo ao mar e junto a uma suave colina, foi também o bairro favorito dos grandes negociantes ingleses estabelecidos na capital do Império do Brasil. A proximidade com o Centro e com o Porto eram fatores que o valorizavam. A Gamboa também foi o local escolhido para receber o Cemitério dos Ingleses, um dos mais antigos do Brasil. A partir do final do século XIX, quando a aristocracia passou a ocupar os bairros do Catete, Glória, Flamengo, Botafogo e Laranjeiras, fugindo da proximidade com o porto, a Gamboa foi perdendo o status. Em 1897, após a campanha militar da Guerra de Canudos, a Gamboa recebeu os contingentes de soldados que foram lutar na Bahia e, nas encostas do Morro da Providência, nasceu a primeira favela de que se tem notícia⁵.



Terminal Marítimo da Gamboa visto do Cemitério dos Ingleses (Marc Ferrez, 1880-1890).

Fonte: FERREZ, 2015: 127

Os bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo, no final do século XIX, encontravam-se densamente ocupados, principalmente na parte superior dos morros abrigando uma população ligada às atividades urbanas e portuárias, espalhada por ruas estreitas e tortuosas, à feição dos bairros altos de Lisboa (RODRIGUES, 2010:56). Na parte baixa, próximo à orla, proliferavam os armazéns e trapiches, fazendo com que as construções voltadas para a moradia convivessem em espaço muito próximo à região comercial.

⁵ O nome "favela" provinha de um morro da Bahia que, segundo seus novos moradores, era muito semelhante ao Morro da Providência. ([pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_do_Rio_de_Janeiro_\(cidade\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_do_Rio_de_Janeiro_(cidade))).



Bairro da Saúde (Ferrez, 1880-1890). Fonte: FERREZ, 2015: 129

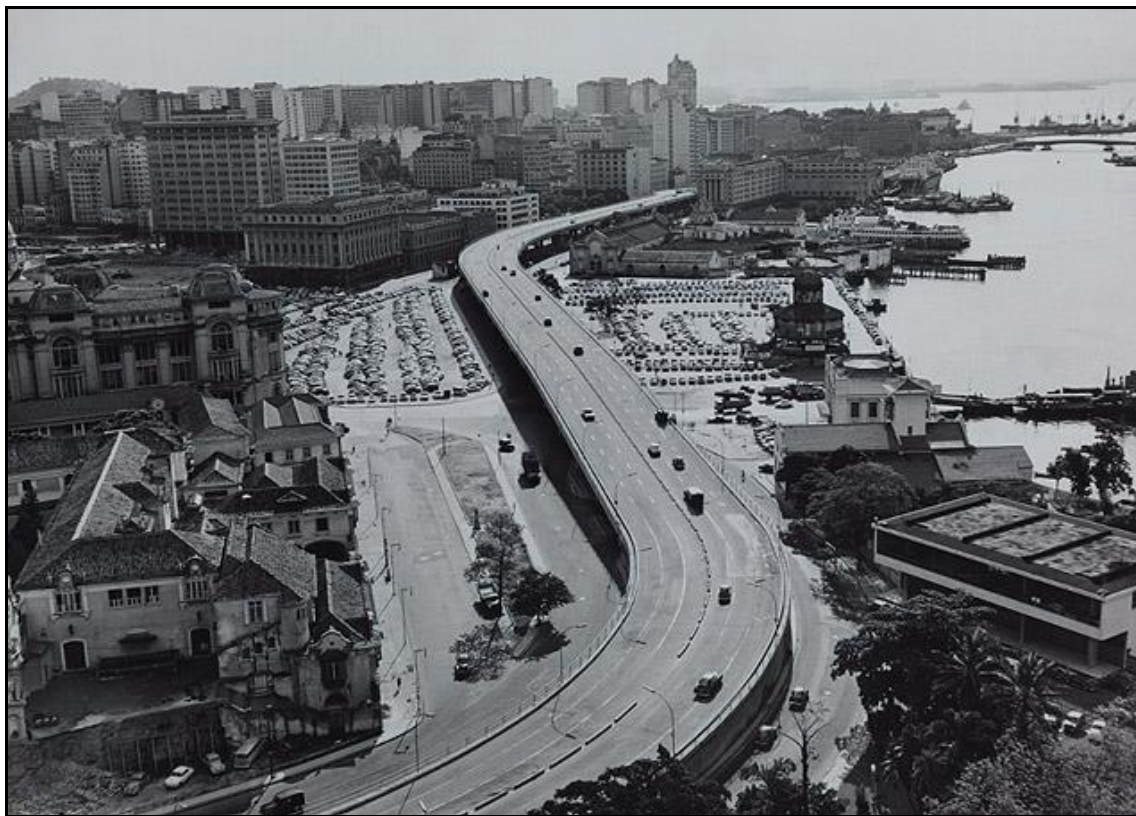


Antigos Trapiches da Saúde. Fonte: TURAZZI, 2012:95

No início do século XX, as obras de aterramento e de saneamento do Porto do Rio de Janeiro afastaram os bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde do mar. Na Enseada da Saúde e da Gamboa, áreas estratégicas, deu-se início à construção do cais do porto, na década de 1900, quando ocorreu o desmonte do Morro do Senado que começou a ser demolido em 1891. O material do retirado do morro foi utilizado como aterro de diversas áreas próximas à cidade, principalmente, nos bairros ocupados pelo porto, causando grande impacto na paisagem marítima do Rio de Janeiro e o desaparecimento das praias da Saúde e da Gamboa.

Na Gamboa foi construído o primeiro túnel urbano do Rio de Janeiro, obra que foi marco na engenharia e na arquitetura da cidade: o Túnel João Ricardo. Da mesma forma, os bairros foram cortados pelo Elevado da Perimetral, via expressa que ligou a Avenida Brasil, na Zona Norte, ao Centro do Rio de Janeiro. A obra de construção do viaduto foi criticada por ter mudado, de forma considerável, a estética do Cais do Porto e por bloquear a vista da cidade,

principalmente a dos viajantes que chegavam de navio, além de impedir a visualização do mar para quem estava no continente.



Elevado da Perimetral, demolido entre 2013 e 2014.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/09/1677343-exposicao-reconstitui-450-anos-do-rio-que-era-para-ter-sido-e-nao-foi.shtml>>

Políticos e urbanistas discutiram por décadas a demolição do Elevado da Perimetral, considerando que o mesmo não se harmonizava com a Zona Portuária. Assim, desde a inauguração de seu primeiro trecho, na década de 1960, passaram-se 53 anos para que as discussões concluíssem por sua demolição, que integrou o projeto Porto Maravilha⁶ e ocorreu entre 2013 e 2014.

⁶ O Porto Maravilha é um projeto cuja finalidade é promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. O projeto abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco, e Francisco Bicalho. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/portomaravilha>> Acessado em: 01/12/2015.

São Cristóvão

O Bairro de São Cristóvão teve sua origem na sesmaria pertencente aos jesuítas, que se estendia do Rio Comprido até Inhaúma e que, entre 1572 e 1583, foi desmembrada fazendo surgir três engenhos: Fazenda do Engenho Velho, Fazenda do Engenho Novo e Fazenda de São Cristóvão.



Demonstração do Rio de Janeiro feita por João Teixeira, cosmógrafo de Sua Majestade, em 1645 com a indicação de São Cristóvão. Disponível em: <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-rio-janeiro/684/>>

O nome do bairro se deve à igreja dedicada a São Cristóvão, erguida pela Companhia de Jesus, junto à praia habitada apenas por alguns pescadores. Segundo Augusto (1947), não se pode precisar a idade certa da Matriz de São Cristóvão, porém, pelos documentos guardados no arquivo da igreja, sabe-se que no ano de 1627 esse templo já existia e era denominado *Igrejinha*, talvez em decorrência de suas pequenas dimensões. Propriedade dos jesuítas, situava-se no terreno pertencente à fazenda da Companhia de Jesus. Construída à beira-mar, as águas da baía de Guanabara chegavam quase até a porta de entrada, voltada para uma estreita praia de areia. Com sua torre alta, era vista de longa distância pelos pescadores que, à hora da Ave-Maria,

ao recolherem os seus barcos, procuravam a igreja para dar graças ou para pedir a proteção divina.



Detalhe do original manuscrito que integra o atlas de Johannes Vingboons, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Em destaque, São Cristóvão e a Igreja.

Disponível em: <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-rio-janeiro/684/>>

A pequena igreja ficava nas terras da fazenda de São Cristóvão, a certa distância da casa grande, que ocupava uma pequena elevação próxima à entrada do chamado Saco de São Diogo. A pequena ermida ficava junto à praia até então habitada por poucos pescadores, logo passando a ser chamada de praia de São Cristóvão. Próximo à igreja passava o Caminho de São Cristóvão que, além de servir aos jesuítas, era muito utilizado como via de comunicação da cidade com o interior. A multiplicação dos engenhos e fazendas no interior, bem como a precariedade de acessos por via terrestre para o centro da cidade, incrementaram a circulação na região. Por essa estrada logo começaram a passar os tropeiros e viajantes, aparecendo no seu entorno uma pequena povoação que passou a ser chamada de Campo de São Cristóvão. Durante muitos anos o acesso à igreja era feito pelo mar e, à hora da missa,

era às suas portas que os pescadores amarravam suas canoas. O mar, por diversos aterros foi levado para longe, mas a igreja, elevada à matriz em 1865, foi reconstruída e ampliada⁷.

Augusto (1947) menciona que a igreja foi sempre muito procurada pelos incontáveis devotos de São Cristóvão, inclusive pela Marquesa de Santos, residente à entrada da Quinta da Boa Vista (hoje, Avenida Pedro II), que a preferia por ser distante da cidade, evitando, dessa forma, os olhares maliciosos do povo. Dom Pedro I e, mais tarde, Dom Pedro II e toda a família imperial, assim como muitos nobres, foram vistos várias vezes no templo da praia. Foi apenas no fim do século XIX que a igreja adquiriu a feição que hoje apresenta, por obra do Cônego Luiz Antônio Escobar de Araújo que, nomeado Vigário, realizou obras dando-lhe o estilo gótico-romano.

⁷ Disponível em: <http://www.irmandadesaoroque.org.br/sao_cristovao.php> Acesso em: 15/12/2015.



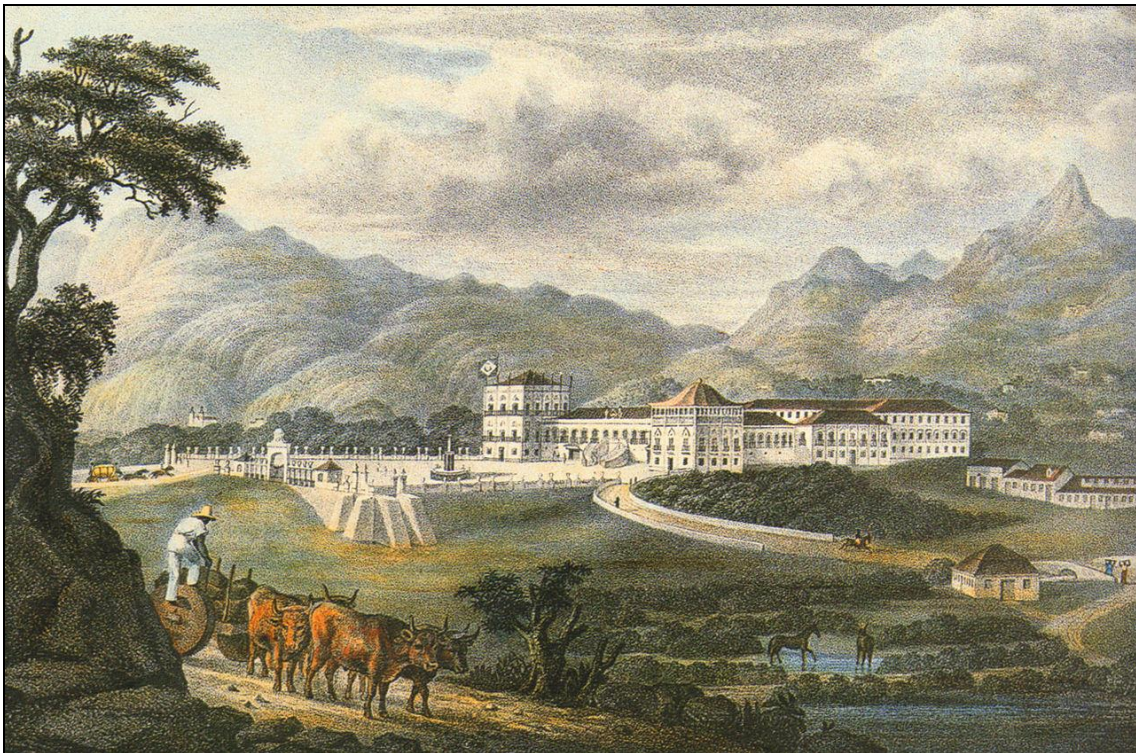
Matriz de São Christovam, Augusto Malta. Fonte: BN Digital icon1329316

A fim de melhorar o acesso à Quinta e ao Paço de São Cristóvão, foi necessário o aterramento de áreas alagadiças que dificultavam a passagem das carruagens e carroças até o Paço e suas cercanias. No século XIX, Milliet de Saint-Adolphe (1845:530) assim descreveu São Cristóvão:

***São Christovão** – Nova freguezia do dictricto neutro da cidade do Rio-de-Janeiro. Está situada á margem da bahia, entre a*

povoação de Mata-Porcos⁸ e a Ponta do Cajú. Sua igreja, da invocação do Santo de seu nome, era filial da matriz da freguesia do Engenho-Velho, de que foi desanexada em 1842 e criada parochia. É em seu termo que se achão o palácio imperial da Boa-Vista, residência ordinária do Imperador, o palácio da Ponta do Cajú e o antigo convento dos lazaristas actualmente convertido em hospital dos Lazaros.

Até meados do século XIX, o bairro de São Cristóvão fazia divisa com o Engenho Velho, o Andaraí, e Tijuca. Ao final do século XIX, passou a fazer divisa também o nascente bairro de Vila Isabel. Em tempos remotos, ainda no século XIX, outro caminho para São Cristóvão se dava através de uma bifurcação no Largo do Estácio, onde de um lado seguia-se em direção à Tijuca, pegando uma estrada que hoje é a Rua Hadock Lobo. Pegando o caminho à direita, toma-se a Rua São Cristóvão, que nos dias de hoje é chamada Rua Joaquim Palhares.



Vista da Quinta da Boa Vista com o Paço de São Cristóvão meados século XIX.
Disponível em: < http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/q_pimperial.html >

⁸ Segundo Milliet de Saint-Adolphe (1845:59), Mata-Porcos era uma *povoação numerosa da província do Rio de Janeiro, no termo da freguesia do Engenho Velho, por onde passa a estrada que vai da cidade do Rio de Janeiro à serra do Tejuco, com uma caserna para os permanentes e uma linda igreja de invocação do Espírito Santo, que foi fundada em 1746. Era originalmente um mercado de porcos.*

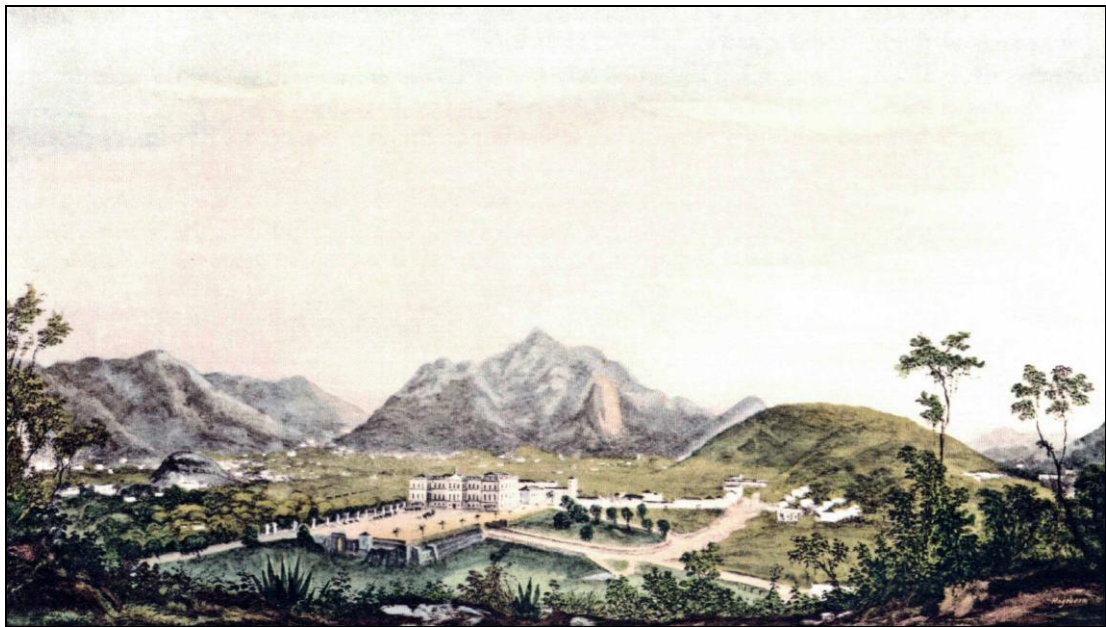
Ferrez (2015:196), ao falar sobre o palácio de São Cristóvão e arredores (1850-1860), considera que a melhor descrição por ele conhecida do interior do palácio foi deixada pelo cirurgião da marinha americana, G. Horner, quando esteve no local durante o baile oferecido por Sua Majestade ao príncipe Adalberto da Prússia em sua visita ao Brasil, no ano de 1842. Assim disse Horner:

O hall de entrada era rodeado de diversas estátuas de deuses e deusas pagãs, seguia-se outra galeria de uns duzentos a trezentos pés, decorada com pinturas de Vila Rica, Rio de Janeiro e outros lugares. À esquerda desta galeria ficavam dois pátios; à direita alguns aposentos e uma espaçosa e bela sala de banquete, cujos balcões dominavam um belo jardim florido em terraço. No fim desta galeria ficava o gabinete de minerais e moedas guardados em móveis de jacarandá fechados por tampos de vidro e outros que alcançavam quase o teto. A variedade e beleza dos minerais nos encantou; porém as moedas estavam tão encobertas por urnas copos e refrescos que apenas podemos ver algumas antigas e modernas. Após uma rápida inspeção das armas dos índios, penduradas nas paredes na extremidade do gabinete, passamos para a biblioteca – uma sala grande de pé direito alto e piso de tábuas, contendo talvez de cinco a seis mil volumes e onde se achavam muitos nobres e oficiais trajados em seu estilo aparatoso. Da biblioteca tomamos à esquerda para uma entrada nos fundos do palácio, entre um pátio e uma série de salas onde a maioria dos convidados se reunira. Eram senhoras e cavalheiros, reunidos num salão de grandes dimensões, com um teto em arco, parcialmente dourado e decorado com papel de parede pintado, azul e branco, onde pendiam retratos. Encimando o sofá azul, onde se sentava o imperador, viam-se os retratos de seu pais e avô, João VI. No lado oposto, na entrada do salão, pendiam os de seu avô Frederick, o falecido imperador da Áustria, e sua sogra Amélia, a duquesa de Brìganza; e de cada lado da sala estavam os de sua mãe Leopoldina e irmãs Januária e Francisca e o dele.⁹

⁹ HORNER, G. *Medical Topography of Brazil and Uruguay with incidental remarks* – Philadelphia, 1845:272.



Rua do Imperador, Saint Christophe. Aquarela de Frederick Hagedorn (The Hispanic Society of America – N.Y.). Segundo Ferrez (2015:196), onde aflora todo o pitoresco da arborização, com esbeltas casuarinas de aspecto realmente majestoso e ao mesmo tempo bucólico. Hoje, é a Avenida Pedro II. Ao longe, a Serra da Carioca, a Pedra do Conde, Andaraí e Pico da Tijuca.



Aquarela de Frederick Hagedorn (The Hispanic Society of America – N.Y.) que, também Segundo Ferrez (2015:196) apresenta o palácio de São Cristóvão dominando os vales da Tijuca e do Andaraí e o caminho do Alto da Boa Vista que principiavam a se pontilhar de chácaras.

O Paço de São Cristóvão ou Palácio da Boa Vista foi residência real e imperial e para merecer a altura destes nobres moradores passou por diversas reformas para adaptar-se às tendências da moda arquitetônica e às modificações pelas quais a família real passou.

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas da então colônia portuguesa, os bens da ordem religiosa foram confiscados para a Coroa e foram retalhadas e seus lotes vendidos. O que também ocorreu com a Fazenda de São Cristóvão, que deu origem ao bairro. A grande residência que havia na localidade foi comprada por um comerciante luso-libanês, Elias Antônio Lopes, no final do século XIX. Entretanto, este não utilizou a casa para sua moradia, mas mesmo assim, em 1803 a reformou. Com a vinda da família real portuguesa, em 1808, para morar na colônia, um costume do Antigo Regime preocupou ao dono da suntuosa propriedade em São Cristóvão: a aposentadoria ativa que garantia o direito de os componentes da Coroa elegerem para si qualquer moradia mesmo que esta estivesse ocupada, o que ocorria por meio da desapropriação do local escolhido.

Segundo Dantas (2007), pela ambição de receber boas recompensas, o comerciante fez grandes reformas em sua propriedade e a deu de presente a D. João no primeiro dia do ano de 1809. A estratégia funcionou: D. João recebeu de bom grado a casa-grande, pagou pelas obras realizadas e ofereceu uma mensalidade para a conservação do local, e o doador recebeu honrarias com cargos e títulos de Cavaleiro Fidalgo da Casa Real com a graduação de Alcaide-Mor da Vila de São João Del Rei e de Provedor e Corretor da Casa Adjunta do Comércio.

A casa ocupava um local com vista privilegiada. O terreno alto permitia ver o mar e, no lado oposto, a floresta da Tijuca e o Corcovado. A beleza era tamanha que o lugar ficou conhecido como a *Quinta da Boa Vista*. Contudo, havia algo que desagradara no bairro de São Cristóvão: o terreno instável impediria a passagem da carruagem real para chegar à residência, o que motivou uma série de reformas na casa e seu entorno. Até o Paço da Cidade, os terrenos foram aterrados e instalados postes de alvenaria com lâmpadas de azeite, razão pela qual o trajeto ficou conhecido como *Caminho das Lanternas* e *Caminho do Aterrado*.

Os casamentos que geravam o crescimento da família real motivaram reformas de ampliação da casa. Em 1810, para o casamento de D. Maria Tereza de Bragança, e em 1816, para o casamento de D. Pedro I com D. Carolina Josepha Leopoldina. Manoel da Costa foi o idealizador da primeira ampliação, tendo como inspiração o Palácio Real da Ajuda, em Portugal. A segunda reforma na casa foi comandada pelo arquiteto inglês John Johnson, que fora enviado para organizar a colocação de um portão doado a D. João por Lord Percy, de estilo neogótico.

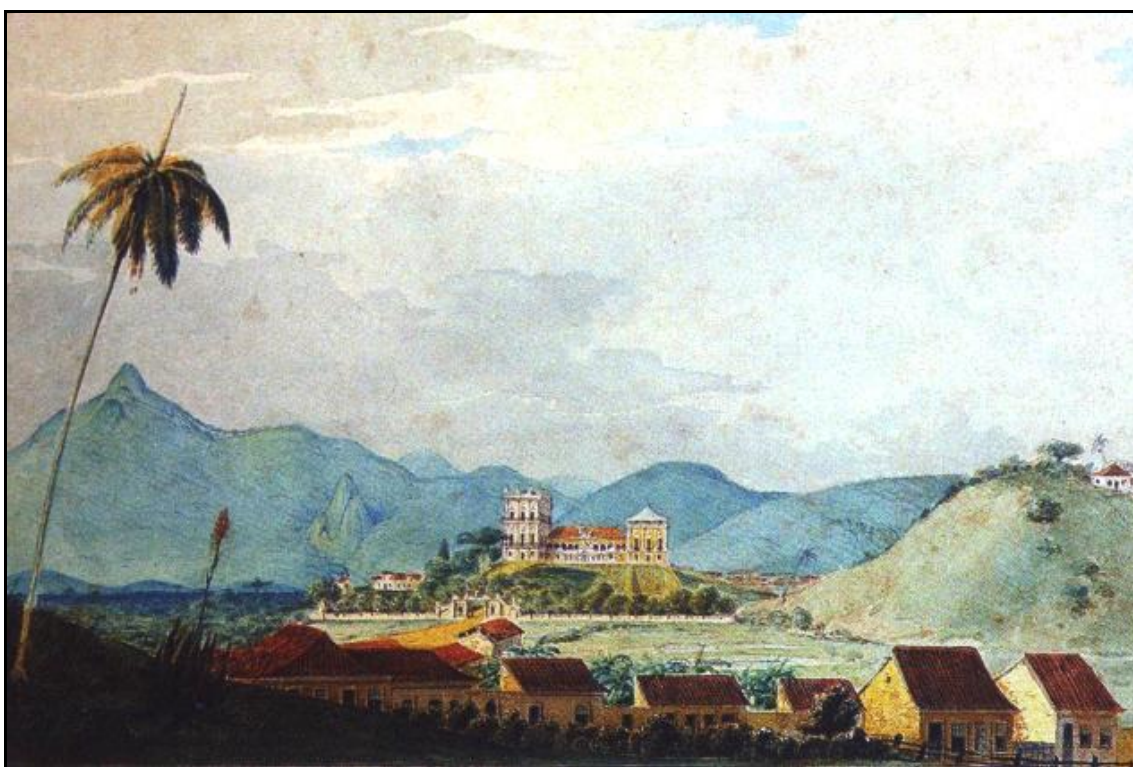
Em 1817 a Coroa comprou o Paço de São Cristóvão, passando a possuir os arredores de sua residência. Ao longo dos anos, essa região foi se estruturando para abastecer todas as necessidades da Família Real e, depois, imperial, com a construção de sobrados, hospital, escola, casas onde moravam os servidores do palácio com suas famílias, membros da corte e os protegidos do imperador. Em 1822, o português Manoel da Costa foi novamente responsável pela expansão do palácio, agora seguindo as orientações neogóticas. Quatro anos depois, foram realizadas novas obras que duraram 5 anos, comandadas pelo francês Pierre Joseph Pézerat, de estilo neoclássico. Os diversos modelos arquitetônicos agrupados na morada imperial e seus arredores levaram o Paço de São Cristóvão a ser considerado símbolo do ecletismo do século XIX (SCHWARCZ, 1998).

D. Pedro II tornou-se Imperador do Brasil em 1840 e alguns anos depois realizou uma grande reforma no Palácio da Boa Vista, objetivando uniformizar a estética do edifício, obra orientada por Manuel de Araújo Porto Alegre, um oficial da Casa Imperial que ocupou sucessivos cargos como arquiteto e diretor de obras. Houve, ainda em 1857, mais modificações no edifício, com destaque para as pinturas e decorações do italiano Mário Bragaldi, nos aposentos imperiais. Nas décadas de 1860 e 1870 aconteceram também obras paisagísticas coordenadas pelo francês Auguste François Marie Glaziou, remodelando jardins e acrescentando lagos, estátuas e chafarizes (SCHWARCZ, 1998).

Contudo, devido à inauguração da República em 15 de novembro de 1889, a suntuosidade imperial perdeu seu valor e lugar. O espaço da Quinta da Boa Vista foi reduzido a pouco menos da metade do que era e o Palácio de São Cristóvão desabitado desde então, passou a abrigar, em 1892, o Museu Nacional, acervo de

História Natural e *locus* da ciência no país. Com a nova ocupação, o edifício real que se tornou museu precisava de novas reformas para atender às demandas das novas instalações, que ocorreram ainda antes da virada do século XIX para o XX.

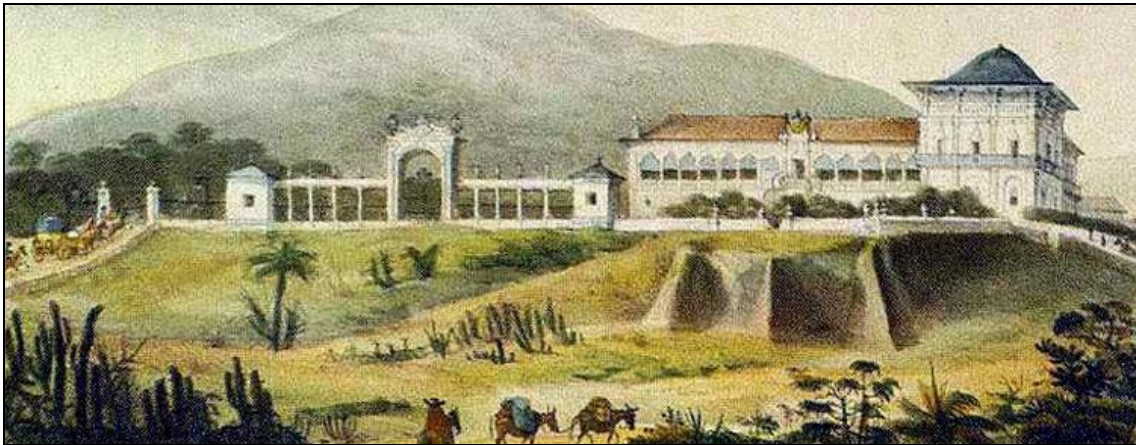
A cidade do Rio de Janeiro passou por grandes obras de urbanização durante o governo do prefeito Pereira Passos (1902-1906), algumas delas seguiram mesmo após o período e chegaram ao prédio da Quinta da Boa Vista em 1910. Dantas (2007:58) menciona que no ano de 1937 com a unificação da estrutura universitária ao Museu Nacional houve um crescimento desordenado no espaço interno do palácio, que se estende até os dias de hoje, abrigando áreas de exposição do museu e salas de pesquisa científica.



PAÇO DE SÃO CRISTÓVÃO (Paço de São Christovão). Cerca 1830-1834 – desenho retocado à aquarela sobre papel, com assinatura de Dela Michellerie. Retrato do Paço Imperial com o Torreão Sul, projetado por Pierre Pèzerat, em estilo neoclássico. Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/1/palacio.htm>>



Palácio de São Cristóvão na Quinta da Boa Vista (Stahl, 1862)
Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/>>



Disponível em: <http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/q_pimperial.html>

Caju

A região do atual bairro do Caju pertencia a São Cristóvão, inicialmente habitada pelo comerciante luso José Gouveia Freire, que mandou construir um cais e uma capela nesta quinta, adquirida pela família real para os banhos medicinais de Sua Majestade, D. João VI. Essa foi a primeira área onde se tomava banho de mar no Rio de Janeiro, frequentada por toda realeza no Brasil Imperial (GERSON, 2013:180).

O bairro estendia-se do Mangue de São Diogo, passando pelo antiga Praia de São Cristóvão até a Praia do Caju. Um pouco à frente da Ponta do Caju, o provedor da Santa Casa de Misericórdia, José Clemente Pereira, instalou em 1839, numa gleba adquirida de José Goularte, na Ponta do Calafate, o primeiro Cemitério do Rio de Janeiro para indigentes, que eram enterrados em valas comuns em terrenos baldios na própria cidade, exceto e a partir do começo do século XIX, aqueles falecidos na Santa Casa da Misericórdia, para os quais havia um local improvisado na Santa Luzia (GERSON, 2013:181). Com o nome de Campo Santo da Misericórdia, este foi o primeiro cemitério público fora do centro urbano voltado para receber aqueles que não tinham condições de serem recolhidos às igrejas.

Destaca-se que o cemitério foi implantado à revelia da população local, tendo em vista o documento *Ofício a Francisco de Paula Almeida e Albuquerque emitindo parecer sobre o requerimento em que os moradores da praia de São Cristóvão e Ponta do Caju solicitavam à S.M.I. que a supracitada casa fosse impedida de estabelecer o seu cemitério na Ponta do Calafate*¹⁰, de 01 de julho de 1839, onde constam 113 assinaturas de proprietários da região que não desejavam a criação do cemitério naquela área.

Com a proibição dos enterros nas igrejas, em meados do século XIX, foram autorizados os primeiros cemitérios para o público em geral no Rio de Janeiro¹¹. Ao terreno de João Goulart, foram acrescidos outros aos lados, inclusive a Chácara do Murundu, da viúva de Baltazar Pinto dos Reis, onde ela mesma abriu o Hospital de Nossa Senhora do Socorro. Assim nasceu o Cemitério de São Francisco Xavier, com gradil e pórtico projetado pelo arquiteto Jacinto Rebelo, e com uma ponte para o

¹⁰ BN Digital mss1427188

¹¹ O Cemitério do Catumbi pertencia à Irmandade de São Francisco de Paula, portanto, particular (GERSON, 2015:181).

desembarque dos cadáveres, pois, ainda segundo Gerson (2013:181), os enterros eram feitos pelo mar.



Portão do Cemitério de São Francisco Xavier. Fotografia de Augusto Malta, feita no início do século XX
Fonte: BN Digital icon1329343

A exemplo da Ordem de São Francisco de Paula, a Ordem Terceira do Carmo e a Ordem Terceira da Penitência logo fundaram seus cemitérios também, ao lado do Cemitério do Caju¹². Atualmente, ficam localizados dentro do bairro os seguintes cemitérios: Memorial do Carmo, Ordem Terceira da Penitência, São Francisco Xavier, e o Cemitério Comunal Israelita.

¹² Neste contexto, fracassou a ideia do *Forno Crematório* ou *Templo Combustor* proposta para Praia de Jurujuba e negada por ser considerada “coisa de livres pensadores” (GERSON, 2013:181).



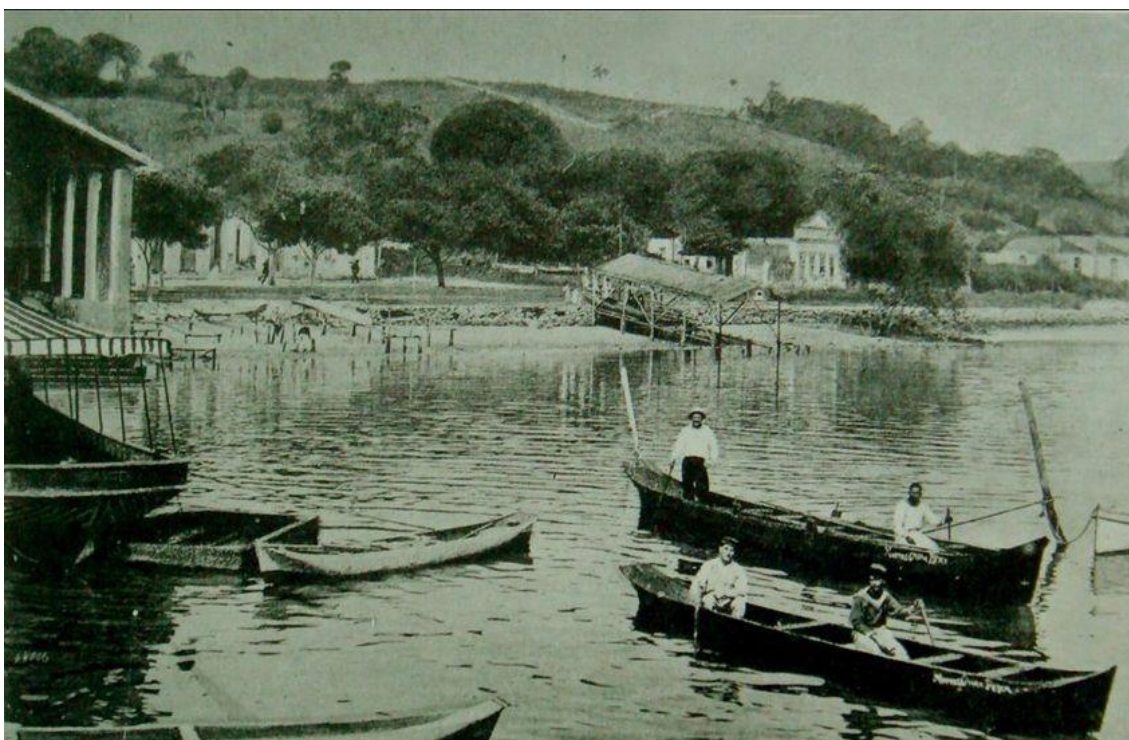
Portão do Cemitério da Ordem Terceira da Penitência. Fotografia de Augusto Malta, feita no início do século XX. Fonte: BN Digital icon1329344



Bairro Ponta do Caju.

Disponível em: <http://cleber-wwwparanaguanossacidade.blogspot.com.br/2011_11_01_archive.html>

O bairro surgiu na década de 1940 com a criação da Avenida Brasil, que cortou o bairro de São Cristóvão, criando assim o bairro do Caju. Por ser localizado próximo ao Cais do Porto, possui o INPH - Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (órgão subordinado à Secretaria Especial de Portos - SEP), diversas instalações portuárias importantes, bem como diversas indústrias, e duas organizações militares: o Arsenal de Guerra do Rio (FMCEX e IMBEL), além de uma guarnição da Força Aérea Brasileira (PAME - Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica). Possui ruas e praças arborizadas, porém, conta com a presença de diversas comunidades: Parque São Sebastião, Ladeira dos Funcionários, Quinta do Caju, Parque Nossa Senhora da Penha, Parque Boa Esperança e Parque da Alegria. No bairro do Caju, também existe até hoje a antiga rampa para hidroaviões, pertencente a extinta empresa de aviação Sindicato Condor, que depois passaria a propriedade da companhia de aviação Cruzeiro do Sul.



Praia do Caju, 1915.

Disponível em: <<http://rioantigo-imagensehistorias.blogspot.com.br/2012/08/praiado-caju-1915.html>>

Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Olaria e Penha

A área onde hoje se localizam esses bairros foi dividida em duas sesmarias doadas pelo então governador da colônia, Estácio de Sá, após meados do século XVI. Uma era a de Inhaúma doada ao fidalgo português Antônio da Costa, capitão da frota do governo. A outra sesmaria era a de Irajá, doada a Antônio de França. Ambas foram ocupadas pelos nativos tamoios, antes de possuírem essa divisam do colono português que chegava e se apossava das terras brasileiras. Aquela compreendia uma região de “terras virgens, à beira-mar, boas para a lavoura e a pesca” (FRAIHA e LOBO, 1998:20).

Em terras apropriadas pelos portugueses, muitos engenhos foram estabelecidos, alguns merecendo destaque, a Fazenda do Engenho da Pedra, que estava localizada na sesmaria de Inhaúma, e que posteriormente chamou-se Nossa Senhora do Bonsucesso, área que atualmente abrange ao território dos bairros de Manguinhos, Bonsucesso, Ramos e Penha. No início do século XVII, no ano de 1620, grande parte das terras da Fazenda foram compradas pela família Souto Mayor.

Onde hoje está a Leopoldina, havia uma importante fazenda chamada Nossa Senhora da Ajuda e conhecida também como Fazenda Grande da Penha, que fazia divisa com a Fazenda do Engenho da Pedra. Esta fazenda pertencia à sesmaria de Irajá e seu proprietário era o capitão Baltazar de Abreu. Uma pequena parte do que foi a antiga Fazenda Grande é hoje a Fazendinha da Penha, uma área verde às margens da Avenida Brasil. Na *fazendinha* existiu um engenho de açúcar e ao lado desta propriedade ficava a Fazenda da Santa Casa de Misericórdia que se estabeleceu a partir de uma doação feita pelo capitão Baltazar à Santa Casa. Esta fazenda influenciou no nome das montanhas entre a Penha e Inhaúma, que se chamam até hoje Serra da Misericórdia (FRAIHA e LOBO, 1998:21).

A ligação dessas sesmarias com centro da cidade era bastante irregular, ou era feita pelo litoral ou por antigas estradas abertas durante a colônia, os caminhos e picadas que foram surgindo no século XVII. Dentre as novas rotas merece destaque por seu pioneirismo, a Estrada Velha do Engenho da Pedra e a Estrada Nova do Engenho

da Pedra. Existiam na época outros caminhos, como o Mariangu¹³ que também possuía um porto. Este porto era fundamental para escoar o açúcar, aguardente, frutas, hortaliças e as demais produções das propriedades rurais até o centro da cidade. A importância dos caminhos também era grande pois garantiam a comunicação da fazenda com o Arraial da Penha, porto Mariangu e com o litoral, onde havia um Cais de Pedra.

Com o passar dos anos as terras foram mudando de donos, por vendas ou doações, e o cultivo da terra também foi sendo modificado a cana de açúcar deu lugar ao plantio do café. As terras formaram as freguesias rurais, como a de Irajá, criada em 1644 e desmembrada em 1743, dando origem a freguesia de Inhaúma, que continuavam abastecendo com alimentos áreas urbanas da cidade.

Em meados do século XIX a Fazenda Nossa Senhora do Bonsucesso pertencia a Dona Leonor Mascarenhas de Oliveira. Solteira, deixou um testamento dividindo suas terras em 13 lotes para parentes e amigos. Entre os herdeiros estavam seu filho de criação, negro, que Dona Leonor pessoalmente educou, padre David Semeão de Oliveira que herdou a casa, a capela de Santo Antônio de Lisboa e a fábrica de aguardente da fazenda do Engenho da Pedra. O segundo era formado em medicina, doutor João Torquato de Oliveira, filho da escrava Delfina, também educado por Dona Leonor, que também herdou a casa e a Fazenda de Nossa Senhora do Bonsucesso, localidade que hoje abriga o centro dos bairros de Ramos e Bonsucesso. Os demais herdeiros ganharam sítios da Fazenda de Nossa Senhora de Bonsucesso, do Engenho da Pedra, da Lagoa e das Cruzes, terras que estavam localizadas entre o Engenho da Pedra e o Porto de Mariangu.

Em 1870 a irlandesa Francisca Hayden e viúva do doutor João Torquato de Oliveira vendeu terras ao capitão Luiz José Fonseca Ramos, secretário da Academia Militar da Corte. Nas terras deste capitão, mais especificamente no Sítio dos Bambus, está o início da história do bairro de Ramos. Em 1886 os herdeiros do capitão fizeram um acordo com a companhia, para que os trilhos da Estrada de Ferro do Norte, futura

¹³ Segundo Milliet de Saint Adolphe (1845:47), Maria-Angu era *um pequeno porto da freguesia de Inhaúma, na província do Rio de Janeiro, sobre a bahia de Nitherôhi. Nelle se embarção muitos produtos agrícolas que são conduzidos para a capital do Imperio.*

Leopoldina, passassem por suas terras, em contrapartida deveriam construir uma parada para a família, assim surgia a Parada de Ramos. Com o passar do tempo o Sítio dos Bambus foi vendido ao português Teixeira Ribeiro, genro do capitão Ramos. O novo proprietário e seu filho, João Teixeira Ribeiro Júnior, “lotearam as terras e abriram ruas de chão batido, sem calçamento, iluminação ou esgoto, marcos iniciais da urbanização do local (FRAIHA e LOBO, 1998:25).

O nome do bairro remete à primeira estação de trem, e consequentemente homenageia o capitão. As primeiras ruas do bairro foram as atuais: Uranos, Professor Lacê, Aureliano Lessa, Euclides Farias, Roberto Silva e Teixeira Franco. Nessas ruas estavam os primeiros casarões ao lado de pequenas chácaras. Nesta época surgiu a primeira escola do bairro, a escola Paraguai, que posteriormente teve seu nome substituído para Padre Manoel da Nóbrega.



Estação de Ramos e a Rua Uranos. Disponível em:
<<http://www.rioquepassou.com.br/2011/02/24/estacao-ramos-e-rua-uranos/>>

Na primeira década do século XX o coronel Joaquim Vieira Ferreira, de família abastada de médicos, advogados e militares, adquiriu parte dos sítios do padre Semeão. O coronel foi participante ativo da vida local e fundou o primeiro jornal da região, *O Cosmopolita*, o periódico circulou entre 1912 e 1917. O coronel criou também a Vila Gérson, que ganhou esse nome em homenagem ao seu filho primogênito que era sargento-telegrafista e morreu ainda jovem. Em 1911 junto com a esposa Ruth Ferreira, que é prestigiada dando nome a uma rua, abriram uma escola a qual deram também o nome do filho, Escola Gérson. E a escola não tinha somente a formação primária, oferecia igualmente alguns cursos às crianças pobres da área da antiga fazenda: de formação de tipógrafos, marceneiros e carpinteiros. Esta Vila, segundo uma publicação do *O Almanaque Suburbano* de 1941, era em 1931 um dos melhores bairros para se morar no Rio, pois tinha construções sólidas, modernas, elegantes, possuía comércio próprio e magnífica praia de banhos, local conhecido como Praia de Ramos, antes, Praia do Apicú, que tem significado tupi-guarani de brejo de água salgada.

O coronel se empenhou na urbanização da praia, ganhando apoio do prefeito Henrique Dodsworth. A praia ganhou o apelido de “Copacabana do Subúrbio”, chegando a ter cabines e aluguel de trajes de banho e havia projeto de construção de cassino. Entretanto os planos do coronel não tiveram continuidade e logo a área tornou-se pública, a praia ficou abandonada e pouco salubre para banhos, surgindo ao seu redor uma ocupação desordenada.

O território que hoje compõe o bairro de Olaria, já foi antes parte das terras do Engenho da Pedra na freguesia de Inhaúma, além das terras doadas pelo capitão Baltazar à Irmandade da Igreja da Penha, na freguesia de Irajá.

No início do século XIX, perto de 1820, Francisco José Pereira Rêgo adquiriu terras que iam do Caminho da Matriz até os arredores da Igreja da Penha. Francisco e Clara, sua esposa, criavam gado, trabalhavam a lavoura e ainda se empenharam na instalação de olarias, ao perceberem a terra vermelha da região e propícia a este trabalho. Abriu olarias para distintas finalidades, uma para produzir louças e outra para a produção de telhas. Outras fábricas de tijolos foram surgindo no local, que ficou caracterizado por ser a região das olarias e que mais tarde daria nome ao bairro.

O trem era um importante meio de transporte no início do século XX, entretanto só em 1917 a estação de Olaria foi inaugurada. O que havia antes era uma parada feita pelos próprios trabalhadores da ferrovia para que o barro ou madeira de outras áreas pudessem chegar as olarias e fábricas ou para transportes das peças prontas para o comércio ou ainda para locomoção da população. Mas vale ressaltar que este meio de transporte não era regular nem tão veloz.

Ainda nas terras da família Rêgo, que foram compradas por Joaquim Leandro da Mota, surgiram as primeiras ruas do bairro de Olaria, em 1912, como a Juvenal Galeno e Vandelcok. Leandro associou-se a outros no loteamento da área, como o Andorinha, o doutor Oscar Santana, Alexandre Paulo Temporal e Vitorino Amaral.

Em 22 de julho de 1919, a Penha virou bairro oficialmente, mas as festividades da Igreja da Penha são bem anteriores e remontam à colônia quando o capitão Baltazar Abreu Cardoso possuía aquelas terras. Em 1635 este capitão viveu uma interessante experiência, quando voltando para sua casa avistou uma serpente que certamente estava pronta a lhe atacar. Recorreu à fé, o capitão, e clamou por socorro à Virgem Maria e apareceu um grande lagarto que atacou a serpente e lhe deu tempo para a fuga. O capitão acreditou ter vivido um milagre e que fizera dívida com a santa, foi então que no lugar do singelo santuário de Nossa Senhora do Rosário que o capitão mandou construir, em 1655, a ermida Nossa Senhora da Penha de França. Para os necessários cuidados da ermida que já era quase igreja surgiu em 1728 a Irmandade de Nossa Senhora da Penha, que cuidava ainda dos romeiros e da festa anual para a santa. Em 1870 foi declarada como igreja e, entre 1903 e 1906, foi reformada para a aparência atual.

A igreja teve padres engajados, como o caso do “Vigário do Outeiro”, Padre Ricardo, que veio de Coimbra para integrar a Irmandade. Ele juntou-se a José do Patrocínio na luta abolicionista, chegando a abrigar em sua chácara, o Quilombo da Penha, com muitos escravos. Este padre mandou abrir ruas, como a dos Romeiros e ainda ajudou a tornar popular a festa da Penha.

No início da República muitos libertos, operários e trabalhadores buscavam diversão nos arraiais da Penha, o que havia de sobra, com violões, charangas e

sanfonas, comidas como bacalhau, caldo verde e cozido, além de quitutes de baianas. Mas em 1918 o caráter popular das festividades é freado quando o padre José Maria Martins Alves da Rocha virou capelão da Irmandade.

Contudo as festividades populares, para além das religiosas continuaram e muitas tornavam-se composições para o carnaval, com presenças como Sinhô, Heitor dos Prazeres, Donga, Pixinguinha e João da Baiana. O que fez realmente com que as festas populares acabassem foi a deterioração da área do entorno, fazendo com que a vontade do padre José Maria se realizasse tendo somente as festas religiosas, missas e fiéis pagadores de promessas.



Vista do Santuário da Penha. Disponível em: < http://mlb-s1-p.mlstatic.com/carto-postal-vista-do-santuario-da-penha-rj-14184-MLB2772111734_062012-O.jpg >



Penha na década 1970. Disponível em: <<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/564x/ee/36/c1/ee36c1fb82fb2cab1f38b70ef6d77472.jpg>>

Complexo da Maré

O nome Maré tem origem no fenômeno natural que causava graves problemas aos moradores. No passado, vivendo em construções muito precárias, eles sofriam com a maré alta que trazia cobras, ratos, lama e várias doenças. Os aglomerados urbanos que formam o Complexo da Maré surgiram de algumas construções das obras para a abertura da Avenida Brasil, outras com a realização dos aterros nos terrenos próximos. Já outros foram formados por pessoas expulsas de outras áreas.

A comunidade Nova Holanda, por exemplo, recebeu moradores removidos de outras comunidades do Rio de Janeiro, como o Morro da Praia do Pinto e o Morro da Formiga. Os primeiros barracos da Nova Holanda foram construídos provisoriamente. Mas o que era para ser transitório virou definitivo. Anos depois, os próprios moradores fizeram reformas nas casas construídas pela Prefeitura. Durante todo o processo de formação do Complexo da Maré, os habitantes sofreram todo tipo de pressão.

A maioria das comunidades da Maré é tipicamente de encosta, apresentando malha urbana de traçado irregular, labiríntica, com vários becos sem saída, onde grande parte

das ruas acompanha as curvas de nível do terreno. Aquelas mais próximas à Avenida Brasil são mais planas e possuem uma maior densidade demográfica.

Muitos conjuntos habitacionais levaram vários anos para sair do papel e dependeram da atuação de diferentes governos municipais ao longo do tempo. O Projeto Rio foi a primeira grande intervenção do governo federal na Maré. O objetivo era acabar com as moradias construídas precariamente sobre palafitas e transferir os moradores para casas pré-fabricadas erguidas sobre aterros na Baía de Guanabara. A primeira fase teve início em 1982. Nesta época um terço dos habitantes da Maré morava sobre palafitas, principalmente nas comunidades Baixa do Sapateiro e Parque da Maré. Depois de muita polêmica, os moradores começaram a ser transferidos para o primeiro conjunto habitacional do Projeto Rio, batizado de Vila do João. Outros conjuntos habitacionais foram construídos no complexo. O Pinheiro foi inaugurado em 1990, utilizando o tijolo e o concreto aparentes. Modelo que foi repetido no Conjunto Nova Maré, inaugurado pela Prefeitura em 1995 para assentar moradores removidos devido à construção da via expressa Linha Vermelha.

A Maré também teve o programa Favela-Bairro, um projeto de urbanização da Prefeitura que teve início em 1993. Os moradores foram ouvidos para que fosse possível identificar as reais necessidades da comunidade. Reformas foram feitas e ruas foram abertas.

Ilha de Paquetá

Milliet de Saint- Adolphe (1845:200-201) descreve a história da ilha de Paquetá:

***Paquetá** - Ilha fértil e aprazível da baía do Rio de Janeiro. Em 1565 Ignácio de Bulhões obteve uma sesmaria nesta ilha, e no ano seguinte Fernão Valdez alcançou o restante dela. Em 24 de novembro de 1698 sagrou-se nela uma igreja que tinha por padroeiro São Roque. Como os moradores se achassem no meio da baía, e a 3 léguas da matriz de Magé, serviu-lhes aquela igreja de paróquia desde o ano de 1728, mas edificando-se na mesma ilha outra igreja de pedra e cal da invocação do Bom Jesus do Monte, teve esta as honras de paróquia por decisão episcopal de 21 de junho de 1769. Por esta nova criação, o vigário de São Gonçalo perdia menos terra que o de Magé, o que não obstante não deixou de protestar contra ela, por isso que desanexavam do termo de sua freguesia as ilhas da Itaoca e de Jerobaíba, vizinhas da de Paquetá, obteve por sentença a supressão da nova freguesia, e ficou a igreja do Bom Jesus do Monte sendo uma das filiais de Magé até o ano de 1816, em que o Príncipe regente depois D. João VI a reintegrou no título e prerrogativas de paróquia.*

Além desta igreja subsiste sempre a de São Roque, cuja festa é celebrada todos os anos com grande magnificência. A ilha de Paquetá tem obra de meia légua de comprimento com 600 braças em sua maior largura, é em parte rasa, em parte montanhosa, e tem vários portos, para receber os gêneros que vão para a cidade do Rio de Janeiro. A parte rasa acha-se ocupada por lindas chácaras, e a parte montanhosa que jaz ao sudoeste plantada de cafezais e canaviais. Os riachos cristalinos de que é regada são suficientes para fertilizar as terras, e para o consumo diário dos moradores. Esta ilha andou sempre anexa ao distrito da vila de Magé, mas por decreto de 23 de março de 1833 se acha dele desmembrada, e faz atualmente parte do da cidade do Rio de Janeiro.

O nome dado à ilha, Paquetá, possui algumas interpretações. Segundo Coaracy, o mais aceitável significado é “lugar das conchas” ou “muitas conchas” que provem dos idiomas nativos. Em relação aos documentos antigos, a grafia aparece em duas formas: *Pacoatá* e a utilizada sempre por Monsenhor Pizarro *Paquatá*. Há uma ocorrência em mapa português do fim do século XVI que usa a nomenclatura *Ilha das Canas* para a hoje, Paquetá.



Brasão da Ilha de Paquetá.

Disponível em: <<http://www.ilhadepaqueta.com.br/historia.htm>>

A ocupação da Ilha de Paquetá causa divergência entre pesquisadores e testemunhos locais. Na prática do discurso perpetuou-se a ideia de que o lugar fora ocupado por nativos do grupo Tamoio antes da chegada dos colonizadores portugueses. Possui superfície de um quilometro quadrado, sendo que sua maior

extensão não chega a ter três quilômetros. Seu relevo é levemente acidentado, com alguns morros, sendo o mais alto, o de Santo Antônio, com 60 metros de altura. A ilha de Paquetá é a segunda maior da Baía de Guanabara e tornou-se bairro residencial no período colonial com a construção de algumas imponentes mansões para residência ou lazer de ricos senhores de terras e escravos, comerciantes ou mesmo pessoas da nobreza. Essas construções, na segunda metade do século XIX, tiveram um aumento em decorrência do acelerado crescimento da população na província do Rio de Janeiro.

Segundo o manuscrito *Ofício de José Carlos Pereira de Almeida Torres enviando a lista dos cidadãos ativos e dos fogos da freguesia de Paquetá*¹⁴, escrito pelo juiz de paz da ilha, em 18 de outubro de 1844, existiam 117 fogos no território insular. Além deste documento, há também a *Lista Geral dos Cidadãos que tem direito de votar na Freguesia da Ilha de Paquetá*¹⁵, onde consta que havia 114 cidadãos aptos ao voto, em 22 de janeiro de 1858.



Igreja de São Roque, Paquetá, erguida em 1697.

Fotografia de Augusto Malta (1864-1957). Fonte: BN Digital icon1329320

¹⁴ BN Digital mss1428293

¹⁵ BN Digital mss142775

Paquetá participava ativamente desta dinâmica fornecendo os materiais para as construções e gêneros alimentícios para a Corte. A ilha foi uma forte produtora de cal, devido à existência de “depósitos de calcários formados em diversos pontos próximos à sua encosta” (COARACY, 1991:32), local propício para a queima da concha e boa localização para o transporte das mercadorias. Os proprietários das terras e caieiras formavam a elite local, possuíram escravos e homens livres como mão-de-obra.

Destaca-se que esta vocação para a produção de cal pode estar associada à destruição de sambaquis, uma vez que este tipo de sítio foi intensamente explorado no período colonial pela produção das caieiras.

Além da ocupação da ilha, outra história, ou melhor um romance literário, traça uma confusão entre a história documentada e a contada. A Moreninha, romance escrito por Joaquim Manuel de Macedo em 1844, relata uma história de amor entre um morador do ambiente urbano da cidade do Rio de Janeiro e uma mulher originária de uma ilha próxima que seria o paraíso para o florescimento do amor romântico. Em Paquetá há uma crença de que a história contada no romance realmente aconteceu e situava-se na ilha de Paquetá, contudo não há comprovações empíricas da sua veracidade. Este imaginário popular ganhou fôlego e simbologia oficialmente legitimados, sendo duas ruas nomeadas como, Rua Manoel de Macedo e Rua da Moreninha.

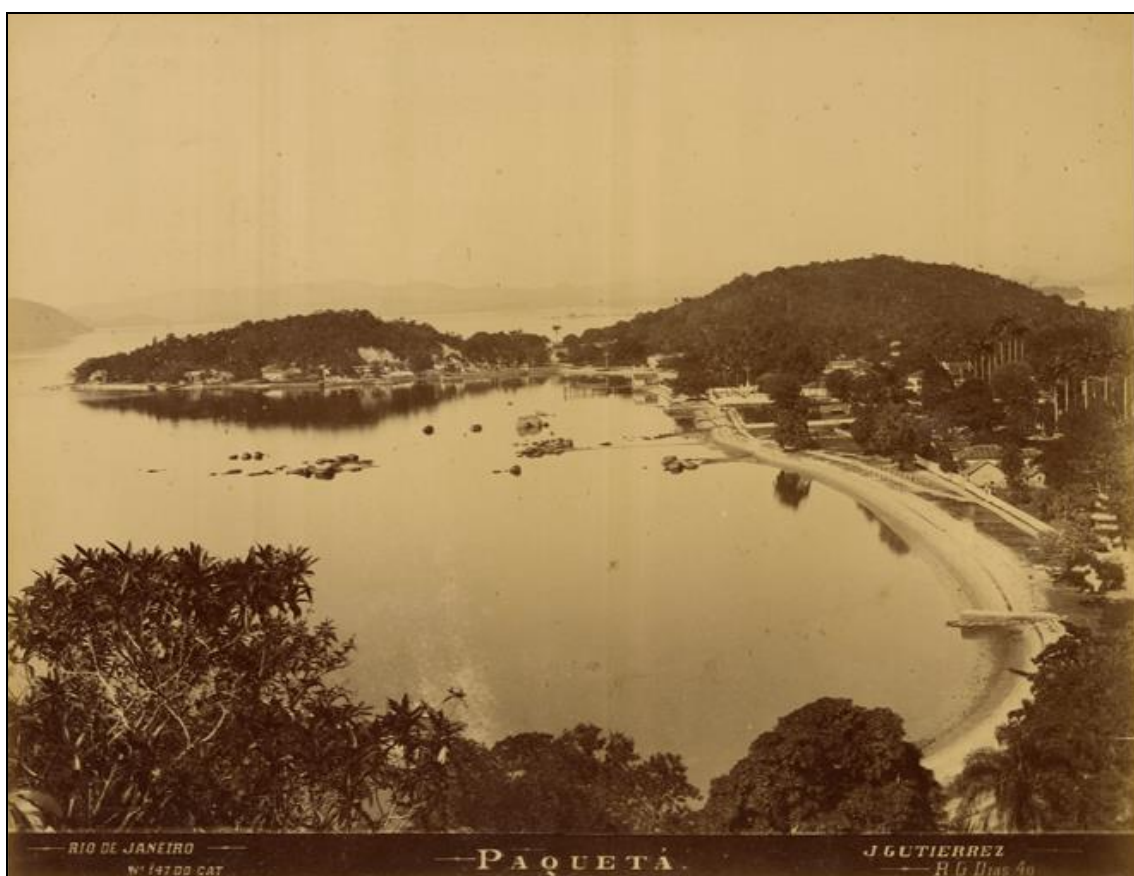


Ilha de Paquetá, obra de Fachinetti, 1881

Disponível em: <<http://joserosarioart.blogspot.com.br/2011/06/facchinetti.html>>

Rachel de Queiroz traz uma interessante reflexão sobre a visibilidade que almejavam alcançar, as ilhas de Paquetá e do Governador, de notabilidade na cidade do Rio de Janeiro e o papel que lograram uma em comparação com a outra.

(...) Mas depois fizeram a ponte, Governador deixou de ser ilha e virou subúrbio. Passou a sofrer todos os problemas dos seus superpovoados e mal trafegados irmãos da Leopoldina e da Central. Nós, os velhos ilhéus convictos, acabamos abandonando a ilha, deixando-a entregue ao bovarismo e ao progresso, ao Aeroporto Internacional, ao sonho de um dia abafar Copacabana. (No futuro, quem sabe?) E Paquetá ficou como a Inglaterra depois da queda de Napoleão, vitoriosa no seu esplêndido isolamento¹⁶.



Paquetá, fotografia de Juan Gutierrez (1859-1897). Fonte: BN Digital icon958635

¹⁶ Rachel de Queiroz *In*: PAQUETÁ: **memórias da ilha**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1991. p.5



Paquetá, fotografia de Marc Ferrez (1843-1923). Fonte: BN Digital icon847564



Capítulo 6

Duque de Caxias

Duque de Caxias

Nas margens dos rios Iguaçú e Meriti habitavam os nativos Jacutingas¹, região por eles conhecida como Traiponga. O Rio Iguaçú era o principal acesso fluvial para ocupação colonizadora do Recôncavo da Guanabara e seu nome foi emprestado a uma das sesmarias, criada posteriormente pelos portugueses.

As atividades realizadas pelos primeiros habitantes europeus, nas terras iguaçuanas, eram semelhantes ao que ocorreu em quase toda a colônia, a extração de madeira, o escambo, a prática da escravidão, a disseminação de doenças bacteriológicas e o aproveitamento das dissensões internas entre grupos nativos, a fim de que o colonizador pudesse impor seu domínio (SOUZA, 2014:37).

Impulsionados por ocupar rapidamente a região devido à concorrência francesa instalada na Baía de Guanabara entre 1555 e 1567, os portugueses iniciaram o processo de doação de sesmaria. Cristóvão Monteiro recebeu grande parte de terras localizadas às margens do Rio Iguaçú, atual Núcleo Colonial São Bento. Cristóvão de Barros recebeu como doação os terrenos que hoje formam o município de Magé. Um terceiro e importante sesmeiro foi Brás Cubas, primo de Martim Afonso que lhe entregou o domínio da Sesmaria de Iguaçú, parte do atual centro de Duque de Caxias, São João de Meriti até a Estrada de Santos. Apesar das grandes proporções territoriais este último proprietário não chegou a se apossar das terras, que foram sendo partilhadas em muitos lotes (ALMEIDA & BRAZ, 2010; SOUZA, 2014). Segundo Lamego (2007:193):

Com mais algumas concessões irão agora os desbravadores se distanciar da Guanabara, numa contínua invasão dos sertões. Assim é que vemos, em 1579 a Gonçalo de Aguiar, no rio Guaxindiba; em 1586 a Faustina Albano, na banda d'além de Cabo Frio; em 1598 a Bartolomeu Antunes, no Guandu; em 1590 aos padres do São Bento, no rio Guapi e a que fôra dada a Duarte Leão; a Duarte Martins Mourão, em Itaipu e entre a lagôa de Maricá, em 1591, a Francisco Rodrigues; em 1592, a Garcia Aires, em 1593, a Baltasar da Costa, no rio Marapicu, em 1594 aos

¹ Os Tupinambás eram chamados de Jacutingas por utilizarem as penas de jacutinga para se enfeitar. (SOUZA, 2014:36, Nota 35).

padres do Carmo em Saquarema e em 1595 a diversos no rio Capivari.

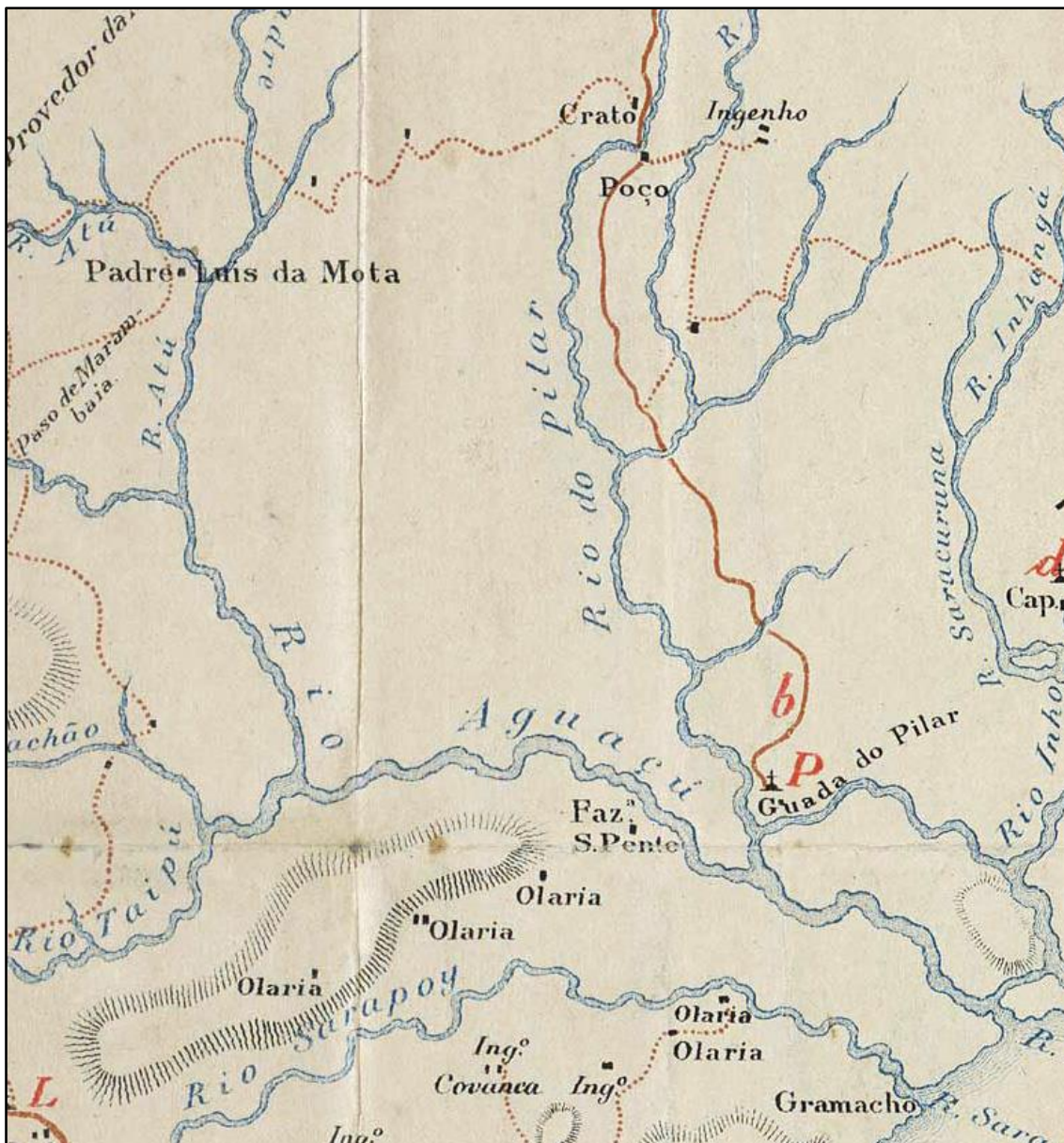
O assalto às margens da Guanabara em todo o seu recôncavo já estava desta maneira terminado antes do fim do século de quinhentos, mas ininterruptamente a marcha prosseguia através de restingas e morros, florestas e pântanos.

O século seguinte foi marcado pela chegada de muitos colonos, que ajudaram a ampliar a população e também as atividades econômicas que foram se enraizando e adentrando por territórios antes desconhecidos. Nos primeiros duzentos anos de colonização essas atividades estavam voltadas para a agricultura com mão de obra indígena, que foi sendo substituída pelos escravos trazidos do continente africano.

A descoberta de ouro na região de Minas Gerais, no século XVIII, atraiu os olhares dos colonos para a região Sudeste. Em 1763, a capital da colônia foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, que concentrava muitos portos e o litoral para o escoamento da produção aurífera. Na Baixada Fluminense encontrava-se a região do Iguaçu, que foi igualmente importante na nova conjuntura oferecendo alguns portos fluviais para a circulação de mercadorias e fornecendo alimentos para o abastecimento da capital. O mapa apresentado a seguir, *Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, Baixada da Zona do Litoral da Baía do Rio de Janeiro*, de 1767, apresenta a malha hidrográfica que contornava a Baía de Guanabara e que viabilizou grande parte da colonização do interior da província do Rio de Janeiro. No mesmo mapa, observa-se a numerosa presença de engenhos, referências geográficas representadas pelas serras e morros, as estradas abertas para o acesso da província à região das minas, bem como vilas e freguesias.



Baixada da Zona do Litoral da Baía do Rio de Janeiro - Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, elaborada por Manoel Vieira Leão, em 1787. Em destaque área onde hoje está o Município de Duque de Caxias. Fonte: BN Digital cart268950



Recorte do Mapa anterior, com a área do atual município de Duque de Caxias ao centro

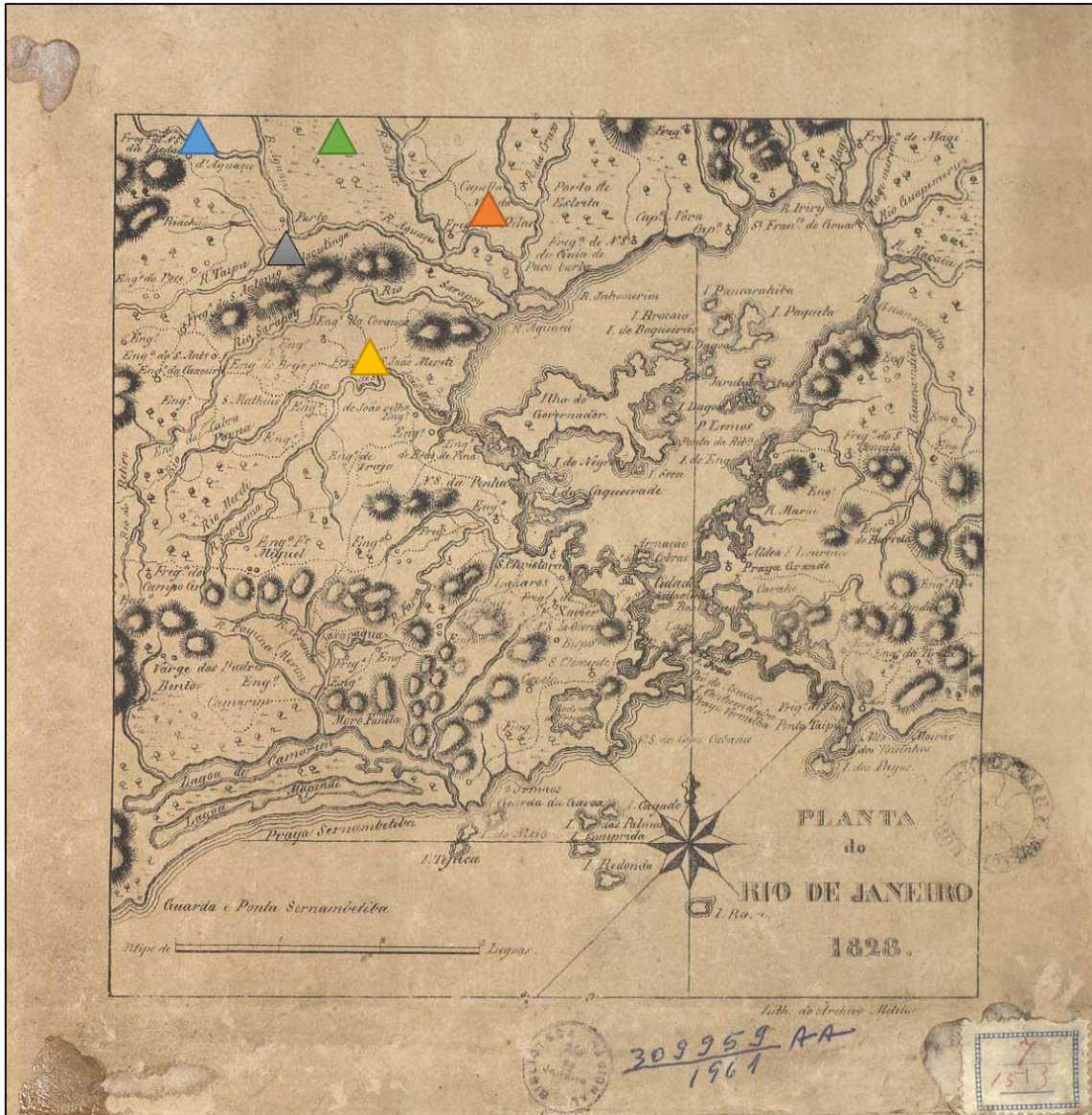
A produção da região era escoada por pequenas embarcações nos portos próximos aos engenhos. Ao chegar ao porto principal da freguesia mais próxima, a produção era transportada para embarcações maiores com destino ao Rio de Janeiro. Dessa forma era necessário disponibilizar um grupo de escravos que conhecesse a geografia da região, a fim de garantir um bom trânsito e a segurança das mercadorias (SOUZA, 2014:39).

O viajante botânico Saint-Hilaire (1975:19) em sua primeira viagem fez a travessia da Baía da Guanabara, entrou pelo Rio Meriti, e relatou:

Na parte em que subimos o Rio Meriti tem correnteza quase imperceptível. São águas tão salobras e atravessam uma zona baixa, pantanosa, e inteiramente coberta por duas espécies de árvores aquáticas. Terrenos da mesma natureza são bastante comuns nos arredores da cidade; não se cogita, por enquanto, de aproveitá-las; como, porém, a população do Rio de Janeiro aumenta com surpreendente rapidez, tempo virá em breve, em que se tentará tirar partido das terras hoje inúteis [...] Chegamos ao local em que se costuma embarcar produtos enviados ao Rio De Janeiro pelo Meriti, desembarcamos e cavalgamos em burros que o senhor Almeida tinha mandado vir da sua propriedade [...].

Do ponto de vista administrativo, Iguaçu tinha sua área dividida em circunscrições eclesiásticas, as freguesias², que iam sendo formadas nas margens dos rios, assim ocorria também com os portos e capelas. Entre os séculos XVII e XVIII, foram criadas seis freguesias na região de Iguaçu e Estrela: a de Nossa Senhora do Pilar do Aguassu (1612); Nossa Senhora da Piedade de Aguassu (1719); São João Batista do Trairaponga (1647), que depois passou a ser São João Batista de Meriti; Nossa Senhora da Piedade de Anhu-mirim (1759); Santo Antônio de Jacutinga (1755) e Nossa Senhora da Conceição de Marapicu (1759), que atualmente demarcam as fronteiras do Município de Duque de Caxias (SOUZA, 2014:43). No século XIX, esse conjunto de freguesias deu origem a duas grandes Vilas, a de Iguaçu e a de Estrela, atestando a elevação econômica que a região alcançou nesse período.

² As freguesias centralizaram as obrigações religiosas dos habitantes das áreas que as recebiam como batizados, nascimentos, casamentos, óbitos, testamentos e recebiam as visitas pastorais que conferiam a presteza dessas ações que deviam estar registradas em seus livros de assento. A sede de uma freguesia era a Igreja Matriz, a partir da qual podiam se relacionar outras chamadas filiais e no entorno dessas a vida social e os relacionamentos pessoais através das quermesses, cultos e da ação das irmandades religiosas que apoiavam a ação cotidiana das igrejas e das capelas. Essa divisão eclesiástica foi apropriada pelo Estado português ao longo do período colonial e pelo Império brasileiro no século XIX servindo a administração civil até o advento da República (ALMEIDA e BRAZ, 2010:21).



Planta do Rio de Janeiro de 1828. Fonte: BN Digital cart309959

Freguesias da região de Iguaçu e Estrela, nos séculos XVII e XVIII³:

- ▲ Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Aguassu
- ▲ Freguesia de São João Batista do Trairaponga
- ▲ Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim
- ▲ Freguesia de Santo Antonio do Jacutinga
- ▲ Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu

³ Mapa adaptado de SOUZA, 2014:43.

Merece destaque a Matriz do Pilar que possuía quatro irmandades, erguida em 1735, localizada junto ao Porto do Pilar, utilizado para receber e transportar para o Porto do Rio de Janeiro a produção da cana de açúcar da Baixada como também o ouro e as pedras preciosas provenientes de Minas Gerais.



Igreja Nossa Senhora do Pilar, erguida ainda na primeira metade do século XVIII.
Disponível em: <<http://festrj.com.br/?area=cidade&acao=exibir&id=33>>



Capa do documento de *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Pillar* cita no Mosteyro do Patr. S. Be[n]to do Rio de Janeyro. Anno de 1740
Fonte: BN Digital mss1198672_01

Vale ressaltar que a Igreja Católica, principal representante da religiosidade durante o período colonial no Brasil, desempenhou papel fundamental na legitimação da estrutura e controle da ordem colonial estabelecida pela Coroa portuguesa. Apesar disso, é possível perceber que o controle exercido pela Igreja esteve marcado pela tensão entre os interesses da metrópole portuguesa e as demandas locais. Os inventários de 1794, relados por Monsenhor Pizarro e destacados por Souza (2014:56) evidenciam a forte presença da Igreja na vida política e administrativa da Colônia:

Todo esse jogo político demonstra a face do poder construída na colônia. A Coroa Portuguesa e da lógica religiosa enquanto instrumento de controle interno. Em troca, investia recursos da fazenda real na construção de templos, ostentando o poder da Coroa. Por sua vez a estrutura política instalada pela metrópole e exercida pela igreja servia aos interesses daqueles que controlavam o poder econômico local.

O século XIX foi marcado pelo crescimento da população na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores, conflitos políticos na luta entre liberais e conservadores, a formação do Estado Nacional e a unidade territorial com regime monárquico, que alguns anos à frente daria lugar ao Império no Brasil. Neste contexto, prevaleceu o projeto nacional baseado no voto censitário, na manutenção da estrutura fundiária antes estabelecida com modelo escravocrata e agroexportador. Na região do Iguaçu, este período ficou marcado por dois fatores: as disputas entre proprietários de terras pelo domínio do poder local e a rebeldia negra observada na formação dos quilombos iguaçuanos, nas fugas e nos assassinatos de senhores (SOUZA, 2014:68-69).

Souza (2014:71) discorrendo sobre os quilombos da região do Iguaçu, relata:

As primeiras informações sobre a existência de quilombos em Iguaçu são referentes ao ano de 1808 e foram fornecidas por cartas e ofícios emitidos/recebidos por Presidentes da Província do Rio de Janeiro, Ministros da Justiça, Secretários de Polícia, pelo Imperador e por militares do Exército.

O Ministro da Justiça, Gama Cerqueira, em 1878, chamava os quilombos de Iguaçu de “Hidra Iguaçuana”. Na mitologia grega, a monstruosa Hidra era uma espécie de dragão com várias cabeças e parecia indestrutível. Vivía no rio Lerna, que era pantanoso e lodoso, localizado na região do Peloponeso. A exemplo da Hidra Lerna, os quilombos iguaçuanos eram muitos, estavam localizados nas margens dos rios Iguaçu, Estrela, Pilar, Sarapuí, Suruí e nas áreas de manguezais, possuíam até cem pessoas e eram tidos como indestrutíveis.

Quando da elevação da vila à categoria de município, por meio de Decreto de 15 de janeiro de 1833, assinado por Nicolau Pereira de Campos Negreiros, Iguazu passou a compreender no seu termo as freguesias de Iguassú, Merity, Inhomirim, Pilar, Santo Antônio de Jacutinga e Marapicú. Desde a sua criação e a elaboração da Câmara de Vereadores local, várias divergências a respeito do preenchimento dos cargos e o alto valor dos provimentos dos mesmos, levaram à extinção do Município, sendo seu território dividido entre Vassouras e Magé, passando a ser chamado de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú (GUEDES, 2012).

Em 1836, após uma mobilização popular liderada por Francisco José Soares, comerciante da região e possuidor de amigos ligados ao cenário político⁴, dentre os quais estava Paulino José Soares de Souza - o futuro Visconde do Uruguai, Francisco Soares, assumiu a presidência da Câmara de Vereadores e a liderança do partido Conservador no plano local. Neste cenário, Iguazu retornou ao estatuto de Município, nos precisos termos do decreto de sua criação, o que, segundo PEREIRA (1970), não aconteceu plenamente visto que uma de suas freguesias, Inhomirim, deixou de integrar o território Iguazuano.

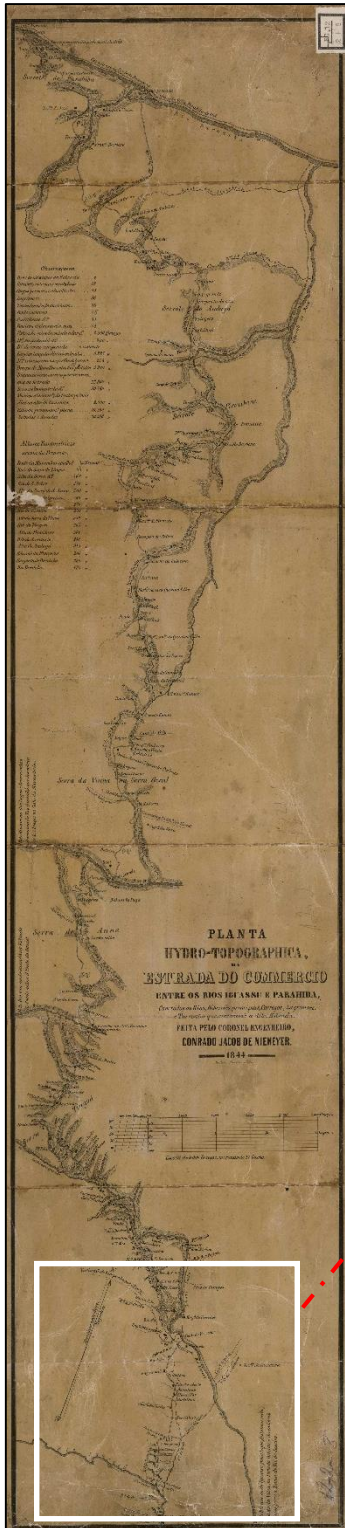
Com uma posição geográfica privilegiada por bacias hidrográficas, a vila de Iguazu contava com alguns portos, havendo outros mais distribuídos por suas freguesias. Estes portos eram controlados em sua maioria por comerciantes locais e fazendeiros, cujas produções (arroz, café, feijão e cana-de-açúcar) abasteciam a Capital da Colônia, como narra Luccock (*Apud* GUEDES⁵) quando esteve em visita ao Rio de Janeiro no início do século XIX: “(...) *As culturas alimentares encontram aí bastante espaço (...), a Capital da Colônia é bem abastecida, porque àqueles sítios se juntam as áreas contíguas à cidade para o interior num raio de mais de uma légua*”.

Em Iguassú havia estradas que se ligavam à Corte Imperial e a Freguesias situadas no interior, sendo a mais famosa a Estrada do Comércio, idealizada por Conrado Jacob

⁴ Nascido em Portugal em 1798, veio para Iguassú convidado por seu tio Padre Bento Soares para ser Sacristão na Igreja da Vila.

⁵ Texto, **As escolas e o quilombo -Cores e idades da infância escolarizada em Iguassú (1850-1870)**, publicado por Jordania Rocha Guedes, em pesquisa de Iniciação Científica em História da Educação pela FAPERJ, realizada no grupo de estudos NEPHE, na UERJ, sob coordenação do professor José Gonçalves Gondra. Disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/OLTnE2pb.doc>

Niemeyer e por onde escoava o ouro vindo das Gerais e os gêneros alimentícios. O município fazia divisa com Inhomirim, Magé, Suruí, Campo Grande, Irajá e Santo Antônio de Sá. Segundo Pereira (1970), a sociedade Iguazuana dividia-se em dois grupos: os que apenas possuíam negócios e terras na vila e que gozavam do progresso da Corte, deixando seus negócios nas mãos de administradores e o grupo dos que moravam na região como comerciantes, administradores, proprietários, escravos, lavradores e agricultores mal ou totalmente iletrados (GUEDES, 2012).



Planta Hidro-Topographica da Estrada do Comércio, entre os Rio Iguassu e Parahiba, 1844 (Fonte: BN Digital cart534304). Em destaque, o trecho da planta que contém a Vila de Iguassu.

Conforme Guedes⁶, as estatísticas demográficas de Iguçu, apresentadas no ano de 1851 no *Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro*, oferece indícios à cerca da cor e da origem social dos alunos que estavam no interior das escolas Iguçuanas:

POPULAÇÃO LIVRE									
FREGUESIAS	BRANCO		INDÍGENAS		PARDOS		PRETOS		TOTAL
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
Jacutinga	520	432	0	0	505	606	126	136	2.325
Marapicú	840	679	0	0	674	613	282	234	3.322
Merity	162	96	0	0	249	279	89	98	973
Piedade	930	649	0	0	623	762	244	326	3.524
TOTAL	2452	1856	0	0	2051	2260	741	794	10154

POPULAÇÃO ESCRAVA				
Freguesias	PARDOS		NEGROS	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Jacutinga	87	71	1746	1386
Maparicú	227	184	1901	1411
Merity	57	44	615	519
Piedade	94	117	1326	1069
TOTAL	465	416	5588	4385

Guedes⁷ aponta que o número de negros escravos era maior do que a população livre e aproximadamente 80% da população era constituída por pardos e “pretos”⁸. Esta observação levou a autora a indagar acerca da presença desta parcela da população na escola, sobretudo quando se percebe que cerca de 1/3 dos pretos e pardos são homens e mulheres livres. Esta caracterização da população indica que a escola Iguçuana não se constituía em um monopólio ou exclusividade dos brancos.

Em 1833, com a criação do Município de Nova Iguçu, Duque de Caxias foi incorporada como distrito a este município. Em 1886, foi inaugurado o trecho ferroviário

⁶ Idem 5

⁷ Idem 5

⁸ Nas estatísticas oficiais, os termos são os indicativos das nuances de cor da pele: preto era o escravo nascido na África e ao adquirir a liberdade era o preto livre e o pardo era o sinônimo de não branco, os nascidos no Brasil e filhos de mãe liberta.

da *The Rio de Janeiro Northern Railway*, ligando a cidade do Rio de Janeiro à estação de Meriti, situada em terras da então freguesia de São João de Meriti, onde, mais tarde, surgiria a povoação originária da sede do atual município de Duque de Caxias.

Na década de 80 do século XIX, a abertura de duas novas ferrovias potencializou o crescimento dos subúrbios. Em 1883, foi aberta ao tráfego a Estrada de Ferro Rio D'Ouro e, em 1886, a Rio de Janeiro Northern Railway Company, mais tarde, chamada Leopoldina Railway. A primeira foi construída com a finalidade de transportar material para as obras de construção da nova rede de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, em Xerém e Tinguá, e sua função de acompanhar os encanamentos que traziam a água, no sentido de conservá-los, não impediu que, posteriormente, fosse dotada de um serviço regular de passageiros, o que estimulou o desenvolvimento de pequenos núcleos urbanos ao longo de seu trajeto (ALMEIDA e BRAZ, 2010:41).

Com o passar dos anos, os debates abolicionistas foram crescendo e antes mesmo do fim da escravidão, em 1870, os beneditinos libertaram os cativos da fazenda de São Bento e, sem mão de obra, não conseguiram manter sua produção. Ainda no final do século XIX ocorreu um esvaziamento da região do Iguaçu na Baixada Fluminense. Alguns fatores levaram a evasão daqueles habitantes: as condições ambientais ruins dos rios provocadas pelo abandono, assoreamento e os desmatamentos tornaram em áreas de risco as zonas portuárias, contaminação de doenças e a falta de investimento em saneamento.

A produção do café foi o que motivou a economia, na virada do século XIX para o XX, gerou a entrada de muitos imigrantes como mão de obra no país quando já estava abolida a escravidão e esgotadas as minas de ouro. O produto foi expandido pelo recôncavo até chegar ao Vale do Paraíba. A economia cafeeira ganhou espaço, tornando-se o principal motor financeiro do país e o Vale do Paraíba, seu grande centro produtor.

À época, a região de Duque de Caxias, chamada Vila Meriti, era grande produtora de açúcar e cachaça, mas sem escravos as terras foram abandonadas pelos colonizadores e passaram a receber novos colonos e moradores provenientes do êxodo rural. No início do século XX ocorreram reformas urbanas de implementadas pelo Prefeito Pereira Passos (1902-1906) na cidade do Rio de Janeiro, muitas ruas do centro

foram alargadas e os seus moradores tiveram de se deslocar. Grande parte destes escolheram a periferia da cidade como residência. A capital do Estado continuou crescendo sem espaço para seus habitantes, o que levou a um crescimento concomitante e desordenado das periferias e da Baixada Fluminense.

No ano de 1943, o distrito de Duque de Caxias foi elevado à categoria de município e a partir de 1950, a construção da BR-040 trouxe a este município crescimento econômico com a ampliação das atividades industriais e de comércio, atraindo a instalação de médias e grandes indústrias como a Refinaria Duque de Caxias e o Polo Gás-Químico.

A detailed line drawing of a coastal scene, likely a harbor or port. In the foreground, a large, multi-masted sailing ship is docked at a pier. To its right, another smaller sailing vessel is visible. In the background, a large building with a prominent tower or spire stands on a hillside. The scene is filled with intricate details, including smaller boats, figures, and architectural elements. The drawing is rendered in a simple, sketchy style with fine lines and cross-hatching for shading. The text 'Capítulo 7' and 'Magé' is overlaid on the right side of the image.

Capítulo 7

Magé

A ocupação colonial desse território inicia-se na metade do século XVI, em 1565, nas primeiras expedições de Martim Afonso de Souza. Até então, os ocupantes dessa área eram as tribos nativas Temiminó e Tupinambá. Ao receber a doação de terras da Capitania de São Vicente, Martim Afonso de Souza se torna o primeiro proprietário de terras em Magé. Para Alonso (2000:21), dois fatores contribuíram inicialmente para a ocupação dessas áreas:

A ocupação inicial teve como fator econômico a produção do açúcar. Prova indiscutível foi o engenho de Cristóvão de Barros, que em pouco tempo esgotou o solo, com o plantio de cana e as lenhas para o fabrico do açúcar obrigando a solicitar mais terras. Seu engenho foi um dos mais importantes, não só do Rio de Janeiro, mais também do Brasil, na década de 1580 [...] Outro fator é a extração do pau brasil, abundante, de São Gonçalo à região de Caxias, incluindo a Ilha do Governador (ALONSO, 2000:21).

Vila da província do Rio de Janeiro, localizava-se a cerca de sete léguas ao nordeste da capital do império. Sua origem deve-se a Simão da Mota que, em 1565 assentou uma ocupação no campo às margens da Baía de Guanabara, erguendo uma pequena ermida dedicada à Nossa Senhora da Piedade, transformada em capela somente no século seguinte, elevada à matriz em 18 de janeiro de 1696. Com o crescimento da população, viu-se a necessidade de uma nova igreja, junto à estrada e à borda do rio, em lugar de fácil acesso aos barcos. Com a construção da nova capela, a antiga foi abandonada. Esta povoação, durante o governo de Luiz Vasconcellos de Souza, em 1789, obteve as honras e o título de vila, trocando o nome de *Magepe* para Magé. O distrito da vila de Magé compunha, ainda, os termos das freguesias de Guapimirim, Suruí e Nossa Senhora da Guia de Inhomirim, estendendo-se de norte a sul entre a Baía de Guanabara e a Serra dos Órgãos e, de leste a oeste entre os rios Guapimirim e Inhomirim. Segundo Milliet de Saint-Adolph (1845:14, vol.II), em 1845 não havia mais do que três engenhos de farinha. Colhia-se, também, café, milho arroz e feijão que seguia para venda nos mercados da capital através dos portos de Magé, da Piedade e Capitão. No porto de Magé era feito o comércio da lenha, levada em barcos pelo rio de mesmo nome. Antes de chegar ao porto, o rio passava pela vila, onde fazia uma barra que permitia a chegada de barcos maiores. O Rio Magé,

[...] depois de fazer muitas voltas por terras pantanosas se lança na bahia de Nitherôhi ou do Rio de Janeiro, no cabo de d'um curso de 6 legoas pouco mais ou menos. Abunda este rio em pescado e dá navegação a canôas, por espaço de 3 legoas; os barcos vão até o porto da villa de Magé com as enchentes das marés, e saem d'elle com a preamar (Milliet de Saint-Adolph (1845:15, vol.II).



Trecho do mapa *Provincia do Rio de Janeiro* (1866), E & H Laemert. Fonte: Arquivo Histórico do Museu Imperial

As pequenas embarcações à vela ligavam a região à cidade, o que também era feito com cavalos e carro de bois, levando as canas dos canaviais aos engenhos. A presença da Igreja Católica foi outro fator marcante na história de Magé. Os jesuítas atuavam na catequese dos índios e na assistência religiosa dos colonos e dos escravos negros que trabalhavam nos engenhos (ALONSO, 2000). Com a viabilidade de se navegar em pequenas embarcações por cerca de oito milhas da foz para o interior, o Rio Suruí permitia transportar grande quantidade de farinha de mandioca desta região para o Rio de Janeiro. Gardner (1975:34-35) relata:

A estrada continua plana, mas contornando muitas colinas pequenas cujas encostas se cobriam com plantações de mandioca. Encontramos diversas tropas de mulas que vinham do interior carregando produtos do solo [...] Tropas de mulas carregadas partem diariamente do Rio de Piedade e do Porto Estrela em viagens para o interior [...] As cargas são protegidas contra o tempo por couros de boi, curtidos e ligados por correias (GARDNER, 1975: 34-35).

A localização da antiga vila em ponto baixo e cercado de brejos a tornava insalubre em certas épocas do ano, sendo comuns as febres intermitentes que, com frequência, acabavam em doenças graves.



Porto do Suruí, fotografado no final do século XIX. Fonte: Arquivo do Museu Imperial

Segundo Alonso (2000:47), em 1789, quando Magé foi elevada à condição de vila:

[...] era o momento forte de um lugar, correspondendo a criação do município. Estavam-se os poderes legislativos e executivos, com a construção da Câmara Municipal. Exercia a função de executiva o presidente da mesma. O poder judiciário tinha como símbolo a colocação do pelourinho. O edifício da Câmara abrigava também a cadeia.

Magé apresentava um quadro de produção muito diversificado:

Três engenhos de açúcar: cultura de cana de açúcar, café, banana, e outras frutas como: combucá, jabuticabas e laranjas. Havia, na época grande número de negociantes de todos os gêneros. E 170 casas térreas e 16 sobrados. [...] A exportação regular era de 14 mil sacas de farinha, rendendo 24:400\$000 anuais. [...] Os porto de saída de produtos para a cidade eram Grande da Piedade, Velho da Piedade e Iriri. [...] (ALONSO, 2000:47).

Muitos viajantes circulavam nessa região, como a Francesa Adèle Toussaint-Samson (2003:24-33). Em seu caderno de memória, descreve o cotidiano de sua estadia na fazenda São José, com destaque para a presença dos cativos:

O proprietário da Fazenda São José, em Magé, apresentou a francesa Adèle e a seu esposo um pagem para acompanhá-los do Porto de Piedade até a fazenda. Sobre ele diz ela:

[...] vejo chegar um negro de beiços grossos, nariz achatado, com lã de carneiro como cabeleira, que havia sido fantasiado com uma grande libré vermelha, cujos galões desbotados anunciavam, aliás os serviços prestados, e que devia sem dúvida, ter figurado no Théâtre Français e, sucessivamente, em todos os outros teatros de Paris, antes de vir adornar os ombros do pobre africano [...] uma calça de algodão grosso e enormes esporas de prata, presas por uma correia a seus sujos pés descalços.

O fazendeiro, que durante a viagem mostrou-se educado e amável, transformou seu caráter tornando-se estúpido e grosseiro com os escravos e serviçais: cento e vinte negros e negras para o serviço da exploração agrícola [...] ele mal disse bom dia a uma mulher francesa que cuidava de sua casa, e mal respondeu aos escravos da habitação que se apertavam em redor dele para pedir-lhe a benção. Após o banho foi servido o jantar a luz de velas. Em uma sala “comprida e estreita”, apenas uma mesa quadrada compunha o mobiliário, em torno da qual se enfileiravam bancos de madeira. Sobre esta, a panela de feijoada acompanhada de “cestos cheios de farinha de mandioca, um grande prato de arroz cozido na água e duas galinhas, bem como bananas e laranjas.

Foi lá que as misérias da escravidão apareceram para mim em toda a sua hediondez. Negras cobertas de andrajos, outras semi-nuas tendo por vestimenta apenas um lenço atado atrás do pescoço e sobre os seios, que mal velava seu colo, e uma saia de chita, cujos rasgos deixavam ver seu pobre corpo descarnado; negros de olhar feroz ou embotado vieram pôr-se de joelhos na laje da varanda. Marcas de tortura nos ombros desnudos deixavam ver os lanhos do chicote transformados em cicatrizes. Vários estavam afetados por horríveis doenças, como a elefantíase ou a lepra. Tudo aquilo era repugnante, hediondo. O temor e o ódio, eis o que se lia em todos aqueles rostos, que eu nunca vi sorrir.

Postado nas portas da senzala, o feitor empunhava um chicote conferindo os que tardavam em sair. Ô patife! Puxa p’ra fora!”, gritava o velho Ventura. Formados em três grupos de mais ou menos vinte cinco negros e negras cada um, seguiram destinos diferentes, um dos quais dirigidos por Ventura, tomou o caminho do mato. Outro, acompanhado de um carro de bois “com imensas rodas de madeira maciça” em direção ao canavial, e o terceiro para as plantações. Seguiu com um dos pequenos pastores os animais de chifres, um

segundo o seguiu com o rebanho de carneiros, as barreiras abriram-se e todo aquele gado humano partiu com o outro para o trabalho.

Havia duas cozinheiras, a dos brancos e a dos negros, assim como há duas cozinhas. No cômodo enfumaçado dos negros havia dois caldeirões: um com feijões e o outro com angu. Humildemente os escravos chegavam com meia cabaça às mãos, sendo servidos pela cozinheira, com uma grande colherada de feijões, acrescentando um pequeno pedaço de carne seca da mais baixa qualidade, bem como um pouco de farinha de mandioca para polvilhar tudo; a outra distribuía o angu aos velhos e às crianças. Ao se afastarem resmungando pela pouca quantidade servida, e a carne em tão mau estado, que nossos cães por certo não iam querer saber daquela comida.

Suas mães, três dias após o parto, eram obrigadas a lidar com os serviços da casa enquanto amamentavam, e voltavam aos serviços da lavoura em poucas semanas, deixando seus filhos aos cuidados “de negras velhas inválidas ou de crianças de seis a sete anos, que lhes enfiavam por alimento uma espécie de papa feita de amido e água”.



Aquarela de Johann Moritz Rugendas, retratando a Serra dos Órgãos. Na gravura, é possível observar os trajés dos cativos, conforme descrito pela viajante francesa.

Disponível em: <<http://odeporica.blogspot.com.br/2010/03/viagens-fantasticas-expedicao.html>>

George Gardner, o médico e botânico britânico (1812-1849), que também visitou o Brasil e passou uma temporada em Magé, descreve sua viagem pelas províncias do Norte:

Em poucos anos que começaram a correr ônibus da cidade para os subúrbios. Pequenas barcas a vapor navegam regularmente, entre Rio e Niterói, do lado oposto, e uma vai diariamente a Piedade, ao fundo da Baía. [...] Era meio dia quando pudemos sair, sob a influência de uma forte brisa marinha, chegamos ao ponto desembarque em Piedade, por volta de três e meia, tendo vencido a distância de umas vinte milhas. O barco que viajamos pertence a uma classe muito comum no porto e também muito usada para o transporte de mercadorias para o fundo da baía e, de lá, para o Rio, os produtos das terras do interior. Também é empregado para passeio dos frequentadores das ilhas e das praias da baía. Chama-se falua e é tripulada por seis remadores e um timoleiro chamado patrão. Este, que é sempre o dono, é também, em geral, português de origem. As faluas levam mastros, cada um dos quais com uma grande vela, a polpa é fechada por cortinas. Os pretos que equipam geralmente esta embarcação, são fortes e musculosos. Sentado em um barco que través, e com os pés apoiados em outro, ergem o tronco a cada golpe do remo, acompanhando o golpe com uma toada compassada e melancólica. Estas faluas alugam-se por um dia inteiro pelo preço de dezoitos xelins [...]

Em Piedade mulas da fazenda de Mr. March esperavam por nós e nossa bagagem; e após a curta demora para o arranjo desta, começamos a parte da viagem por terra. Em Piedade onde apenas encontramos algumas casas esparsas, achava-se em construção um grande hotel do Coronel Leite, um senhor brasileiro que estava fazendo as próprias custas uma nova estrada através da Serra dos Órgãos, para ligar a que vai ao Porto Estrela aos distritos de mineração. Porto da Estrela que é outro desembarcadouro na extremidade da baía, tem sido até aqui um porto comum entre o Rio e o interior. O Coronel Leite esperava que sua nova estrada virá a ser preciosa por ser muito mais curta [...] A estrada vai da Piedade a Magé. Pequena cidade de distância de umas quatro milhas, atravessa uma planície arenosa, por sua vez, apaulada, abundante em árvores baixas e grandes arbustos fluorescentes [...]

A cidade de Magé está em bonita situação nas margens do Mangeassu, um dos inúmeros riosinhos que nasce na Serra dos Órgãos e se lançam na baía. Tem uma graciosa igreja e muitas lojas sortidas [...] (ALONSO, 2000:140-141).



No Rio Inhomirim, em viagem ao Porto Estrella. Aquarela de Tomas Ender, 1817¹

No século XVIII, através dos “caminhos” que ligavam a região das minas, quando o eixo econômico do Brasil, em sua relação com Portugal, voltou-se para o ouro do planalto mineiro (AMARO, 2010). Com a necessidade do escoamento do ouro e o abastecimento da província mineira, a região da Baixada da Guanabara passou a ter importância estratégica, pois se transformou em área obrigatória de passagem, por conta de seus rios, bem como pelas estradas que foram abertas através das serras para que o trânsito de mercadorias se desenvolvesse melhor (AMARO, 2010).

O “Caminho Novo” ou “do Pilar”, aberto devido às necessidades oriundas da mineração, entre elas a necessidade de um caminho rápido, econômico e seguro, que ligasse o Rio de Janeiro à região mineira, intensificou as relações daquela cidade com os portos da Estrella, Pilar e Iguaçu, promovendo a interação através da navegação no interior da baía (AMARO, 2010). Até aquele momento, a única via de acesso para a região das minas era o caminho dos Guaianás, que começava na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Parati,

¹ No princípio do século XIX, o caminho mais rápido para as Minas Gerais passava pelo Porto Estrella, fazenda da Mandioca, Serra da Estrella, fazendas do Córrego Seco, Itamarati e Padre Correia, entre outros. Para se atingir o Porto Estrella, subia-se uma parte do Rio Inhomirim, em faluas, como esta desenhada por Thomas Ender, que eram tomadas na Praia dos Mineiros, no Rio de Janeiro (FERREZ, G. **Iconografia Petropolitana** 1800 – 1890. Petrópolis: Museu Imperial, 1955, pág. 20).

subindo a serra do Cunha, chegando à Taubaté, a caminho das lavras auríferas (AMARO, 2010).



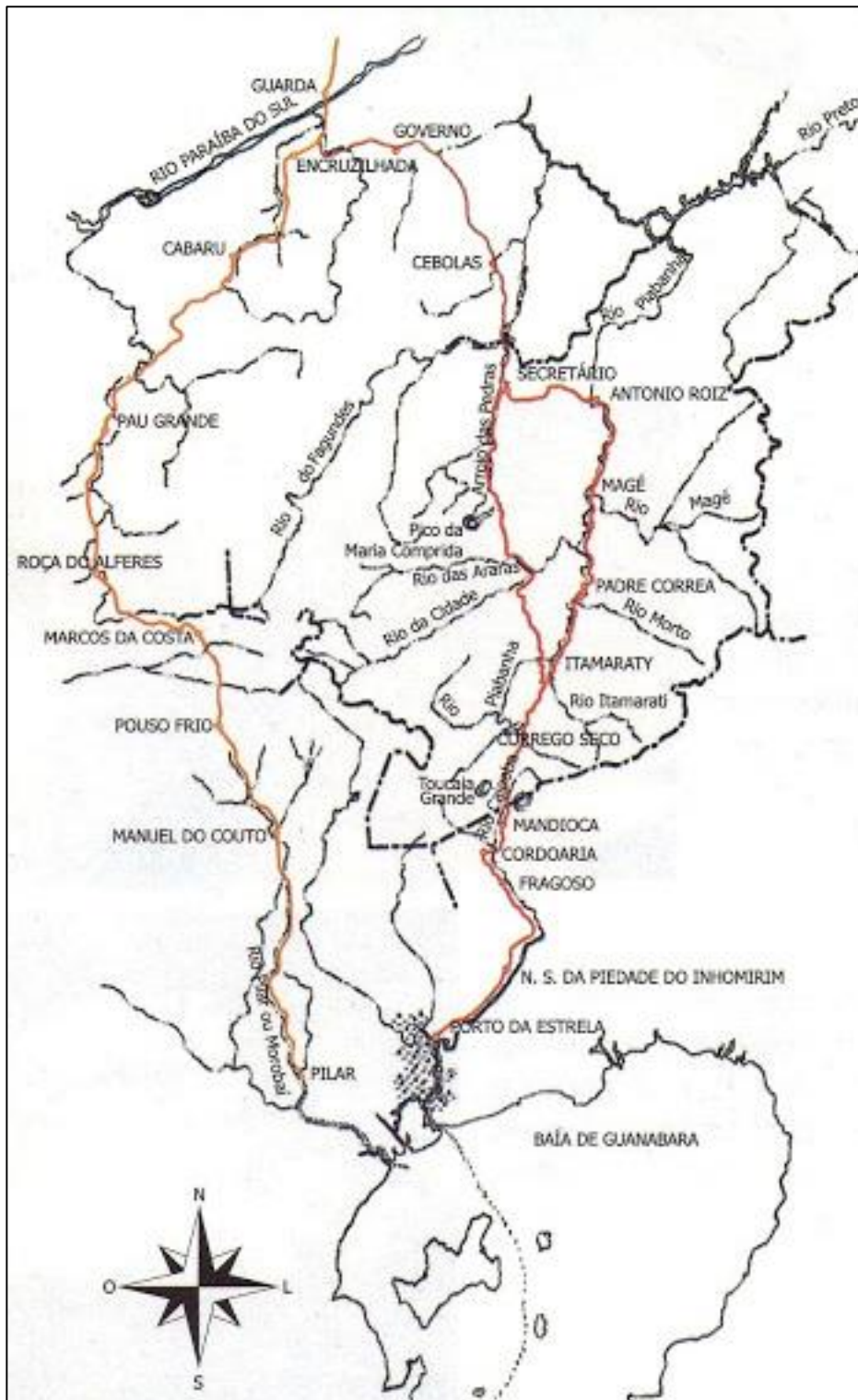
Vista do Porto Estrella, aquarela de Thomas Ender (1817)²



Aquarela de Johann Moritz Rugendas: Porto do Estrella (1822-1825)

² Este documento iconográfico é o mais antigo que se conhece do entreposto, à margem do Rio Inhomirim, descrito por vários viajantes durante a primeira metade do século XIX. Neste local, o Porto da Estrella, terminava a viagem marítima para se dar início à parte terrestre em direção ao interior (FERREZ, G. **Iconografia Petropolitana** 1800 – 1890. Petrópolis: Museu Imperial, 1955, pág. 20).

O antigo caminho que passava por Paraty era longo e levava, em média, três meses para se chegar do planalto mineiro, além de exigir embarque e desembarque dentro da baía de Sepetiba com o ouro vindo das minas, apresentando perigos decorrentes da presença de baleias e piratas entre Angra e Paraty. Assim, durante o século XVIII, abriram-se três caminhos oficialmente reconhecidos entre o Rio de Janeiro, através da Baixada Fluminense, e a região das Gerais (AMARO, 2010). Entre 1699 e 1704, foi aberto o Caminho Novo do Pilar; no ano de 1724, o Caminho Novo de Inhomirim; e, em 1728, o Caminho Novo do Tinguá. Todos esses caminhos, depois de subir a serra do Mar, encontravam-se em Santo Antônio da Encruzilhada, pouco antes de atingir a margem direita do rio Paraíba (AMARO, 2010).



Caminho Novo do Pilar, destacado à esquerda e o Caminho Novo do Inhomirim, ou do Proença, à direita.
 Disponível em: <<http://ahistoriadepetropolis.blogspot.com.br/2013/05/a-variante-do-caminho-novo-de-bernardo.html>>



À esquerda, o Caminho Velho, que iniciava em Paraty. À direita, o Caminho Novo do Inhomirim ou Caminho do Prouença. Disponível em: <<http://hotelbraganca.com.br/estrada-real/>>

No século XIX, as freguesias da Baixada da Guanabara intensificaram ainda mais suas relações com o Rio de Janeiro, abastecendo a capital com alimentos e madeira e passando a armazenar e escoar a produção do café do Vale do Paraíba, sendo áreas de investimento do capital privado alocado na abertura de estradas e na construção da ferrovia Barão de Mauá (1854), principais vias de circulação de mercadorias do eixo Minas Gerais - Rio de Janeiro (AMARO, 2010). Conclui-se assim que a Baixada da Guanabara, ao longo dos séculos, constituiu-se como uma importante região de passagem entre o interior e o litoral. Esta posição estratégica contribuiu decisivamente para transformações tanto na cidade do Rio de Janeiro como na própria região, revelando uma estreita interdependência econômica, social e cultural (AMARO, 2010).

É fato que os primeiros assentamentos humanos no Município de Magé se deram a partir da construção de igrejas e capelas, por volta da primeira metade do século XVII, atraindo habitantes para o seu redor (ARAUJO, 2005). A localização dos portos do Recôncavo da Guanabara nas margens dos rios resultou da busca de condições viáveis para as embarcações, devendo-se a isso os núcleos das 5 freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Anhum-Mirim e Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu (ARAUJO, 2005).

É importante citar os aspectos do surgimento das primeiras capelas dessa região, já que ao redor da maioria delas foram se desenvolvendo os povoados que dariam origem aos distritos de ação da igreja (freguesias). A Igreja de São Nicolau de Suruí, por exemplo, de 1628, reedificada 1709, centralizou a formação da freguesia de Suruí, datada de 1640. A ocupação dessa região teve início no século XVI, com a sesmaria de Inácio de Bulhões (ARAUJO, 2010). A primeira construção da igreja foi no sítio Góia, possivelmente na segunda metade do século XVII. Seu fundador foi Nicolau Baldim, que recebeu terras ainda em 1614 (ARAUJO, 2010).



Capela de São Nicolau, localizada no morro às margens do Rio Suruí, fotografada no início do século XX.

A freguesia de Suruí, em meados do século XVII, limitava-se ao norte com outras localizadas na Serra dos Órgãos; a leste, com a de Nossa Senhora da Piedade de Magé; a oeste, com a de Inhomirim e o mar; e, ao sul, com as de Inhomirim e Guia de Pacobaíba. Suruí possuía 260 residências e 1450 pessoas sujeitas aos sacramentos. Capela filial, apenas uma: a de Nossa Senhora da Conceição, em Paquetá, fundada por Antônio Nunes da Costa Paquetá, por volta de 1718, que depois de arruinada, sofreu uma reforma por iniciativa do Alferes Luís de Souza Vaz (1784). De acordo com José Inaldo Alonso, havia ainda em Suruí, uma capela dedicada a São Francisco, fundada em 1616 por Francisco Dias Machado e sua mulher, Isabel Esteves, porém, o patrimônio se perdeu.

A Igreja de Nossa Senhora da Piedade, de 1650, centralizou a formação do povoado com a freguesia tendo sido criada pelo Alvará de 1696, de 18 de janeiro de 1696. Segundo Alonso, Frei Agostinho de Santa Maria, no volume X do Santuário Mariano, em 1823, fala-nos da milagrosa imagem de Nossa Senhora da Piedade e revela curiosas informações sobre a capela e culto, afirmando que a sua fundação se deve ao Sargento-Mor João Dantas. Porém, as informações referem-se à igreja da Piedade Velha, no monte. Monsenhor Pizarro diz que a única referência à época em que teria surgido a igreja é a informação do visitador Dr. Araújo, em 1737, que fala em 80 ou 90 anos antes, sendo assim, por volta de 1650. Ainda

afirma Pizarro que, para atender as necessidades dos fiéis, diante da incapacidade do porto e a ruína do templo, fizeram com que se edificasse nova igreja em outro local mais acessível, uma légua distante, na paragem do Caminho Grande da Fazenda de Magé-Mirim, onde a proprietária, Dona Joana de Barros, viúva do Capitão Inácio Francisco de Araújo, doou 50 braças em quadra para a mesma, em 10 de agosto de 1748. A pia batismal foi transferida antes de terminar a obra, porém, no ano de 1751, a nova igreja encontrava-se pronta. Segundo José Inaldo Afonso, tinha como capelas filiais: Santa Anna, em Iriri; Santo Aleixo; e, ainda uma em Suruí mencionada por Pizarro.

Ao redor da Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, de 1647, também se formou uma freguesia, limitando-se ao norte com a de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, pelo rio Bonga; a oeste, com a mesma, pelo rio Inhomirim; a leste, com a de São Nicolau de Suruí; e, ao sul, com o mar. Tinha 2211 residências e mais de 1760 habitantes adultos.



Ruínas do cais construído pelo Barão de Mauá na Guia de Pacobaíba: Foto: Cilcair Andrade

Pelo relato de Frei Agostinho de Santa Maria, o Santuário Mariano, percebe-se que a edificação da igreja de Nossa Senhora da Guia foi precedida por outra, dedicada a Santa Margarida, a mártir de Antioquia, segundo José Inaldo Alonso. Inclusive diz que a primeira

construção foi a do padre Gaspar da Costa, para satisfazer a devoção de sua irmã, Margarida de Lima. Esta era feita de taipa de pilão, espécie de barro batido. Contudo, no relato de Frei Agostinho encontram-se também dados referentes a outra ermida dedicada à Nossa Senhora da Guia, na Fazenda da Guia, como capela do engenho. Os devotos colocaram a imagem pintada de Nossa Senhora na capela de Santa Margarida e construíram nova igreja, de pedra e cal, que deve ser a atual igreja existente na localidade, tendo sido várias vezes reformada internamente. Foram realizadas duas reformas na matriz da Guia. Uma por volta de 1942, quando os franciscanos a administravam, e outra mais recente, pelo padre Montezano, na década de 1990. Os dados do Frei Agostinho de Santa Maria ajudam a fixar os pormenores da vida religiosa em Pacobaíba, em especial no século XVII e primeiro quartel do século XVIII. De acordo com Monsenhor Pizarro, pelas notas do Dr. Araújo, na visita ordinária de 1737, o início da paróquia data de 1647, aproximadamente. Contudo, pelo primeiro livro de assentamentos paroquiais, levaria o começo da paróquia ao ano de 1683. Adverte ainda que, em 1722, a paróquia tinha o título de Santa Margarida. Tinha como capelas filiais a Nossa Senhora dos Remédios, São Francisco de Croará, São Lourenço e Nossa Senhora dos Remédios.

Segundo pesquisas realizadas por ALONSO (2000), a freguesia consta de 1674, com a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim edificada antes desta data. Teve como fundadores os irmãos Pedro Gago e Estevão Gago, próxima ao rio Sernambetiba. Demolido o templo, passou a matriz para a igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída pelo Padre Antônio Vaz Tavares, em 1713, distante três léguas. Em 1726, Antônio Pacheco Barreto, doou o outeiro das Igramixamas, junto ao rio Guapimirim, onde se construiu a nova igreja, inaugurada em 1753 ou 1754; teve como primeiro pároco, em 1750, o padre Antônio Ribeiro Rangel. Tinha como capelas filiais a de Santa Anna, Nossa Senhora da Cabeça e Nossa Senhora da Conceição.

A freguesia de Inhomirim foi criada em 1677, com seus limites ao norte, Nossa Senhora da Conceição da Paraíba Velha, na serra dos Órgãos; a leste, fronteira com a freguesia de Suruí; ao sul, com a de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, pelo rio Bonga; e a oeste, com a de Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu, no rio Saracuruna, e com a de Nossa Senhora da Conceição da Roça do Alferes. A Igreja ficava distante do porto da Estrela cerca de duas léguas. Não se sabe quem a mandou construir. A sesmaria mais antiga na região data de 1568. Com o abandono do templo, em 1700, na Fazenda da Figueira, João Martins Oleiro fez nova

doação. A construção foi feita em pedra e cal e enquanto não terminavam as obras, a assistência paroquial passou para a capela de Nossa Senhora do Desterro. Havia sete altares, com o Santíssimo Sacramento no principal. Para manter o culto, uma irmandade a assumiu, em 1764. As irmandades eram grupos de pessoas que cuidavam dos mortos, organizando enterros e missas; organizavam também as procissões e festejos das igrejas. Esses devotos tinham uma roupagem e seu altar específico, incluindo um ordenamento de compromisso onde se explicitava o que era permitido ou proibido aos irmãos¹⁵. No território da paróquia de Inhomirim, ficava a fazenda São Paulo, da família do Duque de Caxias. De acordo com José Inaldo Alonso, Luiz Alves de Lima e Silva possivelmente tenha sido batizado, ou na igreja matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, ou na capela filial de Nossa Senhora do Rosário. Por Inhomirim também passava o Caminho Novo de Minas. A região paroquial era muito extensa e a freguesia abrangia Petrópolis até a Serra dos Órgãos. Em 1808, desmembrou-se a região serrana, ficando para a paróquia de Inhomirim a área da Baixada, até parte do meio da serra. Capelas filiais: Nossa Senhora da Estrela dos Mares, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Amor Divino, Nossa Senhora da Lapa, Santa Ana e Senhor do Bom Jesus de Matosinhos.



Capítulo 8

Guapimirim

A região onde hoje está inserido o município de Guapimirim vem sendo ocupada há, pelo menos, 5000 anos AP. As primeiras ocupações estão relacionadas aos grupos de pescadores-coletores que construíram os sambaquis. Neste município, atualmente, há dez sambaquis identificados: Amourins, Guapi, Sernambetiba, Rio das Pedrinhas, Rua 13, Cordovil, Arapuan, Fernando, Guaraí-Mirim e Imenezes. Alguns destes sítios são alvos de estudos desde 1950, mas somente por volta da década de 1970 é que começaram as pesquisas arqueológicas sistemáticas. Em 2010, teve início o projeto de pesquisa intitulado “*Sambaquis médios, grandes e monumentais: estudo sobre as dimensões dos sítios arqueológicos e seu significado social*” que retomou as pesquisas na região³.



Sambaqui de Amourins. Foto: Madu Gaspar

O sambaqui de Guapi forneceu o registro mais antigo da ocupação da Baía de Guanabara até o momento, cerca de 5000 anos AP⁴. O sambaqui de Sernambetiba, por sua vez, tem a ocupação mais recente, cerca de 1800 anos AP, com indicações de que os pescadores-coletores ocuparam a região por, pelo menos, 2000 anos de forma ininterrupta até a chegada dos grupos ceramistas. A presença de cerâmica, associada, principalmente, à tradição arqueológica Tupi-Guarani é recorrente no topo de vários sambaquis, entre eles o Sernambetiba, Arapuan, Fernando, Cordovil e Rio das Pedrinhas. Isso indica que teria havido certo tipo de contato entre os pescadores-coletores e os ceramistas.

³ O Projeto *Sambaquis médios, grandes e monumentais: estudo sobre as dimensões dos sítios arqueológicos e seu significado social* foi coordenado pela Dra. Maria Dulce Gaspar e contou com uma equipe multidisciplinar, composta por bioarqueólogos, paleoparasitologistas, paleoepidemiologistas, biólogos, geógrafos, médicos, entre outros pesquisadores. O projeto teve apoio do Museu Nacional/UFRJ e da FAPERJ/PRONEX 2010/2013.

⁴ BORGES, Diogo. **Prepare o terreno, vou construir**: Estudo do processo de formação do sambaqui do Guapi. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ, 2015. 121p.

A ocupação dos grupos ceramistas na região ainda é pouco estudada pela arqueologia, porém diversos documentos históricos mencionam a presença de grupos nativos pertencentes a diferentes etnias. No entanto, na época da conquista do território pelos europeus, os Tupinambá reinavam absolutos na região, estando presentes desde o Cabo São Tomé até Angra dos Reis, passando pelo vale do Rio Paraíba do Sul. Relatos apontam que além dos Tupinambá, grupos Timbira, pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, ocuparam a região, mas com a chegada dos europeus subiram a Serra dos Órgãos pelo Rio Guapimirim.

A colonização do território da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim teve início quando, em 1608, às margens do rio *Sernambitigba*, foi fundada uma pequena capela pelos irmãos Pedro Gago e Estevão dedicada à Nossa Senhora da Ajuda. Em 1670 foi elevada ao título de paróquia pelo prelado Francisco da Silveira Dias, com o nome de Aguápehy-Mirim.



Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim. Foto: Beto Barcellos

Esta freguesia limitava-se ao Norte e ao Oeste com a Serra dos Órgãos e com a freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, ao Leste com Santo Antônio de Sá e com o Rio Guapimirim e ao Sul com o mar da Baía de Guanabara. Eram terras de notável fertilidade, onde se destacavam as culturas da mandioca, arroz, café, cana, além de milho e

legumes. Também fabricavam e exportavam lenha e carvão, cerca de 130 e 100 barcos, respectivamente, a cada ano. Havia ainda quatro engenhos de açúcar e um de aguardente, além de algumas olarias, cuja produção era escoada pelos principais portos da região, especialmente o da Piedade. Em 11 de Janeiro de 1755 foi então criado o distrito de Guapimirim, tendo sido desmembrado da Vila de Santo Antônio de Sá em 1789 e integrado à Vila de Magé. A história do município de Guapimirim está, portanto, relacionada à de Magé.

A região em que se insere o atual município de Guapimirim, era passagem obrigatória para quem se dirigia à Serra dos Órgãos e, por este motivo, o Barão de Mauá⁵ construiu nessas terras a primeira estrada de ferro da América do Sul, a Estrada de Ferro Mauá, inaugurada em 1854, ligando as localidades de Guia de Pacobaíba até Frágoso numa extensão de 14,5km. Para receber passageiros e cargas vindos da cidade do Rio de Janeiro por via marítima foi construído um cais, que avançava cerca de 150m na Baía de Guanabara, representando uma grande obra de engenharia para a época.

Quando D. Pedro II passou pela região, ficou tão impressionado com sua beleza natural que, em 1846 criou um pedágio para os visitantes, lugar hoje conhecido como Barreira. O posto de cobrança de impostos foi implantado na trilha que subia a Serra dos Órgãos, próximo à Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Cobravam-se dois vinténs a título de pedágio e, segundo consta nos Relatórios da Província, o dinheiro arrecadado era revertido em obras de manutenção da Estrada da Serra do Couto. Neste local encontra-se, hoje, a sede da antiga Fazenda Barreira que abriga o Museu Von Martius, em homenagem a Frederik Von Martius⁶, naturalista alemão que ficou hospedado na fazenda e estudou a flora e fauna da região a convite de D. Pedro I. Na mesma época, por volta de 1844, o então proprietário da Fazenda Barreira, Henrique Dias, iniciou a aclimação e o cultivo da quina no país. A iniciativa seguia orientação do botânico Glaziou, a serviço do Ministério da Agricultura do Império. Da quina extrai-se o quinino, composto medicinal fundamental para o tratamento da malária. A

⁵ Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, foi pioneiro em várias áreas da economia. Entre as suas maiores realizações encontra-se a implantação da primeira fundição de ferro e estaleiro no país, a construção da primeira ferrovia brasileira, a Estrada De Ferro Mauá, a exploração do rio Amazonas e afluentes, bem como o Guaíba e afluentes, no Rio Grande do Sul, com barcos a vapor, a instalação da iluminação pública a gás na cidade do Rio de Janeiro, a criação do primeiro Banco do Brasil e a instalação do cabo submarino telegráfico entre a América do Sul e a Europa.

⁶ Carl Friedrich Philipp von Martius foi médico, botânico, antropólogo e um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil. Um grande legado foi a publicação de sua notória obra *Flora Brasiliensis*. Além da botânica, dedicou-se às questões sobre etnografia, folclore brasileiro e estudos das línguas indígenas.

produção da fazenda abasteceu o Exército brasileiro durante a Guerra do Paraguai (1865-1870).



Quina (*Cinchona carabayensis*). Fonte: Flora Brasiliensis, Volume 6, Parte 6, Prancha 97. Original da Biblioteca do Horto Museu Nacional/UFRJ



Museu Von Martius, sede da antiga fazenda Barreira. Foto: Beto Barcellos

Com a introdução da lei Eusébio de Queirós, em 1850, proibindo o comércio de escravos para o Brasil, houve uma conseqüente crise econômica, desencadeada pela diminuição da mão de obra nas fazendas. Esse fato, aliado à insalubridade da região, reduziu as áreas ocupadas por grandes plantações. O abandono das terras, a maior parte delas já bastante exaurida, favoreceu as erosões provocando a obstrução dos rios que cortam quase toda a Baixada, alagando-a. Com o aumento dos alagadiços vieram também as epidemias de malária e cólera, conhecidas como as “febres do Macacu”. Dentre as freguesias pertencentes à Vila de Magé, Guapimirim era uma das mais assoladas, com 43 registros de falecimentos no ano de 1855. Neste período a população local foi reduzida, desacelerando o desenvolvimento econômico da região por várias décadas.

Novamente a economia da região é alavancada quando, em 1896, foi aberta a estação ferroviária de Guapimirim correspondendo ao primeiro trecho da Estrada de Ferro Teresópolis e, a partir dela, as primeiras construções urbanas. A estrada de ferro partia do Porto de Piedade e cortava o centro do núcleo urbano de Magé e Guapimirim, subindo a serra até Teresópolis. Por tratar-se de uma rota de passagem importante de pessoas e mercadorias, ela veio assegurar a continuidade do desenvolvimento urbano de Magé. A vila de Magé, que até então tinha seu desenvolvimento orientado para o porto, sofreu um novo processo de

crescimento, agora seguindo a estrada de ferro. O prolongamento da estrada de ferro em 1926, nesta época já denominada Central do Brasil, passando por Suruí, Magé, seguindo até Itaboraí, veio reforçar a tendência de ascensão da cidade.

Com a instalação da ferrovia, a maior parte da população do local nos anos 1950 era composta por ferroviários da Central do Brasil e lavradores. Atualmente a estrada de ferro liga Guapimirim à Magé e Gramacho. Entretanto, com a construção da rodovia BR-116, em 1958, o transporte ferroviário entrou em decadência. Por outro lado, a nova rodovia facilitou o acesso à serra e foi fator preponderante na intensificação do processo de ocupação. Em 1990 o município de Guapimirim se emancipou de Magé.



Capítulo 9

Itaboraí

Recentes pesquisas arqueológicas realizadas por meio do PROGRAMA DE RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DAS ÁREAS 1 E 2 DO COMPERJ FASE 1, coordenado pela Dr^a Maria Dulce Gaspar¹, permitiram estabelecer três períodos de ocupação para a região onde está inserido o município de Itaboraí:

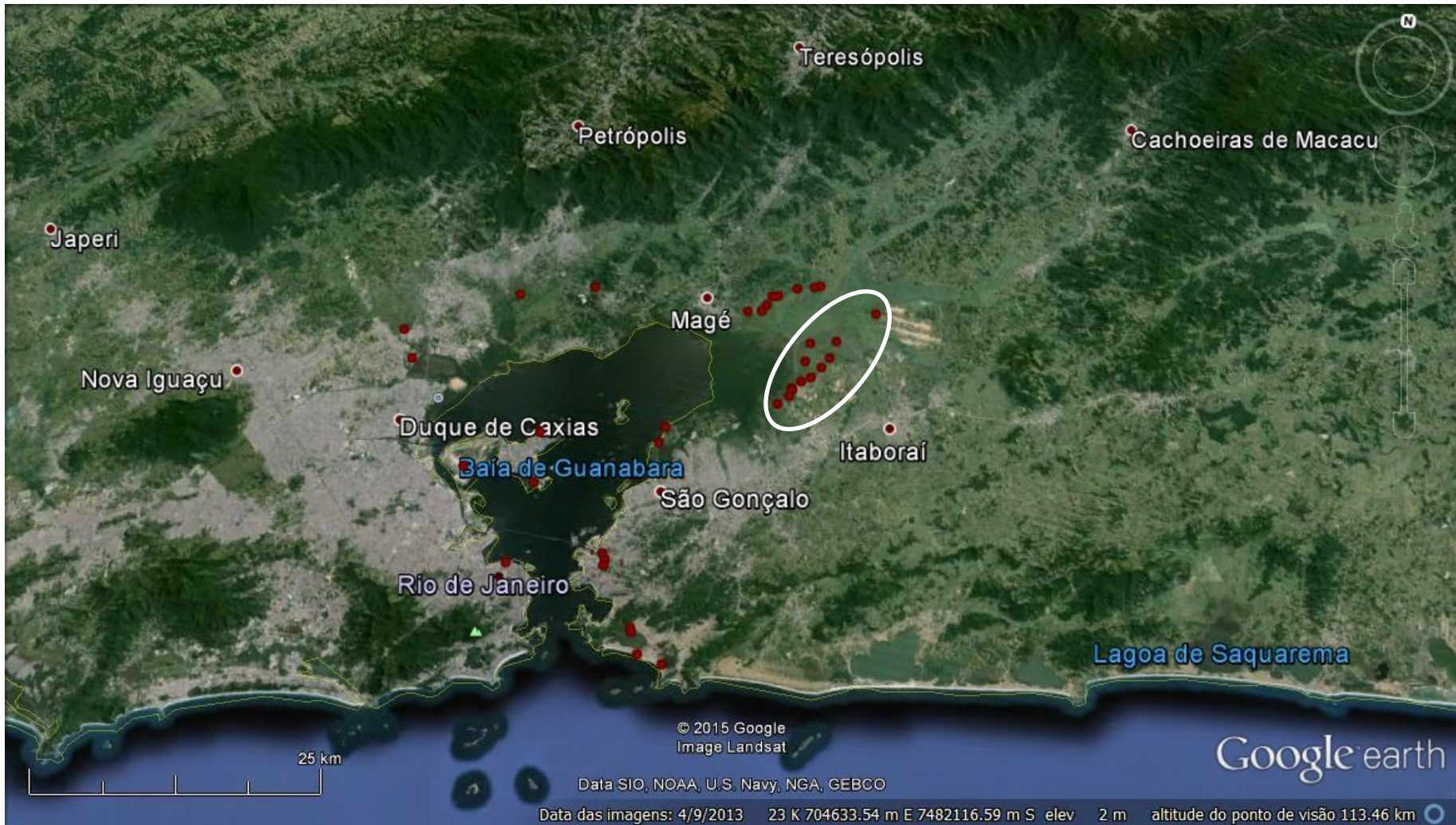
1. **NATIVO**, representado inicialmente pela ocupação dos grupos sambaquieiros e posteriormente pelos ceramistas Tupinambá;
2. **COLONIAL**, marcado pelo contato entre as populações indígenas, africanas e europeias;
3. **IMPERIAL**, caracterizado por mudanças estruturais ocorridas com a chegada da Família Real ao Brasil.

A ocupação dos grupos sambaquieiros deu-se no litoral, em diferentes ambientes que permeiam as baixadas litorâneas. Ao longo dos rios que desaguam na Baía de Guanabara, os sambaquis foram implantados sobre elevações localizadas em cordões arenosos e terraços marinhos, abrangendo um período de ocupação que vai de aproximadamente 5000 AC a 500 anos DC. Em Itaboraí, durante pesquisas realizadas para implantação do COMPERJ, foram registrados os sambaquis Bulcão I, Bulcão II, Estrada de Ferro, Fazenda Caieira, Sampaio I, Sampaio II e Seu Jorge. O território sambaquieiro foi invadido pelos ceramistas, tendo como consequência o colapso do modo de vida dos pescadores-coletores, interrompendo o processo de construção de sambaquis (GASPAR, 2013).



Sambaqui Seu Jorge, em Itaboraí. Foto: Cassandra Ribeiro

¹ GASPAR, M. D. Relatório Final do PROGRAMA DE RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DAS ÁREAS 1 E 2 DO COMPERJ FASE 1 (2013).



Os pontos vermelhos indicam os sambaquis implantados no entorno da Baía de Guanabara. Em destaque, no círculo branco, os sambaquis de Itaboraí: Bulcão I, Bulcão II, Estrada de Ferro, Fazenda Caieira, Sampaio I, Sampaio II, Seu Jorge e Tambicu. Fonte: Marcela Andrade, 2015

Sobre os ceramistas, as pesquisas confirmam a intensa ocupação das margens dos rios Caceribu e Macacu por grupos nativos antes da chegada dos europeus. As atividades de escavação e monitoramento identificaram abundante material cerâmico associado aos Tupinambá nos sítios **Macacu I, Santo Antônio IV, Santo Antônio, Santo Antônio X e Morro do Sol**, incluindo a presença de urnas funerárias nos três últimos. Como dito anteriormente, esses sítios estão assentados na alta vertente de pequenas colinas, nas imediações da área onde posteriormente foi instalada a Vila Santo Antônio de Sá. Datações obtidas para esses sítios (tanto absolutas como relativas) indicam uma ocupação entre o século XI e final do XV, caracterizando-os, portanto, como assentamentos nativos característicos do período pré-colonial. Desta forma é possível afirmar que a área entre os rios Macacu e Caceribu, que atrairia os colonizadores europeus devido à sua alta fertilidade, já estava densamente ocupada por grupos indígenas séculos antes da chegada dos europeus à região (GASPAR, 2013).

De fato, durante os séculos XVI e XVII, os primeiros contingentes de colonos que se instalaram nessa área se depararam com os nativos. Num primeiro momento, as relações foram ditadas por alianças que expressavam dependência mútua entre os sistemas socioculturais envolvidos. De um lado, os europeus, representados por portugueses e franceses, e de outro os grupos Tupinambá. Esses laços foram gradualmente delineados e determinados pelos interesses econômicos dos portugueses, inicialmente voltados para a proteção do novo território à ameaça de invasão por outros europeus e, num segundo momento, ao processo de ocupação de grandes extensões de terras para a instalação do cultivo da cana-de-açúcar (BUARQUE, 2009; GASPAR, 2013).

A proximidade dos sítios arqueológicos com o núcleo religioso-administrativo da Vila Santo Antônio de Sá, que teve no Convento São Boaventura seu epicentro, possibilita associar esse espaço nativo, representado principalmente pelos sítios **Santo Antônio, Santo Antônio X e Santo Antônio IV**, a uma estrutura de aldeamento. Cabe destacar que os interesses econômicos incluíam também mão-de-obra e desta forma, a presença dos nativos foi, certamente, um dos fatores que impulsionou a ocupação da região (GASPAR, 2010; 2013).

O sítio **Santo Antônio**, por sua vez, abrange dois períodos de ocupação provavelmente contíguos: o primeiro, entre os séculos XI e XV, relacionado a uma organização enquanto aldeia, e o segundo configurado a partir da relação com os missionários jesuítas e da conseqüente formação de um aldeamento segundo novos moldes (GASPAR, 2013). Em meados século XVI todo o Recôncavo da Guanabara já estava dividido em sesmarias que avançavam em direção aos sertões. Como era difícil caminhar pelas bordas da baía devido à formação alagadiça dos terrenos, os rios tornaram-se estradas naturais para se alcançar as montanhas do interior da colônia.

Durante o processo de interiorização pela margem oriental da Baía de Guanabara, Manoel Francisco Ozouro, proprietário de terras no Vale do Macacu, construiu uma capela em invocação a Santo Antônio, em 1612, ao redor da qual novos habitantes se aglomeraram até que, em 1647, teve origem a freguesia de Santo Antônio de Sá. Localizada em importante ponto de passagem para as tropas que seguiam rumo ao interior, a criação desta freguesia permitiu ao Estado controlar os acessos, bem como estabelecer seu poder sobre a promissora região. Neste contexto, com o objetivo de administrar a difícil relação entre nativos e colonos, em 1649, os franciscanos iniciaram a construção do Convento de São Boaventura, junto às margens do rio Macacu que, ao longo de sua história, serviu como local de formação de religiosos e, também, como moradia para os frades que trabalharam na região.

Ainda no período inicial de colonização europeia da região, durante os séculos XVI e XVII, deu-se a ocupação de sítios como **Aldeia dos Ventos, Macacu II, Aldeia do Iri, Morro do Sol e Macacu I**. Alguns desses assentamentos, como **Macacu II**, representariam a importância econômica da região (produção de farinha e aguardente), para o consumo interno e comércio local, já no início do século XVII, e que culminou com a elevação do curato de Santo Antônio à categoria de vila, em 1697.

Em 1697, a freguesia de Santo Antônio de Sá foi elevada à categoria de Vila – com o nome de *Villa de Santo Antônio de Sá* ou *Villa de Macacu* –, com seu território formado pelas freguesias de Nossa Senhora do Desterro de Itambi, de São João de Itaboraí e de Nossa Senhora D’Ajuda de Guapimirim (Figura 3). A penetração para o leste do recôncavo espalhou os colonos pelas bacias dos rios Caceribu, Macacu e D’Aldeia, onde as lavouras puderam se desenvolver sem muitos investimentos. No século XVIII, além da exploração da madeira, o Vale do Macacu era tido como região

privilegiada na produção de gêneros alimentícios na Baía da Guanabara, com destaque especial para a farinha de mandioca. Juntamente com produtos como arroz, milho e feijão, o quadro geral de sua produção agrária era completado com o plantio da cana para a fabricação de açúcar e aguardente².



Trecho do mapa de 1819: Reconhecimento do Rio de Macacu e da Estrada que conduz a Nova Friburgo. Indicadas em amarelo estão as freguesias que formaram a Villa de Macacu.

Fonte: BN Digital cart524755

Por tratar-se de local acessível, principalmente, em decorrência da presença de rios navegáveis, diversos engenhos e fazendas foram se alinhando em suas margens, por onde descia a grande quantidade de madeira extraída e a produção agrícola. Essas propriedades possuíam suas casas de moradia, telheiros, oficinas, engenhos e senzalas de onde se pode inferir um elevado potencial de consumo interno. Entretanto, a produção de gêneros alimentícios não se destinava apenas ao consumo da população regional, mas principalmente ao mercado da capital da

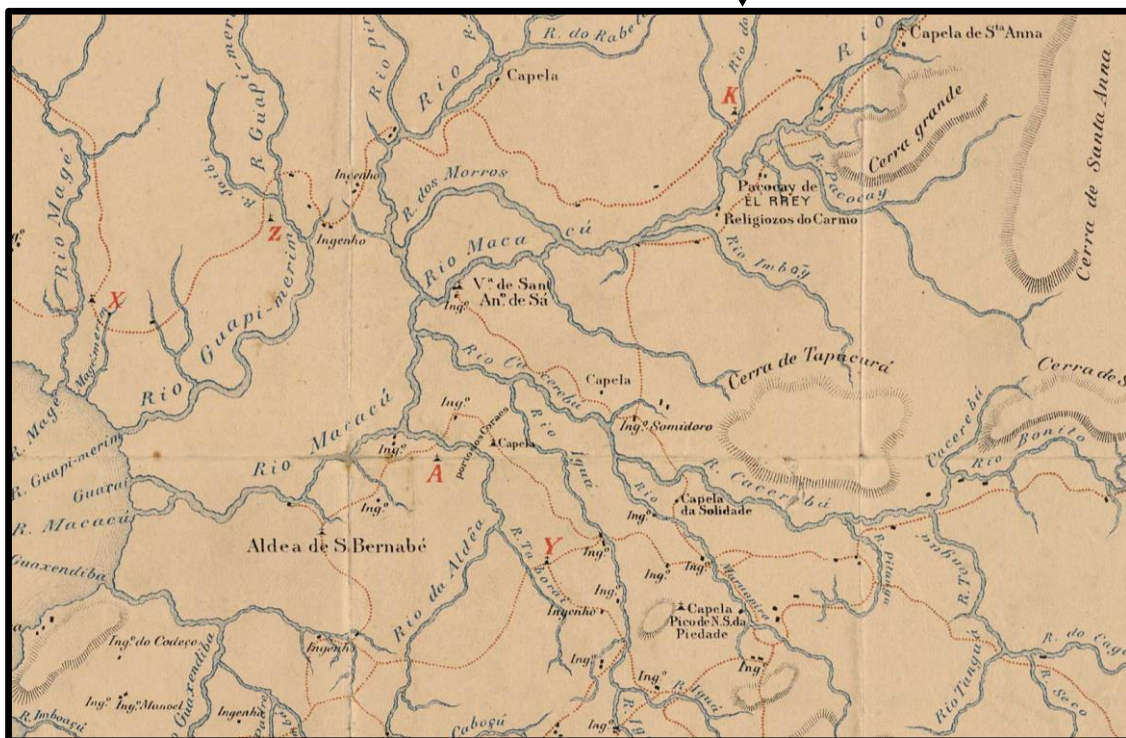
² Fonte: *Discripção do que contem o Districto da Villa de Santo Antônio de Sá de Macacú*, feita por ordem do Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde de Resende (1797). Versão fac-similar. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 161, doc. Nº 12071.

província, caracterizando a região como o mais importante produtor de cereais do Recôncavo (AMANTINO E CARDOSO, 2008; CARDOSO, 2009).

A Freguesia de São João de Itaboraí surgiu em 1696 como um povoado ligado à Vila Santo Antônio de Sá. Sua origem está vinculada à capela de Nossa Senhora da Conceição, edificada nas margens do rio Iguá, em 1627, em torno da qual o povoado se desenvolveu. Um decreto de 15 de janeiro de 1833 conferiu a essa freguesia o título de Vila de São João d'Itaborahí e a desmembrou de Santo Antônio de Sá.



Baixada da Zona do Litoral da Bahia do Rio de Janeiro. Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, 1767. Fonte: BN Digital cart268950



Detalhe do mapa Baixada da Zona do Litoral da Bahia do Rio de Janeiro. Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, 1767. **A**: Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Tambi; **Y**: Freguesia de Nossa Senhora de São João de Taboray e Tapacorá; **X**: Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magé e **Z**: Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapi-mirim.

A partir do século XVIII a Vila de Santo Antônio de Sá desenvolveu-se ainda mais, com o aumento do número de engenhos, do contingente de escravos e de homens livres, de habitações e de portos. No século XIX, a vila de Santo Antônio de Sá contava com mais de 1.500 km² de superfície, uma vila, seis freguesias, igrejas matrizes e 17.329 habitantes, sendo 8.371 livres e 8.958 escravos e 2.085 “fogos” (*Discripção*[...], 1797; (GUZZO, 1999). Produzia açúcar, aguardente, farinha, feijão, milho, arroz, comerciava madeira serrada e falquejada, lenha e carvão. Os rios principais, Macacu, Caceribu, Guapimirim, Guapiaçu e o d’Aldeia, serviam à navegação, que transportava as mercadorias até a baía e através dela à cidade do Rio de Janeiro. A importância de Santo Antônio de Sá intensificou-se ainda mais com a produção cafeeira que, por sua vez, teve como consequência o aumento da mão de obra escrava. Nesse período, estão também ocupados os sítios **Aldeia do Iri e Macacu II, além de Caceribu, Coqueiros, São Barnabé, Macacu III, Macacu IV, Cachimbo, Caminho, Corte, Nascente I, Nascente II, Nascente III e Morro Redondo**, os quatro últimos formando um conjunto bastante representativo da produção açucareira e oleira local. Em alguns desses sítios, **Aldeia do Iri, Macacu I, Macacu II, Caminho, São Barnabé, Morro do Sol**, e especialmente **Macacu IV**, a diversidade nos padrões decorativos com influência africana, seja nos cachimbos, seja na cerâmica local, indica o crescimento da população de escravos procedentes da África (*Discripção*[...], 1797; GASPAR,2013).

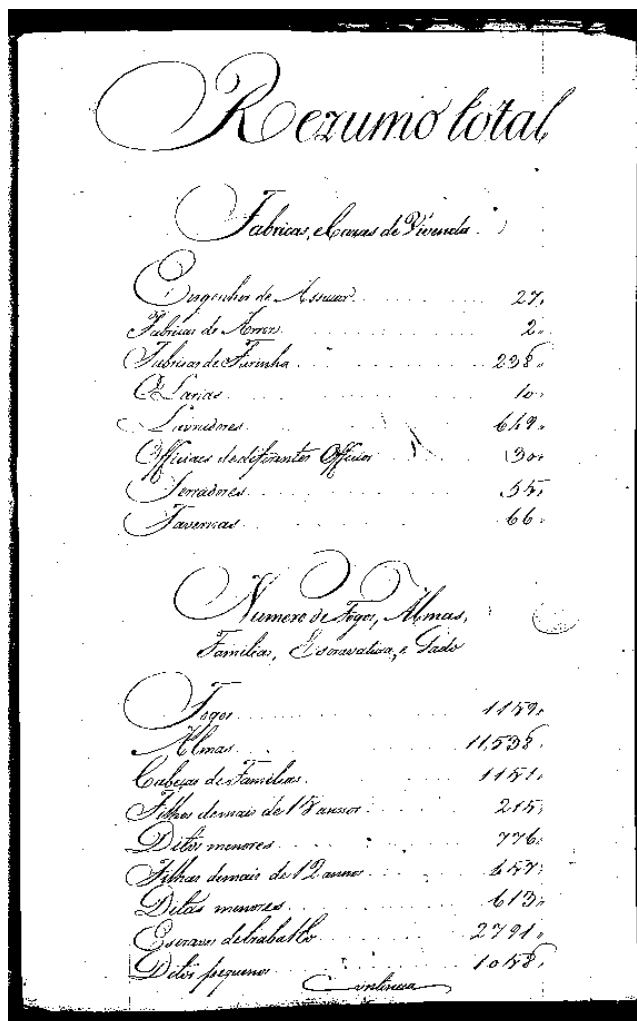
O manuscrito *Discripção do que contem o Districto da Villa de Santo Antônio de Sá de Macacú, produzido em 1797*, apresenta o perfil socioeconomico da Vila de Santo Antonio de Sá, por meio de um levantamento detalhado. Segundo este documento, a Vila possuía:

Fábricas e Casas de Vivenda

Engenhos de Açúcar	27
Fábricas de Arroz	2
Fábricas de Farinha	238
Olarias	10
Lavradores	649
Oficiais de Diferentes Ofícios	30
Serradores	55
Tavernas	66

**Número de Fogos, Almas,
Famílias, Escravatura e Gado**

Fogos	1.159
Almas	11.538
Cabeças de Famílias	1.151
Filhos de mais de 18 anos	215
Ditos menores	776
Filhas de mais de 12 anos	657
Ditas menores	613
Escravos de Trabalho	2.791
Ditos Pequenos	1.058
Escravas de Trabalho	2.064
Ditas Pequenas	914
Agregados	401
Bois	1.821
Vacas	1.186
Novilhos	590
Carneiros e Ovelhas	855
Cavalos	839
Bestas Muares	565
Potros	32



Rendimento Anual	
Arrobas de Muar	28.795
Pipas de Aguardente	582
Alqueires de Farinha	71.111
Ditos de Goma	127
Ditos de Feijão	3.676
Ditos de Arroz	19.269
Ditos de Milho	6.672
Telhas	88.000
Tijolos	179.000
Dúzias de Táboas	1.109
Ditas de Cassoeira	18
Ditas de Vigas	45
Ditas de Frexaes	113
Ditos de Pau de Prumo	145
Ditas de Pernas Faz	37
Dúzias de Caibros	11
Ditas de Curvas	6

Rendimento Anual

<i>Arrobas de Muar</i>	<i>28.795</i>
<i>Pipas de Aguardente</i>	<i>582</i>
<i>Alqueires de Farinha</i>	<i>71.111</i>
<i>Ditos de Goma</i>	<i>127</i>
<i>Ditos de Feijão</i>	<i>3.676</i>
<i>Ditos de Arroz</i>	<i>19.269</i>
<i>Ditos de Milho</i>	<i>6.672</i>
<i>Telhas</i>	<i>88.000</i>
<i>Tijolos</i>	<i>179.000</i>
<i>Dúzias de Táboas</i>	<i>1.109</i>
<i>Ditas de Cassoeira</i>	<i>18</i>
<i>Ditas de Vigas</i>	<i>45</i>
<i>Ditas de Frexaes</i>	<i>113</i>
<i>Ditos de Pau de Prumo</i>	<i>145</i>
<i>Ditas de Pernas Faz</i>	<i>37</i>
<i>Dúzias de Caibros</i>	<i>11</i>
<i>Ditas de Curvas</i>	<i>6</i>

Classe Eclesiástica	
Freguezias	4
Convento	1
Capelas	8
Oratórios	20
Vigários	4
Coadjuutores	3
Frades	11
Donatos	2
Clérigos	13
Escravos do Convento	21
Aulas Régias	
Das Primeiras Letras	1
De Gramática	1
Tribunais	
Casa da Câmara	1
Juízes Ordinários	2
Ditos de Órfãos	1
Tabeliães	2
Escrivãos	2
Lavradores	1
Rábula	2
Rendeiros	1
Alcaides e mais officas de justiça	9

Declar. do Cabido 11
Ditos de Conventos 2

Classe Eclesiástica

Freguezias 4
Conventos 1
Capellas 8
Oratorios 20
Vigarios 4
Coadjuutores 3
Frades 11
Donatos 2
Clérigos 13
Escravos do Convento 21

Aulas Régias

Das Primeiras Letras 1
De Gramatica 1

Tribunais

Casa da Camara 1
Juizes Ordinarios 2
Ditos de Orfaos 1
Tabelliaes 2
Escrivaos 2
Lavradores 1
Rabula 2
Rendeiros 1
Alcaides e mais officas de justiça 9

Continua

Aldeias	
Aldeias de Índios	1
Diretor	1
Índios de maior a menor inclusas as fêmeas	430
Rios e Lagos e Serras	
Rios navegáveis	16
Ditos que não premitem navegação	5
Riachos navegáveis	5
Ditos que não premitem navegação	43
Lagos mais notáveis	6
Serras mais notáveis inclusos os grandes montes	32
Terço de Infantaria Auxiliar	
Estado Maior	
Sargento Mor e Comandante	1
Ajudantes	2
Cirurgião Mor	1
Furriel Mor	1
Capitão de Campanha	1
Tambor Mor	1
Capitães	10
Tenentes	10
Alferes	10
1º Sargento	10
2º Sargento	10
Porta Bandeiras	10
Cabos	40
Tambores	10
Soldados	454

Comandante 2.
Sobrado 1.
Residência 2.
Residência 1.
Aluguel e mais Officinas de Indios 9.
Aldeias.
Aldeias Indias 1.
Porteiros 1.
Indios de maior a menor inclusos as fêmeas 430.
Rios, Lagos, e Serras.
Rios navegáveis 16.
Ditos que não premitem navegação 5.
Riachos navegáveis 5.
Ditos que não premitem navegação 43.
Lagos mais notáveis 6.
Serras mais notáveis, inclusos os grandes montes 32.
Terço de Infantaria Auxiliar
Estado Maior
Sargento Mor e Comandante 1.
Ajudantes 2.
Cirurgião Mor 1.
Furriel Mor 1.
Capitão de Campanha 1.
Tambor Mor 1.
Capitães 10.
Tenentes 10.
Alferes 10.
1º Sargento 10.
2º Sargento 10.
Porta Bandeiras 10.
Cabos 40.
Tambores 10.
Soldados 454.
Continua

Terço das Ordenanças	
Capitão Mor	1
Sargento Mor	1
Ajudantes	2
Cirurgião Mor	1
Capitão de Campanha	1
Capitães	10
Tenentes	10
Alferes	10
1º Sargento	10
2º Sargento	10
Porta Bandeiras	10
Cabos	40
Soldados	663

Capitães	10
Tenentes	10
Alferes	10
1º Sargento	10
2º Sargento	10
Cirurgião Mor	10
Capitão de Campanha	10
Cabos	40
Tambores	10
Soldados	663

Terço das Ordenanças

Estado do Rio de Janeiro

Capitão Mor	1
Sargento Mor	1
Ajudantes	2
Cirurgião Mor	1
Capitão de Campanha	1
Capitães	10
Tenentes	10
Alferes	10
1º Sargento	10
2º Sargento	10
Cirurgião Mor	10
Capitão de Campanha	10
Cabos	40
Soldados	663

Devido à relevância socioeconômica alcançada pela vila, em 1835, São João d'Itaborahí disputou o título de capital da província do Rio de Janeiro, perdendo para Vila de Praia Grande. Documentos de 1845 retratam seu destaque no cenário da província descrevendo a beleza de suas igrejas e os refinados gostos de sua população para a música e para a dança. O apogeu de sua prosperidade econômica ocorreu no começo do Segundo Reinado (1840-1889), sendo uma das regiões fluminenses mais prósperas até 1860.

Contudo, enquanto a freguesia de São João de Itaboraí via chegar a prosperidade econômica, a Vila Santo Antônio de Sá atravessava a primeira metade do século XIX sofrendo com os males impostos pelas febres que assolaram a região, principalmente entre os anos 1829 e 1830. Construída entre as águas da Baía da

Guanabara e os paredões da Serra dos Órgãos, sobre terrenos baixos e alagadiços ideais para a proliferação de várias doenças tropicais endêmicas, os rios configuravam importantes estradas para a comunicação e o comércio. As enchentes e os inevitáveis alagamentos eram parte do cotidiano das populações do Vale do Macacu que encontraram formas de se adaptar a essa situação e, mesmo assim, fazer a Vila prosperar. Entretanto, a implantação da Estrada de Ferro de Cantagalo em 1860, ligando Porto das Caixas a Cachoeiras de Macacu, com o objetivo de escoar o café das regiões de Cantagalo e Friburgo, acabou ocasionando a decadência do transporte hidroviário e, por consequência, afetou também a economia da região, pois a ferrovia era o meio mais vantajoso para o transporte de pessoas e produtos.

O Convento de São Boaventura

A existência da Vila de Santo Antônio de Sá, segundo Lamego (2007:197), *foi um milagre da pertinácia do colonizador em sua luta contra o brejo*. A região do entorno da Vila era péssima devido às vastas áreas alagáveis ao longo do Rio Macacu. Porém, sua elevada importância fez com que, em 20 de novembro de 1649, os franciscanos dessem início às obras de uma casa provisória que, mais tarde, transformou-se no Convento de São Boaventura.

A construção do Convento de São Boaventura teve início em 1649 e foi concluída em 1670. Novas obras ocorreram no final do século XVIII, quando o convento foi reconstruído. Seminário da Ordem Franciscana, em 1761, o convento recebeu José Mariano da Conceição Veloso, o Frei Veloso, encarregado pelo vice-Rei do Brasil de fazer viagens filosóficas pela província do Rio de Janeiro para recolher espécies animais, vegetais e minerais. Estas viagens, ocorridas entre 1783 e 1790, forneceram o material botânico que viria a ser incluído na sua obra maior, a *Florae Fluminensis*.

A área onde hoje se assentam as ruínas do Convento de São Boaventura representou um espaço articulador de trocas e contatos culturais entre os ocupantes nativos, europeus e africanos. Os vestígios arqueológicos são indicadores dessas sucessivas e, muitas vezes, concomitantes ocupações de diferentes grupos culturais que tiveram início antes dos primeiros momentos da colonização europeia do Rio de

Janeiro e testemunham a riqueza do patrimônio arqueológico e histórico da região (GASPAR, 2013).



Convento de São Boaventura. Foto: Beto Barcellos

Porto das Caixas

O Porto das Caixas localizava-se à margem direita do Rio d'Aldeia que, juntamente com o Rio Macacu, compunha parte da malha hidroviária da região e mantinha relações socioeconômicas diretas com o Rio de Janeiro. Millet de Saint-Adolphe (1845:351-352), assim descreve o porto:

[...] admite com favor da maré barcos e lanchas, e é o depósito mais considerável das caixas d'assucar, bem como das saccas de café que vem por terradas cabeceiras do rio Macacú, ou das fazendas do districto que ficãoem distância de 8 para 10 legoas. Os machos que vem com carga dos districtos de Cantagallo e do da Nova Friburgo, são de ordinario encaminhados para esse porto, tanto por ser o mais vizinho, como por serem mui activos e dados ao commercio os habitantes d'elle, os quas em todas as marés, quer seja de dia, quer de noite, despachão um grande número de barcos para o Rio-de-Janeiro.

O povoado que se formou em torno do Porto das Caixas ergueu a igreja de Nossa Senhora da Conceição em 1718, dependente da matriz da Vila de Itaboraí, e em 1843 abriu a escola de primeiras letras de meninos. O desenvolvimento econômico da região onde hoje está assentado o município de Itaboraí, também, pode ser mensurado pelo intenso fluxo comercial do Porto das Caixas que escoava a produção agrícola local e circunvizinha, recebendo a produção de Itaboraí, Santo Antônio de Sá, Friburgo, Parte de Cantagalo, Rio Bonito, Saquarema, Maricá e Capivary, além de atender ao trânsito de pessoas. Após 1800, firmou-se como um entreposto comercial e tornou-se um dos portos mais importantes da Província do Rio de Janeiro no século XIX.

As Febres do Macacu

Com a introdução da lei Eusébio de Queirós, em 1850, proibindo o tráfico de escravos para o Brasil, a diminuição da mão de obra nas fazendas desencadeou uma crise econômica. Esse fato, aliado à insalubridade, reduziu as áreas ocupadas por grandes plantações. O abandono das terras, a maior parte delas já bastante exaurida, favoreceu as erosões provocando a obstrução dos rios que cortam quase toda região, alagando-a. Com o aumento dos alagadiços vieram as já citadas epidemias de malária e cólera. Conhecidas como as “Febres do Macacu”, doenças que mataram muitos habitantes da Vila de Santo Antônio de Sá e das freguesias de sua jurisdição, principalmente em função da geografia local, com grandes áreas alagadiças e manguezais. A devastação causada foi tão grande que chegou a atingir os frades do Convento São Boaventura, entre eles os que cuidavam de enfermos acometidos pelas febres. Os moradores que podiam fugiam assustados, o que também fizeram os poucos frades que permaneceram no convento, deixando-o completamente abandonado. Nesse cenário, na década de 1830, os vereadores da Vila buscaram refúgio na freguesia de São João de Itaboraí, ocasionando também a transferência da Câmara e da Justiça para esta freguesia devido ao flagelo e suas consequências. Diante desse quadro, em 1875, um Decreto Provincial transformou a antiga sede da Vila de Santo Antônio de Sá em um distrito de Itaboraí.



Mapa de Reconhecimento do Rio Queceribu entre o Rio Macacu e o aterrado do Tipotá, de 1855. Este mapa mostra alguns dos canais projetados para o escoamento das águas insalubres.

Fonte: BN Digital cart534306

A Vila de Santo Antônio de Sá voltou a ser povoada em torno de 1837, quando foi instalada a escola de primeiras letras, uma corporação da Guarda Nacional e um colégio eleitoral. A princípio, a vila ocupava um vasto território, mas devido aos diversos desmembramentos para a formação de novos distritos ficou restrita às freguesias de Santo Antônio de Sá, São Barnabé, São José e de Trindade.

Neste período, a economia agrária girava em torno da produção dos engenhos – açúcar e aguardente e, além da farinha de mandioca, também se colhiam arroz, milho e feijões. O comércio atuava na venda, principalmente, de madeira de construção e lenha, bem como carvão, café e açúcar para a cidade do Rio de Janeiro.

Em 1890, Itaboraí foi elevada à condição de Cidade e atualmente, seu território integra os seguintes distritos: Itaboraí, Cabuçu, Itambi, Porto das Caixas e Sambaetiba. Desde o princípio da colonização europeia, ainda como freguesia, sua economia agrária, além da exploração de madeira, foi marcada pelo plantio da cana de

açúcar, do café e de produtos básicos para a alimentação, como a mandioca e o milho. O cultivo da laranja, no início do século XX, também teve forte significado, fazendo com que o município ficasse conhecido como a terra da laranja, com sua produção então destinada a abastecer o mercado europeu.

A Vocação Oleira

Dentre as freguesias da Vila de Santo Antônio de S , Itaboraí caracterizou-se como um importante centro de produção cerâmica. Assim como em todo o Vale do Macacu, a produção oleira foi proporcionada pela grande concentração e variedade de argilas, além da disponibilidade de madeiras para alimentar os fornos das olarias contribuindo para o aumento da produção. É importante destacar que os primeiros a reconhecerem a qualidade da argila do Vale do Macacu foram os nativos Tupi que já produziam cerâmicas em sua região de origem e que souberam aproveitar essa m teria prima para confeccionar, por exemplo, panelas, tigelas e grandes urnas funerárias.

A tradição do uso da cerâmica atravessou diferentes ocupações estabelecidas na região. Durante as pesquisas arqueológicas realizadas em Itaboraí, foram recuperados vários utensílios e fragmentos de artefatos feitos com argila, compondo um acervo de peç as criadas pelos vários grupos sociais que ali se estabeleceram, com diversos tipos de decoração, estilo, composição e função. Entre estes artefatos estão os vasilhames de argila feitos pelos grupos Tupi, os artefatos nativos contendo traços que reportam   influência da cultura europeia, os cachimbos atribuídos aos vários grupos de africanos, utensílios para armazenamento e manufatura de produtos agrícolas, principalmente os provenientes da cana de açúcar, além de material construtivo, como telhas e tijolos.

A extração de lenha era uma atividade significativa para garantir a produção das olarias. Alguns proprietários mantinham reservas florestais próprias para abastecer suas indústrias. De acordo com o manuscrito *Discripção do que contem o Districto da Villa de Santo Antônio de S  de Macacú*, a produção oleira alcanç o um vulto considerável, atribuindo à vila a produção de 88.000 telhas e 179.000 tijolos no ano de 1797.

Em função da qualidade e da diversidade de sua argila, a vocação oleira sempre esteve presente no conjunto das atividades econômicas da Vila Santo Antônio de Sá. Com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, o crescimento da cidade do Rio de Janeiro favoreceu a expansão das olarias. O aumento do número de construções urbanas na então capital da colônia impulsionou o mercado de telhas e tijolos que atendia a demanda de desenvolvimento da região, bem como às necessidades da capital da província.

A detailed line drawing of a coastal scene, likely a harbor or port. In the foreground, several large, multi-masted sailing ships are docked at a pier. The ships have intricate rigging and are surrounded by smaller boats and figures. In the background, there are more ships, buildings, and a landscape with trees and hills. The drawing is rendered in a simple, sketchy style with fine lines and cross-hatching for shading. The overall scene depicts a busy maritime hub.

Capítulo 10

São Gonçalo

O território, que hoje compreende o município de São Gonçalo, foi ocupado antes da chegada dos colonizadores europeus por grupos de sambaquieiros, identificados através da localização de sambaquis, como o da Ilha do Pontal (BELTRÃO, 1969¹), o Zé Garoto (KNEIP e AGUIAR, 1991²) e o da Praia da Luz (NAJJAR *et al.* 2007³), seguidos pelos nativos Tamoios, cuja presença se estendia desde Cabo Frio até Angra dos Reis.

Os nativos tupi, além de pescadores e caçadores, caracterizavam-se pela vocação guerreira e por fixarem suas moradias, principalmente, no litoral, incluindo neste contexto a destreza no manejo de canoas (MATA & MOLINA, 1995). No século XVI, início da colonização de São Gonçalo, os Tamoios foram expulsos pelos Temiminós que passaram a ocupar a área. Mas, com a distribuição das primeiras sesmarias os Temiminós perderam a soberania sobre essa região, que passou a ser ocupada pelos primeiros colonizadores europeus.

Entre os beneficiados com a cessão de terras, estavam Diogo da Rocha, sobrinho de Mem de Sá, governador do Rio de Janeiro, Pedro Martins Namorado, primeiro juiz da mesma província, Sebastião Lourenço, Antônio Rodrigues de Almeida e José Adorno, este, um profundo conhecedor de técnicas de plantio de cana. Entretanto, um dos mais importantes sesmeiros da região foi Gonçalo Gonçalves que, em 6 de abril de 1579, fundou São Gonçalo. Suas terras tinham *1000 braças de largo e 1500 de comprido*, onde foi erguida a capela em louvor a São Gonçalo do Amarante, no início do século XVII (MATA & MOLINA, 1996), que era seu pseudônimo, e que seria homenageado no próprio nome da cidade.

Pesquisadores acreditam que o local da construção da capela tenha sido onde, hoje, encontra-se a Igreja Matriz de São Gonçalo. No entanto, existem relatos de que a primeira capela tenha sido erguida às margens do Rio Guaxindiba. Porém ainda não foram localizados vestígios de sua existência. Cumpre notar que a Igreja da Matriz de São Gonçalo do Amarante, fundada em 1645, passou por várias reformas. Monsenhor Pizarro (1945: 21 e 22) menciona a construção da capela pelo sesmeiro:

¹ Nome do pesquisador e ano do registro do Sítio Arqueológico Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN.

² Idem 1

³ Idem 1

Na capela fundada por Gonçalo Gonçalves, e dedicada a São Gonçalo, criou o mesmo o prelado a 4ª paróquia, correndo o dia de 22 de janeiro de 1645, que o alvará de 10 de fevereiro confirmou sob o título de igreja de Guaxindiba.

Mata & Molina (1995), pesquisadores do desenvolvimento da região no século XVI, citam algumas aldeias como originárias de São Gonçalo: a de Itaoca, Morgoniaçu e Mutuá. Sendo a primeira destas alocada na ilha de mesmo nome e que fez parte do primeiro lote de sesmarias doadas naquela localidade, cujo beneficiário foi Antônio Rodrigues de Almeida, morador da capitania de São Vicente. O referido sesmeiro recebeu suas terras em 1565.

Os autores destacam as atividades econômicas empreendidas na época, como a extração de Pau-Brasil, a produção de açúcar e o plantio de laranjas, além de listarem os limites geográficos da região: a Ponta Curumuré, margeando o Maruí, Barreto e Neves; a Ponta de Ubiraém, descrita por Gabriel de Soares, beirando Paiva e o Rio Brandoa; a Ponta de Mutumgabo ou Matagabo, a chamada Ponta do Barbalho no século XVII; e o Rio Suasunhão, limítrofe de Itaoca.

Os jesuítas também ocuparam a região no começo do século XVII, fixando-se longe do litoral nas margens dos rios Cabuçu e Imboaçu, e instalaram uma fazenda na zona conhecida como Colubandê, situada às margens da atual rodovia RJ-104, vendida, em 1617, a Duarte Ramires de Leão. Os principais engenhos do século XVII foram os de Colubandê e o de Nossa Senhora da Luz. Tombada em 1940, a sede da fazenda Colubandê apresenta a casa grande e a senzala. No terreno ao lado, ergueu-se a Igreja de Sant'Ana, tombada em 1939, e que ainda guarda azulejos portugueses. Atualmente, todo o complexo abriga o Batalhão Florestal e de Meio Ambiente da Polícia Militar.



Fazenda do Colubandê

Disponível em: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/fazenda-do-colubande>>

Na Fazenda da Luz, no século XVII, foi erguida uma capela que leva o nome do engenho, construção tombada pelo Município em 11 de dezembro de 1985, pela Lei nº.101. Reznik e Gonçalves (1999:11) citam a Capela da Luz como um dos primeiros elementos simbólicos de identificação do município e marcante na fundação da freguesia:

Tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, a Capela da Luz, como hoje é denominada, é uma das mais antigas do Brasil. Um dos monumentos da ocupação e do povoamento realizado por colonizadores e colonos, na baía de Guanabara, no decorrer do século XVII. Coincidentemente, a data provável da primeira missa na Capela da Luz, 1647, é a mesma que a da criação da freguesia de São Gonçalo do Amarante.

Em 1646, a sesmaria pertencente a Gonçalo Gonçalves foi alçada à categoria de paróquia, onde a localidade sede ocupava uma área de 52Km², com aproximadamente seis mil habitantes, sendo transformada em freguesia. A sede da sesmaria foi posteriormente transferida para as margens do Rio Imboçu, local da construção da segunda capela. O conjunto de marcos históricos remanescentes do século XVII, que remetem ao passado colonial em São Gonçalo, abrange a Fazenda Nossa Senhora da Boa Esperança (Ipiíba) e a propriedade do capitão Miguel Frias de Vasconcelos (Engenho Pequeno). Ressalta-se ainda a capela de São João que foi erguida pela Companhia de Jesus, composta por duas torres e um frontão.

Em 1860, a produção de açúcar de 30 engenhos era exportada através dos portos de Guaxindiba, Boaçu, Porto Velho e Pontal de São Gonçalo. Destacam-se as

fazendas do Engenho Novo e Jacaré (1800), o Cemitério de Pachecos (1842) e a propriedade do Conde de Baurepaire Rohan, na Covanca (1820).

O município de São Gonçalo surgiu da fragmentação da Vila Real de Praia Grande, em 1890, quando constituía uma freguesia da referida Vila e caracterizava-se pelo caráter rural e pela forte presença de escravos de descendência africana.

As antigas fazendas são fundamentais para a compreensão da configuração espacial do município de São Gonçalo, o que ficou evidenciado, por exemplo, na documentação referente as *Relações das Fazendas Situadas e Confrontadas ao Mar* (AN,V.36, 1930:288), que lista as principais fazendas da região no início do século XIX: Fazenda de Neves , com porto da Maré e Olaria, propriedade de Antônio Francisco Leal; Fazenda Porto da Vala, com porto, propriedade de do alferes Antônio da Silva; Fazenda Porto Velho, com pasto, porto e cais, propriedade do capitão José Dias de Castro, Fazenda Ponte de São Gonçalo, propriedade de dona Paula Hermenegilda, mas alugada ao padre Domingos Dias; Fazenda Porto Novo; Fazenda Porto da Pedra; Fazenda da Olaria; Fazenda do Imbuaçu; Fazenda da Bandeira; Fazenda de Nossa Senhora da Luz; Engenhos de Viçosa; e Fazenda da Caieira.

A Fazenda do Engenho Pequeno, cujo proprietário era o Capitão Miguel de Freitas de Vasconcellos, é um monumento de grande valor histórico para o Município. Lugar que foi palco de grandes acontecimentos, como as visitas do imperador Dom Pedro em suas visitas a São Gonçalo. Encontra-se hoje em bom estado de conservação, a Capela de Nossa Senhora da Conceição, anexa a esta fazenda, a antiga Nossa Senhora do Rosário.

Próximo à Capela de São João, que está localizada no Porto da Ponte bairro Gradim, às margens da Baía de Guanabara, existe uma gruta que pode ter sido local de extração de barro pelos nativos para a confecção de cerâmica. Existiram ainda outras fazendas e localidades relevantes para a constituição histórica da localidade: Itaitindiba, Várzea das Moças, Santa Edwiges, a Capela de Nossa Senhora do Desterro, em Ipiíba dos Malheiros, o Sítio dos Arcos, na Estrada da Conceição, bairro do Mutuá e a Fazenda do Jacaré, próximo ao Paraíso, de propriedade de Belarmino Ricardo Siqueira, o Barão de São Gonçalo.



Fazenda Santa Edwiges. Disponível em:
<<http://blog.clickgratis.com.br/ricardorochahistoriaeturismo1/427700/fazendas-historicas.html>>

Outro elemento importante para identificação da história da cidade no século XIX, foi a descrição realizada por Luccock (1942:204) de uma estrada que beirava o mar e, em seguida, adentrava pelo continente, que naquela época levava a São Gonçalo. A descrição do caminho mostrava que a região era bem cultivada e cheia de pequenas fazendas. Entretanto ao mencionar a igreja local, Luccock refere-se à construção religiosa como “velha e miserável”:

São Gonçalo acha-se localizado, em terreno montante, perto da extremidade norte da montanha de Caaraí. Uma Igreja velha e miserável que se ergue no meio da rua, dentro em pouco será sobrepujada por outra nova, já bastante adiantada, para depor em favor de seu arquiteto. Existem cerca de duzentas casas, das quais a maior parte pertence à gente dos Açores ou descendentes deles que, embora residindo em sítios, para ali vêm por ocasião das festas religiosas. São notavelmente civilizados e ordeiros, de tal maneira que fazem de lá dos locais mais agradáveis do país.



Prefeitura Municipal de São Gonçalo - década de 1920
Disponível em: <<http://www.territoriogoncalense.com/2012/05/viagem-no-tempo-em-sao-goncalo.html>>

São Gonçalo passou por diversas organizações políticas e territoriais, desde o início da colonização até 27 de dezembro de 1929, quando foi emancipada politicamente, pela Lei nº 2335. As mudanças em sua extensão continuaram acontecendo, porém, de forma mais tranquila. Em 1943, ocorreu uma divisão territorial no Estado do Rio de Janeiro e São Gonçalo perdeu o Distrito de Itaipu para o município de Niterói, restando-lhe apenas cinco distritos: São Gonçalo, Ipiíba, Monjolo, Neves e Sete Pontes. A década de 1940 foi também, um marco importante do início da instalação, em grande escala, de fábricas e indústrias, chegando este parque industrial a ser considerado o mais importante do Estado, o que lhe valeu o apelido de *Manchester Fluminense* (uma referência à cidade de Manchester, na Inglaterra, caracterizada pelo seu grande desenvolvimento industrial)⁴

⁴ Disponível em: <<http://www.saogoncalo.rj.gov.br/historia.php>>

Quadro Sinótico de São Gonçalo:

ANO	DIA/MÊS	IDENTIFICAÇÃO
1579	6 de abril	Sesmaria
1644	26 de outubro	Criação da Freguesia
1645	22 de janeiro	Freguesia (pedido de jurisdição)
1647	10 de janeiro	Freguesia (confirmação)
1819	10 de maio	Suspensão da condição de Freguesia; passa a distrito de Niterói
1890	22 de setembro	Elevação a Vila e Município
1890	12 de outubro	Instalação do Município
1892	08 de maio	Supressão do Município
1892	17 de dezembro	Restauração do Município
1922	20 de novembro	Elevação à Cidade
1923		Suspensão da condição de Cidade; retorno à condição de Vila
1929	27 de dezembro	Restauração da condição de Cidade

Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo

Disponível em: <<http://www.saogoncalo.rj.gov.br/historia.php>>



Pronto-Socorro municipal - década de 1920

Disponível em: <<http://www.territoriogoncalense.com/2012/05/viagem-no-tempo-em-sao-goncalo.html>>

Cabe dar destaque à presença de africanos a partir da colonização e de afrodescendentes na história de São Gonçalo, que recebeu um grande fluxo de entrada destes em seus portos. Casadei (1988) fez uma investigação histórica, utilizando fontes cartoriais como inventários e registros de óbitos para apresentar um panorama dessa influência nas áreas de Niterói e São Gonçalo.

A autora observou em suas pesquisas que em Itaipu, no ano de 1835, desembarcaram ilegalmente para serem escravizados o total de 187 africanos, procedentes de Angola, que vieram em uma embarcação classificada como brigue e denominada de “Aventureira”. Há relatos de que em Itacoatiara havia africanos contrabandeados, que foram capturados e colocados para trabalhar na Diretoria de Obras Públicas. A situação de tráfico de escravos tornou-se tão grave que coube a Jesuíno Lamego Costa, Chefe de Divisão, providenciar a construção de uma baleeira pela Companhia Ponta da Areia, para ajudar na repressão ao tráfico negreiro. Contudo, apesar do esforço, Casadei (1988) assinala que em Niterói havia depósitos humanos onde africanos eram vendidos como escravos, contrariando a lei de 7 de novembro de 1831.

Em 1835 ocorreu uma das maiores apreensões de africanos na então Vila Real da Praia Grande. Eram aproximadamente 500 pessoas que ficaram em armazéns da Armação, africanos capturados e vigiados por tripulantes ingleses em uma brigue uruguaia, chamada Rio de La Plat, que foi atacada e vários negros foram recapturados.

Ainda segundo Casadei (1988), Maximiliano José da Motta, Juiz de Paz do 1º distrito, relatou o roubo de 200 africanos por terra e mar. Em outro episódio, através da Câmara da Vila Real da Praia Grande, foi feita uma representação descrevendo ingleses maltratando negros vindos do continente africano. Os africanos que morriam eram enterrados, com a licença do Juiz de Paz, atrás da Armação em sepulturas de cinco pés de profundidade, entretanto antes de que houvesse um lugar onde eles pudessem ser dignamente enterrados, muitos foram atirados com pesos ao mar a ocasião da vazante. Há ainda relatos da Convivência cidadina dos negros, onde aparecem registros das funções que eles exerceram como bolineiros, carregadores, em órgãos públicos e marinheiros, esta última era realizada tanto por livres como por escravos. Além de desenvolverem muito bem o trabalho de remadores, conduzindo embarcações de um ponto a outro na baía de Guanabara, movimentando os escalares do Hospital marítimo de Santa Isabel. Os negros marinheiros recebiam da Câmara Municipal da cidade uma carta de exame para exercerem a profissão (Casadei, 1988:230):

Documentação de 7 de dezembro de 1854, assinado por Antônio Alves Ramos: 1º atestado – preto Raimundo, de nação Monjolo, escravo de Sr. José Narciso de Almeida, marinheiro nesta carreira há mais de 15 anos está no caso de obter carta de

exame da Ilustríssima Câmara Municipal dessa cidade. 2º atestado – preto Domingos de nação Benguela, escravo do Sr. João Gomes Viana, marinheiro há mais de 20 anos está no caso de obter carta de exame. 3º atestado – o preto Francisco de nação Mina, escravo do Sr. Antônio José Silva, marinheiro há mais de 30 anos está no caso de obter carta de exame⁵.

Entre os grandes proprietários de escravos, figurava o Barão de São Gonçalo, Belarmino Ricardo de Siqueira, que foi comerciante, comandante Superior da Guarda Nacional e amigo pessoal do Imperador, que visitava regularmente as fazendas do Barão em São Gonçalo, como noticiou o Jornal do Comércio de 7 de agosto de 1870. Segundo a documentação de inventário do 1º ofício, Belarmino tinha muitas posses, dentre as quais estavam a Fazenda Jacaré e a Fazenda Morro Grande em Araruama, mas sua principal propriedade era a Fazenda do Engenho Novo de São Gonçalo do Retiro, no distrito de Cordeiros. No porão da casa grande da Fazenda do Engenho Novo, escondeu-se o escritor Gonçalves Ledo, quando foi decretada a sua prisão por José Bonifácio de Andrada e Silva. O Barão, em 1873 possuía 103 escravos, incluindo uma orquestra de músicos formada por negros escravizados (CASADEI,1988).



Fazenda Engenho Novo

Disponível em: <<http://blog.clickgratis.com.br/ricardoroachahistoriaeturismo1/427700/fazendas-historicas.html>>

⁵ Arquivo da Câmara Municipal visitado por Casadei (1988).



Capítulo 11

Niterói

As primeiras ocupações do território que hoje compreende o município de Niterói estão associadas aos grupos de sambaquieiros. Segundo Kneip & Pallestrini (1981), o Sambaqui de Camboinhas é considerado o sítio arqueológico mais antigo do litoral do estado Rio de Janeiro, cuja datação corresponde a 7958 ± 224 AP. Além do sambaqui de Camboinhas, diversos pesquisadores identificaram outros sambaquis em Niterói, registrados no IPHAN como Sossego, Cafubá, Ilha do Cafubá, São Lourenço, Boa Vista, Chácara do Vintém, Duna Pequena e Duna Grande (mais tarde denominado como sambaqui de Itaipu), demonstrando que a área era intensamente ocupada muito antes da chegada do europeus.



Bloco testemunho retirado do sambaqui de Camboinhas onde estão presentes ossos de mamífero marinho, bem como artefatos líticos.
Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/nota/Artefatos-sambaquianos>>

A ocupação histórica da cidade de Niterói, desde a sua fundação até o século XIX, baseou-se em núcleos populacionais que se originaram nas proximidades das igrejas, que possuíam o poder político-administrativo e tinha grande responsabilidade

pela conservação da ordem social. Os principais povoados da época se originaram ao redor das Igrejas de São João de Carai, Nossa senhora da Conceição da Praia Grande, São Domingos, São Sebastião de Itaipu e São Lourenço dos Índios. Esses núcleos de povoamento eram contornados por grandes fazendas de cana-de-açúcar e com a expansão da produção, surgem pequenos povoados, com um grande número de engenhos. As fazendas acabaram por dar origem aos bairros, como Icaraí, Maruí, São Domingos, São Gonçalo, Jurujuba, Itaipu e Praia Grande (ARAÚJO, 2010).

Com as primeiras investidas dos europeus no litoral do estado do Rio de Janeiro, a ocupação histórica mais antiga do espaço que, atualmente, corresponde ao município de Niterói refere-se ao século XVI, mais precisamente em 1555, quando os franceses se instalaram na Baía de Guanabara, onde foram recebidos amistosamente por mais de quinhentos nativos (RAMINELLI, 2001).

Para o cuidado e guarda da Colônia portuguesa na América, havia o governador-geral do Brasil e o governador das capitanias. No período das invasões francesas, apoiadas pelos nativos Tamoios, Mem de Sá e seu sobrinho Estácio de Sá, colonizadores lusitanos que possuíam o apoio dos nativos Temiminós, com seu representativo e simbólico líder Arariboia, ocupavam respectivamente esses cargos.

Segundo Wehrs (1984:30):

[...] a costa do Brasil, entretanto, continuava a receber os corsários estrangeiros; mas somente por ocasião do governo de Duarte da Costa (1553-1558), segundo Governador Geral, ocorreu a grande e maciça invasão francesa, geralmente rotulada de Primeira, em 1555, e acontecida na Baía de Guanabara. [...] Vice-Almirante da Bretanha, Villegaignon teve a ideia de, na Guanabara, fundar uma colônia, chamada França Antártida, cuja a capital seria, Henriville, em homenagem a seu rei, Henrique II. [...] Villegaignon chegou à Guanabara em 10 de novembro de 1555. Os franceses tiveram tempo suficiente para se instalar e Villegaignon voltar à pátria, deixando em seu lugar, seu sobrinho Bois Le Comte. [...] Mem de Sá arrasou o forte instalado na Ilha de Serigipe, atual Villegaignon [...] Os franceses, que na fuga se haviam embrenhado nas matas voltaram com seus amigos e aliados tamoios uma vez passado o perigo, fixaram na Ilha Paranapuã e em Uruçu-Mirim. [...] onde recebeu a bordo índios tupiminós (termiminós), amigos dos portugueses, comandados por seu tuxaua Araribóia (Cobra Feroz, em português), já catequisado, e batizado com o nome do seu padrinho, Martim Afonso de Sousa.

Os portugueses vitoriosos na defesa de seus territórios, visando a prevenção de futuras invasões, e ainda sob governo de Mem de Sá, erigiram duas fortalezas na região de acesso dos estrangeiros à Baía de Guanabara, conhecida como “barra ou boca da Baía”, a Bateria de Nossa Senhora da Guia (hoje, Fortaleza de Santa Cruz, no município de Niterói) e a Bateria de São Teodósio (hoje, Fortaleza de São João, na cidade do Rio de Janeiro).



As setas indicam a Fortaleza de Santa Cruz e o Forte de São João. Projeto Resgate Barão do Rio Branco - Arquivo Histórico Ultramarino. Fonte: AHU_ACL_CU_017, Cx. 63, D. 6043.

Estácio de Sá foi premiado com vastas terras pela vitória sobre os franceses e o fim da França Antártica. Seu companheiro de luta e chefe nativo Arariboia foi igualmente presenteado com terras, a sesmaria onde nasceu a cidade de Niterói, além de um novo nome de batismo cristão, conforme relato a seguir:

[...] 1568 annos, aos dezesseis dias do mez de março do dito anno, n'esta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro "appareceu Martim Affonso, índio do gentio d'esta terra, e me apresentou uma petição [...]da qual petição o traslado é o seguinte: "Senhor - Diz Martim Affonso de Souza, homem nobre e dos principais homens de gênero terminimós, que mandando el-rei nosso senhor Estácio de Sá, que Deos tem, por capitão de sua armada, a conquistar e povoar este Rio de Janeiro [...] porquanto os gentios d'elle estavam em guerra e tinham em

seu favor os Francezes contra o estado real de Portugal, no que sua alteza era muito desservido, e que elle dito capitão Estácio de Sá dezejava repellir e castigar os contrários Francezes [...] trouxe muita gente sua de peleja, muitas armas e mantimentos, e ajudou a conquistar os inimigos e a povoar, e mandou sempre vir de sua terra muitos mantimentos e arma e gente, por lhe na guerra ser muita gente morta e diminuída, [...] Pede a V.S. lhe faça mercê de umas terras, que estão da banda de além, que foram de Antônio de Marins e estão defronte d'esta cidade, a saber: desde a Barreira Vermelha ao longo da água salgada, pelo rio acima, caminho do norte, e do nordeste uma légua, para que na dita terra faça seus lugares e fazendas. [...] No que receberá mercê. E tudo visto pelo dito sr. governador a petição do supplicante Martim Affonso de Souza [...] Dou a Martim Affonso uma légua de terra ao longo do mar e duas léguas para o sertão que tinha dado a Antônio Marins, assim e da maneira que as tinha dado e com as condições de sua renunciação, hoje 16 de março de 1568 annos¹

O prestígio de Arariboia foi notório, ganhou uma vestimenta de uso de Dom Sebastião, além do hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, o posto de Capitão-mor da aldeia de São Lourenço e a provisão de doze mil réis anuais. Este líder dos Temiminós é considerado o fundador da cidade de Niterói e veio a falecer em 1589, supostamente vítima de uma epidemia (MATA, 2006).

Os Temiminós instalaram-se na região elevada do Morro de São Lourenço, local de posição estratégica, litorânea e vista privilegiada para a Baía da Guanabara. Nesse local foi construída a primeira igreja de Niterói, a de São Lourenço dos Índios, localizada no outeiro homônimo. No largo em frente ao templo se localiza o Cemitério dos Caboclos, onde os nativos sepultavam os mortos (MATA, 2006).

¹ Transcrição literal, mantendo a grafia da época do texto *Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios da Província do Rio de Janeiro*, de Joaquim Norberto de Souza Silva. RIHGB v. 17, série 3, nº 14, p.275-281, Ano 1854, In: ABREU, Antonio Izaías Costa. **Municípios e Topônimos Fluminenses** – Histórico e Memória. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.



Igreja de São Lourenço do Índios, em Niterói
Disponível em: <<http://www.scielo.br/img/revistas/bgoeldi/v6n1/a06fig03.jpg>>

As terras de além mar, ou da margem da Baía de Guanabara, em frente do Rio de Janeiro, eram extensas: iam desde as posses de Antônio Mariz Coutinho às barreiras vermelhas (terrenos de argila vermelha característicos da região entre a Praia da Boa Viagem até a Ponta do Gragoatá). Antônio de Mariz era Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro e juntamente com sua esposa, Isabel Velha, confirmaram a doação das “terras de São Lourenço” com a escritura datada de 16 de março de 1568. O título da sesmaria passou a ser posse em caráter irrevogável, em benefícios dos índios².

Monsenhor Pizarro descreveu outras doações de sesmarias nessa região. Jácome Pinheiro recebeu 600 braças ao longo d’água e 800 para o sertão, na Praia Grande defronte da Laje, o que corresponde, atualmente, ao bairro de Icaraí. Cristóvão Monteiro e João Adorno compartilharam, século XVI, a doação de sesmarias em Piratininga com 400 braças ao longo da costa por 600 para o interior. Pizarro menciona, ainda, outros sesmeiros naqueles arredores, Pedro Martins Namorado, Diogo Braga, Pedro de Burgos e o já citado Antônio de Mariz (MATA, 2006).

² Informações também encontradas em Almanack commercial, administrativo, noticioso, industrial, mercantil e indicador de Nictheroy. Niterói, RJ : Typ. Salesiana do Collegio de Artes e Officios de Santa Rosa, 1888 (BN Digital).

A aldeia de São Lourenço, primeiro nome da hoje cidade de Niterói, foi fundada por Martim Affonso de Souza, o Arariboia, em 22 de novembro de 1573. Inicialmente, a renda da aldeia provinha dos foros das sesmarias e de atividades como a pesca e os roçados. O progresso da Freguesia de São Lourenço deveu-se ao aparecimento e ao desenvolvimento de engenhos produtores de açúcar, mandioca, fumo e outras culturas agrícolas em suas terras. Os nativos na Aldeia exerciam ofícios como comerciantes de cerâmicas, redes e cestarias, além de sapateiros, carpinteiros, calafetais e trabalharem no Arsenal da Marinha.



Trecho do mapa de Manoel Vieira Leão, *Plano da Cidade do Rio de Janeiro*.

Fonte: BN Digital cart309971

Casadei (1988) analisou documentos cartoriais e menciona que as famílias dos Temiminós possuíam escravos de diversas origens do continente africano, caçanjes, bantos, reboas, benguelas, cabindas e angolanos, entre outros. Os nativos eram proprietários, inclusive, de escravos de ganho. A autora descreve a presença de negros mina trabalhando em padarias, obras públicas do Governo, como no cemitério de Maruí, e como marinheiros. Os africanos de origem mina puderam também ser investigados a partir dos atestados de óbitos, do *Livro de Óbitos do Arquivo da Catedral de São João Batista* (de 1842 a 1888) e chama à atenção a recorrência de algumas causas de morte por doença, como por exemplo a tuberculose.

Nos documentos históricos existem, também, registros de inúmeras prisões de escravos realizadas pela autoridade pública justificando os “delitos” cometidos pelos negros. O Livro de Registros e Portarias possui exemplos de vários presos de procedência africana, como foi o caso da prisão por furto de escravos do negro mina Joaquim Antônio (CASADEI, 1988).

A orientação espiritual da aldeia coube aos jesuítas, dentre os quais figurava José de Anchieta. No Morro de São Lourenço, margeado por um mangue à sudoeste, foi erguida uma capela em homenagem ao mártir São Lourenço. Inicialmente a capela era de taipa, porém foi reconstruída algumas vezes, sendo a última obra, de que se tem notícias, realizada em 1769 e que compõe ainda a estrutura da igreja atual (MATA, 2006). Na Igreja de São Lourenço dos Índios aconteceram as primeiras apresentações teatrais do território fluminense, dirigidas por José de Anchieta. Em 1759, o Marquês de Pombal expulsou a Ordem dos Jesuítas das terras brasileiras, o que contribuiu para a decadência da Aldeia de São Lourenço, uma vez que os religiosos possuíam grande importância para administração da região.

Já no século seguinte, entre os anos de 1815 e 1817, a Aldeia recebeu a ilustre visita do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, que relatou:

Desembarcamos perto da Aldeia de São Lourenço e subimos uma pequena elevação por um caminho que atravessa o bosque escuro formado por lindas plantas...encontramos os moradores em suas choças, todos ocupados na confecção de louça de argila cinzenta – escura, que se torna vermelha após cozida de fogo. Eles fazem grandes vasos, somente com as mãos, sem o auxílio da roda e os alisam com a ajuda de uma pequena concha marinha, que umedecem na boca, jovens e velhos estavam sentados no chão de terra. Os homens trabalhavam a serviço do

Rei, nas embarcações. A maioria dessa gente ainda apresenta a forma genuína das feições dos índios, outros, entretanto, já revelaram ser mestiços. Depois dessas digressões, retornamos às silenciosas moradias em São Lourenço. [...] espaços intermediários preenchidos de barro fazem as paredes de choças, cobertas de folhas de coqueiros. As instalações das casas são muito simples. Esteiras deitadas sobre armações de paus, substituem as camas vez por outras vêem –se também redes, feitas de cordões de algodão comuns outrora nessas tribos. Todos eles vivem em parte de suas plantações de mandioca e milho (MATA,2006:35).

Mata (2006) mostra a queda do contingente populacional entre o final do século XVIII até meados do XIX, o que acarretou na extinção do povoamento de São Lourenço, em 1866, pelo governo provincial. A tabela a seguir apresenta o declínio de habitantes, em números, entre 1780 e 1849.

ANO	HABITANTES ADULTOS
1780	170
1820	200
1835	150
1844	106
1849	92

Com o fim daquela localidade, a população remanescente e maior de vinte anos recebeu um lote de terreno com o compromisso de ocupação e produção naquelas terras. Para regularizar o bom uso das terras pelos antigos moradores da Aldeia existiu, até 1880, a Inspetoria dos Terrenos do Extinto Aldeamento de Índios. Entretanto nos anos 1920, com a construção do Porto de Niterói, a área da enseada de São Lourenço foi aterrada para a construção de um cais, que corresponde ao atual bairro de Ponta d'Areia. Na parte baixa do bairro, encontra-se hoje a Rua São Lourenço, onde culminam a ladeira do outeiro e a primogênita Igreja. A Rua possui antigas construções, muitas das quais foram reformadas para fins comerciais. Atualmente, o Morro de São Lourenço também é conhecido como Morro da Boa Vista.

O florescimento de atividades econômicas na enseada de São Lourenço contribuiu para o desenvolvimento de áreas adjacentes: “o progresso que vinha do outro lado da Baía de Guanabara localizou-se na parte mais plana, mais fácil de ser alcançada por mar, e sem a necessidade de atravessar os terrenos pantanosos juntos à Enseada de São Lourenço. Assim surgiram os núcleos de São Domingos, Praia Grande, São João

de Icaraí, São Sebastião de Itaipu e São Gonçalo, todos acessíveis por via marítima e que lentamente foram-se desenvolvendo (MATA, 2006:33).

No ano da chegada da família real, em 1808, os povoadamentos de São Domingos e Praia Grande eram economicamente modestos. Luccock (1942), cronista inglês, descreve essas regiões como: *“lindas aldeias pequeninas, constituídas de um punhado de casitas dispersas e mergulhadas no seio da floresta”*. Anos mais tarde, o cronista menciona modificações na região, decorrentes da presença da Coroa no país: *“A praia é larga e orlada de pequeninas casas; o interior rico, embora arenoso, a região populosa; e, talvez nenhum dos pontos vizinhos da capital passou por tão vantajosas transformações”* (LUCCOCK, 1942:174).

No dia 10 de maio de 1819, Dom João VI consagrou à vila o antigo povoamento de São Domingos da Praia Grande, sob a denominação de Vila Real da Praia Grande. Os habitantes que lá residiam faziam parte dos remanescentes do povoamento de São Domingos e Praia Grande, além das freguesias vizinhas compostas por São João de Icaraí, São Lourenço dos Índios, São Sebastião de Itaipu e São Gonçalo, regiões que haviam sido desmembradas do termo da cidade do Rio de Janeiro (SOUZA,1993).



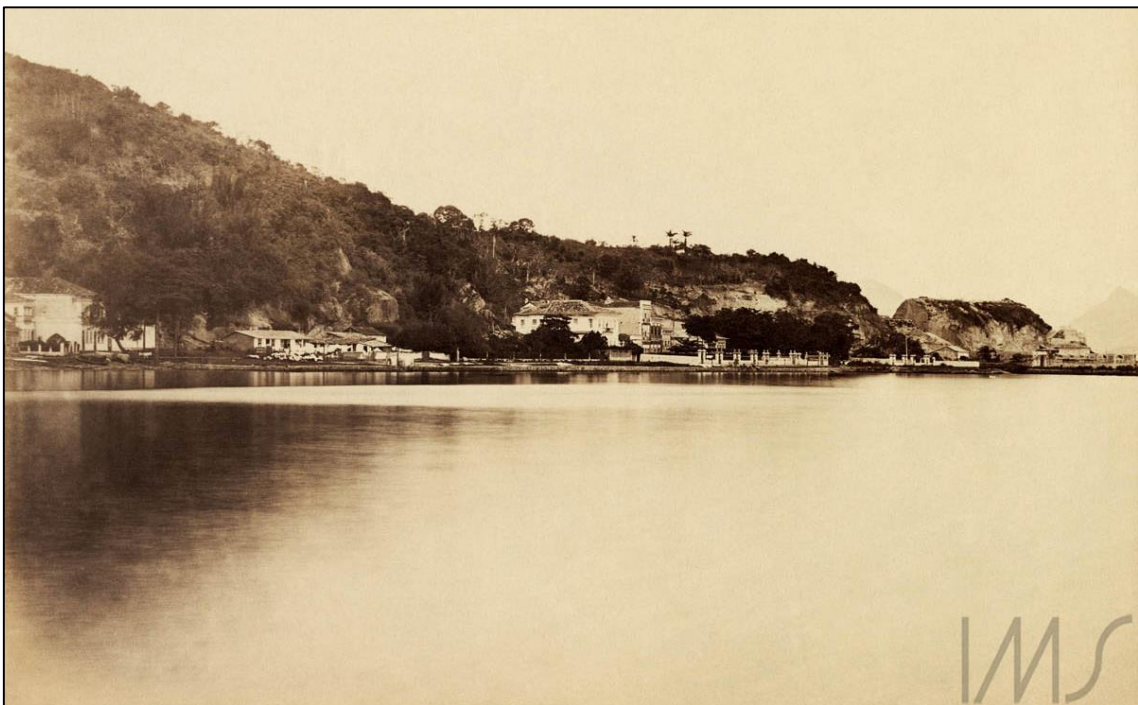
Vista tomada de Icaraí sobre a Baía da Guanabara, com um navio entrando na barra. À esquerda é visualizada a Fortaleza de Santa Cruz. Gravura atribuída a Hugo Calgan (século XIX). Disponível em: <<http://www.ims.com.br/ims/acervo/obra/3310>>



Entrada da Baía de Guanabara vista de Niterói. Foto de Marc Ferrez, 1890. Observar as semelhanças com a gravura atribuída a Hugo Calgan. Disponível em: <<http://www.ims.com.br/ims/acervo/obra/2448>>



Porto de São Domingos, Foto de Augusto Stahl em 1859.
Disponível em: <<http://www.ims.com.br/ims/acervo/obra/5699>>



Vista de São Domingos, Foto de Augusto Stahl em 1865.
Disponível em: <<http://www.ims.com.br/ims/acervo/obra/5704>>

Monsenhor Pizarro (1945:162) também descreveu as mudanças ocorridas no referido povoado: “*como acontece também aos sítios de São Domingos e da Praia Grande, em que a concorrência do povo tem feito levantar edifícios notáveis para habitação anual de numerosas famílias*”. Sobre a crescente população, Souza (1993:19) mostrou um quantitativo de 13 mil habitantes já na segunda década do século XIX nos povoados de São Domingos e Praia Grande.

A criação da Vila Real estava ligada à necessidade de uma maior organização administrativa, judiciária e econômica para o crescente contingente populacional da região. Souza (1993) mencionam outro ponto relevante para a existência da Vila, o “fator sentimental” do rei português pela região. D. João VI visitava regularmente a Praia Grande e alojava-se no Palacete de São Domingos. Posteriormente, o imperador D. Pedro II conservou esse palacete e adquiriu o Palacete da Praia Grande, onde havia residido a duquesa de Goiás.

Há, ainda, registros de que nessas localidades estiveram aquarteladas as tropas que ajudaram Portugal a dominar a Banda Oriental do Uruguai no século XIX (SOUZA,1993). Com a elevação da citada Vila foram criados os cargos de juiz de fora, sendo José Clemente Pereira, um dos que assumiu este cargo de magistrado nomeado pelo rei e que implantou significativas mudanças na região, com inspiração na planta urbanística do francês Arnaud.

O essencial, porém, para que existisse, de fato, a Praia Grande como vila, era que as ruas, as praças e os edifícios especificados no Plano, se tornassem realidade. Este conjunto de construções, uma vez executado, possibilitaria o aparecimento de casas de moradia, de estabelecimentos comerciais e de serviços públicos, que iriam dar vida e movimentando à vila que acabava de surgir. O início imediato das obras coube ainda à iniciativa de José Clemente Pereira, cujas “mãos”, segundo um dos seus biógrafos, “alinham e mediram ruas e praças” da Praia Grande. Em menos de um ano se realizaria a parte principal das obras. A Planta de Pallière incorporar-se-ia, para sempre, à própria vila (SOUZA, 1993:40).

Outra evidência do desenvolvimento e da consolidação da região foi a transformação da Vila Real da Praia Grande em sede da Província do Rio de Janeiro. Desde de então a antiga Vila passou a ser conhecida pelo denominação indígena que vigora até os dias de hoje: **Nictheroy** (SOUZA, 1993).

*Artigo Primeiro: A Vila Real da Praia grande, Capital da Província do Rio de Janeiro, é elevada à categoria de Cidade com a denominação de Niterói. / Artigo Segundo: Ficam igualmente elevadas à mesma categoria, a Vila de São Salvador dos Campos, com a denominação de Cidade de Campos dos Goitacazes, e a Vila da Ilha grande, com o nome de Cidade de Angra dos Reis. Dado no Palácio do Governo da Província do Rio de Janeiro, aos vinte e oito dias de março de mil oitocentos e trinta e cinco, décimo quarto da Independência e do Império.*³

A área da sede da Província do Rio de Janeiro era extensa no século XIX, abrangia além das demarcações da atual Niterói, o território que hoje configura o município de São Gonçalo (CASADEI, 1988). A estabelecida cidade no ano de 1835 recebeu o título de Imperial em 22 de agosto de 1841, no Decreto nº 93 rubricado pelo imperador D. Pedro II: *“Querendo honrar a Cidade de Nictheroy Capital da Província do Rio de Janeiro: Hei por bem conceder-lhe o título de - Imperial”* (Arquivo Nacional-PPRJ–CMI, v.II, DOC.215).

O título imperial e de capital da província significaram grandes mudanças para a cidade. Ainda em 1841 foi desenvolvido o Plano Taulois (1840-41), pelo engenheiro francês Pedro Taulois, nos bairros de Icaraí e Santa Rosa, durante o governo do Visconde de Uruguai. Consistia no traçado das ruas em forma de xadrez, ou seja, uma malha viária octogonal, com início na praia e término nas proximidades da Rua Santa Rosa. A malha viária facilitou a expansão de Icaraí que passou a ser conhecida como "Cidade Nova da Praia de Icaraí". Muitas dessas ruas só foram abertas depois de 1854 e receberam nomes de fatos históricos e de pessoas consideradas, à época, ilustres (ARAÚJO, 2010).

Muitas outras modificações foram realizadas no século XIX durante a urbanização de Niterói: o início da barca a vapor, que atendia à população primeiro pela Cantareira e Viação Fluminense (1835), depois pela Companhia de Navegação de Nictheroy (1862); novos meios de transporte como os bondes elétricos (1885) e a Estrada de Ferro de Niterói, ligando a Cidade com localidades do interior da Província como Nova Friburgo, Cantagalo, Rio Bonito, Porto das Caixas, Santo Antônio de Sá entre

³ Carta de nº 6 de março de 1835 que elevou a capital da província do Rio de Janeiro à categoria de cidade com nome de Niterói.

outros(1872); além da implantação do sistema de iluminação pública a óleo de baleia, lâmpões a gás e abastecimento de água (SOUZA, 1993).



Bondes elétricos da Companhia Cantareira e Viação Fluminense, das linhas “Santa Rosa – Viradouro e Cubango – Fonseca”; no desvio da Rua Santa Rosa⁴.

Em 1890, ocorreu uma fragmentação na área territorial de Niterói, quando houve a separação das freguesias de São Gonçalo, Nossa Senhora da Conceição de Cordeiro e São Sebastião de Itaipu, que passaram, então, a integrar o município de São Gonçalo. No início do século XX, a cidade de Niterói foi submetida a novas reformas urbanas: a inauguração da estação hidroviária, a construção do Palácio Arariboia, a reurbanização dos campos de São Domingos e de São Bento, a inauguração de novas estações dos Bondes elétricos e da Alameda São Boaventura e a ampliação da Rua da Conceição.

⁴ LOPES, Divaldo de Aguiar. Niterói, cerca de 1938. 1 fol., pcb, 9X14 cm. Acervo Iconográfico do Centro de História e Memória Fluminense, da Universidade Federal Fluminense. Biblioteca Central do Gragoatá.



Capítulo 12

Ilha do Governador

Breve Caracterização Ambiental

Fisicamente, a Ilha do Governador é a mais extensa dentre as ilhas existentes na Baía de Guanabara. Segundo o Projeto de Estruturação Urbana de 1979, possuía, aproximadamente, 33km², porém, o tamanho atual de sua superfície torna-se impreciso, uma vez que a região ainda passa por constantes processos de aterramento (IPANEMA, 2013:24-25), tanto que os dados de 2003 da Prefeitura do Rio de Janeiro mostram um tamanho maior para a Ilha, com uma área de 40km². Quanto ao relevo, trata-se de uma área montanhosa, com poucas superfícies planas. O ponto culminante é o Morro do Dendê, com 99m de altura. Nas partes elevadas da Ilha destacam-se também os atuais bairros do Jardim Guanabara, do Morro do Barão e do Morro da Cacuia.

Entre as elevações, as áreas que constituem vales apresentam caminhos antes percorridos por nossos antepassados. Ipanema (2013:25) afirma que nos vales, entre as elevações, estabeleceram-se os caminhos, as primeiras trilhas indígenas, certamente as que ainda hoje são percorridas: Estrada do Galeão, Avenida Paranapuã e Rua Cambaúba. Na parte Oeste da Ilha, destacam-se o Morro das Flecheiras e a área do Aeroporto do Galeão, que surge da desintegração de três antigas localidades: Carico, Limão e Engenho Novo.

A Ilha do Governador tem formação geológica análoga à área continental fluminense, ou seja, caracteriza-se pela presença de granitos e gnaisses. A propriedade montanhosa do relevo é típica da região da Guanabara, marcada por sua antiguidade geológica, conforme afirma Dias (2011:67-68):

Quem conhece o relevo da Guanabara sabe que ela ocupa uma grande depressão, sendo cercada por miríades de montanhas erodidas e baixas, tão constantes como as ondas do oceano, o que levou os geólogos a chamarem a região de “mar de morros”. Estas montanhas são testemunhas de um relevo muito antigo, tão antigo que seus minérios e rochas se decompuseram, formando um solo argilo-arenoso, rico em ferro – argila que constitui a matéria-prima das olarias.

Américo Pereira¹ assim descreve a estrutura física da ilha:

O aspecto physico da ilha é desigual e montanhoso. As suas costas são muito recortadas principalmente ao oriente e

¹ IHGB - Notação: 198, 4-5, nº 1-5.

entremeadas de pontas e angras com tamanha abundancia que hum circuito de mais de 20 milhas offerece aos grandes barcos ancoradouros perfeitamente abrigado.

A oeste as terras, em geral, formadas de gneiss cinzento, são mais baixas e interrompidas por importantes riachos, dos quaes os maiores são o da Grotta Funda e o córrego do Galeão, e por atoleiros e areas que se estendem pela ilha a dentro. As praias são largas e de acesso difícil; um simples braço de mar lodoso, onde se apontam ilhas, como a do Raimundo e as Canbêmba, as quaes se vão ligando entre si por meio de isthmos arenosos, e cujos canaes se tornam, cada vez mais, difficilmente navegáveis, separa a Governador dos pântanos de Irajá. Ahi se destacam a Ponta do Galeão, ao sul, e o Sacco de Itacolomy, ao norte. A praia do Galeão é ocupada pelos hangars e a Escola de Aviação Naval.

O litoral é um grande referencial da ocupação humana na Ilha. Praias como a Bica, Quebra-Coco, Ribeira, Bananal, Pitangueira, Dendê até a Ponta do Galeão e São Bento (Belo Jardim) são localidades que receberam grande fluxo populacional. Ipanema (2013) chama à atenção para as denominadas “pontas” regionais:

[...] pontas, muito presentes na toponímia da Ilha, são a de Tubiacanga, de Santa Cruz (pela localização da Fábrica de Tijolos), de Manguinhos (significativa por indicar a existência da vegetação), do Matoso, no extremo desse morro, da Cousa Má (assombração), Ribeira, Tiro, Quilombo e Grossa, fazendo o circuito ao contrário dos ponteiros do relógio (2013:27).

Adolfo Morales de los Rios Filho, na obra *O Rio de Janeiro Imperial* (2000), destaca que as Pontas que delimitavam os sacos na Ilha do Governador eram: do Gato, das Ostras, Grossa, do Tipiti, do Dendê, do Cafundá, Tubiacanga, do Quilombo, da Ribeira, da Mãe Maria, do Bananal, do Matoso, das Moças, do Galeão, do Manguinho, do Dutra e do Alves.

Segundo Milliet de Saint-Adolphe (1845:390-391), a Ilha tinha pouco mais de duas léguas de largura de *banda a banda* em vários lugares, com margens extremamente recortadas e entremeadas de pontas e angras muito irregulares, demonstrando ter mais de sete léguas de circunferência, proporcionado aos grandes barcos o desembarque em pequenos portos e em diferentes partes. O solo é descrito como saibroso, onde brotam pitangueiras e planta-se *herva d'Angola* para os cavalos nas partes altas. Nas terras baixas, descritas pelo autor em 1845, onde o solo tem mais nutrientes, estavam a cana de açúcar, a mandioca, o milho e o feijão.

Ocupação Pré-Colonial

Sambaquis na Ilha do Governador

Em 1965, Ernesto de Mello Salles Cunha publicou o artigo intitulado *Sambaquis do Litoral Carioca*, na Revista Brasileira de Geografia, onde referenciou antigos estudos sobre sambaquis na Ilha do Governador. Em um dos trechos desta obra, aponta vários autores que abordaram a presença dos sambaquis na Ilha:

Hartt, referindo-se à Ilha do Governador, na sua notável Geologia, editada no século passado, escreveu: "Burton afirma que nela se encontram kjoekknmoedding". E mais: "Antigos montes de conchas foram descritos pelo Dr. Henri Naegeli, no Rio, ocorrendo em vários pontos da costa". Com mais exatidão, Morales de Los Rios referiu-se à existência de um sambaqui no saco de Jequiá, na Ilha do Governador, antes de 1870. Fróes Abreu é de opinião que a Ilha do Governador deve ter tido "vários sambaquis nos fundos de sacos ricos de mariscos". Leonardos (1937) fala "de um pequeno sambaqui de ostras existente numa das ilhas da Guanabara, examinada por uma turma da Escola Nacional de Engenharia, em trabalhos práticos da cátedra de Geologia", não indicando, entretanto, o local da referida jazida. (CUNHA, 1965:6)

Na década de 1960, a arqueóloga Maria da Conceição Beltrão junto a uma equipe de pesquisadores do Serviço de Pesquisa da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do estado do Guanabara, incluindo nomes como Cybelle de Ipanema e Ondemar Dias, realizou excursões às regiões do Centro de Fuzileiros Navais, no bairro do Bananal e do Jardim Guanabara, com objetivo de realizar investigações arqueológicas. No bairro do Jardim Guanabara foram estudadas a parte elevada do Morro do Cassino e a área próxima à Praia do Engenho Velho, onde foram encontrados vestígios de fogueiras. No litoral, foram encontrados artefatos cerâmicos como fragmentos de urnas funerárias e de produção ceramista maracajá (IPANEMA, 2013: 45-46).

A recente descoberta de mais um sambaqui na área diretamente afetada pelas obras do empreendimento, por meio do monitoramento arqueológico realizado pelo PROGRAMA DE RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL DO RIOGALEÃO, CIDADE DO RIO DE JANEIRO, vem reiterar a ocupação de povos pré-coloniais na região. Entretanto, há um problema recorrente na pesquisa arqueológica de

sambaquis na Ilha do Governador: a destruição deste tipo de sítio para extração de cal e fornecimento de matéria-prima às caieiras. O sambaqui recentemente localizado foi fortemente impactado durante as obras para a construção aeroporto na década de 1960, culminando na destruição de grande parte de sua estrutura.

Na região da Ilha do Governador, a prática de fabricação de cal está registrada em memorial descritivo datado de 1870 e endereçado ao Imperador D. Pedro II. Segundo três páginas do documento *Notícia descritiva da Ilha do Governador (situação na baía de Nitheroy dedicada a S.M.I. o Senhor D. Pedro II)*², de Antônio Estevão da Costa Cunha, a extração de cal era realizada por mão de obra escrava e possuía, inclusive, complexas maquinarias. Destaca-se que Dias e Netto (2011), também, confirmam o fato de que os estudos sobre sambaquis no Recôncavo da Guanabara foram muito prejudicados pelas atividades das caieiras.

² IHGB DL 789.1, Notação: 198, 4-5, nº 1-5, de autoria de Antônio Estevão da Costa Cunha (1870).



Interferência no solo realizada para obras de drenagem parcial na área entre Companhias. Observar a estratigrafia característica de sambaquis. Foto tirada em 16 de setembro de 1960. Fonte: CENDOC

Ipanema (2013:129) afirma que as caieiras floresceram na Ilha do Governador a partir do século XIX, em decorrência das modificações urbanas influenciadas pela chegada da família real. A indústria de fabricação de cal explorava, principalmente, mariscos e materiais ricos em cálcio dos sambaquis. A autora destaca a importância da mão de obra escrava no processo de fabricação de cal: retirada de matéria prima, trituração e calcinação em fornalhas apropriadas. Cita, também, as

localidades de Quilombo, Ribeira, Zumbi, Freguesia e Pitangueiras como algumas das áreas das caieiras. Entre os proprietários dessas fabricações, a Ipanema lista Emília Rosa Correia Guedes (Praia Grande), Francisco Antônio Bittencourt (Ribeira) e o major João Rodrigues Carrilho (Freguesia). Ainda sobre as caieiras, há a descrição de Milliet de Saint-Adolphe (1845:390-391) que descreve a presença de fornos de tijolos e de cal feita de conchas de marisco na Ilha.

Lutas na Ilha e a ocupação indígena

A pesquisadora Maria Beltrão defende que a antiguidade indígena na região da Ilha do governador remonta a 1.300 anos. (Beltrão, 1978:61-62, 132,140,153-155). Os principais povos Tupi a ocuparem a região foram os Temiminó, também conhecidos como Maracajás ou Gatos Bravos, termos encontrados em diferentes relatos e cartas cartográficas do século XV. A origem dos Temiminó ainda é incerta. Integrante do tronco linguístico Tupi, esse grupo foi um dos protagonistas na expulsão dos franceses pelos portugueses.

Na sua ilha, os Maracajás ou Temiminó são acossados pelos Tamoios. Os dois grupos representam o drama do domínio da maior ilha da Guanabara, num cenário que a natureza fizera belo e que a ferocidade dos contendores marcaria com a antropofagia de parte a parte. A futura Ilha do Governador, a maior da Guanabara, com possibilidade de abastecimento de população numerosa, e livre de áreas brejadas, em sua quase totalidade, constituía-se, forçosamente, em presa disputada. Para André Thevet, a inimizade entre os dois grupos adviera pelo exato motivo de ambos cobiçarem a Parapanuã extensa e fértil. (IPANEMA, 2013:42)

Maria Regina Celestino (2013:68-69), mostra a fragilidade da estrutura dos Temiminós como grupo isolado, demonstrando que as informações sobre os temiminós, além de muito limitadas e escassas, restringem-se praticamente às relações de aliança com os portugueses e de inimizade com os tamoios, numa situação de guerras intensas. Foi a partir da aliança estreita estabelecida com os portugueses, em 1555, quando se aldearam no Espírito Santo, que começaram a aparecer com algum destaque nos documentos contemporâneos e que o termo temiminós passou a ser amplamente utilizado para designá-los. Do mesmo modo, de acordo com as informações, deviam

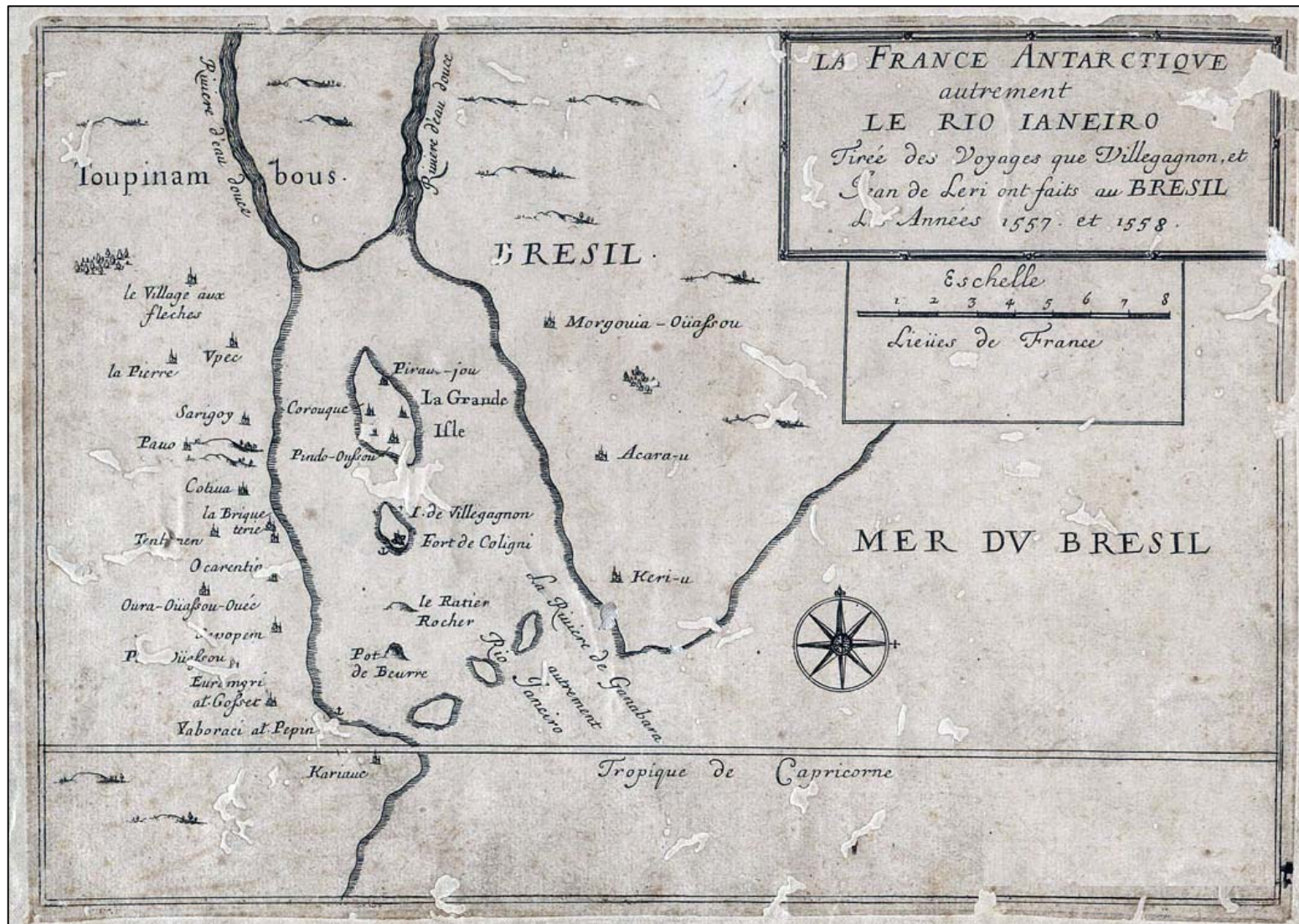
constituir apenas uma unidade local ou aldeia cercada de tamoios por todos os lados, pois só há referências a esse grupo específico que teria sido, assim, integralmente transferido para o Espírito Santo. Não há registro de nenhum outro grupo Temiminó na Guanabara até o retorno de grande parte dos que se foram, já sob a chefia de Arariboia. Celestino (2013) questiona até que ponto seriam realmente um grupo étnico ou apenas um subgrupo Tupinambá, no sentido mais restrito do termo, quer dizer um grupo Tamoio que, no momento do encontro com os portugueses, vivia uma situação de conflito com os vizinhos. Acrescenta, ainda, que eles são descritos simplesmente como os índios do Gato, ou maracajá, que, liderados por Maracajaguaçu, ou o Grande Gato, habitavam a ilha mais tarde chamada Governador.

A autora ainda menciona a possibilidade de que o conflito pela posse territorial do Rio de Janeiro tenha auxiliado na construção dos temiminós enquanto grupo étnico: “... possibilidade de estarmos diante de uma etnia que se construiu numa conjuntura de guerra, estimulada pelos interesses e motivações tanto dos portugueses quanto dos próprios índios” (2013:69).

Raminelli (2000:566), ao escrever o verbete “Tupinambás” no *Dicionário do Brasil Colonial*, também deixa clara esta perspectiva de um grupo difuso e em constantes entaves:

Estimou-se uma população de um milhão de índios antes do contato, contingente que caiu sensivelmente, no final do século XVI, para cerca de 189 mil índios. Os tupinambás ou tupis não eram homogêneos, formando, segundo os cronistas, “nações”, “castas”, ou “gerações” que frequentemente guerreavam entre si e se localizavam em pontos distintos do litoral. (...) os tupinambás propriamente ditos ou tamoios estavam entre o litoral norte paulista, o vale do Paraíba e Cabo Frio; os temiminós, na baía de Guanabara.

Os registros de Jean de Lery, como por exemplo na cartografia *La France Antartique autrement le Rio Janeiro tirée des voyages que Villegagnon et Jean de Leri ont faits au Brésil les années 1557 et 1558*, são bastante significativos para perceber a distribuição dos grupos étnicos na Baía de Guanabara, incluindo-se os grupos que ocupavam a Ilha do Governador.



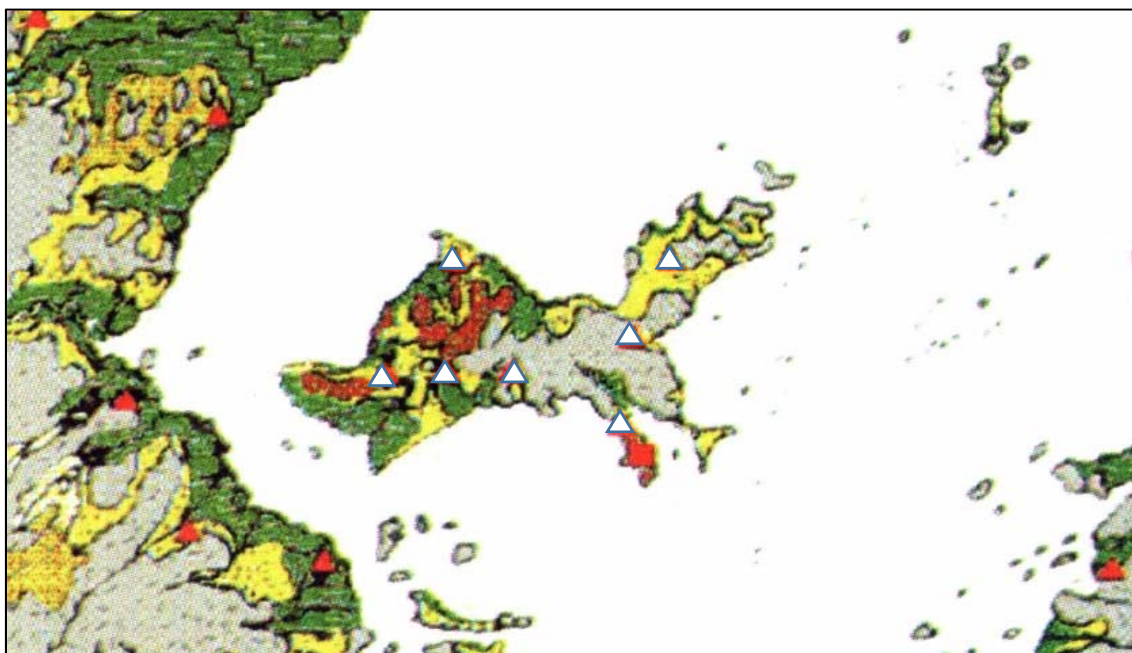
La France Antartique autrement le Rio Janeiro tirée des voyages que Villegagnon et Jean de Leri ont faits au Brésil les années 1557 et 1558. Neste mapa, Leri identifica áreas dominadas pelos Tupinambá e diversas aldeias. Fonte: BN Digital cart309974



Mapa produzido por Jean de Lery em sua viagem por mar entre a França e o Brasil, em 1556, publicado por Pierre Van der Aa. Fonte: BN Digital cart529234

Ipanema (2013) afirma que, com tantos e produtivos ecossistemas, a Ilha de Paranapuan era ocupada por diversas aldeias tupinambás, ora de tamoios, ora de temiminós (Margaiá). A autora aponta que Jean de Léry (1941 [1578]), em seu reconhecimento durante as primeiras décadas da ocupação europeia da Baía, identificou cinco aldeias: *Pindo-usú* (pindoba grande), *Koruké* ou *Kurú-Kié* (ao pé dos seixos, ao lado dos cascalhos), *Pirayijú* (relativo aos peixes) e outras duas sobre as quais Léry não cita os nomes. Resumindo o período pré-colonial da Ilha, Ipanema (2013:81) afirma:

A pesca, o aproveitamento de animais abatidos, uma agricultura Tupi-Guarani com ênfase à mandioca (farinha) e ao milho. Cacos de vasos para depósito de grãos indicam a atividade, como na América de modo geral. A prática do fogo, observada nos grandes estratos de depósitos investigados pela Arqueologia, era o quadro natural da pré-colonização.



Detalhe do Mapa síntese da Baía de Guanabara em 1500. Ao centro, a Ilha de Paranapuan e a indicação de sete aldeias (△). Fonte: AMADOR, 2013:2

Os Temiminó tiveram na Ilha do Governador um dos seus principais lócus territoriais. É na então denominada Ilha de Paranapuã que acontece um dos principais e mais violentos embates entre temiminós junto com os portugueses contra tamoios aliados aos franceses. Em 1567, grupos de portugueses e temiminós liderados por Mem de Sá, atacaram e destruíram a paliçada dos Tamoio da ilha de Paranapuã. Segundo

Vivaldo Coaracy, no livro *O Rio de Janeiro no século XVII* (1965), esta paliçada se localizava na Ponta do Galeão.

Entre os principais líderes temiminós estavam Maracajá-guaçú (que significa Gato Grande) e seu descendente Arariboia (que significa espécie de cobra feroz). Maracajá-guaçú lutou contra a presença dos franceses e dos tamoios na Ilha, porém, após ser derrotado, refugiou-se no atual estado do Espírito Santo. Coube ao seu filho, Arariboia, cujo nome católico era Martim Afonso de Souza, a missão de liderar os temiminós na vitória contra a força francesa. Posteriormente, Arariboia e o temiminós instalaram-se na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Em 1568, os temiminós atravessaram a baía e se deslocaram para terras apropriadas pelos jesuítas e fundaram a Aldeia de São Lourenço, próximo a uma enseada, em local chamado “Gebiracica”, na proximidade de onde se localizava a aldeia tamoia de Jabebiracica, na região de Niterói.

Ocupação Colonial da Ilha do Governador

A ocupação colonial da Ilha do Governador é oficializada com a doação da Ilha do Gato, em 5 de setembro de 1567, por Mem de Sá ao seu sobrinho, Salvador Correa de Sá, que foi governador-geral do Rio de Janeiro por dois períodos (1568 a 1571 e 1577 a 1598) e ao almoxarife régio, Rui Gonçalves. A confirmação régia da sesmaria só acontece em 3 de fevereiro de 1576, por D. Sebastião. Segundo Ipanema (2013), Salvador de Sá estabeleceu ocupação na Ilha e desenvolveu um dos primeiros engenhos de açúcar do Rio de Janeiro. Sobre a importância deste no Rio de Janeiro, Gouvêa (2000:518) destaca:

Seus governos, somando um total de mais de 20 anos, foram de importância crucial na consolidação da presença portuguesa no recôncavo da Guanabara e adjacências. Combateu duramente não apenas os corsários franceses, mas também os índios hostis. Promoveu política ampla de povoamento e incentivo à produção agrícola na região, através da farta concessão de sesmarias, incluindo a doação de títulos a duas aldeias indígenas.

Segundo o *Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brazil* (Milliet de Saint-Adolphe, 1845:390-391), a Ilha do Governador era uma grande

ilha da *bahia Nithorôhi*, a duas léguas ao Nordeste da cidade do Rio de Janeiro. No início do século XVII, Miguel Ayres Maldonado era o único proprietário de uma ilha chamada Sete Engenhos, que a vendeu para a viúva de Salvador Corrêa de Sá, passando então, a Ilha dos Sete Engenhos a se chamar Ilha do Governador. Em 1710, já se achava dividida em diversas propriedades e povoada por centenas de habitantes. Pedro Nunes Garcia, um dos proprietários de terras na ilha e serventário da capela de Nossa Senhora da Ajuda, determinou em 1742 que fosse erguida uma igreja de pedra, obra concluída em 1745. Em 12 de janeiro de 1746 um alvará elevou a capela à condição de paróquia.

Salvador Correia de Sá teve um neto com o mesmo nome, mas acrescido do sobrenome Benevides, que também governou a Ilha por um período e frequentemente são confundidos o “Velho”, avô, e o “Moço”, neto (IPANEMA, 2013; GOUVÊA, 2000).

Uma das confusões que geralmente ocorre é em relação à figura presente no brasão da Ilha do Governador, que muitos dizem ser o primeiro Salvador Correia de Sá, o “Velho”, entretanto Ipanema (2013:93) afirma que *a litografia de Victor Larée, é de Salvador Correia de Sá e Benevides, o neto.*



Brasão da Ilha do Governador

Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brasao_ilha_do_governador.jpg>

O “Moço” nasceu em Cádiz em 1602 e é provável que tenha chegado ao Brasil no ano de 1615. Em terras brasileiras participou de “expedições em busca de

minas nos sertões de Sergipe e São Paulo, e em defesa das conquistas portuguesas contra índios e holandeses.” (GOUVÊA, 2000:518). A família possuía muitas terras, era abastada e conhecida no Rio de Janeiro por utilizar cargos oficiais nesta província, o que não foi diferente com Salvador Correia de Sá e Benevides que, em 1627, recebeu o título de alcaide-mor da cidade. No ano de 1637 assumiu o cargo de governador da capitania no Rio de Janeiro e ficou até 1643, mas retornou ao cargo entre 1659 e 1662 e ainda acumulou o de capitão-geral da Repartição do Sul. Gouvêa (2000) destaca o seu governo com uma constante procura por esmeraldas e prata nos sertões e um grande empenho na construção do galeão *Padre Eterno*, construído na ilha do Galeão, na Guanabara.



Salvador Correia de Sá e Benevides, o Moço.

Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_Correia_de_S%C3%A1_e_Benevides_\(militar\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_Correia_de_S%C3%A1_e_Benevides_(militar))>

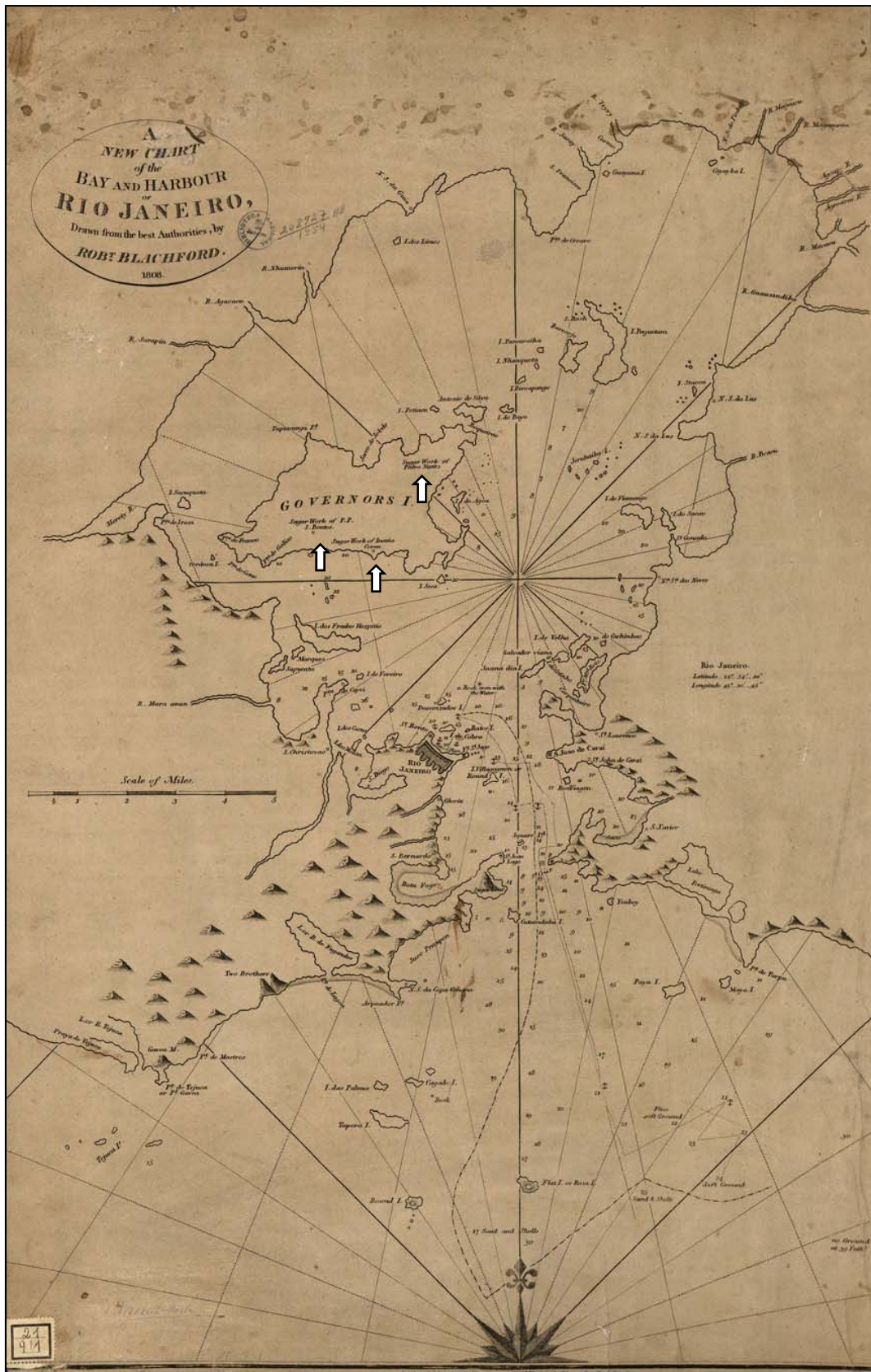
A colonização da região da Ilha do Governador está intrinsecamente atrelada à história da fundação da capital Rio de Janeiro, em 1565, ao processo de distribuição de sesmarias em todo o Recôncavo da Guanabara e ao desenvolvimento da atividade canavieira. Enquanto se inaugurava a interiorização do território fluminense através dos eixos fluviais da grande Baía, a Ilha do Governador se desenvolvia através da produção colonial açucareira. É o êxito da produção açucareira e de aguardente dos Sá que efetiva a ocupação portuguesa na Ilha. Segundo os registros do cativo inglês Antônio Knivet, o engenho pertencente à Salvador de Sá teve forte influência na economia fluminense, destacando que a posse do engenho foi por herança para o neto homônimo, Salvador Correia de Sá e Benevides, *o Moço* (IPANEMA, 2013:84).

Maurício de Abreu (2006:2) destaca a importância dos engenhos fluminenses para o desenvolvimento da cultura canavieira no século XVII. Abreu referencia Frei Vicente do Salvador (1982:334), afirmando que o Rio de Janeiro, onde antes *se tratava mais de farinha para Angola que de açúcar*”, já possuía, em 1627, quarenta engenhos. Ainda conforme Abreu:

Charles Boxer (1973:173), demonstrou que, de 1638 a 1642, partiram anualmente da baía de Guanabara, em direção a Portugal, uma média de 20 a 25 caravelas carregadas de açúcar, o que atesta a plena integração da capitania ao sistema da grande lavoura canavieira. Ao exaltar a grandeza do Brasil por suas drogas e minas, Antonil (1982:140) apontou igualmente para a prosperidade canavieira do Rio de Janeiro ao afirmar que a capitania já possuía, em 1711, 136 engenhos de açúcar. (ABREU, 2006:2)



Paredão de Pedra, na Praia do Engenho Velho. Possivelmente ruína do engenho de Salvador de Sá.
Fonte: IPANEMA, 2013:211



A new chart of the bay and harbour of Rio de Janeiro, 1808, Robert Blachford, onde estão apresentados 3 engenhos na Ilha do Governador. Fonte: BN Digital cart208927

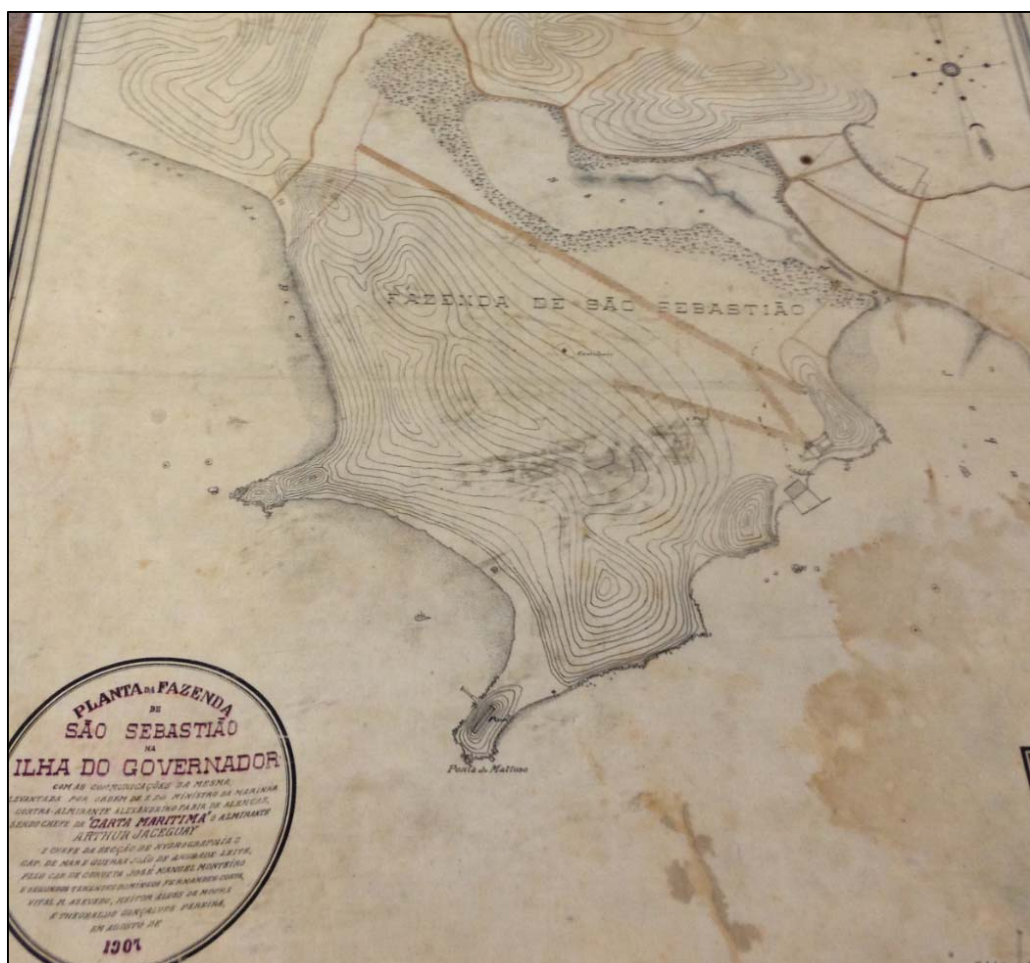


Detalhe do mapa *Plan de la Baye et Port de Rio Janeiro*, de 1785. Esta imagem indica, assim como na imagem anterior, três engenhos implantados na Ilha do Governador: Engenho dos Padres do São Bento, de Pedro Nunes e de Ygnacia Corea. Fonte: Mapoteca da Marinha

A presença de outros engenhos também está registrada no documento *Notícia descritiva da Ilha do Governador*. Consoante o documento, existia na Praia da Bica uma fazenda cujo proprietário era José Antônio de Costa Gama que tinha suas terras arrendadas para produção de cana de açúcar. Ressalta-se que outros dois engenhos foram mencionados por Ipanema: o dos beneditinos, no Galeão, e o de Pedro Nunes, na Freguesia. Também é importante destacar a importância da economia de subsistência nas fazendas da Ilha do governador, onde o cultivo de hortaliças, a plantação de mandioca para o fabrico de farinha, a caça e a criação de animais eram atividades regulares (IPANEMA, 2013:31;87).

A Fazenda São Sebastião localizava-se nas cercanias da Ponta do Matoso. As notícias obtidas da propriedade são do final do século XIX, onde Souza (1882:122) diz que, em 1871, o governo comprou a fazenda, próxima ao Juquiá, por 40 contos para que naquela localidade fosse estabelecido o Asilo de Inválidos da Marinha. Ipanema (2013: 141) completa a informação dizendo que esta era uma fazenda bem-sucedida, de propriedade de Miguel Ribeiro do Amaral, sendo que quem efetivou a venda ao governo

foi sua viúva Maria Isabel Amaral e, apesar da venda ser para abrigar o Asilo, o seu destino acabou sendo a Companhia de Aprendizes Marinheiros.



Planta da Fazenda de São Sebastião da Ilha do Governador (1907). Fonte: Mapoteca da Marinha

O engenho dos Sá se localizava na chamada Praia do Engenho Velho, atual Quebra-Coco. Porém, o que restava das ruínas foi destruído por empreendimentos imobiliários nas décadas de 1970-80. O Auto de Medição da Ilha, de 1662, menciona os “partidos de cana” e revela o nome de alguns moradores, como João Velho Prego. Este era proprietário de um engenho na região da atual Freguesia e ali ergueu uma ermida dedicada à Nossa Senhora de Ajuda. Enquanto na propriedade dos Sá foi erguida uma igreja dedicada à Nossa Senhora da Conceição (IPANEMA, 2013:87). Ressalta-se que uma forte característica da colonização lusitana é o seu caráter religioso. A obtenção da terra era regularmente legitimada pela construção de capelas, ermidas, igrejas e outros.

É improvável, no entanto de fácil compreensão, que os primeiros núcleos de povoação não surgiram em torno de uma atividade puramente econômica, o colonizador era um homem extremamente devoto, ou quando não, demonstrava a sua religiosidade como forma de justificar o aquinhoamento de longas extensões de terras em nome da fé católica. A presença das capelas e igrejas numa determinada região, demonstrava a importância que aquele território representava perante o poder secular e o poder eclesiástico. Essa célula inicialmente embrionária daria o surgimento de uma aldeia, uma freguesia, uma vila e mais tarde uma cidade.³

A igreja Nossa Senhora da Ajuda do Orago da Ilha do Governador foi freguesia de 1710 a 1808 e constitui um dos principais bens patrimoniais da região. O início da construção da Igreja data de 1710 e seu alvará de construção data de 1755. Por devoção, Jorge de Sousa, proprietário de engenho na Ilha no século XVIII, manda erguer a ermida do Santuário Mariano de frente para o mar. Nas cercanias da Igreja, formaram-se lócus populacionais com o surgimento de pequenas moradias. Pizarro (1946:77-78), em suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* mostra com detalhes a importância desta construção paroquial:

Povoada suficientemente a ilha denominada do Governador, e cultivada com lavouras de cana doce, além de outras plantas proveitosas, foi preciso levantar ali um templo paroquial, onde os seus colonos e moradores das ilhas circunvizinhas pudessem achar o pasto espiritual e o socorro dos Santos Sacramentos, que lhes era dificultoso procurar a cidade, distante mais de seis léguas de mar, e nas Freguesias já estabelecidas da banda dalém as Enseada, por iguais motivos. Havia nesse sítio uma capela, que Jorge de Souza (o Velho), senhor do terreno, levantara à foz do mar, dedicando-a a Santa Virgem sob título da Ajuda; e atendendo o Bispo Dom Francisco de S. Jerônimo à necessidade do povo, criou nela uma Paróquia, correndo o ano 1710. Por decadente o templo, e de curta extensão para acomodar os fregueses nos dias de concorrência, se traçou outra casa mais ampla, que o padre Pedro Nunes Garcia, senhor então da terra, e a cargo de quem estava a Paróquia, fez erigir com paredes de pedra e cal (como era a antiga); e finalizada a capela-mor, principiou a ter uso pela benção, permitida em Provisão de 23 de dezembro de 1743.

Sobre a igreja de Nossa Senhora de Ajuda, está registrado no livro de Frei Agostinho e Frei Miguel Francisco: *Esta ermida e Casa da Senhora fundou por sua*

³ Gênesis Torres. IPHAB- www.forumculturalbfluminense.org.br

devoção Jorge de Sousa, o Velho, e a fez de pedra e cal⁴. Ainda no século XVIII, a propriedade do engenho é transferida para o Padre Pedro Nunes Garcia que constrói uma nova igreja dedicada à Nossa Senhora da Ajuda, também feita de pedra e cal, porém maior e paroquial. A paróquia adquire a categoria de perpétua pelo Alvará de 12 de fevereiro de 1752. Em 1765, o Padre Estevão Gonçalves de Abreu foi confirmado como o primeiro pároco próprio da Igreja que, à época, tinha como estrutura física 74 palmos de comprimento do pórtico ao arco cruzeiro e 41 de largura, a capela mor, 42 de comprimento e 31 de largo e contava com 3 altares. Ipanema (2013) afirma que no século XIX a Igreja era a referência matriz de batismo e óbito na Ilha do Governador.

N.º 2.º Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador

Mapa dos Baptismos, Óbitos e Casamentos, que tiveram lugar no mez de Fevereiro de 1843

	Casamentos	Baptismos			Óbitos			Observações
		Masculinos	Fêmeas	Summa	Masculinos	Fêmeas	Summa	
Livres e Libertas	2	2	1	3	3		3	<p>Sum a sulth parte de desintoria de inda de 76 2.º Junho. 2.º Junho, de 1843, de 1843, de 1843 1.º Junho, de 1843, de 1843, de 1843 1.º Junho, de 1843, de 1843, de 1843 1.º Junho, de 1843, de 1843, de 1843 1.º Junho, de 1843, de 1843, de 1843 1.º Junho, de 1843, de 1843, de 1843 1.º Junho, de 1843, de 1843, de 1843 1.º Junho, de 1843, de 1843, de 1843</p>
Esorvos			1	1	4	1	5	
Total	2	2	2	4	7	1	8	

Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador, de 1843

Manoel de Costa (Assinatura)
 Escrivão da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador

Mapas dos casamentos, batizados e óbitos que ocorreram no ano de 1843, na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador. Fonte: Biblioteca Nacional

A Igreja sofreu um incêndio que destruiu sua parte interna e o telhado. Em 1893, o Santuário foi saqueado pela Revolta da Armada. Cinco anos após, um novo trabalho de restauração foi realizado. Em 1938, foi tombada pelo SPHAN e, em fevereiro

⁴ Tomo X, Livro 1, Tit. XXII P. 50-51 - Documento levantado por Ipanema (2013:100).

de 1990, o Santuário foi reinaugurado e reaberto ao público. Assim, o cronista resume a trajetória do Santuário:

Em 1710, foi criada a parochia da Ilha do Governador pelo bispo D. Francisco de S. Jeronymo; servia então de matriz uma capella, que Jorge de Souza (O Velho) levantara na praia de Freguezia, consagrando-a a Nossa Senhora de Ajuda. 7- Mais tarde, arruinada a capella e não tendo proporções para conter os fiéis que a procuravam, o padre Pedro Nunes Garcia mandou erigir uma igreja que recebeu a bênção em 23 de dezembro de 1743, obra que foi continuada em 1754 pelo vigário Francisco Bernardes da Silveira e concluída por seus successores, desvelados no remate do Templo para condignamente se celebrar o Culto Divino.⁵

Devido à antiguidade do culto do Divino Espírito Santo no Santuário Mariano, a colônia maranhense no Rio de Janeiro inaugura o ciclo de festejos santos na Ilha do Governador. O Culto do Divino na Ilha do Governador tem sua antiguidade atestada pelo manuscrito *Ofício do provedor e irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia da Ilha do Governador a S.M.I. pedindo mandasse extrair a loteria que lhe havia sido concedida para a conclusão das obras de sua matriz*⁶.

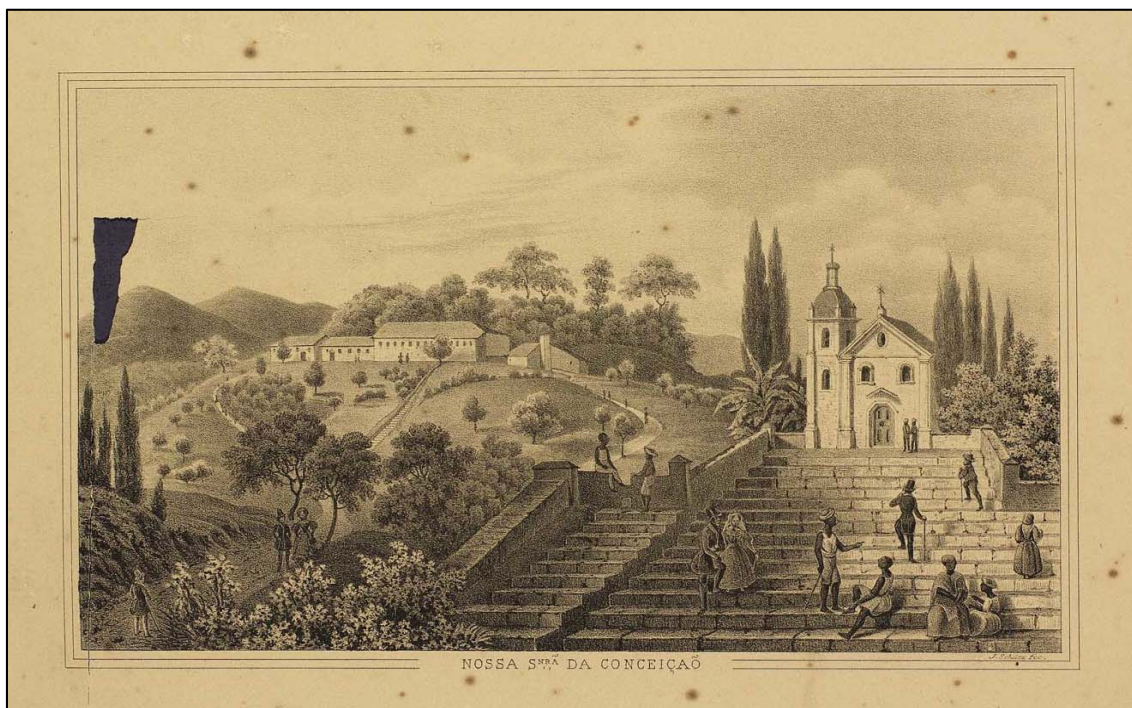
Outro bem patrimonial tombado é a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, localizada na área do Jardim Guanabara, que remete ao século XVI, conforme afirma Ipanema (2013:75), baseada em documentos como o Auto de Medição de 1962, análises de imagens religiosas e inventários póstumos, tratando-se, portanto, de uma igreja fundada pelo primeiro sesmeiro da região, Salvador de Sá. Segundo Pizarro (1946:79-80) esta igreja foi levantada por Martim Correia de Sá e se tornou uma das três capelas filiais da paróquia:

Três capelas subsistem filiais à paróquia: 1° de N.S. de Nazaré, fundada na Fazenda do Mosteiro de S. Bento, cuja antiguidade excede à memória, bem que pareça ser a mesma, de que falou o "Santuário Mariano", T. 10, Liv.3, Tit.73, sob o título de N.S. de Guadalupe, dizendo, que fora reedificada por Bento de Lucena; pois não consta da capela alguma dessa invocação, construída ali 2° de N.S. da Conceição, levantada por Martim Correia de Sá, Governador que foi da Província, ou pelos avós de Francisco Macedo Freire, genro daquele, e senhor das terras hoje possuídas pelos herdeiros do coronel de milícias André Álvares Pereira Viana. 3° de N.S. do Carmo, ereta na Ponta

⁵ (Pereira, A. Arq. 198, 4-5, nº 1-5 - Arq. IHGB).

⁶ Arquivo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: [s.n.], 1840. 2 doc. (3p.).

da Ribeira pelo padre José de Souza Correia, com Provisão de 30 de agosto de 1759 cujo templo existiu sem uso, por abandono dos possuidores do sítio, a quem pouco peso fazia o desfruto do seu patrimônio, e não lembrava a obrigação de reparar a ruína da casa, que por outro proprietário do terreno foi modernamente reedificada.



Gravura da Capela Imperial Nossa Senhora da Conceição (Ilha do Governador, Rio de Janeiro).

In: Schutz, Jan Frederik, 1817-1888.

Disponível em: < <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/22134>>

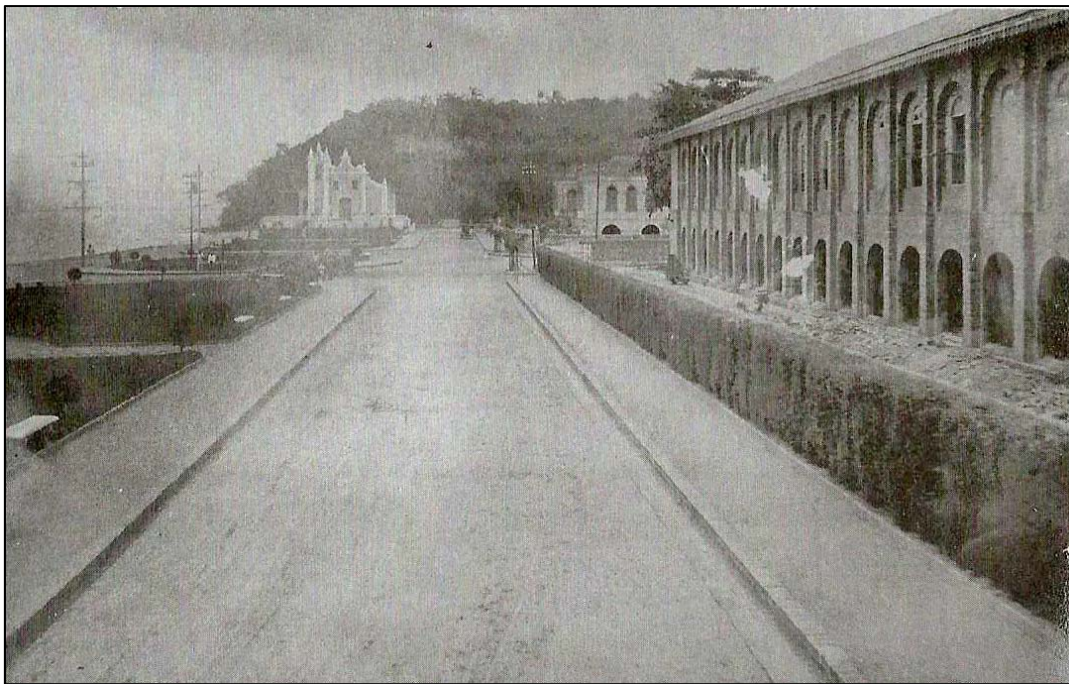
Monsenhor Pizarro⁷ também lista uma capela na área do Galeão, denominada Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, filial à matriz Nossa Senhora de Ajuda:

As capellas fillaes à matriz de que é vigário actualmente o Padre José Francisco Monteiro, natural de Taubaté, são: a da Sagrada Família, no Zumbi; a de São Sebastião, em Cocotá; a de N.Senhora do Rosário de Pompéia, no Galeão: a de Santa Cruz, em Santa Cruz, e a de São Sebastião, em Flecheiras.

A indústria oleira também teve papel importante na ocupação e desenvolvimento territorial da Ilha do Governador. Entre os séculos XVIII e XIX, desenvolveu-se na Ilha a extração de argila pura do Morro da Cruz para fabricação de porcelana. No século XVIII, uma olaria é registrada como propriedade do coronel André

⁷ *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, de Monsenhor Pizarro, Liv.3. págs. 90 e 7, Cap. 2.

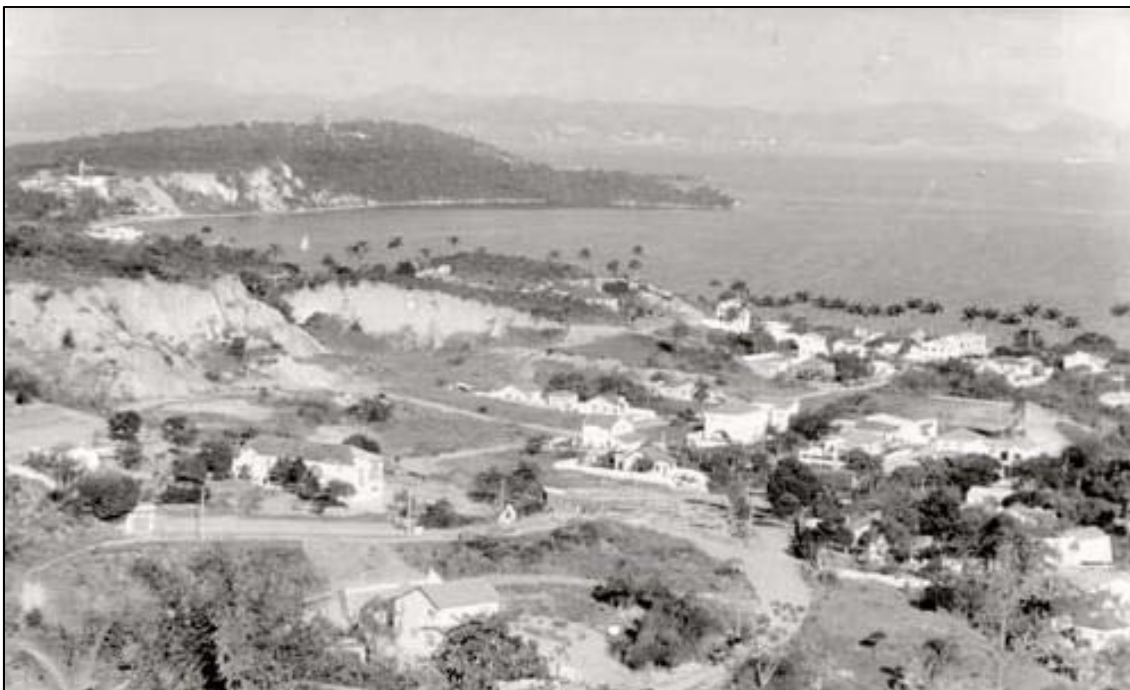
Álvares. Também no século XVIII, A Fazenda da Olaria, então localizada próxima à Praia de Cocotá, apresentava grande volume de produção. No século XIX, entre 1873 e 1876, a *Fábrica de Produtos Cerâmicos Santa Cruz* foi fundada pelos irmãos Ernesto e Augusto Gomes, localizada na antiga Fazenda Conceição, atual Jardim Guanabara. Tratava-se de um suntuoso edifício, em tijolo nu, localizado à beira-mar, junto à igreja de Nossa Senhora da Conceição. Entretanto, a fábrica foi destruída entre 1954 e 1962 (IPANEMA, 2013:129-130).



Fábrica de Produtos Cerâmicos Santa Cruz. Ao fundo, a Igreja Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: IPANEMA, 2013:216

No início do século XX, a empresa paulista Companhia Lavoura e Colonização, posteriormente Empresa Cerâmica Santa Cruz, comprou a fazenda Conceição, com 4.600.000 m², então propriedade do coronel Elias Antônio de Moraes, para transformá-la na maior fornecedora de tijolos para as reformas urbanas implementadas no governo de Rodrigues Alves, no Rio de Janeiro. Na década de 1930, o empresário paulista Joaquim Sampaio Vidal transferiu a fábrica de cerâmica para o ramo da urbanização e dos loteamentos. Surgiu a "Companhia Imobiliária Santa Cruz", que demoliu a Fábrica para implementar o primeiro projeto de urbanização da Ilha: o loteamento "Jardim Guanabara", que compreendia a metade da Praia da Bica, os morros

da Mãe d'Água e da Bica, até a Rua Cambaúba, atingindo a Estrada do Galeão (IPANEMA, 2013).



Loteamento Jardim Guanabara, 1960. Disponível em: <<http://ilhajaimenafoto.net>>

Em 6 de outubro de 1921, pelo Decreto nº 15.038, foi aprovada a construção de um cais na Ilha do Governador:

Art. 1º Fica aprovado o projeto organizado pela Inspeção Federal dos Portos, Rios e Canais, e que com este baixa, rubricado pelo diretor geral de Expediente da Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas, para construção de um cais acostável, para o calado de 10 metros em águas mínimas e com extensão de três quilômetros, na “Ponta da Ribeira”, na Ilha do Governador, destinado ao estabelecimento da zona franca no porto da Capital da República, de acordo com o disposto no n.XVI e seus parágrafos do art.96 da lei n.4.242, de 5 de janeiro do corrente ano.⁸

Presença Africana na Ilha do Governador

Através do Almanak Laemmert, Ipanema (2013:33) afirma ser possível analisar o registro da presença africana no século XIX. Em 1875 havia 603 escravos,

⁸ Ministério da Viação e Obras Públicas, 1923

porém, em 1884, o número de cativos caiu quase 50 % e se registram 382 escravos, sendo que em 1887 o documento registrou 282. Hipóteses como surtos epidêmicos, crise da produção agrícola e a proibição do tráfico negreiro são possibilidades para o número decrescente de cativos.

A área do Galeão possuía forte presença de africanos devido à utilização de força de trabalho escravo pelos padres beneditinos, dono das propriedades dessa região. A presença de trabalho africano está registrada no documento *Notícia descritiva da Ilha do Governador*. Nas páginas 23 a25, o autor descreve o fabrico de cal com mão de obra escrava e ratifica duas questões: a importância da cultura africana para o desenvolvimento da ilha e a prática de extração de cal em larga escala, uma das causas centrais para destruição dos sambaquis no litoral fluminense.

Ressalta-se, também, a nomenclatura Zumbi a um dos polos habitacionais mais densos da Ilha, Zumbi é um termo banto e designa uma divindade africana. Também designa o nome de um dos principais líderes da resistência à escravização de africanos e seus descendentes (IPANEMA, 2013:177). O bairro surgiu da ocupação gradativa do entorno do Saco de Jequiá, área alagadiça e embocadura do canalizado e submerso Rio Jequiá. Tem grande importância para a região, pois na década de 1930, a *Rua Formosa do Zumby* era onde se localizavam as principais repartições públicas (Correios, Delegacia, Limpeza Urbana), além de possuir o primeiro cinema da Ilha do Governador.



Cais do Zumbi em 1920. Fonte: <<http://ilhajaime.nafoto.net>>

A Origem do Nome

O processo de formação da Ilha está intrinsecamente vinculado à evolução da cidade Rio de Janeiro e áreas adjacentes. A origem do nome da região explicita indicativos da complexidade do processo de ocupação característico desta localidade. Na cartografia encontram-se referências à região como Ilha de *Paranapicu*, *do Gato*, *dos Maracajás*, *do Governador*, *dos Sete Engenhos*, entre outras variações.

A denominação *Paranapicu* tem origem indígena e também é encontrada em suas variantes *Pernapuem* ou *Paranapuã*. Conforme o autor J. Romão da Silva, significaria: *rio grande redondo* ou *enseada redonda*. Esta nomenclatura também aparece em relatos de autores como Gabriel Soares de Sousa (1587) e do Padre Simão de Vasconcelos (1663), conforme aponta Ipanema (2013:66). O termo *Pernapuem* aparece na cartografia assinada por Luís Teixeira Albernaz indicando a delimitação da ilha, enquanto na parte interna está registrada a nomenclatura *Ilha do Gato*. Este é o termo que os portugueses atribuíam aos então habitantes: os índios Temiminós,

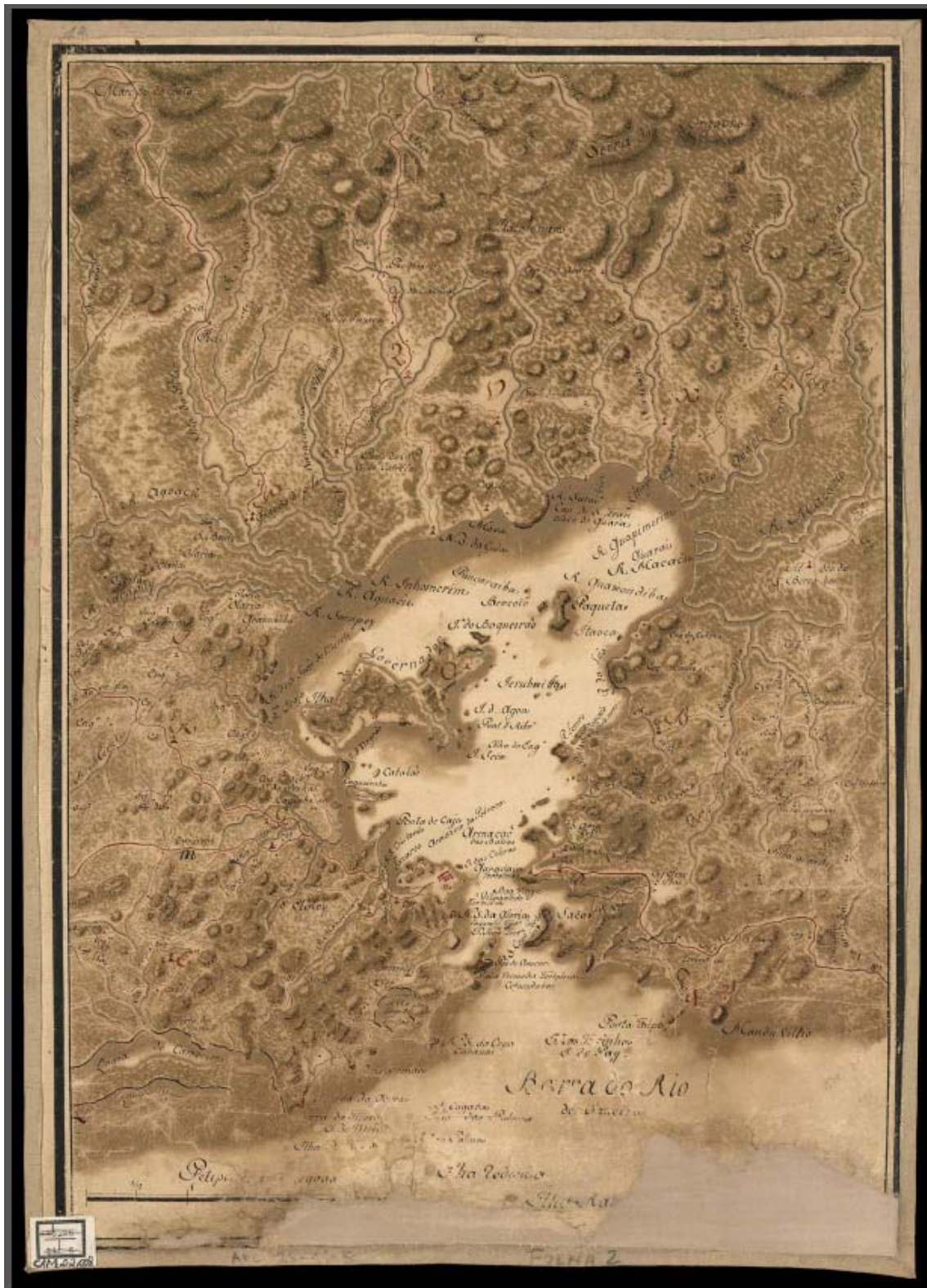
comparando-os aos *gatos bravos* ou *maracajás*. Outro termo indígena encontrado para designar a Ilha é *Maracajás* que remete aos grandes felinos (*Felis pardalis*) que a habitavam. O termo *gato*, conforme Ipanema (2013:67), aparece nos registros de vários autores:

...Gato – encontradiço no século XVI, referencia aos índios Temiminós, também chamados Maracajá ou Gatos bravos, e repetido por escritores daí para frente. Está nas doações, em Nóbrega várias vezes, no códice da Ajuda, Simão de Vasconcelos, Varnhagen.

Na linha de Ilha do Gato (ou Gatos) a designação por André Thevet, com variantes (nota próprio autor ou na anotadora: isle dês margaiatz, dês margageats, maracaia, marakaja, margajas, margaias, maragajats, margageaz, margageas, margagas).

Outra nomenclatura encontrada nos registros é *Ilha dos Sete Engenhos*. Segundo Ipanema (2013:69) e Pereira (IHGB, Notação: 198, 4-5, nº 1-5), há representações cartográficas de três dos engenhos: dos beneditinos (região do Galeão), da família Sá (atual Jardim Guanabara) e de Pedro Nunes (Freguesia), não havendo nenhuma referência que comprove a existência de sete engenhos na Ilha do Governador.

A atual nomenclatura Ilha do Governador origina-se da doação da sesmaria da Ilha do Gato, propriedade do então Governador-Geral, Mem de Sá, ao seu sobrinho, Salvador Correia de Sá, em 5 de setembro de 1567. Uma das principais cartografias a trazer a nomenclatura *Ilha do Governador é Aparência do Rio de Janeiro*, de João Teixeira Albernaz, do século XVII. No século XVIII, a nomenclatura Ilha do Governador já era recorrente nas cartas topográficas do Rio de Janeiro.



Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro (1767) de Manoel Leão Vieira.
 Fonte: BN Digital cart512339

Dos Beneditinos ao Galeão

O território da atual área ocupada pelo Aeroporto Internacional Tom Jobim, na região do Galeão, tem sua origem na doação de uma grande extensão de terras realizada pelo proprietário do Engenho Nossa Senhora da Candelária da Ponta da Ilha do Governador, Manuel Fernandes Franco, aos beneditinos. O engenho era herança familiar de Fernandes e, sob posse dos religiosos, transformou-se na então extensa Fazenda de São Bento, localizada atualmente na área ocupada pelo Aeroporto.

A Ordem dos Benedictinos possuía dessa ilha uma parte, que se limitava com a fazenda da Conceição, doada pelo Capitão Manoel Fernandes Franco, em escriptura de 4 de maio de 1695, com o legado perpetuo de três capellas de missas annuaes⁹.

A Escritura de doação que faz o capitão Manuel Francisco Fernandes Franco ao Mosteiro do patriarca São Bento desta cidade e seus religiosos, e obrigação que fazem os ditos, de 4 de maio de 1695, está no Segundo Livro de Tombo do Mosteiro São Bento¹⁰ e traz informações sobre essa doação de terras na Ilha do Governador aos monges beneditinos. Vale ressaltar que o terreno pertencente aos religiosos, até o início do século XX, compreende em extensão à metade do terreno de toda a Ilha.

Capitão Manuel Fernandes Franco (...), estando ele presente doente em cama como doador e da outra parte apareceu como doado o Reverendo Padre Mestre Frei João Monteiro Dom Abade do dito Mosteiro (...) umas terras com seus matos na Ilha que chamam do Governador cuja quantidade de braças constará de seus títulos que tem, em as quais tem fundado o engenho moente e corrente de fazer açúcar cito na paragem onde chamam a Praia da Invocação Nossa Senhora do Rozário, digo Nazaré, com toda a sua fábrica de escravos, bois, cobres, e o mais necessário para moe.

Mas esta doação como já mencionava Américo Pereira¹¹ tinha um legado perpétuo e algumas demandas temporárias de pagamentos de parte da produção e uso do terreno, enquanto vivesse o doador:

⁹ PEREIRA, A. Notação: 198, 4-5, nº 1-5 - Arquivo IHGB

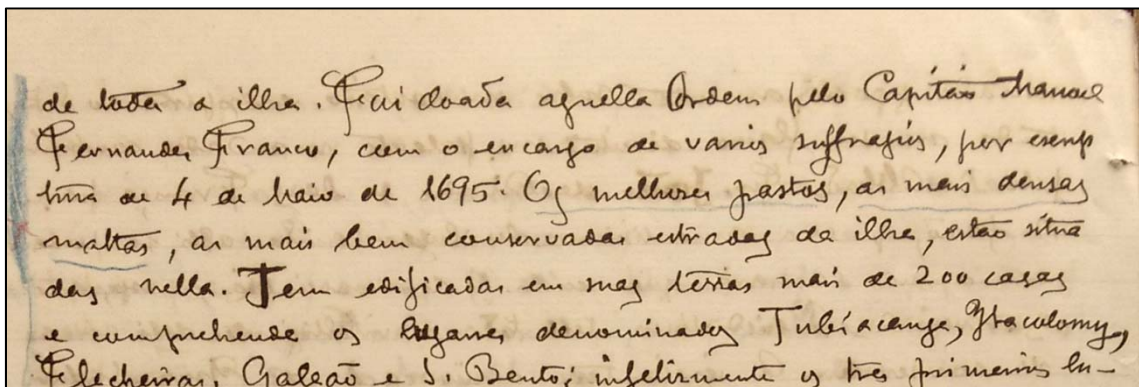
¹⁰ **Segundo Livro de Tombo (1688-1793)**. Leitura, Introdução e Índices por D.L. Macêdo. Mosteiro São Bento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Edições “Lumen Christi”, 1981 (19-20).

¹¹ Pereira, A. Notação: 198, 4-5, nº 1-5 - Arquivo IHGB

(...)a Saber com obrigação real e in perpétuum de três capelas de missas¹² rezadas em cada um ano, ditas na Igreja do Patriarca São Bento uma pela alma dele doador e outra pela alma de sua mulher e outra pela alma de seus sogros (...) um trintário de missas; ¹³ (...) serão obrigados os ditos religiosos, e o seu mosteiro a darem a ele doador em cada um ano enquanto vivo for cento e vinte mil réis em [drº] aos quartéis de três em três meses; e assim mais por uma vez cinquenta novilhas para fazer um curral nas terras da Ponta da dita Ilha, e assim mais lhe darão em cada um ano um feixe de açúcar branco de dez arrobas; e cem potes de mel para seus escravos, (...) obrigados a deixarem a ele doador usar do sítio, e terras que tem em numas terras dos ditos religiosos em Morobahy enquanto vivo for sem pensão alguma, e assim também o deixarão usar das casas, terras, e campos da Ponta da dita Ilha para nelas ter o seu curral e roças que bem lhes parecer (1981:20-21).

E com todas as suas cláusulas e demandas o Mosteiro aceitou a doação do terreno e se comprometeu ao cumprimento delas:

(...)Reverendo Padre Mestre o Doutor Frei João Monteiro Dom Abade do dito mosteiro foi dito em presença das mesmas testemunhas por si e em nome de seu mosteiro e religiosos dele que ele aceitava a doação com todas as cláusulas condições, e obrigações que nesta escritura se contém e se obrigava em nome do dito seu mosteiro a todos os sufrágios, missas e capelas aqui declaradas como também a todas as dívidas nomeadas a pagá-las dos bens aqui doados, (1981:22).



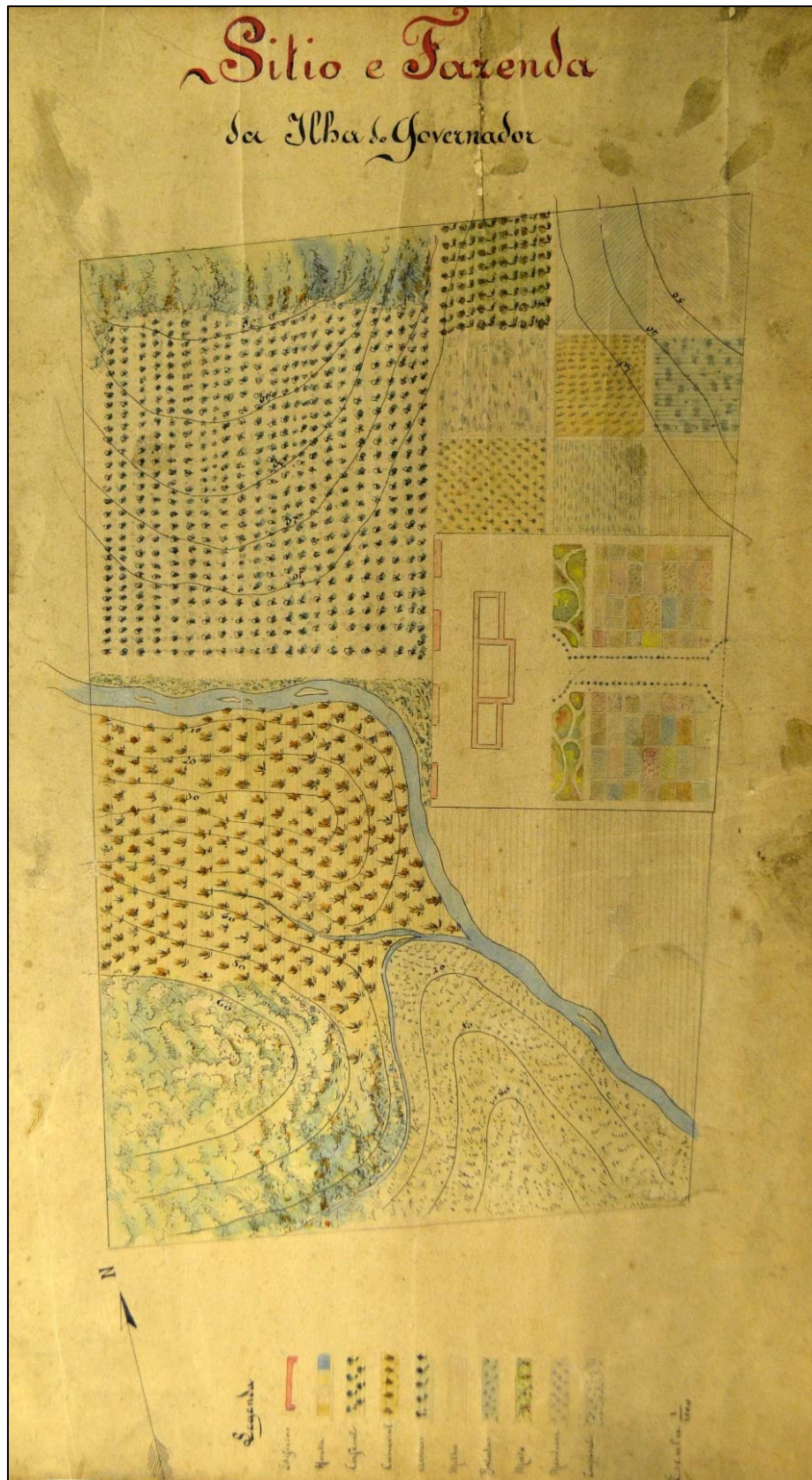
Detalhamento da propriedade doada por Franco aos beneditinos em *Notícia descritiva da Ilha do Governador* (1870:10). Fonte: Arquivo IHGB

¹² Capela de Missas, são cinquenta missas. Daí os ofícios de Juiz e Escrivão, Resíduos, Capelas e Ausentes, encarregados de fiscalizarem a execução dos testamentos e doações, dos resíduos e dos bens dos órfãos e ausentes e do cumprimento das capelas instituídas.

¹³ A chamada “Missa Gregoriana”, que, segundo a tradição oriunda da narração de S. Gregório Magno, nos “Diálogos”, após uma série de 30 missas de celebração ininterrupta a alma, em cuja intenção fosse celebrada, seria livre do purgatório.

Poucos anos após a doação, a Ilha do Governador foi atingida pelas invasões francesas de 1710 e 1711, sendo necessários reparos no engenho dos beneditinos sob comando do Frei José de Jesus nos anos 1711-1714. Nestes anos mandou este Frei que somente fosse produzida aguardente das canas daquele engenho e foi este produto um dos principais da receita do Mosteiro (ROCHA, 1991:75)

Até o século XVIII, os beneditinos apresentaram grande volume de produção de diferentes gêneros com o intuito de abastecer a capital fluminense. Na região do Galeão, atualmente ocupada pela Aeronáutica, os frades bentos construíram a casa conventual e estabeleceram a produção agrícola de subsistência, o engenho de açúcar e aguardente, além de pastoreio de gado. Toda a produção era caracterizada pelo uso de mão de obra escrava. Os beneditinos também arregimentavam recursos através do arrendamento de terras. O Mapa de uma das áreas de cultivo da Fazenda dos Beneditinos, na Ilha do Governador, documento do Arquivo do Mosteiro de São Bento, não apresenta data de produção nem mesmo seu autor, porém, a legenda contém, em ordem: edifício, horta, cafezal, canavial, árvores, milho, batatas, mato, mandioca e capinzal. Segundo Ipanema (2013:95), a 18^ª centúria era caracterizada pela presença dos beneditinos, na parte Oeste da Ilha, correspondendo às regiões de Galeão, São Bento, entestando com a Fazenda da Conceição, Itacolomi, Flecheiras e Tubiacanga.



Mapa da área de cultivo da Fazenda dos Beneditinos na Ilha do Governador. A legenda apresenta, em ordem: edifício, horta, cafezal, canavial, árvores, milho, batatas, mato, mandioca e capinzal.

Fonte: Arquivo do Mosteiro de São Bento, s.d.

Ramiz Galvão (1872) destaca o alto custo da construção conventual dos beneditinos na Ilha. Segundo o autor, *na construção do palacete, os beneditinos, gastaram mais de 100.000 cruzados (20:000\$000), obra que deixou o convento de São Bento muito empenhado em dívidas (1813-1819)*. A justificativa da suntuosidade da casa conventual residia na presença da família real na região do Galeão, a fim de participar da Real Coutada. Tratava-se de um campo de caça para recreação de D. João VI e parentes reais (IPANEMA, 2013:106).

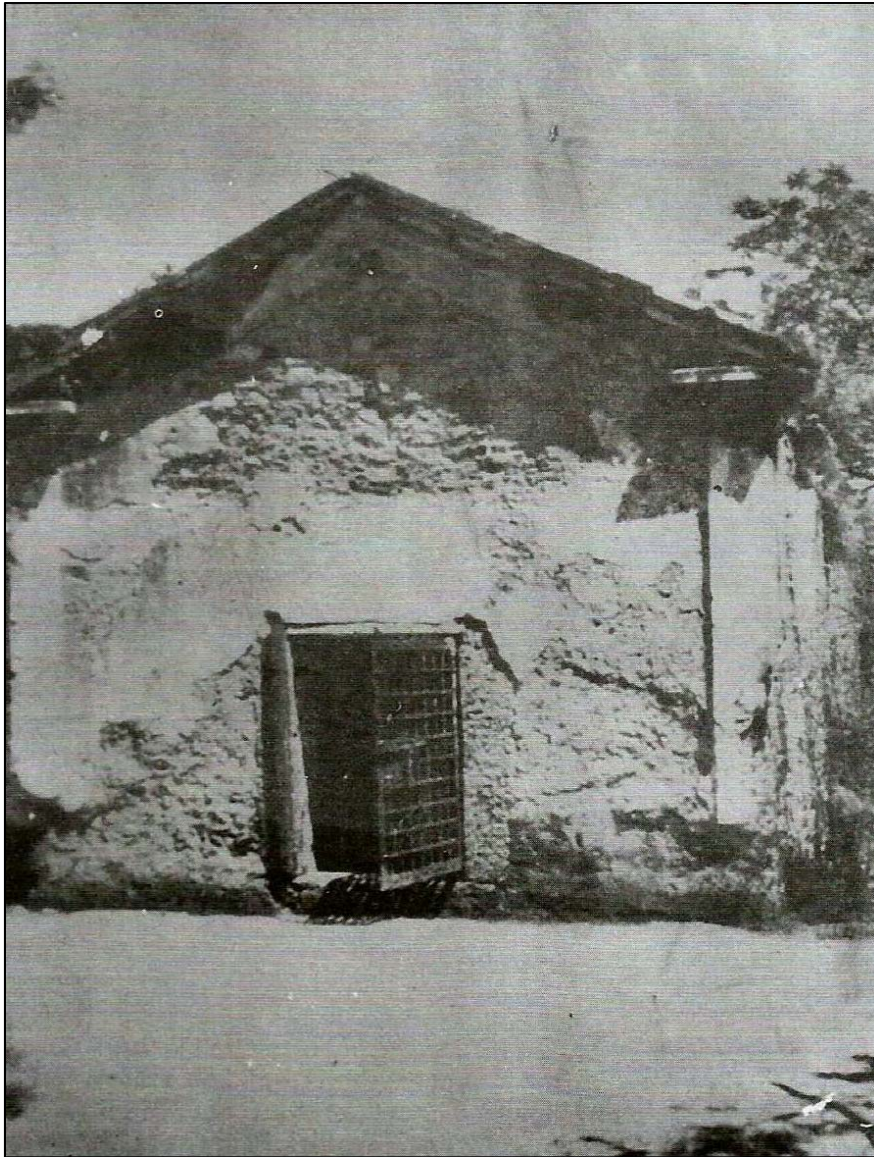
O viajante inglês John Luccock (1942:223-224) descreve com detalhes o palacete beneditino:

Também visitamos São Bento que é um dos paços reais[...] A casa possui catorze cômodos num só pavimento. Os aposentos diretamente reservados ao uso do soberano constam de uma pequena sala de visitas , mobiliada com uma mesa , uma escrivaninha e duas ou três cadeiras; uma sala de jantar (...) e comunicando com esse por meio de um corredor estreito ,um quarto de dormir pequeníssimo em que se acha um leito de baldaquim com reposteiros lisos de seda azul claro(...) Anexa a esses aposentos , acha-se uma larga varanda ; na extremidade oposta à entrada , uma capela por trás dela , um cômodo de bom tamanho com adornos e acabamento de excelentes estilo...

A Real Coutada possuía seu próprio regulamento. Uma espécie de normas de conduta para os frequentadores e funcionários do campo de caça. Eram 40 itens que versavam sobre a “boa conduta” de couteiros, guardas e moradores. Entre os itens, destacam-se a proibição de cães domésticos, pois estes comprometiam o êxito dos caçadores. Aos moradores também era proibido cortar árvores sem permissão dos couteiros. O objetivo especificado era a preservação das *moitas reais* e da *madeira de lei*. Outro item que chama à atenção era a obrigatoriedade de os moradores delatarem *pretos fugidos*. Caso não o fizessem, o morador sofreria como pena a perda da metade dos seus escravos por um período de um mês e sem vencimentos.

Uma das edificações mais significativas da Real Coutada foi a instalação conhecida como *Cadeia das Flecheiras*, que pode ter sido a antiga jaula de caças de Dom João VI. Essa edificação foi demolida na ocasião da ampliação das pistas de pouso e decolagem do aeroporto do Galeão. Ipanema (2013) menciona testemunhos de antigos moradores que afirmavam ter existido, também, um Jardim Zoológico que fora presente

à imperatriz Leopoldina. Segundo esses moradores, os vestígios do que seria o portão desse zoológico foi destruído em obras sob responsabilidade da Aeronáutica.



Cadeia das Flexeiras. Jaula da antiga coutada do início do século XIX, criada por D. João. Demolida quando da construção do Aeroporto do Galeão. Fonte: IPANEMA, 2013:214

Entre 1824 e 1831 o Mosteiro dos Beneditinos foi invadido por tropas e teve parte da sua comunidade refugiada na casa da fazenda da Ilha do Governador (ROCHA, 1991:75). Ainda no século XIX os frades bentos tiveram como arrendatários os asilos de mendigos Colônia de São Bento e Conde de Mesquita. No final do mesmo século, as referidas colônias foram transformadas em Colônias de Alienados (IPANEMA, 2013:31). Essa Colônia iniciou um entrave entre os beneditinos com o Governo, pois a este último foi permitido que construísse o Asilo agrícola para alienados mentais, entretanto não

cumpriu com suas obrigações e o Mosteiro recorreu à justiça para devolução das terras em 1904. O início do século XX foi marcado pelas disputas do Mosteiro com o Governo, culminando em 5 de agosto de 1940, com o Decreto Lei nº2479, no pagamento de pequena indenização à Companhia pelo terreno da Ilha para uso da Aeronáutica.¹⁴

Sobre a nomenclatura regional, Ipanema (2013) refere-se a Charles Boxer, quando este afirma que foi Salvador Correia de Sá e Benevides que, como parte contratual com a Coroa Portuguesa, ordena a construção de galeões. Destaca-se o “Padre Eterno”, construído exatamente na denominada Ponta do Galeão (IPANEMA, 2013). Américo Pereira¹⁵ detalha que *na praia do Galeão, construiu-se o primeiro galeão do Brasil, com madeiras da ilha, razão por que esta praia tomou o nome que ainda hoje conserva.*

Com o advento da República, Deodoro da Fonseca declarou a área (através do Decreto nº893) como utilidade pública e começou a desapropriação da região. A Aviação Naval instalou-se no Galeão nas décadas de 1920-30 e assim deu origem ao processo embrionário do Aeroporto Internacional.



Base de Aviação Naval, em 1939. Disponível em: <<http://ilhajaimenafoto.net>>

Em 1945, com a substituição dos hidroaviões por aeronaves maiores, que precisavam de pistas em terra para pouso e decolagem, o Galeão passou a ser oficialmente Aeroporto Internacional. Até aquela época, o acesso ao aeroporto realizava-se através de barcos (lança), desde a Estação de Hidros até a ponte de

¹⁴ **Segundo Livro de Tombo (1688-1793)**. Leitura, Introdução e Índices por D.L. Macêdo. Mosteiro São Bento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Edições “Lumen Christi”, 1981. p. XXXVIII e XXXIX

¹⁵ PEREIRA, A. Notação: 198, 4-5, nº 1-5 - Arquivo IHGB

desembarque, de onde os passageiros seguiam até a aeronave em ônibus, pois não existia uma estação de passageiros.



Aeroporto do Galeão na década de 1950. Disponível em: <<http://ilhacarioca.com.br>>



Obras de ampliação do Aeroporto Galeão na década de 1960. Fonte: CENDOC



Obras de ampliação do Aeroporto Galeão na década de 1960. Fonte: CENDOC



Obras de ampliação do Aeroporto Galeão na década de 1960. Fonte: CENDOC

Fisicamente, a área do Galeão surge da desfragmentação de três bairros: Carico, Limão e Engenho Novo. É uma área caracterizada por constantes processos de aterramentos devido à presença de manguezais. Ipanema (2013) afirma que os manguezais da área do Aeroporto foram preservados até 1981.

O Aeroporto constitui o maior sítio aeroportuário do país e está localizado próximo aos portos e a importantes vias expressas como Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brasil. A área adquiriu a conformação atual em 1977, com a conclusão da primeira etapa do seu plano diretor e a inauguração do Terminal 1. Em 1999, foi inaugurado o novo terminal, chamado Terminal 2. Atualmente, o Aeroporto encontra-se em obras de expansão. A Ponte do Galeão, principal interligação com o aeroporto, foi inaugurada em 1949 e foi a primeira ponte em concreto protendido feita no Brasil, com *Protensão Completa*, isto é, sem tensões de tração na flexão.

O complexo aeroportuário também conta com a maior pista de pouso e decolagem do Brasil, com 4.000m x 45m, além de ser um dos maiores, mais modernos e bem equipados terminais de logística de cargas do continente. O Galeão está ligado a mais de 32 localidades nacionais e 19 destinos internacionais. Possui dois sistemas de pistas com operações simultâneas de pousos e decolagens.¹⁶

¹⁶ Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17407/17407_3.PDF>. Acesso em: 10 mar. 2015.




The background features a detailed line drawing of a historical maritime scene. In the foreground, three large, multi-masted sailing ships with intricate rigging are shown. To the right, a lighthouse stands on a rocky outcrop. The middle ground is filled with smaller boats, including a large vessel with a complex rig and several smaller rowing boats. The background shows a coastline with buildings and trees. The text 'Anexo 1' is positioned in the upper right, and 'Tabela de Bens Históricos' is centered in the middle. The text 'R. DE TENERE' is visible on the left side of the illustration.




Anexo 1

Tabela de Bens Históricos

Tabelas de Bens Históricos e/ou Tombados pelo INEPAC e IPHAN

Ilha do Governador (ADA), no município do Rio de Janeiro:

Nº	BEM HISTÓRICO E/OU TOMBADO	DESCRIÇÃO	REFERENCIA
1.	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	<p>A Igreja está localizada na Ilha do Governador, na Praça Jerusalém, no Jardim Guanabara. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi construída em pedra e cal, no Engenho do então governador Salvador Correia de Sá e aparece citada no auto de medição das terras da Ilha do Governador, de 30 de março de 1662.</p> 	<p>INEPAC Nº Processo: 03/300.460/65, Dec."E"1024 Tombamento Definitivo: 09.12.1966 Antiga GB</p>
2.	Igreja de Nossa Senhora da Ajuda	<p>A Igreja está localizada na Ilha do Governador, na Freguesia. Construção que remete à ermida edificada antes de 1710, e reconstruída no XIX depois do incêndio ocorrido em 1871, quando restaram, apenas as paredes laterais.</p> 	<p>SPHAN Nº Processo 0044-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr. 194; Vol.1; F.034; Data: 26/07/1938</p>
3.	Igreja do Bom Jesus	<p>A Igreja está localizada na Ilha do Governador. Edificada em 1705 por padres franciscanos, a Igreja se localiza na Ilha do Fundão, em área incorporada através de aterramento.</p> 	<p>SPHAN Nº Processo 0732-T-64 Livro Histórico Nº inscr.372; Vol.1;F. 060; Data: 03/07/1964</p>
4.	Núcleo Histórico da Colônia Juliano Moreira	<p>O núcleo histórico da Colônia Juliano Moreira engloba um aqueduto do século XVIII, tombado pelo Iphan, a antiga sede da Fazenda do Engenho Novo e a igreja Nossa Senhora dos Remédios</p>	<p>INEPAC Nº Processo: E-18/001.178/90</p>

		edificadas no século XIX, bem como sete pavilhões hospitalares da década de 1920 construídos para abrigar os psicopatas transferidos das colônias da ilha do Governador e que, atualmente, compõem a Colônia Juliano Moreira. O conjunto, em decorrência do abandono, vem sofrendo ao longo dos anos um processo de deterioração.	Tombamento Provisório: 27.08.1990
5.	Casa de Lima Barreto	A residência se localizava no Morro do Carico na Ilha do Governador, a casa foi desfragmentada para construção do Galeão. 	
6.	Cais da Ilha	A principal forma de chegar até a Ilha no primeiro quartel do século XX era por embarcações marítimas. 	
7.	Pedra da Onça ou dos Gatos Maracajás	Localizada na Praia dos Amores, no Bananal, a Pedra da Onça é uma homenagem dos moradores da Ilha do Governador aos antigos e notáveis ocupantes da localidade: os temiminós, conhecidos como Maracajás ou Gatos Bravos. 	

Bairros próximos a ADA, no município do Rio de Janeiro:

Nº	BEM HISTÓRICO E/OU TOMBADO	DESCRIÇÃO	REFERENCIA
1.	Reservatório do Morro do Pinto	Conjunto significativo de vinte e cinco equipamentos urbanos – caixas-d’água, reservatórios e represas – localizados nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói. Data de 1874, no bairro da Gamboa , entre a Cidade Nova e Santo Cristo, o reservatório, com capacidade de cerca de 174m ³ , foi construído pelo Visconde de Mauá e cedido ao governo imperial para prover o abastecimento do morro do Pinto.	INEPAC Nº Processo: E-18/001.542/98 Tombamento Provisório: 09.12.1998
2.	Cemitério dos Ingleses (British Burial Ground)	Localizado no bairro da Gamboa , o British Burial Ground foi inaugurado em 1809, nas terras doadas por d. João VI ao ministro inglês, lord Stranford, para que ali se instalasse um cemitério a fim de atender à crescente comunidade protestante inglesa do Rio de Janeiro.	INEPAC Nº Processo: E-18/300.627/84 Tombamento Provisório: 11.01.1985 Tombamento Definitivo: 17.05.1988
3.	Centro Municipal de Saúde Oswaldo Cruz	Localiza-se em Manguinhos , o edifício eclético projetado pelo arquiteto Luiz de Moraes Júnior, autor também do Instituto de Manguinhos, foi erguido em 1914 para servir de sede à Diretoria Geral de Saúde Pública. Desde 1950 tomou o nome de seu primeiro e eminente diretor.	INEPAC Nº Processo: E-18/300.028/84 Tombamento Provisório: 18.01.1989
4.	Pavilhão de cursos e restaurante central do	Localizados em Manguinhos e concebidos no início dos anos 50, esses edifícios trazem a marca da primeira geração do modernismo brasileiro. Foram incluídos no tombamento os painéis de azulejos	INEPAC Nº Processo: E-18/001.538/98



	campus da Fundação Oswaldo Cruz	de Roberto Burle Marx para o Pavilhão de Cursos e de Paulo Rossi Osir para o Restaurante Central.	Tombamento Provisório: 09.12.1998 Tombamento Definitivo: 22.10.2001
5.	Igreja São Daniel Profeta	Localizada em Manguinhos , a Igreja de nave circular projetada por Oscar Niemeyer e construída em 1960 pela iniciativa privada, atendendo ao apelo da então primeira dama do Estado, senhora Sette Câmara. Hoje, despojada das obras de arte, encontra-se em mau estado de conservação.	INEPAC Nº Processo: 03/300.306/66, Dec."E"1189 Tombamento Definitivo: 29.08.1966 Antiga GB
6.	Reservatório de Paquetá	Até 1893, o abastecimento de água potável da Ilha de Paquetá dependia de poços artesianos de água inadequada. A partir desse ano a água a chegar em barris trazidos pelas barcas. Em 1907, iniciou-se a construção de um reservatório no local hoje denominado morro do Costallat. Para abastecer o reservatório foram realizadas obras de captação e adução das águas do riacho da Cachoeira Pequena em Surui, município de Magé.	INEPAC Nº Processo: E-18/001.542/98 Tombamento Provisório: 09.12.1998
7.	Pedra dos Namorados, Antiga praia da Guarda, atual Praia José Bonifácio, Paquetá	A Pedra dos Namorados há muito está consagrada como patrimônio cultural pela população. Seu dorso liso preserva um encantamento não apenas vinculado à beleza cenográfica, mas à sua própria lenda: se um apaixonado jogar alí três pedrinhas e ao menos uma permanecer sobre a pedra, seu amor estará magicamente garantido.	INEPAC Nº Processo: E-18/300.030/84 Tombamento Provisório: 19.06.1985
8.	Pedra da Moreninha	A Pedra da Moreninha é um monumento de romantismo. Nela se revive um pouco o romance A moreninha, de Joaquim Manoel de Macedo, ambientado em Paquetá . A Pedra da Moreninha, mais que sua notável beleza como monumento natural, está incorporada pela imaginação humana à cultura do Rio de Janeiro.	INEPAC Nº Processo: E-18/300.030/84 Tombamento Provisório: 19.06.1985
9.	Dez árvores em ruas de Paquetá	As dez árvores abaixo listadas situam-se em praças e ruas de Paquetá , tendo sido tombadas pela sua importância na paisagem cultural da Ilha. Amendoeira, na praia dos Tamoios, esquina com a ladeira Vicente; Baobá conhecido como Maria Gorda, na praia dos	INEPAC Nº Processo: 03/300.203/67,Dec. "E"1902





		Tamoios defronte ao nº 125; Mangueira na rua Tomás Cerqueira, defronte ao nº 73; Mangueira na rua Padre Juvenal, defronte ao nº 44; Tamarineira na praia José Bonifácio, defronte ao nº 221; Jaqueira na rua Guedes de Carvalho, defronte aos fundos do terreno nº 199, da praia José Bonifácio; Mangueira na rua Guedes de Carvalho; Mangueira na rua Frei Leopoldo, esquina da rua Manuel Macedo nº 87; Algodoeira de Praia na praia Marechal Floriano (início); Tamarineira na praia Marechal Floriano defronte ao nº 258.	Tombamento Definitivo: 22.11.1967 Antiga GB
10.	Reservatório da Penha	Com capacidade para armazenar cerca de 2.000 m ³ d'água o reservatório da Penha foi construído em um contraforte da Serra da Misericórdia em 1914 valendo-se da, então inovadora, tecnologia do concreto armado. Provê o abastecimento dos subúrbios da Leopoldina entre Bonsucesso e Vigário Geral.	INEPAC Nº Processo: E-18/001.542/98 Tombamento Provisório: 09.12.1998
11.	Parque Ary Barroso	O parque Ary Barroso, criado em 1964, ocupa uma área de cerca de 50.000 m ² no bairro da Penha Circular, próximo à linha férrea, em terreno da antiga Chácara das Palmeiras. Primeiro parque implantado no subúrbio carioca, constitui-se em um dos principais centros de recreação da cidade. Em 2003, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro elaborou um projeto de recuperação e revitalização do parque.	INEPAC Nº Processo: 03/300.419/65, Dec."E"857 Tombamento Provisório: 08.10.1965 Antiga GB
12.	Reservatório do Pedregulho	O reservatório do Pedregulho, inaugurado em 1880 pelo imperador d. Pedro II, no bairro de São Cristóvão , é obra notável de cantaria e alvenaria de pedra, com arcada e tetos em abobadilhas de aresta, é composto de duas caixas em níveis diferentes. Em funcionamento desde sua inauguração, o reservatório é, ainda hoje, o grande centro distribuidor da cidade.	INEPAC Nº Processo: E-18/001.542/98 Tombamento Provisório: 09.12.1998
13.	Reservatório da Quinta da Boa Vista	Construído em 1867, o reservatório da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão , fazia parte das iniciativas do governo de melhorar e ampliar o fornecimento de água à Capital do Império. O reservatório da Quinta era alimentado pelo sistema rio d'Ouro e	INEPAC Nº Processo: E-18/001.542/98 Tombamento Provisório: 09.12.1998




		destinava-se ao abastecimento de parte de São Cristóvão, inclusive o Palácio Imperial na Quinta da Boa Vista.	
14.	Coreto no Campo de São Cristóvão	Conjunto significativo de vinte e cinco equipamentos urbanos – caixas-d'água, reservatório se represas – localizados nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói. O coreto de planta poligonal ergue-se sobre forte embasamento de três metros revestido em pedra, sobre o qual repousam colunas e guarda-corpos em ferro batido. Construído na gestão de Pereira Passos, na ocasião da urbanização do amplo Campo de São Cristóvão, o coreto se localiza em uma de suas extremidades tendo na sua vizinhança o moderno e monumental Pavilhão de Exposições.	INEPAC Nº Processo: E-18/300.288/85 Tombamento Provisório: 16.12.1985
15.	Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Conjunto Pedregulho)	Localizado em São Cristóvão , o Conjunto Pedregulho foi projetado em 1947 e inaugurado em 1950/51, pelo Departamento de Habitação Popular do antigo Distrito Federal. Exemplo de produção arquitetônica destinada à habitação social, o Pedregulho agrega pela primeira vez, à moradia popular, um extenso programa que inclui escola, creche, ambulatório, mercado, lavanderia e equipamentos esportivos.	INEPAC Nº Processo: E-18/000.463/2011 Tombamento Provisório: 29.07.2011
16.	Sede do Observatório Nacional	É o mais antigo observatório em funcionamento do Hemisfério Sul, em atividade regular desde 1780. Oficialmente criado como Imperial Observatório em 1827, ainda no morro do Castelo e instalado em seu atual campus em 1922. O tombamento da totalidade do campus inclui, além do edifício sede, a Casa Branca, a Sala da Hora, as oficinas e alojamentos.	INEPAC Nº Processo: E-03/31.273/83 Tombamento Provisório: 26.01.1983 Tombamento Definitivo: 18.11.1987






Município de Duque de Caxias:

Nº	BEM HISTÓRICO E/OU TOMBADO	DESCRIÇÃO	REFERENCIA
1.	Fazenda São Bento	Sede e Capela. Localizados na Av. Pres. Kenedy km 8. São Bento 	IPHAN Tombamento: 1957
2.	Casa do Administrador do Núcleo Colonial do São Bento	Localizado na Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, 9422, São Bento. 	
3.	Praça do Pacificador	Centro Cultural Oscar Niemayer. Centro	
4.	Igreja Nossa Sra do Pilar	Estrada velha do Pilar, próximo ao canal do Rio Pilar. 	IPHAN Tombamento: 1938
5.	Caminho de Minas – trecho da Estrada da Taquara	Localizado onde fica a fábrica Nova América.	INEPAC Tombamento: 1984
6.	Fazenda Ferraria	Estrutura arquitetônica do século XVIII com algumas referências ao século XIX.	

7.	Capela Santa Rita da Posse	Ruínas, Xerém		
8.	Ponte sobre o Rio Meriti	Limite entre Duque de Caxias e o Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Kennedy.		
9.	Antiga Sede dos Correios e Telegráfos do São Bento	Localizado na Rua José Pinto, 85, São Bento.		
10.	Centro Cultural Oscar Niemeyer	O Centro Cultural Oscar Niemeyer é conjunto da obra do arquiteto que a projetou e lhe emprestou o nome. O Centro conta com uma Biblioteca (inaugurada em 2004) e um Teatro.		
11.	Hotel Municipal	Possível local da 1ª Prefeitura Av. Pres. Kenedy,1961		
12.	Escola Municipal Dr Álvaro Alberto	Rua Deputado Romeiro Jr., 273-Centro. Vila Meriti		
13.	Primeiro Prédio da Prefeitura de Duque de Caxias e da Câmara Municipal de Duque de Caxias	Localizado na Avenida Pres. Kennedy, 1.763		


14.	Igreja Santa Terezinha	Antiga Igreja de São João Batista de Trairaponga.		
15.	Catedral de Santo Antônio	Localizada na Av. Pres. Kennedy, 1861.		
16.	Sociedade Musical e Artística Lira de Ouro.	Fundada em 12/03/57. Possui uma orquestra.		
17.	Cinemas	Pau-de-arara (antiga Casas da Banha, atual Lojas Americanas, nº 145), Paz (atual Lojas C&A), Santa Rosa (Avenida Presidente Kennedy nº 1555, em frente ao Centro Cultural), River (subida do Viaduto da Rua Paulo Lins que liga o Centro ao bairro Jardim 25 de Agosto) e Xerém (atual Biblioteca Pública de Xerém, construído na década de 40, junto com a FNM).		
18.	Prédio da UPC	Rua Manuel Correia, nº 106. Esquina da Av. Presidente Kennedy com a Praça do Relógio.		
19.	Fortaleza Tenório Cavalcante	Av. Presidente Kenedy, 2093.		

20.	Terreiro de Joãozinho da Goméia.	Terreiro religioso localizado na Avenida General Rondon. Rua Gen. Rondon, 360-Jacatirão. Rua Sion, Lote 07 – Parque Fluminense.	
21.	Chácara de Tenório Cavalcanti	Localizada na Vila São José.	
22.	Portal da entrada da Cidade dos Meninos e Complexo da Cidade dos Meninos	Localizado no bairro Pilar, o Portal possui um conjunto arquitetônico característico dos anos 30.	
23.	Centro Panamericano de Febre Aftosa	O Centro Panamericano de Febre Aftosa foi criado no governo Vargas, juntamente com o Núcleo Colonial São Bento, com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, enquadrava-se no projeto varguista de criação de um “cinturão verde” para abastecer o Rio de Janeiro.	
24.	Museu Histórico Duque de Caxias	Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do município e do Exército, nasceu na Fazenda São Paulo, hoje Taquara, 3º distrito. No local onde existia o antigo casarão, foi construído o Museu Municipal da Taquara que é administrado pela Secretaria de Cultura desde 1994 e que ainda mantém parte da estrutura desse casarão.	
25.	Igreja N.S. do Rosário	Cachoeira das Dores s/nº - Taquara	
26.	Fabrica Nacional de Motores / Ciferal	Xerém.	



27.	Igreja N.S. das Graças	Localizada em Outro Ladeira da Capela, 09, 4º Distrito. Xerém		
28.	Conjunto arquitetônico da Vila Operária	Xerém		
29.	Conjunto Arquitetônico da Vila do Sopapo	Localizado na Rua Santa Alice, s/nº, Xerém.		
30.	Igreja Santa Rita de Cássia	Localizada na Rua Eneias Rias Frutuoso, 24, Xerém		
31.	Ponte sobre o Rio Xerém	Rua Carlos Mateus, s/nº, Xerém		
32.	Prédio da Antiga Fábrica de Tecidos Nova América	Localizado na Estrada Cachoeira das Dores, s/nº, Taquara.		

33.	Prédio da Estação Ferroviária de Imbariê	Localizada na Rua Coronel Sisson, s/n, Santa Lúcia.		
34.	Prédio do Antigo Mercado da Fábrica Nacional de Motores	Localizado Praça do Lions, s/nº, Xerém.		
35.	Ruína do Sítio Manuel Couto	Localizado na Reserva biológica de tinguá, s/nº, Xerém.		
36.	Tulhas do São Bento	Localizadas na Rua José Pinto, 465, São Bento.		

Município de Magé:

Nº	BEM HISTÓRICO E/OU TOMBADO	DESCRIÇÃO	REFERENCIA
1.	Serra do Mar / Mata Atlântica 16	A Mata Atlântica na época do Descobrimento revestia uma faixa contínua de 350 mil km ² do território brasileiro. O trecho correspondente ao tombamento no Estado do Rio de Janeiro estende-se por 38 municípios.	INEPAC Nº Processo: E-18/000.172/91 Tombamento Provisório: 06.03.1991
2.	Caminhos de Minas: Trechos da Calçada de Pedra ou Caminho de Inhomirim	O primeiro trecho fica entre a localidade de Raiz da Serra, no Município de Magé, e o ponto a dois quilômetros antes do Alto da Serra.	INEPAC Nº Processo: E-03/31.486/83 Tombamento Provisório: 20.11.1984
3.	Capela de N. S. da Conceição, filial da Freguesia de N. S. da Piedade de Inhomirim	Localidade de Vila Inhomirim – Magé. A capela de Nossa Senhora da Conceição está situada em uma pequena ilha que se forma pela queda do rio Guapi, envolvida por densa vegetação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.	INEPAC Nº Processo: E-18/300.049/84 Tombamento Provisório: 18.01.1989
4.	Capela de Santo Aleixo, filial da Freguesia de N. S. da Piedade de Magepe	Localidade da capela, na rua Saquarema, sede municipal, em Magé. A capela de Santo Aleixo foi implantada em pequena elevação como as demais capelas da região.	INEPAC Nº Processo: E-18/300.049/84 Tombamento Provisório: 18.01.1989
5.	Capela de Nosso Senhor do Bonfim	Localiza-se no Morro do Bonfim, sede municipal, em Magé. A capela de Nosso Senhor do Bonfim, construída em 1883, é uma das mais recentes do conjunto de igrejas da região.	 INEPAC Nº Processo: E-18/300.049/84 Tombamento Provisório: 18.01.1989

6.	Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Magepe	A igreja localiza-se na rua Padre Anchieta.. Por volta de 1650, foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe. A atual igreja de Nossa Senhora da Piedade foi concluída em 1751, no local conhecido como Caminho Grande e recebeu as imagens do velho templo demolido.		INEPAC N° Processo: E-18/300.049/84 Tombamento Provisório: 18.01.1989
7.	Capela de Santana da Piedade, filial da Freguesia de N.S. da Piedade de Magepe	Localidade de Iriri, sede municipal, em Magé. Edificação ingênua de pequenas dimensões, ao mesmo tempo que reflete, na geometria de sua fachada, o rigor de sua concepção.		INEPAC N° Processo: E-18/300.049/84 Tombamento Provisório: 18.01.1989
8.	Capela de Nossa Senhora da Conceição, filial da Freguesia de São Nicolau de Suruí	Próximo ao rio Suruí, na margem oposta à da estrada da Conceição, em Magé. A Capelinha de Nossa Senhora da Conceição, filiada à freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, foi erguida por volta de 1731 na antiga Fazenda dos Amorins.		INEPAC N° Processo: E-18/300.049/84 Tombamento Provisório: 18.01.1989
9.	Capela de São Francisco de Croará	Localidade de São Francisco de Croará, em Magé. A capela de São Francisco de Croará, edificada em 1745, destaca-se por compor um dos mais belos cenários da região. Implantada na praia de São Lourenço.		INEPAC N° Processo: E-18/300.049/84 Tombamento Provisório: 18.01.1989
10.	Capela de Nossa Senhora dos Remédios	Localidade de Mauá, em Magé. A Capela de N. S. dos Remédios, uma das mais belas da região, situa-se numa pequena elevação voltada para a orla da baía de Guanabara, na praia de Mauá e que remonta a 1740.		INEPAC N° Processo: E-18/300.049/84 Tombamento Provisório: 18.01.1989

11.	Vila de Estrela	Localiza-se na BR-493, entrada do Parque Estrela, Mauá - Guia de Pacobaíba, em Magé. A Vila de Estrela destaca-se pelo papel que desempenhou como principal porto de escoamento da produção aurífera mineira no século XVIII e do café do Vale do Paraíba. Lá iniciava-se a parte terrestre da Variante do Caminho Novo, aberta em 1725 e calçada em 1806, ligava diversas localidades do país, sobretudo Minas Gerais e Bahia, ao litoral do Rio de Janeiro. As ruínas da Capela de N. S. da Estrela , do Porto Estrela e da Casa das Três Portas são, hoje, os únicos vestígios materiais remanescentes da antiga Vila.	INEPAC Nº Processo: E-18/000.348/2005 Tombamento Provisório: 03.05.2005	
12.	Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba	Localiza-se na Praia de Ipiranga, em Mauá. A igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba foi edificada no lugar de uma antiga capela de taipa de pilão dedicada à Santa Margarida, entre o fim do século XVII e início do XVIII.		INEPAC Nº Processo: E-03/34.922/78 Tombamento Provisório: 03.06.1980
13.	Igreja de São Nicolau	A igreja de São Nicolau foi erigida no alto de um morro à margem do rio Suruí, o único dos inúmeros portos fluviais do período colonial da região que se mantém ativo. Datada de 1710, a sua implantação em local elevado e em meio a uma paisagem de manguezais e morros baixos permite a visualização à distância.		INEPAC Nº Processo: E-03/06.999/80 Tombamento Provisório: 03.06.1980 Tombamento Definitivo: 17.03.1989
14.	Fábrica de Pólvora Estrela	A Fábrica de Pólvora da Estrela foi instalada nas terras das Fazendas Cordoaria, Mandioca e do Velasco, adquiridas em 1826 pela Corte a fim de receber a fábrica de pólvora, então localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas. A Fábrica abasteceu o Exército Imperial e os Aliados durante a Guerra do Paraguai, escoando sua produção pelo Porto Estrela. O estado de conservação está ruim.	23K 0686253/7502256 BR 116 – Piabetá- RJ 107.	

15.	Paiol de Pólvora e Munição	Ruínas do Paiol de Pólvora construído no morro do Calundú em Guia de Pacobaíba com a principal finalidade: proteger e armazenar munição durante o período da Guerra do Paraguai. Em Mauá, seguir na Av. Roberto Silveira até a Estrada do Salgado. O estado de conservação está ruim.	23K 0683993/7489687
16.	Velha estação da estrada de ferro Guia de Pacobaíba e antigo porto Mauá.	Primeira estrada de ferro do Brasil. Guia de Pacobaíba. Distrito de Mauá. Bom estado de conservação.	23K 0688309/7487030
17.	Fazenda Santa Rita	Forno colonial de Alambique. Encontra-se destruído.	
18.	Poço Bento do Padre Anchieta	Multicomponencial. Proximidades de Porto Velho da Piedade e da capela de Santana. Bairro Piedade. Bom estado de conservação.	23K 0698987/7490539

Município de Guapimirim:


Nº	BEM HISTÓRICO E/OU TOMBADO	DESCRIÇÃO	REFERENCIA
1.	Serra do Mar/Mata Atlântica 11	A Mata Atlântica na época do Descobrimento revestia uma faixa contínua de 350 mil km ² do território brasileiro. O trecho correspondente ao tombamento no Estado do Rio de Janeiro estende-se por 38 municípios.	INEPAC Nº Processo: E-18/000.172/91 Tombamento Provisório: 06.03.1991
2.	Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim	Em pequena elevação do terreno, antiga freguesia de Aguapeí-mirim-Guapimirim. Esta igreja, bem como a capela de Nossa Senhora da Conceição fazem parte de uma rede de igrejas e capelas construídas, desde o início da colonização do território fluminense, no entorno da baía de Guanabara A matriz de Nossa Senhora da Ajuda, concluída em 1753.	INEPAC Nº Processo: E-18/300.049/84 Tombamento Provisório: 18.01.1989
3.	Capela de Nossa Senhora da Conceição	No Parque Nacional da Serra dos Órgãos, em Guapimirim, a capela de Nossa Senhora da Conceição está filiada à freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, fica numa pequena ilha formada pela queda do rio Guapi, envolvida por densa vegetação. Foi erguida como capela da antiga Fazenda dos Amorins por volta de 1731.	INEPAC Nº Processo: E-18/300.049/84 Tombamento Provisório: 18.01.1989
4.	Capela de Nossa Senhora da Conceição do Soberbo	Capela construída em 1713. O caminho que leva à capela era o antigo leito da Estrada de Ferro, que ligava o Cais de Piedade (em Magé) a Teresópolis. Parque da Serra dos Órgãos.	23K 0706152 /7511056
5.	Ruínas da fazenda de quinino.	Ruínas. Parque da Serra dos Órgãos. O estado de conservação está ruim.	23K 0706182/7510942
6.	Ponte Fazenda Ajuda	Construção histórica. Seguir na Rua 3, virar à direita na Rua 4. Fazenda Ajuda. Encontra-se em bom estado de conservação.	23K 0708004/7494182
7.	Ponte Rua 1	Construção histórica. Seguir na Rua 3, virar à direita na Rua 4. Fazenda Ajuda. Encontra-se em bom estado de conservação.	23K 0707054/7494400






Município de Itaboraí:




Nº	BEM HISTÓRICO E/OU TOMBADO	DESCRIÇÃO	REFERENCIA
1.	Serra do Mar/Mata Atlântica 12	A Mata Atlântica na época do Descobrimento revestia uma faixa contínua de 350 mil km ² do território brasileiro. O trecho correspondente ao tombamento no Estado do Rio de Janeiro estende-se por 38 municípios.	INEPAC Nº Processo: E-18/000.172/91 Tombamento Provisório: 06.03.1991
2.	Sede da Prefeitura e Câmara Municipal de Itaboraí	Construída na terceira década do século XIX no município de Itaboraí, a antiga Casa de Câmara e Cadeia da Vila de São João Batista de Itaboraí é projeto do engenheiro Júlio Frederico Koëler.	INEPAC Nº Processo: E-03/34.288/78 Tombamento Provisório: 20.11.1978 Tombamento Definitivo: 16.04.1979
3.	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Em Itaboraí, no ano de 1571, os padres jesuítas receberam uma sesmaria na região de Porto das Caixas. Ali se estabelecendo, construíram uma capelinha sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, nas proximidades do rio da Aldeia, afluente do Macacu, por onde escoava a produção do interior para a capital. Uma igreja dedicada à mesma devoção foi inaugurada em 1718, e reconstruída em 1747.	INEPAC Nº Processo: E-18/001.047/99 Tombamento Provisório: 14.08.2001





4.	Ruínas do convento São Boaventura (Conhecidas como ruínas do convento de Macacu)	<p>As ruínas do convento se destacam no sítio, onde existiu no século XVIII a antiga Vila de Santo Antônio de Sá. Em 1874 iniciou-se a construção da igreja da Ordem Terceira. De 1829 a 1840, uma epidemia dizimou a população da Vila e causou o abandono do Convento pelos franciscanos. Em 1922 as ruínas passaram aos beneditinos e, posteriormente, as terras foram vendidas a diversos proprietários.</p> 	<p>INEPAC Nº Processo: E-03/33.714/78 Tombamento Provisório: 11.12.1978 23K 0716792/7493011</p>
5.	Porto de Vila Nova	Porto. Distrito de Itambi. Encontra-se destruído.	23K 0709458/7485484
6.	Igreja de São Barnabé	Igreja. Distrito de Itambi. Encontra-se em bom estado de conservação.	23K 0709969/7484273
7.	Silo dos Jesuítas	Ruína. Distrito de Itambi. O estado de conservação é ruim.	23K 0709957/7487675
8.	Paróquia de São João Batista	Prédio Histórico. Centro Itaboraí. Encontra-se em bom estado de conservação.	23K 0719923/7483147
9.	Igreja do Bonfim	Igreja. Centro Itaboraí. Encontra-se em bom estado de conservação.	23K 0719675/7483101
10.	Prédio da Maçonaria	Prédio histórico. Centro Itaboraí. Encontra-se em bom estado de conservação.	23K 0719690/7483110
11.	Parque Paleontológico de São José de Itaboraí	Distrito de São José. Encontra-se em bom estado de conservação.	23K 0717166/7472515





Município de São Gonçalo:





Nº	BEM HISTÓRICO E/OU TOMBADO	DESCRIÇÃO	REFERENCIA
1.	Casa da Fazenda do Colubandê e Capela de Sant'Ana	<p>A Fazenda Colubandê, no município de São Gonçalo, era o engenho de Nossa Senhora de Monserrate, a padroeira da capela anexa. A capela data de 1618, foi construída para Nossa Senhora de Montserrat, mas, ainda no século XVII, passou a ser dedicada à Nossa Senhora de Santana.</p> 	<p>SPHAN Nº Processo 0212-T-39 Livro Belas Artes Nº inscr. 285 ;Vol. 1 ;F. 049 Data: 23/03/1940</p>
2.	A Capela da Luz	<p>A capela, localizada em São Gonçalo, foi construída na primeira metade do século XVII, quando o capitão Francisco Dias da Luz chegou ao Rio de Janeiro em 1565. Possui típica arquitetura colonial.</p> 	<p>A Capela da Luz foi tombada por lei municipal de 1855.</p>
3.	Fazenda do Engenho Novo	<p>O tombamento compreende o sítio histórico e respectivo conjunto arquitetônico e paisagístico da sede da antiga fazenda, localizada em São Gonçalo. A casa-grande reporta-nos à casa rural dos séculos XVII e XVIII.</p> 	<p>INEPAC Tombamento Provisório: 06.07.1998 Tombamento Definitivo: 07.12.1998</p>
4.	Serra do Mar / Mata Atlântica	<p>Engloba no Estado do Rio de Janeiro o território de 38 municípios.</p>	<p>INEPAC Nº Processo: E-18/000.172/91 Tombamento Provisório: 06/03/1991</p>



5.	Igreja Matriz de São Gonçalo do Amarante	Igreja construída em terreno doado por José de Holanda Braga, em 1733. O retábulo mor tem sua autoria atribuída ao escultor português Francisco Vieira Servas. Seus elementos variam do rococó ao neoclássico. No seu entorno há um cruzeiro que valoriza ainda mais a posição da edificação. O elemento foi construído em 1871, em peça única de braúna, e é composto por elementos do martírio.		Tombamento: 11/04/2008, Inscrição no livro do tomo n° 009/08.
6.	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Construída pela população cativa nas primeiras décadas do século XVIII, possui altares em estilo rococó. Tem como padroeira Nossa Senhora do Rosário, no entanto, há altares laterais construídos em devoção a Nossa Senhora das Mercês e supostamente a São Benedito, em estilo Dom João V.		Tombamento: 7/04/2006, Inscrição no livro do tomo n° 006/06.
7.	Igreja de Santa Efigênia	Construída pela comunidade local, sua arquitetura remete aos traços da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Em seu interior, há altar mor devotado a padroeira Santa Efigênia, além de sacristia e coro. Juntamente com a imagem e o sino, foi abençoada em 11 de novembro de 1945.		Tombamento: 11/04/2008, Inscrição no livro do tomo n° 010/08.



8.	São Sebastião de Vargem Alegre	<p>Sua origem foi datada do final do século XIX, com autorização do Bispo D. Antônio Maria de Correa de Sá Benevides para erguer uma capela a pedido dos fiéis de São Sebastião. Por volta de 1900, o mesmo já se encontrava erguido tendo autorização do Monsenhor Telles para celebração dos ofícios religiosos. Paralela a construção, foi doada a imagem de São Sebastião por D. Inês Dias Duarte. O forro da capela mor apresenta pintura com imagem do padroeiro. Em 1944 foi reconstruída e benta com a devida licença de Dom Helvécio Gomes de Oliveira.</p>		Tombamento: 11/04/2008, Inscrição no livro do tomo n°008/08.
9.	Fazenda Brejaúba	<p>Possui arquitetura colonial do século XIX. É a única do município de São Gonçalo do Rio Abaixo que possui em seu interior uma capela em estilo neoclássico dedicado à Nossa Senhora da Conceição. Tem sua história ligada ao Presidente, Afonso Augusto Moreira Penna (1906-1909).</p>		Tombamento: 7/04/2006, Inscrição no livro tomo n° 007/06.
10.	Centro Pastoral	<p>Erguido no final do século XIX por Monsenhor Manoel da Silva Torres. Caracteriza uma arquitetura típica dos sobrados coloniais. Foi doado à Igreja e era casa paroquial desde 1888, local onde morou Padre João por 50 anos. A partir de 1996, começou a funcionar como Centro Pastoral.</p>		Tombamento: 11/04/2008, Inscrição no livro do tomo n° 011/08.
11.	Guarda de Marujos Nossa Senhora da Guia	<p>Surgiu em 1991 sendo o Sr. Benedito de Souza seu fundador. Com sede na Fazenda Bexiga, localidade de Fernandes, zona rural de São Gonçalo do Rio Abaixo, a Guarda tem função histórica na cidade. A imagem de Nossa Senhora da Guia transita em suas apresentações, sendo reverenciada em todas as festas de congado, exaltando a importância da virgem na região.</p>		Registrada em: 12/01/2010.

Município de Niterói:


Nº	BEM HISTÓRICO E/OU TOMBADO	DESCRIÇÃO	REFERENCIA
1.	Capela de São Pedro e Cemitério do Maruí	Localizado em uma colina no bairro do Barreto, em Niterói. 	SPHAN Nº Processo 0163-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 214 ;Vol. 1 ;F. 037 Data: 23/08/1938
2.	Igreja de São Lourenço dos Índios	Localizada no Morro de São Lourenço, entre os bairros Fonseca e Santana. É o local onde os Temiminós se aldearam entre 1568 e 1573. Primeiramente foi construída pelos jesuítas em taipa em 1570. Em 1627, a Igreja foi edificada em pedra e cal. A atual conformação do templo foi estruturada no século XVIII, por iniciativa do padre Brás Lourenço. 	SPHAN Nº Processo 0163-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.213; Vol.1; F.037; Data: 23/08/1938 Livro Histórico Nº inscr. 247; Vol.1; F. 041; Data: 12/10/1948
3.	Igreja de São Francisco Xavier	Localizada em São Francisco, em Niterói, a Igreja foi construída entre os anos de 1662 e 1696, seu projeto tem autoria atribuída ao jesuíta Irmão Lourenço Gonçalves. 	SPHAN Nº Processo 162-T, inscrição 73, Livro das Belas Artes, fl.14, em 20/05/1938.
4.	Forte do Gragoatá	O Forte do Gragoatá está localizado num promontório rochoso na extremidade da antiga praia de São Domingos, no município de Niterói 	SPHAN Nº Processo 0155-T-38, inscrição nº 51 no Livro Histórico, fl.10 e inscrição nº 100 no Livro das Belas Artes, fl. 18 Data: 24/05/1938


5.	Ilha da Boa Viagem	Localizada no município de Niterói no bairro de Boa Viagem.		SPHAN Nº Processo 101-T e 164-T, inscrição nº 80 no Livro das Belas Artes, fl. 15 e inscrição nº 3 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fl. 2 Data: 30/05/1938
6.	Fortaleza de Santa Cruz	A Fortaleza de Santa Cruz, localizada em Niterói, tem suas origens ligadas à reação portuguesa contra as tentativas de colonização, no século XVI, pelos franceses.		SPHAN Nº Processo 0207-T-39 - inscrição nº 122, Livro Histórico, fl.22 e inscrição nº 274, Livro das Belas Artes, fl. 47 Data: 04/10/1939
7.	Recolhimento de Santa Tereza	Praia de Itaipu. Em 1716 havia apenas uma capela no local. A parte principal da construção, cuja primeira etapa da restauração concluiu-se em 1974, passou a abrigar, desde março de 1977, o Museu de Arqueologia, devido à sua proximidade ao Duna Grande.		IPHAN Nº Processo 0365-T-46 - inscrição nº 425, Livro das Belas Artes, fl.80 Data: 08/01/1955
8.	Casarão de Charitas	Localizado no bairro de Charitas e construído em pedra e cal nos meados do século XVIII para servir de sede da Fazenda Jurujuba, foi projetado por José Fernandes Pinto Alpoim, importante arquiteto do Rio de Janeiro, século XVIII.		IPHAN Nº Processo 0585-T-58 - inscrição nº 467, Livro das Belas Artes, fl.86 Data: 11/04/1962


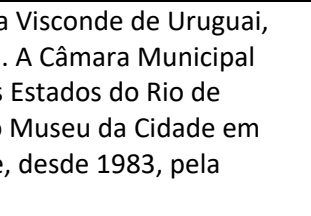


9.	Solar do Jambeiro	Localizada no bairro de São Domingos, em Niterói, a edificação foi construída a partir de 1872, com características das chácaras das periferias urbanas.		IPHAN Nº Processo 0899-T-74 - inscrição nº 514, Livro das Belas Artes, fl. 93 e inscrição nº 65, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fl. 15 Data: 25/04/1974
10.	Serra do Mar / Mata Atlântica 21	A Mata Atlântica na época do Descobrimento revestia uma faixa contínua de 350 mil km ² do território brasileiro. O tombamento pretende reconhecer e agregar valores de cunho cultural e humanista a esse legado da natureza. Com aproximadamente 656.700 hectares, o trecho correspondente ao tombamento no Estado do Rio de Janeiro estende-se por 38 municípios.	INEPAC Nº Processo: E-18/000.172/91 Tombamento Provisório: 06.03.1991	
11.	Litoral fluminense: canto sul da praia de Itaipu e Ilhas da Menina, da Mãe e do Pai 2	A área protegida denominada Canto Sul da Praia de Itaipu corresponde a um pequeno trecho do litoral do município de Niterói que resistiu ao processo de parcelamento inadequado do solo, cuja ocupação mantém ainda uma relação harmoniosa com a paisagem natural circundante, formada pelo Pontal do Morro das Andorinhas, as Ilhas da Menina, do Pai e da Mãe, o aldeamento de pescadores e o histórico Recolhimento de Santa Teresa.	INEPAC Nº Processo: E-18/300.459/85 Tombamento Provisório: 09.12.1985 Tombamento Definitivo: 11.05.1987	
12.	Ilha dos Cardos	São três formações rochosas que afloram do mar ao largo das praias da Boa Viagem e das Flexas e se constituem em marcos naturais e simbólicos da paisagem da cidade de Niterói.		INEPAC Nº Processo: E-03/33.538/83 Tombamento Provisório: 19.06.1985


13.	Pedra de Itapuca	São três formações rochosas que afloram do mar ao largo das praias da Boa Viagem e das Flexas e se constituem em marcos naturais e simbólicos da paisagem da cidade de Niterói.		INEPAC Nº Processo: E-03/33.538/83 Tombamento Provisório: 19.06.1985
14.	Pedra do Índio	São três formações rochosas que afloram do mar ao largo das praias da Boa Viagem e das Flexas e se constituem em marcos naturais e simbólicos da paisagem da cidade de Niterói.		INEPAC Nº Processo: E-03/33.538/83 Tombamento Provisório: 19.06.1985
15.	Biblioteca Estadual de Niterói	A construção da Biblioteca no centro de Niterói, iniciada em 1927, só foi concluída em 1935.		INEPAC Nº Processo: E-03/18.213/78 Tombamento Provisório: 30.01.1980 Tombamento Definitivo: 26.01.1983
16.	Fórum de Niterói	Centro de Niterói. De autoria, até 1914, do engenheiro francês Dupu Tessain assessorado pelo arquiteto Pedro Campofiorito, nascido e formado em Roma e morador de Niterói até seu falecimento em 1945.		INEPAC Nº Processo: E-03/18.213/78 Tombamento Provisório: 30.01.1980 Tombamento Definitivo: 26.01.1983
17.	Câmara Municipal de Niterói	Centro de Niterói. Arquitetura eclética de cunho neoclássico, em alusão às origens francesas da democracia moderna. Foi inaugurada em 1917, ornamentada com esculturas alegóricas monumentais referentes a símbolos patrióticos republicanos.		INEPAC Nº Processo: E-03/18.213/78 Tombamento Provisório: 30.01.1980 Tombamento Definitivo: 26.01.1983

18.	Monumento à República, incluindo as peças de bronze que o integram	É elemento culminante do conjunto cívico da praça da República no centro de Niterói, criado e executado pelo escultor fluminense José Otávio Correia Lima. Desmontado na década de 1970, ergueu-se, no lugar, o esqueleto de um edifício destinado ao Tribunal de Justiça, que nunca seria concluído. Em 1989, o Governo do Estado determinou a implosão do arcabouço existente e a reconstituição da praça na sua forma original.	INEPAC Nº Processo: E-03/18.213/1978 Tombamento Provisório: 30.01.1980 Tombamento Definitivo: 26.01.1983
19.	Cinema Icaraí	O Cinema Icaraí é o último remanescente dos cinemas de rua em Niterói. Construído na década de 1940, com características arquitetônicas influenciadas pela <i>art déco</i> , motivou o Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio de Janeiro, a solicitar sua proteção através do tombamento estadual.	INEPAC Nº Processo: E-18/001.281/2007 Tombamento Provisório: 28.11.2008
20.	Conjunto Arquitetônico do antigo Educandário Paula Cândido.	Em janeiro de 1851, o Governo Imperial alugou um grande prédio na enseada de Jurujuba, em Niterói, para recolher marítimos com febre amarela tendo início o lazareto de Jurujuba. Em 1853, cria-se ali o Hospital Marítimo Santa Isabel em homenagem à Princesa Isabel e em 1898, o Hospital Paula Cândido, posteriormente Educandário Paula Cândido, destinado a crianças carentes. Com aproximadamente 3.000 m ² de área construída.	INEPAC Nº Processo: E-18/000.966/2007 Tombamento Provisório: 02.08.2007
21.	Coleção Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A.- BERJ NITERÓI	O acervo notável é representativo do conjunto das artes plásticas brasileiras até o quarto centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião das comemorações da efeméride o antigo Banco do Estado da Guanabara formou a coleção que pertence atualmente ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A. (BERJ). São 888 obras de arte que se encontram guardadas no Palácio do Ingá.	INEPAC Nº Processo: E-18/001.148/2002 Tombamento Provisório: 09.12.2002
22.	Palácio São Domingos (Atual agência Visconde Uruguai do Banco Itaú)	O edifício original foi construído no início do século XIX, e teria pertencido a um negociante de escravos. Quando d. Pedro I adquiriu o palácio, este passou a ser denominado de Palacete da Praia Grande. Após seu falecimento em 1834, o palácio foi alugado pelo governo provincial, para nele instalar a Tesouraria Geral e a Guarda Policial.	INEPAC Nº Processo: E-18/300.002/84 Tombamento Provisório: 27.08.1990

23.	Casa Notre Rêve, também conhecida como Solar Norival de Freitas	<p>O Solar, localizado em Niterói, foi construído em 1921, para servir de residência do advogado e político fluminense Norival de Freitas.</p> <p>Parcialmente destruído por um incêndio em 1984, o sobrado foi recuperado pela Prefeitura em 1991.</p>		<p>INEPAC Nº Processo: E-03/13.574/80 Tombamento Provisório: 20.06.1983</p>
24.	Chalé e Casarão da antiga Western Telegraph (Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF)	<p>O chalé romântico era originalmente uma casa de residência construída em 1888 em meio à vegetação abundante em grande terreno bairro de São Domingos. No início do século XX foi alojamento dos engenheiros da Western Telegraph. Ali funcionou também o Colégio Icaraí, a Cia Melhoramentos de Niterói, o Serviço de Águas e Esgotos da Prefeitura, a Escola Fluminense de Engenharia, até a ocupação atual da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF.</p>	<p>INEPAC Nº Processo: E-03/34.562/78 Tombamento Provisório: 18.12.1978 Tombamento Definitivo: 05.05.2011</p>	
25.	Reservatório da Correção	<p>O reservatório no alto de uma colina próxima da praça da República situa-se em amplo terreno arborizado de 32.033 m², da antiga aldeia de São Lourenço dos Índios. Segundo escritura datada de 1870, a chácara foi adquirida para a conservação dos mananciais das águas ali existentes.</p>	<p>INEPAC Nº Processo: E-18/001.542/98 Tombamento Provisório: 09.12.1998</p>	
26.	Palácio Euclides da Cunha	<p>O terreno do atual Jardim Botânico foi demarcado em 1891 como Sítio da Água Azul pertencente ao barão de São João de Icaraí. Em 5 de dezembro de 1905, a propriedade foi incorporada ao Patrimônio Estadual, sendo utilizada como dependência da Secretaria de Agricultura. Neste mesmo ano, foi criado o Horto Botânico. Foi cedido em 1918, para a instalação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, transferida em 1927. Em 1931, o palácio passou a abrigar a sede da Secretaria de Agricultura do Estado. Em 1973 foi inaugurado o busto de Euclides da Cunha e, em sua homenagem, o palácio assumiu a denominação atual.</p>	<p>INEPAC Nº Processo: E-12/000.393/91 Tombamento Provisório: 15.04.1991</p>	

27.	Central dos Correios e Telégrafos de Niterói	Foi construído em 1914, Agência Central em Niterói, para abrigar a agência dos Correios e Telégrafos.		INEPAC Nº Processo: E-18/001.175/90 Tombamento Provisório: 27.08.1990
28.	Teatro Municipal João Caetano	Na fachada, há um brasão da cidade de Niterói onde se lê a data 1819 alusiva à primeira sala de espetáculos da cidade que existiu neste mesmo terreno. Em 1842, o ator João Caetano adquiriu o prédio. Em 1893-1894, foi seriamente danificado durante os bombardeios da Revolta da Armada. Reformado foi reinaugurado em 1911. De 1937 a 1950, foi cedido ao Conservatório de Música de Niterói.		INEPAC Nº Processo: E-18/001.173/90 Tombamento Provisório: 27.08.1990
29.	Praça da República	Praça no Centro da cidade de Niterói, que abriga a Câmara, o Fórum, a Biblioteca.		INEPAC Nº Processo: E-18/000.164/89 Tombamento Provisório: 04.12.1989 Tombamento Definitivo: 06.09.1990
30.	Casa da Quina	Projeto espacialmente inovador, em Niterói, do arquiteto italiano Antonio Virzi, chegado ao Brasil em 1910.		INEPAC Nº Processo: E-03/300.839/88 Tombamento Provisório: 18.01.1989 Tombamento Definitivo: 06.09.1990

31.	Coreto no Campo de São Bento	O Campo de São Bento é o principal jardim público urbano de Niterói, onde há um coreto de planta octogonal, erguido entre o final do século XIX e o início do XX.		INEPAC N° Processo: E-18/300.288/85 Tombamento Provisório: 16.12.1985
32.	Paço Municipal de Niterói, antiga Casa dos Vereadores	O prédio de 1914 ocupa o quarteirão da rua Visconde de Uruguai, de frente para a praça São João, em Niterói. A Câmara Municipal ocupou o edifício até a fusão, em 1975, dos Estados do Rio de Janeiro. A partir de então, foi ocupado pelo Museu da Cidade em 1977, pela Hemeroteca Estadual em 1978 e, desde 1983, pela Secretaria Municipal de Educação.		INEPAC N° Processo: E-03/17.740/83 Tombamento Provisório: 27.08.1990
33.	Palácio do Ingá, também conhecido como Palácio Nilo Peçanha (Antigo Palácio do Governo do Estado do Rio de Janeiro)	Construído em 1860, para servir de residência do médico dr. José Martins Rocha, no antigo bairro de São Domingos, hoje Ingá. Em 1904 foi a sede do governo fluminense. Em 1975 o Palácio do Ingá passou a abrigar o Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro.		INEPAC N° Processo: E-03/2.092/83 Tombamento Provisório: 16.06.1983
34.	Bens que integram a praça da República	Centro de Niterói, na Praça da República.		INEPAC N° Processo: E-03/18.213/78 Tombamento Provisório: 30.01.1980 Tombamento Definitivo: 26.01.1983

35.	Igreja de São Sebastião de Itaipu	Antes do ano de 1716, já existia uma capela no local destinada a atender uma comunidade de pescadores e índios catequizados. Foi promovida à paróquia em 1722. Construída sobre uma elevação próxima à praia de Itaipu, em Niterói.		INEPAC Nº Processo: E-03/16.511/78 Tombamento Provisório: 31.05.1978 Tombamento Definitivo: 26.09.1978
-----	--	---	---	---

The background features a detailed line drawing of a traditional boat with three masts and a large net. The boat is surrounded by various objects, including a large fish, a smaller boat, and several rectangular items. The text "R. DE TENERO" is visible in the background. The overall style is that of a technical or historical illustration.

Anexo 2

Tabela de Sítios Arqueológicos

Tabelas dos Sítios Arqueológicos

Ilha do Governador (ADA), no Município do Rio de Janeiro:

Nº	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	DESCRIÇÃO	REFERENCIA
1.	Sambaqui do Galeão	Sítio localizado no aeroporto Galeão, no bairro da Ilha do Governador, um sambaqui parcialmente destruído, onde foram encontrados ossos de peixes, fragmentos de carvão, conchas com marcas de queima.	Maria Dulce Gaspar 23/02/ 2015 Cadastro do IPHAN
2.	Serra Morena	Sítio localizado no bairro da Ilha do Governador, na Serra Morena, próximo à Praia da Bica.	Andréa Gonçalves Cherfan 22/11/2001 Cadastro do IPHAN
3.	Casarão da Bica	Sítio localizado no bairro da Ilha do Governador, no final da Praia da Bica, com casarão típico do século XIX, provavelmente sede da antiga fazenda da bica.	Andréa Gonçalves Cherfan 22/11/2001 Cadastro do IPHAN
4.	Aldeia e aldeamento Tupi-Guarani da Estação Rádio da Marinha	Sítio localizado no bairro da Ilha do Governador, na Estação Rádio da Marinha, apresentando remanescente de antiga aldeia Tupi com cerca de 500 m de diâmetro, contendo em associação estratigráfica restos de materiais indígena e europeia. O material arqueológico encontrado foram numerosos cacos de cerâmica Tupi associado a cacos de faiança europeia, artefatos lascados em quartzo, fogueiras, artefatos ósseos. O sítio foi pesquisado entre janeiro de 1966 e dezembro de 1973.	Maria Coutinho Beltrão 1973 Cadastro do IPHAN
5.	Sambaqui do Jequiá ou da Praia do Espinheiro	Sítio localizado no bairro da Ilha do Governador, Aldeia Tupi do Instituto de Pesquisa da Marinha; Aldeia Tupi da Estação Rádio da Marinha. Era a antiga Fazenda de São Sebastião, que serve de limite a estrada pública que corre perpendicularmente a Praia da Bica ao Rio Jequiá, confrontando com as terras dos sucessores de Apolindrio Ferreira de Sant'Anna, sendo o restante banhado pelo mar após o referido Rio Jequiá; e da área compreendida nesses limites se destacam 50 braças de frente na Praia da Bic, medidos	Maria da Conceição M.C. Becker 30/03/1966 Cadastro do IPHAN

		naquela estrada e de fundo até o dito Rio Jequiá, as quais ficaram desanexadas da referida Fazenda. A a Fazenda foi adquirida pela Marinha à D. Izabel Rosa do Amaral, por escritura pública lavrada a 27 de outubro de 1871, contendo uma de área 1.300.000 m ² .	
6.	Sambaqui da Praia do Espinheiro	Saco do Jequiá – Ilha do Governador Depósito conchífero, cacos cerâmicos Tupi-Guarani recobrimdo o sítio. Base pré-cerâmica, cerâmica lisa e com decoração do tipo unglado; lascas de quartzo. PESQUISADO ENTRE: janeiro de 1966 e dezembro de 1973	Maria Coutinho Beltrão 1973 Cadastro do IPHAN
7.	Sítio Arqueológico do Jequiá	Sítio localizado no bairro da Ilha do Governador, Antiga Fazenda São Sebastião; onde há depósito arqueológico com <i>anomalocardia brasiliiana</i> , numerosos cacos de cerâmica Tupi lisa e decorada e material de origem europeia. O sítio foi pesquisado entre janeiro de 1966 e dezembro de 1973.	Maria Coutinho Beltrão 1973 Cadastro do IPHAN
8.	Aldeia Tupi-Guarani do Centro de Instrução	Sítio localizado no bairro da Ilha do Governador, no Centro de Instrução, próximo à Praia Grande aldeamento pequeno com cerca de 150 m de diâmetro, localizado onde se realizam os exercícios de treinamento do Centro de Instrução. Foram encontrados cacos de cerâmica europeia, associados a materiais de fabricação indígena. O sítio foi pesquisado entre 1965 e 1973.	Maria Coutinho Beltrão 1973 Cadastro do IPHAN
9.	Sítio Arqueológico Morro das Pixunas	Sítio localizado no bairro da Ilha do Governador, no Morro das Pixunas, cortado pela rua Zaquia Jorge. É um sítio arqueológico Tupi aterrado e pelo material encontrado foi um “atelier” para os ocupantes de aldeias próximas, pois provavelmente daí retiraram quartzo para facas e raspadores. O sítio foi pesquisado entre 1965 e 1973.	Maria Coutinho Beltrão 1973 Cadastro do IPHAN
10.	Sambaqui das Pixunas	Sítio localizado no bairro da Ilha do Governador, na Praia Grande, Quartel da Tropa de Reforço aldeamento Tupi-Guarani de forma retangular. O material arqueológico encontrado foram cacos de cerâmica Tupi e lascas de quartzo.	Maria da Conceição M.C. Becker julho de 1965 Cadastro do IPHAN
11.	Sítio São Tomé (Aldeia Tupi-Guarani)	Sítio localizado no bairro da Ilha do Governador, na Escola São Tomé localizada numa pequena elevação encontra-se restos de um antigo aldeamento Tupi-Guarani associado a cacos de faiança europeia.	Maria Coutinho Beltrão 1973 Cadastro do IPHAN

		Onde foram encontrados farto material cerâmico Tupi-Guarani e louça europeia. Mas está destruído. O sítio foi pesquisado entre 1971 a 1973.	
12.	Sítio Arqueológico Morro da Viúva (Aldeamento Tupinambá)	Sítio localizado no bairro da Ilha do Governador, onde parece ter havido ocupações pré-históricas contendo um material variado e está destruído. O sítio foi pesquisado entre fevereiro de 1966 a dezembro de 1973.	Maria da Conceição M.C. Becker julho de 1965 Maria Coutinho Beltrão 1973 Cadastro do IPHAN
13.	Aldeamento Tupi da tropa de Reforço Praia Grande	Sítio localizado no bairro da Ilha do Governador, no Quartel da tropa de reforço, Marinha, uma Aldeia circular com diâmetro original de 600m. Onde foram encontrados cacos de cerâmica lisa e decorada, lascas de quartzo, fogueira, carvões. O sítio foi pesquisado entre 1965 a 1973.	Maria Coutinho Beltrão 1973 Cadastro do IPHAN
14.	Aldeia Tupi do Instituto de Pesquisa da Marinha	Sítio localizado no bairro da Ilha do Governador, no remanescente de aldeamento Tupi-Guarani com 600 m de diâmetro. Onde foram encontrados cerâmica Tupi (caos numerosos e um vaso inteiro), fossas culinárias, facas e raspadores de quartzo, carvão abundante. O sítio foi pesquisado entre 1962 a 1973.	Maria Coutinho Beltrão 1973 Cadastro do IPHAN
15.	Sítio Arqueológico de Manguinhos	Sítio localizado no bairro de Manguinhos, no Instituto Oswaldo Cruz, é um sítio cerâmico, contendo cerâmica lisa e decorada associada a exemplares de fauna malacológica.	Maria da Conceição M.C. Becker 1965 Maria Coutinho Beltrão 1973 Cadastro do IPHAN
16.	Engenho da Pedra	Sítio localizado no bairro de Ramos, uma construção de pedra, retangular, com 4 portas voltadas para o sul e 4 para o leste; não possui telhado, nem revestimento, arestas pouco erodidas.	Ondemar Dias Júnior 1969 Cadastro do IPHAN

Bairros do Município do Rio de Janeiro, próximos a ADA:

Nº	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	DESCRIÇÃO	REFERENCIA
1.	Sambaqui do Propósito	Sítio localizado na rua do Propósito no bairro da Gamboa, um sambaqui residual contendo bivalves, gastrópodes, ossos de peixes e lascas de quartzo, encontrado na profundidade de 50 a 100cm, com área estimada de 3.850 m ² .	Tania Andrade Lima 08/03/2013 Cadastro do IPHAN
2.	Cemitério da Gamboa	Fontes históricas informam sobre a existência no local e adjacências, do antigo cemitério dos "Pretos Novos", ali instalado em meados do século XVIII. Foram encontrados remanescentes esqueléticos humanos, louça, vidro, ferro, cerâmica, adornos; ósseo, conchífero, lítico, carvão; com uma área de cerca de 1.82 m ² , altura de 1.20 m.	Eliana Teixeira de Carvalho, Rosângela Menezes, Lilia Cheuiche Machado, 1996 Cadastro do IPHAN
3.	Sítio de contato Pedro Ernesto	Sítio localizado na Sede do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – Gamboa. Onde foram encontrados fragmentos cerâmicos no interior do edifício à rua Pedro Ernesto 36, atribuídos aos Tupi-Guarani, além de faiança portuguesa.	Tania Andrade Lima 08/03/2013 Cadastro do IPHAN

Município de Duque de Caxias:

Nº	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	DESCRIÇÃO	REFERENCIA
1.	Hidra de Iguaçú	Cidade dos Meninos, nas coordenadas 22°39'50.8" / 42°20'06.7" (DATUM Córrego Alegre). Quilombo, 80X80m, Presença de material cerâmico, metais carvão além de estrutura de combustão.	Jeanne Cordeiro, LAB Cadastro do IPHAN
2.	Sambaqui do Iguaçú	ocalizado na Av. Presidente Kennedy, Km 12, ao lado da fábrica de gelo Cidade dos Meninos, no bairro de mesmo nome. Coordenadas UTM Zona 23. E: 067.315 / N: 7.487.959(DATUM WGS 84). Sambaqui. Presença de lítico lascado e polido.	Jeanne Cordeiro, LAB Cadastro do IPHAN
3.	Quilombo do Amapá	Localizado na estrada do Amapá nº 489. Coordenadas 667.593 / 7.491.919, próximo à margem esquerda do Rio Iguaçú. Presença de fragmentos de garrafas de grès do século XVIII, alinhamento de pedras e vestígios de edificação.	Jeanne Cordeiro, LAB Cadastro do IPHAN
4.	Aldeia da Estrada dos Escravos	Amapá. Coordenadas 667.717 / 7.492.762 (s/ DATUM). Habitação, possivelmente de 350X280m. P presença de material cerâmico, lítico polido, estruturas de lascamento e de combustão, manchas pretas e concentrações de cerâmica.	Jeanne Cordeiro, LAB Cadastro do IPHAN
5.	Aldeia dos Escravos 2	Amapá. Coordenadas 22°39'45.18" / 43°22'10.74" (DATUM Córrego Alegre). Quilombo com 240X280m. Presença de material cerâmico, lítico polido e urnas funerárias.	Jeanne Cordeiro, LAB Cadastro do IPHAN
6.	K3	Amapá. Coordenadas 22°39'43.8" / 43°20'40.7" (DATUM Córrego Alegre). Quilombo, 90X20m. Presença de material cerâmico, louça, grès e carvão e, ainda, concentrações de cerâmicas.	Jeanne Cordeiro, LAB Cadastro do IPHAN
7.	K4	Amapá. Coordenadas, 22°39'37.8" / 43°21'31.6" (DATUM Córrego Alegre). Quilombo, 90X90m. Presença de material cerâmico, grès e carvão, estrutura de combustão e concentrações de cerâmicas.	Jeanne Cordeiro, LAB Cadastro do IPHAN
8.	Areal / RJ-LP-69	Areal da Divina. Coordenadas 23K 0668.185 / 7.492.253' (DATUM WGS 84). Habitação e de contato, 20x25m. Presença de material cerâmico e concentrações de cerâmica.	Paulo Seda, IAB Cadastro do IPHAN

9.	Sambaqui de São Bento	Localizado no Bairro São Bento, na Rua Francisco de Mello nº 12 esquina com a rua João Fabiano de Castro nº 20. Coordenadas 674.294 / 7.485.234. Sambaqui. Presença de lítico polido e lascado e fragmentos cerâmicos.	Jeanne Cordeiro, LAB Cadastro do IPHAN
10.	Sítio do Aviário	Localizado em Xerém, na Estrada do Aviário, Km 97. Coordenadas 22º34'17.2" / 43º16'07.2". Estrutura de baldrame em pedra com grande quantidade de tijolos e telhas Presença de louça, vidro, cerâmica, metal, moeda e porcelana.	Paulo Seda, IAB Cadastro do IPHAN
11.	Sítio arqueológico do Km 18 da EFL	Localizado no limite da Estrada Rio-Guanabara, antiga rodovia Rio-Petrópolis, sobre uma colina rochosa. Sambaqui, quase totalmente destruído. Presença de conchas, fragmentos de quartzo e carvão. Registrado por Conceição Beltrão e Lina Kneip.	Conceição Beltrão e Lina Kneip, Museu Nacional (MN) Cadastro do IPHAN

Município de Magé:

Nº	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	DESCRIÇÃO	GEOREFERENCIA
1.	Aldeamento Tupi-guarani da Serraria	Sítio a céu aberto, multicomponencial. Localizado no loteamento Barão de Iriri. Encontra-se destruído.	
2.	Aldeamento Barão de Iriri	Sítio a céu aberto, multicomponencial. Encontra-se destruído.	
3.	Aldeamento Tupi-guarani do cemitério	Sítio a céu aberto, multicomponencial. Localizado ao lado do Cemitério de Magé. Encontra-se destruído.	
4.	Fazenda da Mandioca	Sítio a céu aberto, multicomponencial. Sede de fazenda do século XIX, a propriedade era do Barão de Langsdorff adquirida em 1816. O estado de conservação está ruim.	23K 0686444/7501705 BR 116 – Piabetá- RJ 107
5.	Praia do Anil	Sítio Cerâmico. Guia de Pacobaíba. Encontra-se destruído.	
6.	Sítio da Praia da Piedade	Sítio cerâmico. Encontra-se destruído.	23K 0699175/7489887
7.	Sambaqui da Piedade Sambaqui.	Praia da Piedade, localizada no Bairro Piedade Encontra-se destruído.	23K 0699085/7489902
8.	Sítio Santo Aleixo	Sítio Cerâmico, Distrito de Santo Aleixo. Bairro Piedade	
9.	Aldeia da Piedade do Iguaçu	Sítio cerâmico. Encontra-se destruído.	
10.	Aldeia da Piedade do Iguaçu II	Sítio cerâmico. Encontra-se destruído.	
11.	Porto Vila da Estrela	Sítio histórico com três ruínas. Estrada União Indústria. Parque Estrela. Encontra-se destruído.	23K 0683287/7490567
12.	Sítio Cerâmico Vila Olímpia	Sítio Cerâmico. Rio Magé-Mirim. Encontra-se destruído.	
13.	Casa das três portas	Sítio histórico Distrito de Estrela, antigo porto da Estrela. Parque Estrela. O estado de conservação está ruim.	23k 0683269/7490754

Município de Guapimirim:

Nº	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	DESCRIÇÃO	GEOREFERENCIA
1.	Amourins	Sambaqui. Fazenda Santa Rita de Cássia. O estado de conservação está ruim.	23K 0711525/7493932
2.	Rua 13	Sambaqui. Seguir na Rua 3, virar à direita na Rua 8. Encontra-se destruído.	23K 0709911/7494824
3.	Sernambetiba	Sambaqui. Lado Direito da Rodovia BR 493, sentido Niterói. Km 31. Sendas Agronegócios S.A. O estado de conservação está bom.	23K 0705359/7492231
4.	Arapuan	Sambaqui. Seguir na Rua 2, virar à direita na Rua 50. Área de propriedade do CBA – Centro Brasileiro de Arqueologia. Está em bom estado de conservação.	23K 0707119/7492981
5.	Sambaqui Cordovil e sítio histórico	Sambaqui. Seguir na Rua 3, virar à direita na Rua 4. Fazenda Ajuda. Encontra-se destruído.	23K 0708104/7493960
6.	Fernando	Sambaqui. Seguir na Rua 3, virar à direita na Rua 4. Fazenda Ajuda. Encontra-se destruído.	23K 0707597/7493873
7.	Guapi	Sambaqui. 1km de distância do Sítio Amourins. Fazenda Santa Rita de Cássia. Está em bom estado de conservação.	23K 0712095/7495257
8.	Guaraí-mirin	Sambaqui. 1km de distância do Canal Imunana-Laranjal, 800m do rio Macacu, 260m da estrada de ferro que corta o município. Atrás do canal Imunana-Laranjal (CEDAE). Está em bom estado de conservação.	23K 071146044/748954045
9.	Imenezes	Sambaqui. Seguir na Rua 2, virar à direita na Rua 31. Encontra-se destruído.	23K 00706747/7492443
10.	Rio das Pedrinhas	Sambaqui. Seguir na Rua 2, virar à direita na Rua 31. O estado de conservação está ruim.	23K 0706688/7492359
11.	Caminho de tropa	Sítio histórico. Estrada BR 116. O estado de conservação está ruim.	23K 0705661/7511148
12.	Ruínas dos jesuítas	Sítio histórico. Seguir na Rua 3, esquina com a Rua 11, virar a esquerda. O estado de conservação está ruim.	23K 0709151/7496387
13.	Museu Biológico Von Martius	Sítio histórico. Antiga sede da fazenda Barreira do início do século XVIII. Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Está em bom estado de conservação.	23K 0705646/7511130

Município de Itaboraí:

Nº	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	DESCRIÇÃO	GEOREFERENCIA
1.	Aldeia do Iri	Histórico	23K 0719353/7494008
2.	Aldeia dos Ventos	Histórico	23K 0720374/7491514
3.	Caceribu	Histórico	23K 0720715/7491632
4.	Cachimbo	Histórico	23K 0719643/7491358
5.	Caminho	Histórico	23K 0719927/7492406
6.	Casa dos Ingleses	Histórico	23K 0718100/7493600
7.	Coqueiros	Histórico	23K 0720649/7491824
8.	Corte	Histórico	23K 0719650/7492166
9.	Ingá	Histórico	23K 0722100/7494000
10.	Macacu I	Histórico	23K 07119549/7491932
11.	Macacu II	Histórico	23K 0719129/7493935
12.	Macacu III	Histórico	23K 0721390/7490699
13.	Macacu IV	Histórico	23K 0721143/7491407
14.	Morro do Sol	Multicomponencial (Tupi - Histórico)	23K 0718930/7491802

15.	Morro Redondo	Histórico	23 K 0721078/7493057
16.	Nascente I	Histórico	23K 0720852/7492589
17.	Nascente II	Histórico	23K 0720854 /7493025
18.	Nascente III	Histórico	23K 0720960 /7493270
19.	Santo Antônio	Multicomponencial (Tupi - Histórico)	23K 0717940/7492400
20.	Santo Antônio II	Histórico	23K 0717450/7492600
21.	Santo Antônio III	Histórico	23K 0717200/7492400
22.	Santo Antônio IV	Histórico	23K 0717680/7492180
23.	Santo Antônio V	Histórico	23K 0717100/7492930
24.	Santo Antônio VI	Histórico	23K 0717500/7492890
25.	Santo Antônio VII	Histórico	23K 0716820/7492620
26.	Santo Antônio VIII	Histórico	23K 0717080/7492560
27.	Santo Antônio IX	Histórico	23K 0718255/7492058
28.	Santo Antônio X	Histórico	23K 0717690/7492710
29.	Santo Antônio XI	Histórico	23K 0721757/7489333

30.	Santo Antônio XII	Histórico	23K 0716530/7492640
31.	São Barnabé	Histórico	23K 0720808/7491560
32.	Três Luas	Histórico	23K 0719096/7491627
33.	Bulcão I	Sambaqui	23K 0711895/7486563
34.	Bulcão II	Sambaqui	23K 0711825/7486259
35.	Estrada de Ferro	Sambaqui	23K 0713360/7488245
36.	Sampaio I	Sambaqui	23K 0712650/7487270
37.	Sampaio II	Sambaqui	23K 0713050/7487825
38.	Seu Jorge	Sambaqui	23K 0713882/7489888
39.	Fazenda Caieira	Sambaqui	23K 0708805 /7483452
40.	Registro	Histórico	23K 0724772/7490394
41.	Igreja	Histórico	23K 0721757/7489333
42.	Portal	Histórico	23K 0717404/7488261
43.	Fazenda Imperial	Histórico	23K 0716892/7488643
44.	Ruína	Histórico	23K 0724577/7488686

45.	Casa da Ruína	Histórico	23K 0724879/7488266
46.	S. Aldeia I	Sítio cerâmico de contato. Distrito de Itambi. Encontra-se destruído.	23K 0710047/7486034
47.	S. Aldeia II	Sítio cerâmico de contato. Distrito de Itambi. Encontra-se destruído.	23K 0714046 /7480736
48.	S. Aldeia III	Sítio cerâmico de contato. Distrito de Itambi. Encontra-se destruído.	23K 0714046 /7480740
49.	Aldeamento de São Barnabé	Cacos cerâmicos provavelmente relacionados a aldeamento de indígenas por jesuítas. Distrito de Itambi. O estado de conservação é ruim.	23K 0709969/7484273
50.	Sambaqui Itambi	Sambaqui destruído às margens da estrada de ferro que corta Itaboraá. Distrito de Itambi Rua A.	23K 0710017/7485048
51.	Ruínas Beira Rio	Sítio histórico. Distrito de Sambaetiba. O estado de conservação é ruim.	23K 0724307/7494522
52.	Ruínas de Palacete	Sítio histórico. Distrito de Porto das Caixas O estado de conservação é ruim.	23K 0717878/7488065
53.	Vestígios da antiga estrada de ferro	Sítio histórico. Distrito de Porto das Caixas. O estado de conservação é ruim.	23K 0717726/7488075
54.	Sambaqui do Tambicu	Sambaqui próximo ao riacho Tambicu, Distrito de Itambi, Rua Raimundo – Proprietário Ademar Ferreira da Silva. O estado de conservação é ruim.	23K71007574/748486907

Município de São Gonçalo:

Nº	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	DESCRIÇÃO	REFERENCIA
1.	Sítio Anaia Pequeno	Sítio localizado no Anaia Pequeno. Sítio Histórico com materiais relacionados aos séculos XIX e XX, contendo vestígios de edificações como fragmentos de adobe, telha, tijolos, além de cerâmica, faiança fina, vidro, metal, cachimbo, ossos de fauna, carvão; com área de 15.000 m ² . Ocupante: Empresa de Mineração Estrela.	Maria Dulce Gaspar 10/07/2011 Cadastro do IPHAN
2.	Sítio Jóquei	Sítio localizado no bairro do Jóquei, na Estrada meia noite, em frente a campo de futebol, próximo a barragem, onde foram encontrados fragmentos de cerâmica, porcelana fina, vidro, metal, material construtivo: fragmentos de telha, tijolo e argamassa; com área de 5.400 m ² . Ocupante: Empresa de Mineração Estrela.	Maria Dulce Gaspar 10/07/2011 Cadastro do IPHAN
3.	Sítio Arqueológico da Ilha do Pontal	Sítio localizado na Ilha do Pontal, a propriedade pertence a Roberto Marinho, contendo restos arqueológicos nas proximidades das estações retransmissoras das Rádios Mundial, Eldorado e Globo. O material arqueológico encontrado foram fogueiras, artefatos líticos em quartzo, conchas. Sítio destruído.	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão 01/06/1969 Cadastro do IPHAN
4.	Sítio Cerâmico Oleoduto Ilha D'água	Sítio localizado no Bom Retiro (estrada de Guaxindiba) – Base do Oleoduto Ilha D'água, a propriedade pertence a Petrobrás. Sítio cerâmico, provavelmente Tupi-Guarani, contendo cacos cerâmicos com engodo banco e pintura vermelha.	Maria Cristina Tenório de Oliveira 17/10/1997 Cadastro do IPHAN
5.	Sambaqui do Zé Garoto	Sítio localizado em Itaóca, sambaqui intacto, próximo ao mangue, contendo fauna malacológica, lítico de quartzo lascado e material corante.	Lina Maria Kneip e Nanci V.O. Aguiar 20/06/1991 Cadastro do IPHAN
6.	Sambaqui do Capilé / Sítio Arqueológico Praia da Luz	Sítio localizado em Itaóca, perfil exposto por ação antrópica, solo arenoso com bolsões de conchas, com área de 900 m ² .	Rosana Najjar, Regiane Gambim, Neuvânia Ghetti, Patrícia Pitaluga Ive Resende 27/07/2007 Cadastro do IPHAN

Município de Niterói:

Nº	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	DESCRIÇÃO	REFERENCIA
1.	Aldeia Tupi-guarani de São Francisco	Sítio localizado no bairro de São Francisco, no Saco de São Francisco, é um sítio cerâmico, onde foram encontradas: cerâmica Tupi lisa, urnas funerárias com esqueletos, artefatos em quartzo, carvão. Vários proprietários. Sítio encontra-se destruído. O sítio foi pesquisado entre julho de 1965 e fevereiro de 1966	Maria Beltrão 30/03/1966 Cadastro do IPHAN
2.	Sítio São Lourenço	Sítio localizado bairro de São Lourenço. O proprietário do local onde está o sítio é a Paróquia de São Lourenço, Igreja Matriz. O material arqueológico encontrado foram fragmentos cerâmicos, malacológicos, uma urna funerária, fragmentos ósseos, um dente, ferragens e fragmentos de porcelana. O sítio está destruído.	Regina Coeli Pinheiro da Silva 1982 Cadastro do IPHAN
3.	Sítio do Sossego	Sítio localizado bairro de Itaipu. É um Sambaqui que foi destruído para estacionamento.	Débora da Rocha Barbosa e Roberto Naia de Miranda 31/05/1996 Cadastro do IPHAN
4.	Sambaqui do Cafubá	Sítio localizado bairro de Piratininga, onde foram encontrados artefatos lascados, material ósseo humano, conchas de moluscos. O sítio está destruído.	Lina Maria Kneip 19/04/1986 Cadastro do IPHAN
5.	Sambaqui da Ilha do Cafubá	Sítio localizado bairro de Piratininga ("Ilha do Pontal"), remanescente da base de um sambaqui, de aproximadamente 10 X 15 m, alojado na encosta de um afloramento rochoso, onde foi encontrado lítico lascado e polido, conchas de moluscos, remanescentes de peixes.	Lina Maria Kneip 19/04/1986 Cadastro do IPHAN
6.	Gruta da Imbaúba	Sítio localizado bairro de Piratininga (antes: Fazendinha / Cafubá), no 3º platô do Morro da Viração. Abrigo rochoso com 17 m de comprimento X 3 m de altura, com uma largura máxima de entrada de 3m; contendo ossos de animal.	Anna Claudia de Miranda Tedeschi 31/05/1988 Cadastro do IPHAN
7.	Sítio Arqueológico Histórico do	Sítio localizado bairro de Itacoatiara / Itaipu, ruína da capela e cemitério, onde foram encontrados esqueletos, fragmentos de louças, ruína e muretas. Possui uma área cerca de 1.000 m ² e a altura da ruína 5m.	Rosana Najjar e Mauro Pazzini 09/09/1993 Cadastro do IPHAN

	Condomínio Ubá Itacoatiara		
8.	Sítio Arqueológico de Duna Pequena	Sítio localizado bairro de Itaipu, com aproximadamente 150 m de comprimento X 80 – 100 m de largura e 20 m de altura. Sítio no interior da duna, aflorando em alguns trechos pelo vento, contendo artefatos líticos, vértebras de peixes trabalhadas, fauna, ossos humanos. Foi pesquisado em 08/09/1978.	Lina Maria Kneip 10/09/1978 Cadastro do IPHAN
9.	Sítio Arqueológico de Itaipu (Duna Grande)	Sítio localizado bairro de Itaipu, sítio sobre dunas quase totalmente destruído, contendo conchífero, lítico, ossos de animais e concreções da terra; com área de 100 X 100 m, com 30 m de altura. Terreno da Marinha. Pesquisa anterior no sítio pelo Prof. Odemar Dias.	Lina Maria Kneip 11/04/1968 Cadastro do IPHAN
10.	Sambaqui de Camboinhas	Sítio localizado bairro de Itaipu, onde foram encontrados artefatos líticos, artefatos ósseos, remanescentes de fauna, corante, carvão. Sítio destruído.	Lina Maria Kneip 03/03/1979 Cadastro do IPHAN
11.	Sambaqui de São Lourenço	Sítio localizado bairro de São Lourenço, no Morro de São Lourenço, onde havia líticos, cerâmicos e ósseos. Louça na superfície. Sítio destruído.	Guerra 1955 Cadastro do IPHAN
12.	Ilha da Boa Viagem	Sítio localizado entre as enseadas da Praia Grande e Icaraí – Jurujuba, de propriedade do Ministério da Marinha. Arqueologia Histórica: Casa da Zeladoria, Paiol e Fortim. Arqueologia Pré-histórica: artefatos com manchas climáticas típicas do Pleistoceno Médio. O material arqueológico encontrado foi fragmentos de telhas, lajotas e tijolos; cravos e pregos; ossos de mamíferos, artefatos de quartzo, calcedônia e gneiss.	Maria Beltrão, Salete Neme, Angela Rabello, Helianne de Niemeyer 11/06/1982 Cadastro do IPHAN
13.	Sambaqui do Boa Vista	Sítio localizado em Niterói, no perímetro urbano, encontra-se parcialmente destruído.	maio/junho 1955 Cadastro do IPHAN
14.	Sambaqui da Chácara do Vintém	Sítio localizado em Niterói, no perímetro urbano, encontra-se intacto.	maio/junho 1955 Cadastro do IPHAN

Bibliografia

- ABREU, Maurício de. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4ª edição. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- _____. **Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII**. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (32), ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-32.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2015.
- ADONIAS, Isa (Org.). **Catálogo de plantas e mapas da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1966. 171p.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro**. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 352p.
- ALMEIDA, Tânia Maria Amaro de; BRAZ, Antonio Augusto. **De Merity a Duque de Caxias**. Encontro com a História da Cidade. Rio de Janeiro: APPH – CLIO, 2010.
- ALONSO, José Inaldo. **Notas para a História de Magé**. Niterói: Ed. Autor, 2000.
- AMADOR, Elmo da Silva. **Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza**. RJ:19 Reproarte, 1997. 539p.
- _____. **Baía de Guanabara: Ocupação Histórica e Avaliação Ambiental**. RJ. Ed. Interciência, 2013.
- AMANTINO, M.; CARDOSO, V. (2008). **Múltiplas Alternativas: Diversidade Econômica da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu – Século XVIII**. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 3 Nº 5 Jul-Dez 2008. Disponível em: <www.ufjf.br/heera/files/2009/11/artigo_4.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.
- AMARO, Tania. **Vila de Magé e Estrela**. In: *Revista Pilares da História, Duque de Caxias e Baixada Fluminense*. Ano 9, n. 10, p. 35-45, maio/2010.
- ANDRADE, Arnaldo de. Guapimirim. In: SANTOS, Renato Peixoto dos. **Magé**. Terra do Dedo de Deus. p. 297-301. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.
- ANDREATTA, V. **Cidades Quadradas, Paraísos Circulares: Os Planos Urbanísticos do Rio de Janeiro no Século XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
- ANSCHUETZ *et al.* - An Archaeology of Landscapes, Perspectives and Directions. *Journal of Archaeological Research*, v.9, n.2, 2001. Disponível em: <<http://users.clas.ufl.edu/davidson/Proseminar/Week%2013%20Space%20and%20Place/2001%20Anschuetz%20et%20al,%20arch%20of%20landscapes.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.
- ARAUJO, Estela Márcia da Paz Moreira de. **Os caminhos da fé, com a História de Magé**. In: *Revista Pilares da História, Duque de Caxias e Baixada Fluminense*. Ano 3, n.5, p.48-52, Maio/2005.
- ARAÚJO, F. F. **A História Urbana Niteroiense** – entendendo o bairro de Icaraí. Porto Alegre: Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 25 a 31 de julho de 2010. Disponível em: <www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum.../article/.../102>
- AUGUSTO, Maurício. **Templos Históricos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1947.
- AYRES DE CASAL, M. **Corografia Brasileira ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil**. Tomo II. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

AZEVEDO, Moreira de. **Rio de Janeiro. Sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades.** v.1. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877.

BARBOSA, M. **Ocupação Pré-colonial da região dos Lagos:** Sistema de assentamento e contato interétnico entre os grupos de pescadores-coletores (sambaqueiros) e grupos ceramistas Tupinambá e Gê. Tese - Doutorado em Arqueologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

BARRETO, Annibal. **Fortificações do Brasil:** (resumo histórico).2.ed. ver. E atual. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

BASTOS, Rossano L.; SOUZA, Marise C (org.). **Normas e gerenciamento arqueológico.**2.ed. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2008.

BAUMANN, Thereza. **Levantamento Histórico para o Projeto de Implantação do Parque Histórico e Arqueológico da Vila da Rainha.** Rio de Janeiro: SAMN, 2013.

_____; ANDRADE, Cilcair. **Relatório de Pesquisa – Porto Estrela.** Rio de Janeiro: SAMN, 2013.

BELTRÃO, Maria C. M. C. **Pré-história do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Forense Universitária/SEEC - RJ, 1978.

BETHELL, Leslie (org.). **Charles Landseer: desenhos e aquarelas de Portugal e do Brasil, 1825-1826.** São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.

BIANCHINI, Gina Faraco. **Fogo e paisagem:** evidências de práticas rituais e construção do ambiente a partir da análise antracológica de um sambaqui no litoral sul de Santa Catarina, 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu Nacional - UFRJ, Rio de Janeiro.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império:** o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BORGES, Diogo. **Prepare o terreno, vou construir:** Estudo do processo de formação do sambaqui do Guapi. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ, 2015. 121p.

BOXER, Charles. **Salvador Correia de Sá e a luta por Brasil e Angola.** São Paulo: Cia.Ed.Nac.EDUSP, 1973.

BRASIL. Coleção Leis do Brasil. Decreto de 22 de agosto de 1811. Aprova o regulamento para regime da Real Coutada da Ilha do Governador. Cartas de Lei, Alvarás, *Decretos e Cartas Régias*, 1811, p.85.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988.

_____. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Instrução Normativa nº 1 de 26 de março de 2015, DOU Seção 1, ISSN 1677-7042.

BRAZ, Antonio Augusto. **De Merity a Duque de Caxias:** encontro com a história da cidade. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2010.

BUARQUE, A. **Étude de l'occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l'État de Rio de Janeiro, Brésil.** Thèse de Doctorat. Université Paris, Institut d'Art et Archéologie, Sorbonne, 2009.

_____. A presença tupinambá no estado de Rio de Janeiro. *In*: TENÓRIO, M.C. (org.). **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1999.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Coleção Brasiliana. Reconquista do Brasil - Nova Série - Volume 13. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. 208p.

CARDOSO, R. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARDOSO, V. **Fazenda do Colégio: Família, Fortuna e Escravismo no Vale do Macacu - Séculos XVIII e XIX**. Dissertação de Mestrado. Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, P. **Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível**. *In*: Antropologia do Brasil, São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986a.

_____. **Parecer sobre os critérios de identidade étnica**. *In*: Antropologia do Brasil, São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986b.

CARVALHO, Augusto. **Apontamentos para a História da Capitania de São Thomé**. Campos: Typ. E Lith. De Silva, Carneiro & Comp. 1888. 285p.

CASADEI, Thalita de Oliveira. **A imperial cidade de Nictheroy**. Niterói: Serviços Gráf. Ímpar, 1988.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006**. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. 476p.

CASTRO, M.; MALTEZ, C.; SOBRINHO, C.; BITTENCOURT, D.; MIRANDA, K.; MARTINS, L. **Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural**. *Pedagogia em ação*, v.2, n.2, p.39-49, PUC Minas, nov./ 2010.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. **A reordenação urbanística da nova sede da Corte**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a.168, n. 436, p. 149-199, jul.- set. / 2007.

CERDAN, Marcelo Alves. **Maria Graham e a escravidão no Brasil: Entre o olhar e o bico de pena de uma viajante inglesa do século XIX**. *Cadernos de História Social*. Campinas, v. 10, p. 121-147, 2003.

COARACY, VIVALDO. **Memórias da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1965; 1991.

_____. **O Rio de Janeiro do Século XVII**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965.

_____. **Paquetá, imagens de ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1965.

CORRÊA, Magalhães. **O Sertão Carioca**. *In*: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. V.167, 1933.

CORTESÃO, Jayme. **A História do Brasil nos Velhos Mapas**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco, 1965.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9.ed. São Paulo: UNESP, 2010.

COSTA, Marcos. **O reino que não era deste mundo**: crônica de uma república não proclamada. Rio de Janeiro: Valentina, 2015.

CROSBY, A.W. **Imperialismo ecológico – A expansão biológica da Europa: 900 – 1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CRULS, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro**. - 3.ed. - Rio de Janeiro: Ed. José Olympio Editora, 1965.

CUNHA, Ernesto de Mello Salles. **Sambaquis do Litoral Carioca**. Revista Brasileira de Geografia. Ano XXVII n.1, Jan-mar/ 1965.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha (org.). **Álbum cartográfico do Rio de Janeiro** (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1971.

_____. **O Rio de Janeiro através das estampas antigas Colaboração de Cecília Duprat de Brito Pereira**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.

CZAJKOWSKI, Jorge. **Do Cosmógrafo ao Satélite**: Mapas da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 2000.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **A Casa do Imperador**: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Memória Social – UNIRIO. Rio de Janeiro, 2007.

DE PAOLI, Paula Silveira. **Entre Relíquias e Casas Velhas**: A Arquitetura das Reformas Urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2013.

DEAN, Warren. **A ferro e a fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

DIAS JUNIOR, Ondemar. **A evolução da cultura em Minas Gerais e no Rio de Janeiro**. Goiás, Anuário de Divulgação Científica, Instituto Goiano de Pré-História, III (3): 110-130, 1976/1977.

DIAS, Ondemar. **Itaboraí: pesquisas arqueológicas do projeto SAGAS e seu contexto histórico**. Rio de Janeiro: IAB & CEG, 2003.

_____. & NETO, Jandira. **O Castelo (que nunca foi) da Marquesa de Santos, ou crônica de uma Olaria que deu certo**. Rio de Janeiro: Walk Ed., 2011.

_____. **Considerações a respeito dos modelos de difusão da cerâmica tupi-guarani no Brasil**. Revista de Arqueologia, São Paulo, 8 (2): 113-132, 1994/1995.

DIAS, Ondemar; CARVALHO, E. **A pré-história da serra fluminense e a utilização das grutas do Estado do Rio de Janeiro**. São Leopoldo, Schmitz P.I. (ed). Pesquisas nº 31: 43-86. Instituto Anchieta de Pesquisa, 1980.

DIAS, Catarina Pereira dos Santos. **Análise das Licenças Ambientais emitidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRRJ - Seropédica, 2010.

DORIA, Pedro. **Enquanto o Brasil nascia**: a aventura de portugueses, franceses, índios e negros na fundação do país. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

DUNLOP, Charles J. **Subsídios para a história do Rio de Janeiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008.

ENDERS, Armelle. **A História do Rio de Janeiro**. Trad. Joana Angélica d'Ávila Melo. 3.ed. – Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.

ERMAKOFF, George. **Augusto Malta e o Rio de Janeiro: 1903-1936**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2009. 288p.

FERNANDES, Florestan. **A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá**. - 3.ed. -São Paulo: Editora Pioneira, 1970.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega; OLIVEIRA, Márcio Piñon de (orgs.). **150 anos de subúrbio carioca**. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010.

FERREZ, Gilberto. **A muito leal e Heroica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Raimundo de Castro Maya, 1965.

_____. **Iconografia Petropolitana 1800 – 1890**. Petrópolis: Museu Imperial, 1955.

_____. **A muito leal e histórica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: quatro séculos de expansão e evolução**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Museus Castro Maya, 2015.

FERREZ, Marc. **Rio**. São Paulo: Instituto Moreira Salles; Gottingen: Steidl, 2015. 294p.

FLEIUSS, Max. **História da Cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal)**. Resumo Didático, 1928.

FORTE, J. M. Maia. **Notas para história de Niterói, 1835-1935**. Niterói: Oficinas Gráficas do Diário Oficial, 1935.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **Os Franceses no Rio de Janeiro**. - 3.ed. - Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

FRAGOSO, João. **O Brasil colonial: volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRAIHA, Silvia; LOBO Tiza (coord.). **Ramos, Olaria e Penha: bairros do Rio**. Prefeitura da Cidade do Rio, Secretaria de Culturas, RioArte. Rio de Janeiro: Editora Fraiha, 1998.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Piratas no Brasil: as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral**. São Paulo: Editora Globo, 2014.

FREIRE, José R. B.; MALHEIROS, Márcia F. **Aldeamentos Indígenas no Rio de Janeiro**. EDUERJ, 2010. Disponível em: <http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/Aldeamentos2aedicao.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2015.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. :Garamond, 1999.

FUNARI, P.P.; PELEGRINI, S. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Terceira Reimpressão. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

GAFFAREL, Paul. **Histoire de Brésil français au XVIe siècle**. Paris, 1878.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. **Apontamentos sobre a Ordem Beneditina**. RIHGB, v. 35, partell, p.347,1872.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil, História da Província Santa Cruz**. São Paulo: Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo, 1980. 150p.

GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. BH: Itatiaia; SP: Editora da Universidade do Brasil, 1975.

GARRIDO, Carlos Miguez. **Fortificações do Brasil. Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

GASPAR, Maria Dulce. **Os próximos passos... aperfeiçoar a prospecção arqueológica e abrir a caixa do passado.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 41-55, jan.-abr. 2011.

_____. **Sambaqui:** arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

_____. **Cultura: comunicação, arte, oralidade na pré-história do Brasil.** *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.* São Paulo, 14: 153-168, 2004.

_____. **Relatório** do Projeto de Resgate do Patrimônio Arqueológico Pré-histórico e Histórico-Cultural na Área Sob Influência da LT 500 kV Cachoeira Paulista – Adrianópolis III. Rio de Janeiro: SAMN, 2006.

_____. **Relatório Parcial 3** Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico das Áreas 1 e 2 do COMPERJ Fase 1. Rio de Janeiro: SAMN, 2009.

_____. **Relatório Parcial 22.** Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico das áreas 1 e 2 do COMPERJ FASE 1. Levantamento das Fontes Históricas do Vale do Macacu. Rio de Janeiro: SAMN, 2010.

_____. **Relatório Final** do PROGRAMA DE RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DAS ÁREAS 1 E 2 DO COMPERJ FASE 1. Rio de Janeiro: SAMN, 2013.

_____; DEBLASIS, Paulo; KNEIP Andreas; SCHEEL-YBERT, Rita; GIANNINI, Paulo César. **Sambaquis e paisagem-Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil.** *Arqueologia Sul-americana* 3(1) p.29-61, 2007.

_____; KLOKLER, Daniela; SCHEEL-YBERT, Rita; BIANCHINI, Gina Faraco. **Sambaqui de Amourins:** mesmo sítio, perspectivas diferentes. *Arqueologia de um sambaqui 30 anos depois.* *Revista del Museo de Antropología,* v. 6, p. 7-20, 2013b.

_____; SOUZA, S.M.F.M.; LYRIO, A.; BIANCHINI, G.F. **Sambaqui do Amourins: Mortos para Mounds?.** *Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso),* v. 25, p. 84-103, 2013.

_____; Kloker, D.; BIANCHINI, G. F. **Arqueologia Estratégica:** abordagens para o estudo da totalidade e construção de sítios monticulares. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi,* v. 8, p. 517-533, 2013.

_____; Klöker, Daniela ; DeBlasis, Paulo. **Traditional fishing, mollusk gathering, and the shell mound builders of Santa Catarina, Brazil.** *Journal of Ethnobiology,* v. 31, p. 188-212, 2011.

GEIGER, P. **Notas sobre a evolução econômica da Baixada Fluminense.** Anuário Geográfico de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: CNG, 1951.

GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio.** – 6ª.ed. - Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2013. 520p.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos. Mocambos e Quilombos no Brasil Escravista.** São Paulo: Editora da Unesp/Polis, 2005. 462 p.

_____. **Histórias de Quilombolas:** Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Márcia; REZNIK, Luís (org.). **Guia de Fontes para a história de São Gonçalo.** São Gonçalo: UERJ-FFP, Laboratório de Pesquisa Histórica, 1999.

- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Salvador Correia de Sá e Benevides. *In*: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial** (1500-1808). p.518-520. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- GRAHAM, Maria Dundas. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822, 1823**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- GRECO, Norberto. **Guia da Ilha do Governador**. Rio de Janeiro, s-d
- GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz. **Cenário do processo de escolarização do recôncavo da Guanabara: a história de Iguassú (1833-1858)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- GUZZO. **O convento de São Boaventura de Macacu na Arquitetura Franciscana Brasileira**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ – Rio de Janeiro, 1999.
- HOLZER, Werther. **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI**. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1998.
- HORNER, G. *Medical Topography of Brazil and Uruguay with incidental remarks* – Philadelphia, 1845.
- HORTA, M.; DEL PRIORE, M. **Memória, Patrimônio e Identidade**. Boletim 04. Salto para o Futuro. Ministério da Educação, 2005.
- IPANEMA, Cybelle Moreira de. **História da Ilha do Governador**. - 2.ed. - Rio de Janeiro: Mauad, 2013.
- IPANEMA, Marcello de. **O Rio de Janeiro do primeiro reinado**. RIHGB, 276, p. 89-108, jul-set. 1967.
- KLOKLER, Daniela Magalhães. **Construindo ou deixando um Sambaqui?** Análise de sedimentos de um sambaqui do litoral meridional brasileiro - processos formativos. Região de Laguna-SC. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- _____. **Food for Body and Soul: Mortuary Ritual in Shell Mounds (Laguna, Brazil)**. Tese - Doutorado em Arqueologia. University of Arizona, Estados Unidos, 2008.
- KNAPP, B.; ASHMORE, W. **Landscape: conceptualized, constructed and ideational**. *In*: ASHMORE, W. & KNAPP, B. (org.) *Archaeologies of Landscape*. Cambridge. Cambridge Press, 1999.
- KNEIP, L.M. & PALLESTRINI, L. Escavação e Estratigrafia. *In*: KNEIP, L.M.; PALLESTRINI, L e SOUZA CUNHA, F.L.(Coord.) **Pesquisas Arqueológicas no Litoral de Itaipu**. Rio de Janeiro: Cia de Desenvolvimento Territorial, 1981. p. 57-70
- KNEIP, L.M.; PALLESTRINI, L.; CRANCIO, F.; CHEUCHE, L. **As estruturas e suas inter-relações em sítios de pescadores – coletores pré-históricos do litoral de Saquarema** *In*: Boletim Série Ensaio, IAB -nº5 - 1991
- KNEIP, Lina Maria. **O sambaqui de Manitiba I e outros sambaquis de Saquarema, RJ**. Rio de Janeiro: Museu Nacional - UFRJ, 2001.
- KNIVET, Antônio. **Narração da viagem que nos anos de 1591 e seguintes fez...da Inglaterra ao Mar do Sul, em companhia de Thomas Cavendish**. RIHGB, 41 (56), 1878.
- JOHNSON, H.B. *A Colonização Portuguesa do Brasil*. *In*: BETHELL, L. (org.) **América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, 1998.

- LAGO, Pedro Corrêa do. **Brasiliana IHGB**. Rio de Janeiro: Capivara, 2014.
- LAMARÃO, S. T. N. **Dos Trapiches ao porto**: Um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.
- LAMEGO, A. **O Homem e a Guanabara**. Setores da Evolução Fluminense, Vol. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- LERY, Jean de. **Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil**. Paris: Alphonse Lemerre, 1880.
- _____. **Viagem à Terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Biblioteca do Exército, 1961. 181p.
- LIMA, T. A. (org.) **Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.33, 2007.
- _____. **Em busca dos frutos do mar**: os pescadores-coletores do litoral centro meridional brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, v. 44, p. 270-327, 2000.
- LIMA, T. A.; MAZZ, J. M. L. **La emergencia de complejidad entre los cazadores-recolectores de la atlántica meridional sudamericana** (Brasil y Uruguay). *Revista de Arqueología Americana*, v. 17/19, p. 129-175, 2001.
- LISBOA, Bathasar da Silva. **Annaes do Rio de Janeiro**. - v.1 - Rio de Janeiro: Seignot-Plancher e Cia., 1834.
- LUCCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 e 1818. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- MACEDO, Joaquim Manoel. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. - v.2 - Rio de Janeiro: Typ. de Candido Augusto de Mello, 1863.
- MAESTRI, Mário. **Os senhores do litoral**: conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasileiro. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.
- MARCHANT, Alexandre. **Do escambo a Escravidão**. São Paulo, 1943.
- MARIZ, Vasco. **Os franceses na Guanabara**: Villegagnon e a França Antártica (1555-1567). 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- MASSÉ, João. **Relação de todas as fortificações e reparações necessárias para a conservância e defesa da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e do seu povo**. Manuscrito. Original: Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Rio de Janeiro, 1714.
- MATA, Salvador. **São Lourenço: onde nasceu Niterói**. Niterói: UNICOP, 2006.
- MATA, Salvador; MOLINA, Evadyr. **São Gonçalo no século XVI**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995.
- _____. **São Gonçalo no século XVII**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996.
- _____. **São Gonçalo no século XVIII**. São Gonçalo: Muiraquitã, 1998.
- MELLO, Elisa Maria Botelho de; COELHO, Arnaldo C. dos Santos. **Moluscos encontrados no Sambaqui de Camboinhas, Itaipu, Niterói, estado do Rio de Janeiro, Brasil**. Mem. Inst. Oswaldo Cruz [online]. ISSN 0074-0276, v.84, suppl.4, p. 377-380, 1989.
- MELLO, José Antônio Gonsalves; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier. **Cartas de Duarte Coelho a El**

Rei, D. João Recife: Imprensa Universitária, 1967.

MENDES, R. **Paisagens Culturais da Baixada Fluminense**. São Paulo: Boletim CX, Geografia n.4, USP, 1950.

MENDONÇA, Paulo Knauss de. **O Rio de Janeiro da Pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991.

MENDONÇA DE SOUZA, A. **Pré-História Brasileira**. Rio de Janeiro: IEPC/SEEC, 1981.

_____. Povoamento pré-histórico do litoral do Rio de Janeiro: repensando um modelo. *In*: Beltrão, M. (org.) **Arqueologia do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Arquivo Público do Estado/Secretaria de Estado de Justiça, 1995.

MILLIET, S.; GAFFÁREL, P. e AYROSA, P. **Jean de Lery – Viagem a Terra do Brasil**. Biblioteca do Exército, 1961.

MILLET de SAINT-ADOLPHE, J. **Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil**. Paris: Em casa de J. P. Aillaud, 1845.

MOLLAT, Michel. **As Primeiras Relações entre a França e o Brasil: Dos Verrazano a Villegaignon**. Revista de História, São Paulo, 1967, n. 24, p. 343-358.

_____. **Le Commerce Maritime Normand à la fin du Moyen Age**. Paris: 1952.

_____. **Les explorateurs du XIII au XVIe siècle. Premiers regards sur les mondes nouveaux**. Paris: Jean-Claude Lattès, 1984, p. 75-77.

MORAES, Alexandre José Mello. **História da trasladação da Corte portuguesa para o Brasil em 1807-1808**. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial, 1872.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Franceses no Brasil. Séculos XVI-XVII. Villegaignon**. Coleção Franceses no Brasil. Rio de Janeiro: Batel, Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

MORENO, D. C. **Livro que dá Razão ao Estado do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. *In*: FREIRE, A.F.; SARMENTO, C. E.; MOTTA, M. S. (orgs.) **UM ESTADO em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro**. p.19-56. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

MOTA, M.B. & BRAICK, P.R. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio**, Editora Moderna, 1998. 632p.

MUNICÍPIOS Em Revista. **Guapimirim**. Paraíso ecológico nas terras do Dedo de Deus. Guapimirim, s/ed., 1926.

NAJJAR, J. & NAJJAR, R. Reflexões sobre a relação entre Educação e Arqueologia: uma análise do papel do IPHAN como educador coletivo. *In*: Manuel Ferreira Lima Filho; Márcia Bezerra. (Org.). **Os Caminhos do Patrimônio no Brasil**. p. 171-182. Goiânia, GO: Alternativa, 2006.

NITERÓI (Rio de Janeiro). Secretária Municipal de Niterói. **Niterói Patrimônio Cultural**. Niterói: SMC/Niterói Livros, 2000.

NONATO, José Antônio; SANTOS, Núbia Melhem. **Era uma vez O Morro do Castelo**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

- NORTON, Luís. **A dinastias dos Sás no Brasil. 1558-1602**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1943.
- OSCAR, João. **Escravidão & engenhos**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.
- OLIVEIRA, L.L. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- OMEGNA, Nelson. **Peculiaridades históricas de formação urbana de Niterói**. RIHGB. V. 313, p. 143-158, out.- dez. / 1976.
- ORÍÁ, Ricardo. **Educação patrimonial: conhecer para preservar**. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- PALMIER, Luiz. **São Gonçalo cinquentenário: história, geografia e estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.
- PAQUETÁ: **memórias da ilha**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1991. 174p.
- PARANHOS, Paulo. **O Açúcar no Norte Fluminense**. *Histórica*: Revista on line do Arquivo Público do Estado de São Paulo, ano 02, n. 8, mar/2006. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoes_anteriores/pdfs/historica08.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.
- PEREIRA, Waldick. **A mudança na vila**. Rio de Janeiro: Ed. Autor, 1970.
- PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias anexas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil**. - v.1, 2 e 7 - Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.
- _____. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. v.4. Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- _____. **Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro**. Arquivo da Cúria e da Mitra do Rio de Janeiro/ACMRJ. Rio de Janeiro, 1794.
- PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **O Porto Estrela**. In: Revista da IHGB, nº 293, 1971.
- PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo (colônia)**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. 1ª. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. 613p.
- RAMINELLI, Ronald. Tupinambás e Invasões francesas. In: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p.566-567
- _____. **Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira**. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, v. VIII (suplemento), 969-92, 2001.
- RELAÇÕES parciais apresentadas ao marquês do Lavradio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 76, parte I, 1913.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Suplemento ao tomo 17. Rio de Janeiro: Typ. Universal Laemmert, 1854.

REZNIK, Luís; GONÇALVES, Márcia de Almeida (orgs.). **Guia de fontes para a história de São Gonçalo**. São Gonçalo: UERJ, Faculdade de Formação de Professores, Laboratório de Pesquisa Histórica, 1999.

REZNIK, L.; GONÇALVES, M; CONDURU, R; FERNANDES, R. **Patrimônio cultura no leste fluminense: história e memória de Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá**. Rio de Janeiro: EdUERJ; PETROBRAS, 2013.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA, Carlos. **A Fundação do Brasil. Testemunhos 1500-1700**. Petrópolis: Vozes, 1992.

RIBEIRO, Diego Lemos. **A ciência da Informação em Ação – Um estudo sobre os fluxos de informação no Museu de Arqueologia de Itaipu**. Niterói. Dissertação de Mestrado. PPGCI/UFF – IBIG/MCT, 2007.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério da Viação e Obras Públicas – Diretoria Geral de Expediente. **Construção de Caes na Ilha do Governador para estabelecimento da zona franca do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria das Culturas – Rio Arte, Bairros do Rio. **Ramos, Olaria e Penha**. Rio de Janeiro: Editora Fraiha, 1998.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. **Evolução Urbana e Arquitetônica do Rio de Janeiro, nos séculos XVI e XVII (1576-1699)**. RIHGB, v. 288, 1970.

_____. **O Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: Topbooks, UNIVERCIDADE, 2000.

ROCHA, Mateus Ramalho. **O Mosteiro São Bento do Rio de Janeiro 1590-1990**. Rio de Janeiro: Ed. Stúdio HMF, 1991. 389p.

RODRIGUES, Nídia. **Relatório Técnico de Arqueologia Preventiva**. Diagnóstico em Arqueologia – obra de Revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro – Fase 1. Rio de Janeiro, jul/2010.

RODRIGUEZ, H. **A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro: o resgate da sua memória**. Rio de Janeiro: Open Plus Gráfica, 2004.

RUGENDAS, Johann Motriz. **Viagem Pitoresca Atráves do Brasil**. In: Coleção Reconquista do Brasil. 3ª Série. v. 8. Belo Horizonte: Italiana, 1998.

SAINTE-HILARE, Augusto de. **Viagens pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1779-1853)**. BH: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1975.

SALLES CUNHA, Ernesto. **Sambaquis do litoral carioca**. *Revista Brasileira de Geografia*. Acervo IHGB. Jan– mar/ 1965.

SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil 1500 – 1627**. Editora Juruá, 2007.

SAMSON, Adéle Toussaint. **Uma Parisiense no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Capivara, 2003.

SANTOS, Marracos. **Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marracos, de 1811 a 1821**. Rio de Janeiro: ABNRJ, 1934.

SCHEEL-YBERT, R. **Stabilité de L'Écosystème sur le littoral sud-est du Brésil à L'Holocène Supérieur (5500-1400 ans BP)**. Tese de doutorado. Université Montpellier II. Sciences et Techniques du Languedoc. Montpellier, França, 1998, 520p.

SCHIFFER, M. **Archaeological Context and Systemic Context**. *American Antiquity*, v.37, n. 2, p. 156-165, 1972.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O Rio de Janeiro no século XVI**, Estudos Históricos, v.1, Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, Lisboa, 1965. 107p.
- SILVA, F.A., NEVES, E.G. E DE BLASIS, P. **Beleza, Rigor e Dignidade: A Cultura Material Tupi no Tempo e Espaço**. São Paulo: MAE – USP Conjunto Cultural da Caixa: 1–31, 2004.
- SILVA, J.Romão da. **Genomásticos cariocas de procedência indígena**. Guanabara: Sec. Geral de Educação e Cultura, 1961.
- SOUZA, Augusto Fausto de. **A Bahia do Rio de Janeiro: sua história e descrição de suas riquezas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Typographia Militar de Costa & Santos, 1882. 249p.
- _____. **Fortificações no Brazil**. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, p. 5-140, 1885.
- SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Editora Brasiliense, v. 117, 1971. 389p.
- _____. **Tratado da Terra do Brasil em 1587**.5.ed. São Paulo: Cia Edit. Nac., 1987.
- SOUZA, José Antônio Soares de. **A estrada da Serra do Couto**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.281, p.3-26, out-dez/ 1968.
- _____. **Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói**.2.ed. Niterói: Fundação Niteroiense de Arte, 1993.
- SOUZA, Marluccia Santos de. **Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: APPH – CLIO, 2014.
- STRZODA, Michelle. **O Rio de Joaquim Manuel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.
- TEIXEIRA FILHO, Álvaro. **Roteiro Cartográfico da Baía de Guanabara e Cidade do Rio de Janeiro, século XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil**. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.
- TORRES, Gênesis. **Resumo Histórico da Baixada Fluminense**. Disponível em: <www.forumculturalbfluminense.org.br> Acesso em: 11 jul. 2015.
- TURAZI, Maria Inez. **Um porto para o Rio: imagens e memória de um álbum centenário**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.
- TURISRIO. **Região Serrana, puro aconchego**. Rio de Janeiro, s/d. (Folheto)
- WEHRS, Carlos. **Niterói Cidade Sorriso**. A História de um lugar. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica, 1984.
- VASCONCELOS, Simão de. **Crônica da Companhia de Jesus**. 3.ed., v. 1 e 2. Petrópolis: Vozes, 1977.
- VASQUEZ, Pedro. **Niterói e a Fotografia – 1858-1958**. Rio de Janeiro: Livros Niterói, 1994.
- VIEIRA FAZENDA, José. **Antiqualha e memórias do Rio**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 86, v. 140, 1919.
- _____. **Antiquanhas e Memórias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

VERÍSSIMO, José Inácio. **História Militar do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII**, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* v.288, jul-set/ 1970.

Em meio Eletrônico:

www.iphan.gov.br

www.inepac.rj.gov.br

<http://www.fotolog.com.br>

<http://portalgeo.rio.rj.gov.br>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rio-map1769-Roscio.jpg>

<http://www.rio.rj.gov.br/>

<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd65/GEORiodeJaneiro/cap4.pdf>

<http://portomaravilha.com.br/materias/evento-dilma/e-d-mat.aspx>

http://pt.wikipedia.org/wiki/VLT_do_Rio_de_Janeiro

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_do_ouro

<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/1753/browse?value=Morro+do+Castelo&type=subject>

<http://oriodeantigamente.blogspot.com.br/2011/01/praca-da-republica.html>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_de_Santana_%28Parque_do_Rio_de_Janeiro%29

<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/suburbiosEFCB/estacao-D-Pedro-II-historia.shtml>